UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

ESCOLA DE COMUNICAÇÕES E ARTES

GUSTAVO CARBONARO RODRIGUES

Narrativas brasileiras: identidade e discurso diplomático no governo Lula

São Paulo

2015

GUSTAVO CARBONARO RODRIGUES

Narrativas brasileiras: identidade e discurso diplomático no governo Lula

Dissertação apresentada à Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo para a obtenção do título de Mestre em Ciências da Comunicação.

Área de Concentração: Interfaces Sociais da Comunicação

Linha de Pesquisa: Políticas e Estratégias de Comunicação

Orientador: Prof. Dr. Paulo Roberto Nassar de Oliveira

São Paulo
2015

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Catalogação na publicação
Serviço de Biblioteca e Documentação
Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo
Dados fornecidos pelo autor

Rodrigues, Gustavo Carbonaro.
Narrativas brasileiras: Identidade e discurso diplomático no governo Lula / Gustavo Carbonaro Rodrigues. -- São Paulo: G. C. Rodrigues, 2015. 283p.

Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação - Escola de Comunicações e Artes / Universidade de São Paulo.

Orientador: Paulo Roberto Nassar de Oliveira
Bibliografia
1. Discurso diplomático. 2. Identidade nacional. 3. Mito Nacional. 4. Narrativa de país. 5. Novas narrativas. 6. Política Externa.
I. Nassar, Paulo II. Título III. Título.

Nome: RODRIGUES, Gustavo Carbonaro

Título: Narrativas brasileiras: identidade e discurso diplomático no governo Lula

Dissertação apresentada à Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo para obtenção do título de Mestre em Ciências da Comunicação.

Aprovado em: _____/_____/ 2015

Banca Examinadora

Prof. Dr.: _____

Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr.: _____

Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr.: _____

Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

AGRADECIMENTOS

Agradeço ao meu orientador Prof. Dr. Paulo Nassar, grande mestre e amigo, pela oportunidade, por ter acreditado no meu projeto e pela enorme generosidade intelectual.

À minha família, especialmente aos meus pais, pelo carinho e incentivo que sempre me dedicaram.

Ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPQ) pelo apoio fundamental para a execução deste projeto.

Aos funcionários da pós-graduação da ECA, do PPGCOM e do CRP, que sempre estiveram a postos para me ajudar.

Aos companheiros de jornada acadêmica Carlos Padeiro, Erick Roza e Henrique Gerken Brasil pela amizade e parceria ao longo do percurso desta dissertação.

Aos colegas da Aberje e do Grupo de Estudos de Novas Narrativas da ECA-USP por todo o compartilhamento de ideias.

Aos professores Bernardo Ricupero, Carlos Rogério Barreiros, Eneus Trindade, Matias Spektor, Margarida Kunsch, Mayra Rodrigues, Pedro Fragelli e Rosana Soares pelos ensinamentos que foram essenciais para este trabalho.

Aos companheiros de Cerca-Frango pelas horas dedicadas ao debate e à descontração de cada semana.

A todos que, de certa forma, colaboraram para esta dissertação, nossos sinceros agradecimentos.

Por fim, mas não menos importante, agradeço à querida Carolina Baliviera pelo apoio, paciência, companheirismo e pela grande colaboração para este trabalho.

Você faça um esforcinho pra abrasileirar-se.
Depois se acostuma, não repara mais nisso
e é brasileiro sem querer.
(Mário de Andrade)

RODRIGUES, Gustavo Carbonaro. **Narrativas brasileiras: identidade e discurso diplomático no governo Lula.** 2015. 283f. Dissertação (Mestrado) - Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015.

RESUMO

Este trabalho propõe uma reflexão sobre como o discurso diplomático estabelece um enredo para a identidade nacional e colabora para a construção de uma narrativa de país. Em um mundo cada vez mais interdependente e conectado, a metanarrativa de país precisa do suporte de uma inserção internacional autônoma, criativa e pragmática para continuar a se estabelecer. Diante desse contexto, o governo Lula (2003-2010) reposicionou o Brasil no cenário internacional e colocou a política externa a serviço de seu projeto de nação. O governo adotou uma estratégia de valorização da autoestima, reforçada pela ideia de Brasil emergente, da solidariedade latino-americana e da reaproximação com a África, para alterar algumas figuras narrativas da rede simbólica da identidade nacional e tentar superar suas diversas contradições. A partir da análise de discursos da diplomacia brasileira, estabeleceu-se um percurso teórico interdisciplinar para demonstrar as inter-relações entre narrativa de país, discurso diplomático e identidade nacional, ajudando a revelar a estrutura do mito nacional brasileiro.

PALAVRAS-CHAVE: Discurso diplomático. Identidade nacional. Mito Nacional. Narrativa de país. Novas narrativas. Política Externa.

ABSTRACT

This research proposes a reflection on how the diplomatic discourse establishes a plot to national identity and contributes do build a narrative of country. Faced with an increasingly interdependent and connected world, the metanarrative of country needs the support of an autonomous, creative and pragmatic international insertion to establish itself. In this context, Lula administration (2003-2010) repositioned Brazil internationally and put foreign policy in the service of its national project. The strategy adopted by the government was to enhance self-esteem, strengthened by the idea of the emerging Brazil, the Latin American solidarity and the rapprochement with Africa, to change some narratives figures of the symbolic network of national identity, and try to overcome its many contradictions. From the analysis of speeches of Brazilian diplomacy, It was settled an interdisciplinary theoretical path to demonstrate the interrelationships between country of narrative, diplomatic discourse and national identity, revealing the structure of the Brazilian national myth.

KEYWORDS: Diplomatic discourse. Foreign policy. Narrative of country. National Identity. National myth. New narratives.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – A formação do mito de Barthes em seu sistema semiológico segundo.....34
Tabela 2 – Exemplos de trechos categorizados como América Latina.....64
Tabela 3 – Exemplos de trechos categorizados como Brasil Africano.....71
Tabela 4 – Exemplos de trechos categorizados como Brasil Emergente.....78
Tabela 5 – Exemplos de trechos categorizados como Autoestima.....82
Tabela 6 – Quantidade de referências por categoria.....104
Tabela 7 – Resultados Gerais: categorias por discurso.....106
Tabela 8 – Distribuição das categorias por ano na soma dos três discursos analisados a cada período.....109
Tabela 9 – Comparativo por autor em relação a cada uma das categorias.....112
Tabela 10 – Comparativo entre os tipos de discurso em comparação com cada uma das categorias.....113
Tabela 11 – Relação entre os discursos realizados na Assembleia Geral da ONU e as categorias de análise, com discriminação de autor.....113
Tabela 12 - Relação entre os discursos realizados na Formatura do Instituto Rio Branco e as categorias de análise, com discriminação de autor.....114

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO **122**
2 DA NARRATIVA DE PAÍS À REDE SIMBÓLICA DA IDENTIDADE NACIONAL **23**
2.1 A rede simbólica da identidade nacional **28**
2.2 O debate sobre a narrativa da identidade nacional brasileira **39**
3 A NARRATIVA BRASILEIRA NO DISCURSO DIPLOMÁTICO DO GOVERNO LULA **52**
3.1 Enfoque da pesquisa **53**
3.2 Metodologia de pesquisa **56**
3.2.1 Seleção dos discursos e caracterização da amostra ***57***
3.2.2 Técnica de análise dos dados ***58***
3.2.3 Categorias de análise ***59***
3.2.3.1 América Latina *59*
3.2.3.1.1 América Latina e sua contranarrativa 64
3.2.3.2 O Brasil africano *65*
3.2.3.2.1 Brasil Africano e sua contranarrativa 71
3.2.3.3 Brasil Emergente *72*
3.2.3.3.1 Brasil Emergente e sua contranarrativa 78
3.2.3.4 Autoestima *79*
3.2.3.4.1 Autoestima e sua contranarrativa 83
3.2.3.5 Temas que não foram categorizados *83*
3.3 Apresentação, análise e interpretação dos resultados **84**
3.3.1 Discursos selecionados ***85***
3.3.2 Resultados das análises ***103***
4 CONSIDERAÇÕES FINAIS **116**
REFERÊNCIAS **121**
APÊNDICE A – NARRATIVA DE PAÍS, COMUNICAÇÃO E POLÍTICA EXTERNA . **132**
ANEXO A – DISCURSO NA FORMATURA DO INSTITUTO RIO BRANCO, PRONUNCIADO PELO MINISTRO CELSO AMORIM EM 2003 ..... **143**
ANEXO B – DISCURSO NA FORMATURA DO INSTITUTO RIO BRANCO, PRONUNCIADO PELO PRESIDENTE LULA EM 2003 ..... **150**

ANEXO C – DISCURSO DE ABERTURA DA 58ª SESSÃO DA ASSEMBLEIA GERAL DA ONU, PRONUNCIADO PELO PRESIDENTE LULA EM 2003 ..... **153**
ANEXO D – DISCURSO NA FORMATURA DO INSTITUTO RIO BRANCO, PRONUNCIADO PELO MINISTRO CELSO AMORIM EM 2004 ..... **160**
ANEXO E – DISCURSO NA FORMATURA DO INSTITUTO RIO BRANCO, PRONUNCIADO PELO PRESIDENTE LULA EM 2004 ..... **165**
ANEXO F – DISCURSO DE ABERTURA DA 59ª SESSÃO DA ASSEMBLEIA GERAL DA ONU, PRONUNCIADO PELO PRESIDENTE LULA EM 2004 ..... **171**
ANEXO G – DISCURSO NA FORMATURA DO INSTITUTO RIO BRANCO, PRONUNCIADO PELO MINISTRO CELSO AMORIM EM 2005 ..... **177**
ANEXO H – DISCURSO NA FORMATURA DO INSTITUTO RIO BRANCO, PRONUNCIADO PELO PRESIDENTE LULA EM 2005 ..... **183**
ANEXO I – DISCURSO DE ABERTURA DA 60ª SESSÃO DA ASSEMBLEIA GERAL DA ONU, PRONUNCIADO PELO MINISTRO CELSO AMORIM EM 2005 ..... **194**
ANEXO J – DISCURSO NA FORMATURA DO INSTITUTO RIO BRANCO, PRONUNCIADO PELO MINISTRO CELSO AMORIM EM 2006 ..... **200**
ANEXO K – DISCURSO NA FORMATURA DO INSTITUTO RIO BRANCO, PRONUNCIADO PELO PRESIDENTE LULA EM 2006 ..... **205**
ANEXO L – DISCURSO DE ABERTURA DA 61ª SESSÃO DA ASSEMBLEIA GERAL DA ONU, PRONUNCIADO PELO PRESIDENTE LULA EM 2006 ..... **212**
ANEXO M – DISCURSO NA FORMATURA DO INSTITUTO RIO BRANCO, PRONUNCIADO PELO MINISTRO CELSO AMORIM EM 2007 ..... **218**
ANEXO N – DISCURSO NA FORMATURA DO INSTITUTO RIO BRANCO, PRONUNCIADO PELO PRESIDENTE LULA EM 2007 ..... **222**
ANEXO O – DISCURSO DE ABERTURA DA 62ª SESSÃO DA ASSEMBLEIA GERAL DA ONU, PRONUNCIADO PELO PRESIDENTE LULA EM 2007 ..... **229**
ANEXO P – DISCURSO NA FORMATURA DO INSTITUTO RIO BRANCO, PRONUNCIADO PELO MINISTRO CELSO AMORIM EM 2008 ..... **234**
ANEXO Q – DISCURSO NA FORMATURA DO INSTITUTO RIO BRANCO, PRONUNCIADO PELO PRESIDENTE LULA EM 2008 ..... **238**
ANEXO R – DISCURSO DE ABERTURA DA 63ª SESSÃO DA ASSEMBLEIA GERAL DA ONU, PRONUNCIADO PELO PRESIDENTE LULA EM 2008 ..... **244**
ANEXO S – DISCURSO NA FORMATURA DO INSTITUTO RIO BRANCO, PRONUNCIADO PELO MINISTRO CELSO AMORIM EM 2009 ..... **249**

ANEXO T – DISCURSO NA FORMATURA DO INSTITUTO RIO BRANCO, PRONUNCIADO PELO PRESIDENTE LULA EM 2009 ..... **253**
ANEXO U – DISCURSO DE ABERTURA DA 64ª SESSÃO DA ASSEMBLEIA GERAL DA ONU, PRONUNCIADO PELO PRESIDENTE LULA EM 2009 ..... **258**
ANEXO V – DISCURSO NA FORMATURA DO INSTITUTO RIO BRANCO, PRONUNCIADO PELO MINISTRO CELSO AMORIM EM 2010 ..... **263**
ANEXO W – DISCURSO NA FORMATURA DO INSTITUTO RIO BRANCO, PRONUNCIADO PELO PRESIDENTE LULA EM 2010 ..... **270**
ANEXO X – DISCURSO DE ABERTURA DA 65ª SESSÃO DA ASSEMBLEIA GERAL DA ONU, PRONUNCIADO PELO MINISTRO CELSO AMORIM EM 2010..... **278**

1 INTRODUÇÃO

O governo do presidente Luis Inácio Lula da Silva (2003-2010) utilizou-se deliberadamente da política externa nacional para tentar reformular a metanarrativa[1] do Brasil, a imagem que o brasileiro tem de si mesmo. "A política externa ajuda a refletir a nossa imagem, mas não apenas aquela imagem que nós temos, mas a imagem do Brasil que desejamos" (Anexo D), como define Celso Amorim, Ministro das Relações Exteriores do governo Lula. Nesse período, determinou-se que a política externa seria um dos pilares do governo, atuando como "um espelho que reflete a imagem e a autoestima de um país" (Anexo E), nas palavras do Presidente. Desde o princípio, o governo tomou a decisão de usar a política externa para reconstruir a narrativa do Brasil no mundo, com intenção de modificar, também, nossa autoimagem do país.

Consciente do potencial da política externa para atuar sobre a autoestima nacional, o que não aconteceu no governo seguinte, de Dilma Rousseff, Lula posicionou o Brasil em uma lógica de superação da divisão entre países desenvolvidos e em desenvolvimento, reforçando a identidade brasileira, em particular, e dos países do Sul, em geral, para modificar as estruturas da governança global. Por meio do Ministério das Relações Exteriores, também conhecido como Itamaraty[2], o governo implementou uma política de diversificação de parcerias, reforçou as relações Sul-Sul e posicionou o país como líder de uma mudança possível para os países não desenvolvidos.

Essa estratégia foi estabelecida em um contexto de intensificação do processo de interdependência global, em um mundo já digital e marcado pelas incertezas da Guerra ao Terror[3]. A agenda internacional havia sido ampliada e as inter-relações entre questões internas e externas nas sociedades nacionais e espaços midiáticos, acentuadas. "Senhoras e senhores", disse o Presidente em 2004, "vivemos hoje sob o signo de uma globalização instável e incerta" (Anexo E). Diante desse cenário, compreender qual a mensagem que a estratégia de

---

[1] Utilizaremos, neste trabalho, o termo *metanarrativa* como um grande esquema conceitual abstrato (BENDASSOLLI, 2007) que agrega, ao seu redor, diversos pequenos relatos que são representados por ela. Seria como *metarrelato*, no sentido que lhe é atribuído por Lyotard (1991), um relato central e agregador sobre determinado tema (NASSAR, 2013a), uma narrativa da narrativa (GENETTE, 1996).

[2] O nome Itamaraty para designar o Ministério das Relações Exteriores do Brasil originou-se pela sua localização, entre 1898 e 1970, no Rio de Janeiro. O prédio então ocupado pelo MRE havia pertencido ao Barão de Itamaraty, que também deu nome ao palácio. Mesmo com a transferência do Ministério para Brasília, o nome foi mantido.

[3] Estratégia de combate ao terrorismo implementada pelos Estados Unidos após os atentados de 11 de setembro de 2001.

política externa quer transmitir para o Brasil e o mundo, em termos identitários, torna-se essencial para que se possa refletir sobre a construção da metanarrativa de país.

O mundo vive um momento em que "as velhas identidades, que por tanto tempo estabilizaram o mundo social, estão em declínio", como afirma Stuart Hall (2011. p. 7), e os limites nacionais são apenas "uma das dimensões em que operam o poder e o contrapoder"[4] (CASTELLS, 2009, p. 43). Uma breve análise da sociedade demonstra que houve, nas últimas décadas, um deslocamento de parte das relações de poder dos espaços nacionalizados, isolados por linhas de fronteira, para a sociedade global. Esse movimento, possibilitado por "novos sistemas de engenharia"[5], como descreve Milton Santos (2008, p. 81), é parte do debate que Castells traz em seu livro *Comunicación y Poder* (2009), quando afirma que as relações de poder existem em "estruturas sociais concretas que se constituem a partir de formações espaço-temporais" e que essas formações, no mundo contemporâneo, "já não se situam primordialmente no nível nacional, mas são locais e globais ao mesmo tempo" (p. 43).

Nessas circunstâncias, em que o Estado não deixa de existir nem perde suas funções, mas passa a dividir com o espaço globalizado, a administração do que Castells chama de *poder* e *contrapoder*, as questões voltadas para a política externa e sua influência na metanarrativa nacional passam a ter ainda mais importância. "Hoje", relatou Lula em 2003, "os brasileiros e brasileiras se dão conta de que a maioria dos temas da agenda internacional repercutem diretamente sobre suas vidas" (Anexo B). Há uma influência recíproca entre narrativas construídas no âmbito internacional, divulgadas por meio de representações sociais[6] e midiatizações[7], e as narrativas que formam o caráter nacional[8], ambas com ascendência sobre a construção da metanarrativa brasileira.

O estreitamento dessa relação amplia o espaço de debate entre o Estado – agente ativo das relações internacionais – e seus concidadãos – que sofrem as consequências da maneira como o país se insere internacionalmente, participando apenas indiretamente nesse processo[9]. A política externa torna-se, assim, um importante instrumento para auxiliar "a nação

---

[4] Castells (2009) chama de *poder* as relações de poder já estabelecidas e de *contrapoder* a capacidade dos atores sociais de desafiar e transformar as relações de poder estabelecidas.

[5] Milton Santos utiliza o termo *sistemas de engenharia* como sinônimo para um conjunto de instrumentos de trabalho e forças produtivas em geral (que incluem o homem) – os *fixos* –, que são cada vez mais interligados e interdependentes, o que tornaria a divisão do trabalho geograficamente estendida e complexa, servindo de base para *fluxos* cada vez mais globalizados.

[6] No sentido que Serge Moscovici (2010) dá ao termo, como explicado no capítulo 2 deste trabalho.

[7] O sentido de midiatização utilizado neste trabalho é a midiatização como a institucionalização de lógicas sociais (HJARVARD, 2012), como personalização das representações sociais em discurso.

[8] O caráter nacional seria a qualidade inerente do brasileiro, o que o distingue dos nacionais de outros países.

[9] Os indivíduos possuem uma ação cada vez mais reconhecida no cenário internacional, com papel ativo inclusive em cortes internacionais de justiça, mas seu protagonismo ainda não está consolidado, sobretudo em questões relacionadas à elaboração de normas e regras seguidas pelos Estados.

brasileira, o povo brasileiro, a fazer uma imagem de si mesmo e uma imagem do seu lugar no mundo" (Anexo J). As estratégias de inserção internacional do país e os projetos identitários relacionados a elas tornam-se, cada vez mais, objeto de constante disputa entre as forças políticas do Estado e a sociedade, com a narrativa oficial sendo constantemente questionada por múltiplas contranarrativas.

Faz-se necessária, assim, uma reflexão sobre como as narrativas que compõem o discurso diplomático brasileiro estabelecem um enredo sobre a identidade nacional. Em um governo que vê a política externa como parte de um projeto de nação, o discurso diplomático transforma-se em espaço privilegiado de manifestação da cultura nacional como posicionamento do país perante a comunidade internacional e, paralelamente, perante seus próprios nacionais. Revela-se, por meio da relação entre identidade e diplomacia, o papel desempenhado pela política externa no projeto de nação pretendido pelo governo.

No Brasil, desde meados dos anos 1990, mas, sobretudo, na primeira década do século XXI, o debate sobre política externa tem se ampliado e ocupado espaços de destaque na grande mídia, na Academia, em grupos relevantes da sociedade brasileira e até mesmo em conversas cotidianas. "O maior desafio internacional do Brasil nos dias de hoje é gerir sua própria ascensão", escreveu Matias Spektor (2012), em coluna no jornal Folha de S. Paulo. Spektor (2012) ainda completou: "O aparecimento do país como um ator que importa para a manutenção da ordem no mundo é recente. Há apenas 15 anos, a fraqueza e a dependência eram as suas marcas registradas".

O Itamaraty não está alheio a esse debate. Em discurso aos formandos do Instituto Rio Branco, em seu primeiro ano de governo, Lula ressaltou que "multiplicam-se os fóruns de debate sobre a diplomacia e a política externa" (Anexo B). No ano seguinte, o Presidente novamente destaca que "cada vez mais a política externa ganha espaço no imaginário do cidadão brasileiro. A diplomacia do Brasil democrático deve espelhar a realidade de nossa sociedade, com suas demandas e possibilidades, com suas riquezas e carências" (Anexo E). Ao contrário da maioria das reflexões acerca da política externa neste trabalho, a democratização do debate é algo que perdura também no governo de Dilma Rousseff, ainda que timidamente. Em discurso de abertura do evento "Diálogos sobre política externa"[10], em

[10] O evento "Diálogos sobre Política Externa" foi organizado entre 26 de fevereiro e 2 de abril pelo Itamaraty como parte do esforço do Ministério de dar maior transparência às suas atividades e aumentar o espaço de diálogo com a sociedade. Junto com jornalistas, parlamentares, acadêmicos, empresários, sindicalistas e representantes de movimentos sociais, o Itamaraty debateu os principais temas da agenda global e o papel do Brasil no mundo, tendo como intuito, também, elaborar um Livro Branco da Política Externa Brasileira, que ainda não foi editado. O intuito do evento era promover um debate sobre os principais temas da política externa brasileira entre os três poderes da República – Executivo, Legislativo e Judiciário – e a sociedade civil.

2014, o embaixador Luiz Alberto Figueiredo Machado, então Ministro das Relações Exteriores do Brasil[11], reconheceu a crescente relevância do assunto para a sociedade: "os temas de política externa têm mobilizado, cada vez mais, o interesse e a atenção dentro do País. (…) O diálogo diplomático é hoje, também, um diálogo dentro do país" (MACHADO, 2014)[12].

Em democracias modernas, como afirma o ex-ministro, a interação entre o ambiente externo e local é essencial para a elaboração da narrativa de país, o que faz com que a diplomacia volte-se também para seu público interno. Essa conexão, que se torna cada vez mais íntima, obriga – de certa maneira – uma relação entre a burocracia estatal, que historicamente tem dificuldade de se comunicar, e a população, ressaltando a relevância de incluir na elaboração da narrativa do país as narrativas identitárias, produzidas cotidianamente pela sociedade que ela representa.

Se é a política que organiza a *polis*, como afirma Aristóteles em seu clássico *A Política* (2006), é a política externa que organiza a narrativa do Estado – entendido, aqui, como *polis* ampliada. Essa organização narrativa, atualmente, passa por fluxos de comunicação multidirecionais, incluindo os que ascendem da base social até o Itamaraty, órgão responsável por auxiliar na elaboração, execução e promoção da metanarrativa nacional, representando e negociando em nome do Brasil.

O desenvolvimento da narrativa de país direcionada para as relações internacionais – cerne do problema analisado neste trabalho – está relacionado à construção de uma visão de mundo que exprima, ao menos utopicamente, o conjunto global de interesses de uma determinada sociedade. Para garantir sua legitimidade, a política externa de um Estado deve assimilar elementos subjetivos que possibilitem a identificação do cidadão com o discurso institucional. Tais elementos foram definidos, historicamente, pelo nacionalismo (desenvolvido em oposição a outras nações e fora do escopo do presente trabalho) e pela identidade nacional, que demonstra a inter-relação entre a sociedade e as metanarrativas dentro do Estado-nação. Os conceitos que definem a política externa brasileira (PEB) não são uma exceção e, como parte da narrativa que posiciona o Brasil no mundo e frente aos brasileiros, também assimilaram traços de identidade nacional.

Programação disponível em: http://diplomaciapublica.itamaraty.gov.br/itamaraty/60-dialogos-sobre-politica-externa-um-debate-entre-governo-e-sociedade-sobre-o-papel-do-brasil-no-mundo

[11] Luiz Alberto Figueiredo foi ministro das relações exteriores do Governo Dilma entre agosto de 2013 e dezembro de 2014.

[12] Discurso proferido pelo então Ministro de Estado das Relações Exteriores, Luiz Alberto Figueiredo Machado, na sessão de abertura dos "Diálogos sobre Política Externa", em 26 de fevereiro de 2014, no Palácio do Itamaraty, em Brasília.

Além disso, vale destacar que o debate sobre a política externa no Brasil sempre esteve muito focado em análises ancoradas na Ciência Política e nas Relações Internacionais, como as teorias de Análise de Política Externa (APE), que têm como objeto o estudo da política externa a partir de "seus determinantes, objetivos, tomada de decisão e ações efetivamente realizadas" (PINHEIRO, SALOMÓN, 2013).

O papel da narrativa na construção do discurso diplomático, que é a manifestação discursiva da política externa, e sua relação com a identidade nacional é, ainda, território pouco explorado pela Academia. Algumas obras que permeiam o tema, como o livro do ex-chanceler Celso Lafer (2001) e o artigo do embaixador Luiz Felipe de Seixas Corrêa (2000) são muito focados na construção de uma imagem para quem vê o Brasil de fora, de uma identidade internacional do país. Outros trabalhos, como o de Marcela Vecchione Gonçalves (2005), tratam da exclusão de minorias étnicas da narrativa da política externa, enquanto autores como Maria Regina Soares de Lima (1990), José María Arbilla (2000) e Letícia Pinheiro (2000) abordam o tema apenas de forma marginal, sem que a relação entre diplomacia e identidade seja seu ponto central. Pode-se notar, pelas obras existentes, que a inter-relação entre discurso diplomático e identidade nacional não é muito comum no país.

Da mesma forma que o os estudiosos de política externa não costumam olhar seu objeto da perspectiva narrativa, as teorias da narrativa não são habitualmente utilizadas para o estudo dos discursos diplomáticos. O foco da maioria dos autores, como Todorov (2006), Propp (2014), Derrida (2008), Genette (1996), Barthes (2010) e muitos outros que se dedicaram ao tema, é quase exclusivamente voltado à análise literária.[13] O mesmo pode-se dizer dos estudos sobre identidade que, apesar de serem análises sociológicas mais próximas do que aqui se propõe, não tratam diretamente das relações feitas neste trabalho.

Mesmo pela ótica das ciências da comunicação, existe uma carência de trabalhos dentro das inter-relações propostas neste estudo. Há, sem dúvida, diversas teses, dissertações e artigos que envolvem identidade e mídia, mas são, em geral, centrados na forma como essa identidade – muitas vezes trabalhada como a projeção de uma imagem de país – é transmitida nas próprias plataformas midiáticas, sejam elas do jornalismo ou da publicidade e propaganda.

A carência de trabalhos com o enfoque interdisciplinar, que relacione as teorias de identidade e política externa do ponto de vista narrativo é, justamente, o que instigou a produção desta dissertação. Propõe-se um percurso teórico que flerta com diversas áreas do

[13] A relação entre teorias narrativas, comunicação e política externa foi explorada no Apêndice deste trabalho.

conhecimento para responder à questão central deste estudo: como o discurso diplomático brasileiro se relaciona com a identidade nacional e colabora para a definição de uma narrativa de país. Para o estudo da identidade brasileira, alerta Eneus Trindade (2012), "as questões de comunicação partem de um entendimento interdisciplinar"[14] (p. 23), com interfaces na ciência política, nas ciências sociais, nas relações internacionais e na psicologia social, para tentar compreender o delineamento do objeto de estudo – os discursos diplomáticos.

A interdisciplinaridade, no entanto, expõe também os limites da pesquisa, que passa por diversos campos teóricos para tentar englobar a complexidade da relação estudada, exigindo um cuidadoso diálogo entre autores que, à primeira vista, não dialogam entre si. Reconhece-se que alguns dos campos com os quais se estabelece conexões não foram explorados em toda sua complexidade teórica, sobretudo pelas limitações desta trabalho. O elemento de coesão utilizado, que conecta os diversos campos, é a narrativa, que, como objeto comunicacional, estabelece as pontes entre os signos da cultura nacional e o discurso diplomático brasileiro para demonstrar, ao revés, como esse discurso diplomático torna-se um espaço privilegiado para a construção da identidade nacional. Assim, "pela possibilidade de relações expostas no diálogo entre as várias disciplinas, acreditamos estar diante de um empreendimento que possa ser adequado às exigências de um trabalho interdisciplinar", como ensina Trindade (2012. p. 24).

O período selecionado para análise, os dois mandatos do governo Lula (2003-2010), é bastante fértil nas pontes construídas entre discurso diplomático e identidade nacional, sobretudo quando comparado à atualidade. Há uma percepção, nos próprios formuladores da política externa brasileira, que a falta de tato para as relações internacionais do governo Dilma está colocando em cheque o legado do governo anterior, ainda que exista capital político internacional para que o Brasil permaneça relevante, mesmo que em declínio, por algum tempo. A política externa de Lula, além de sua maior proatividade no cenário internacional, soube identificar as possibilidades de contribuição do discurso diplomático para seu projeto identitário de forma clara e consistente, além de contribuir, também, para o desenvolvimento nacional.

Para verificar as relações propostas, serão analisados 24 discursos diplomáticos[15] produzidos durante o governo do presidente Lula (2003-2010), que teve o embaixador Celso Amorim como Ministro das Relações Exteriores. Quatro temas centrais foram escolhidos para

---

[14] Trindade (2012) refere-se ao estudo da identidade brasileira na publicidade televisiva, mas acreditamos que a inferência para nosso estudo seja legítima e coerente com os objetivos do autor.

[15] Todos eles estão disponíveis, na íntegra, nos Anexos deste trabalho.

a categorização e análise do conteúdo dos discursos: *América Latina*, *Autoestima*, *Brasil Africano* e *Brasil Emergente*. Cada um desses temas contribuiu, de alguma forma, para a construção da narrativa de país pretendida pelo governo Lula e, para verificar essa conexão, foram estudados a partir de reflexões sobre a identidade nacional e da história da política externa brasileira. Apesar de a amostra englobar os oito anos de governo, ela ainda é limitada e, por isso, não permite generalizações que vão além do período estudado.

Havia, no início do trabalho, inúmeras categorias possíveis de serem analisadas. As selecionadas são, no entanto, as que mais dizem algo sobre um projeto de país que tenta alterar a percepção simbólica de quem são os brasileiros. O *Brasil Emergente* surge como fator de valorização da *Autoestima* do brasileiro, complementada pela atribuição de maior importância às identidades que se relacionam com o acumulado histórico do país, a *América Latina* e o *Brasil Africano*. "A política externa do meu Governo espelha e espelhará, cada vez mais, o Brasil confiante e solidário que queremos construir. Cabe ao diplomata ser o intérprete dessa vontade de mudança e renovação", afirmou Lula (Anexo E) em discurso na formatura do Curso de Formação de diplomatas no Instituto Rio Branco.

Sem se ter uma teoria previamente escolhida para realizar as análises, optou-se pela construção teórica a partir das evidências empíricas, o que aproxima este trabalho da *grounded theory*, como explicitado por autores como Glaser e Strauss (1967). Para identificar e analisar as relações entre identidade e discurso diplomático na formação de uma narrativa de país, realizou-se uma pesquisa qualitativa, baseada na análise de conteúdo, inspirada nas teorias desenvolvidas pela pesquisadora Laurence Bardin (2011)[16]. A partir dos discursos selecionados, foi feita uma categorização, dentro dos quatro temas propostos, com a ajuda do programa de suporte à pesquisa NVivo[17], que é um apenas um facilitador do processo e, por isso, não elimina uma análise minuciosa para chegar às categorizações finais que serão analisadas no Capítulo 3, à luz das teorias propostas no Capítulo 2.

Como objeto de análise desta dissertação – o discurso diplomático – tende a ser politicamente orientado, existem visões que destoam da oficial, denominadas, neste trabalho, de contranarrativas. Não se pretende fazer comparações e questionamentos quanto às estratégias da narrativa da política externa do governo Lula ou à sua contranarrativa. Procura-se, sim, demonstrar que os espaços de identidade relacionados ao discurso diplomático

[16] As teorias e métodos apresentados neste ponto estão mais detalhados no Capítulo 3.

[17] O NVivo 10 é um software da QSR International que suporta métodos de pesquisa qualitativos e mistos. Ele permite que você reúna, organize e analise conteúdos de entrevistas, discussões em grupo, pesquisas, áudio, mídia social e páginas web. Para mais informações acesse http://www.qsrinternational.com/.

brasileiro estão em constante disputa na sociedade, sobretudo após a política externa ter entrado no debate político brasileiro com maior protagonismo.

No período analisado, em que se destaca a relação identitária do Brasil com a América Latina; a ideia de país oriundo da periferia, mas emergente, parceiro dos BRICS[18] e protagonista de uma nova ordem mundial multipolar; de país solidário e consciente de sua dívida histórica com o Brasil africano; e com a ideia de autoestima nacional sendo trabalhada constantemente pelo discurso do Itamaraty, houve, paralelamente e de forma sistemática, a produção de uma narrativa contrária à apresentada pelo governo, apesar de partirem de um mesmo ponto de origem: a tradição da política externa brasileira. Os principais críticos da política externa do governo Lula foram Celso Lafer, Luiz Felipe Lampreia, Rubens Ricúpero, Paulo Roberto de Almeida e Rubens Barbosa[19] (JAKOBSEN, 2013, p. 275), além do próprio ex-presidente Fernando Henrique Cardoso, cujo projeto identitário é a fonte inspiradora da maioria dos contranarradores aqui apresentados. Compreender a proposta identitária alternativa proposta pela contranarrativa, ainda que de forma superficial, representa passo importante para o entendimento do próprio projeto identitário que buscamos analisar neste trabalho.

As principais críticas identificadas nesses autores partem da existência de uma política externa "ideologizada e partidarizada" (JAKOBSEN, 2013, p. 276), o que teria contaminado todas as ações do governo em relações internacionais. Há ressalvas feitas à maioria das posições tomadas pelo Itamaraty ao longo dos dois mandatos do presidente Lula, como a busca por um assento permanente no Conselho de Segurança da ONU, a prioridade dada ao MERCOSUL, a exacerbação da diplomacia presidencial, a abertura desnecessária de embaixadas em países de pouca expressão internacional e as candidaturas brasileiras a órgãos internacionais (JAKOBSEN, 2013, p. 276). Celso Lafer, ex-ministro das Relações Exteriores, acusa o governo Lula de desvirtuar a política externa brasileira, aplicando uma política que seria de governo, o que se afastaria dos interesses nacionais de fato. "A política externa tende a ser, no Brasil e em outras nações, uma política de Estado, e não de governo ou de partido –

[18] O termo BRICS tem sua origem em 2001, quando o economista britânico Jim O'Neil apontou Brasil, Rússia, Índia e China como quatro países que emergiriam no futuro próximo como boas oportunidades de investimento. Em 2006, os países indicados por O'Neil se articularam para oficializar o acrônimo BRIC, até então sem a África do Sul, para facilitar a articulação entre os países emergentes. A África do Sul adere ao grupo em 2011, formando a sigla BRICS, que hoje é utilizada.

[19] Celso Lafer foi Ministro das Relações Exteriores de Fernando Collor de Mello (1992) e Fernando Henrique Cardoso (2001-2002); Rubens Ricupero foi Ministro de Meio Ambiente (1993-1994) e Ministro da Fazenda de Itamar Franco (Março a Setembro de 1994) e Secretário Geral da UNCTAD (1995-2004); Luiz Felipe Lampreia foi Ministro de Relações Exteriores de Fernando Henrique Cardoso (1995-2001); Rubens Barbosa foi diplomata de carreira e o último cargo que ocupou foi o de embaixador nos EUA (1999-2004); e Paulo Roberto de Almeida é diplomata de carreira e professor universitário (JAKOBSEN, 2013, p. 275).

como vem ocorrendo na Presidência [de] Lula" (LAFER, 2009), afirmou. Essa mudança, ainda para Lafer (2009), em relação à identidade "que historicamente norteia a política externa brasileira", iria contra "os elementos de continuidade" do Itamaraty (JAKOBSEN, 2013, p. 284). Outra crítica comum, ressaltada por Rubens Ricupero, é ao excessivo protagonismo do Presidente e ao papel preponderante de Marco Aurélio Garcia, assessor especial da Presidência da República para assuntos internacionais de Lula, na política externa nacional. Para Paulo Roberto de Almeida, "Ocorreram bem mais movimentações do que realizações, ou, segundo a frase conhecida, bem mais transpiração do que inspiração. (…) Uma diplomacia grandiloquente nos gestos, mas menos grandiosa nos fatos" (2011, p. 106-107). A base para essas críticas, segundo Jakobsen (2013, p. 293), está em uma análise sistêmica diversa da oficial, sobretudo do papel que o Brasil, como potência média, deveria ocupar no cenário internacional.

A intenção deste estudo é propor um percurso teórico, descrito no **Capítulo 2**, que seja coerente e consistente para embasar a análise empírica dos traços de identidade que compõem o discurso diplomático brasileiro, independente de sua orientação política ou ideológica. As manifestações de identidade no discurso se articulam, segundo Trindade (2012), em sua intradiscursividade, "a perspectiva de análise do texto em sua estrutura, seus aspectos de coerção interna", e em sua interdiscursividade, "que remete ao aspecto subjetivo e ao contexto histórico dos discursos" (p. 27-28). Tem-se, como ponto de partida, uma análise da teoria da narrativa e evolui-se para a relação entre os quatro temas propostos – *América Latina*, *Autoestima*, *Brasil Africano* e *Brasil Emergente* – na intradiscursividade do discurso diplomático do governo Lula, por meio das figuras narrativas de Gérard Genette (1972). Tais figuras, como condicionantes do cenário narrativo que produz as metanarrativas de país, estão em constante tensão política e fazem parte de interesses sociais diversos, o que nos leva a observá-las do ponto de vista das formações discursivas de Foucault (2008), a fim de perceber os embates que as cercam, o que inclui – apesar de não se limitar a elas – as contranarrativas, dentro do que Trindade (2012) chamou de interdiscursividade.

Esse embate em torno da narrativa de país gera, também, um sistema de representações sociais, um modelo mental, como nos apresenta as teorias da psicologia social de Serge Moscovici (2010). Essa representação mental é materializada como signo-discursivo de uma metanarrativa de país por meio da construção de um mito (BARTHES, 2010): o mito nacional. A relação interdisciplinar de autores nos possibilita analisar como se forma a rede

simbólica[20] da identidade nacional. Ainda no Capítulo 2, discute-se como esse cenário teórico apresentado se manifesta na realidade do país, sobretudo na questão da política externa brasileira, e como ele é revelador de um projeto de Estado na construção de uma narrativa para a identidade nacional brasileira.

Este trabalho pretende, também, situar os estudos de política externa, em relação à identidade, na perspectiva da construção de uma narrativa midiatizada, o que novamente nos aproxima da Comunicação. A midiatização, neste trabalho, é entendida como a institucionalização de lógicas sociais (HJARVARD, 2012), como personalização das representações sociais em discurso. Quando o Itamaraty, como entidade institucional brasileira, constrói determinado discurso, ele midiatiza – direta ou indiretamente – todo um segmento de dispositivos do governo e da sociedade, que pode ou não aderir à lógica midiatizada por ele.

Todo o arcabouço teórico apresentado servirá de base para a análise dos discursos diplomáticos, no **Capítulo 3**. Os 24 textos selecionados dividem-se em: 8 pronunciamentos feitos pelo Brasil nas sessões anuais da Assembleia Geral da ONU em Nova Iorque, entre 2003 e 2010, tradicionalmente abertas por um representante do brasileiro[21]; e os 16 discursos feitos pelo então chanceler Celso Amorim (8) e pelo presidente Lula (8) na formatura do Curso de Formação do Instituto Rio Branco[22]. Pela relevância dos autores selecionados e pelo

---

[20] O filósofo francês Cornelius Castoriadis, em seu livro *A instituição imaginária da sociedade* (1991), defende que o mundo está "indissociavelmente entrelaçado com o simbólico". Não que tudo seja diretamente símbolo, como ele mesmo alerta, mas muitos dos "produtos materiais sem os quais nenhuma sociedade poderia viver" são impossíveis fora de uma rede simbólica, que é encontrada, primeiramente, na linguagem, mas também, "num outro grau e de uma outra maneira", nas instituições (CASTORIADIS, 1991, p. 142).

[21] Há, na Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas (ONU), uma tradição não escrita de que um representante do Estado brasileiro faça o discurso de abertura da sessão anual da Assembleia. Segundo o próprio site da presidência (http://www.brasil.gov.br), "a prática remonta a 1947, quando o então ministro de Relações Exteriores Oswaldo Aranha presidiu a abertura da primeira Assembleia Geral". Já o embaixador Luis Felipe de Seixas Correa, em seu livro *O Brasil nas Nações Unidas* (2007), afirma que a tradição teve início em 1949, na IV Assembleia Geral das Nações Unidas: "Acredita-se que essa prática se iniciou em 1949, em função do clima de confrontação que então se observava, com vistas a evitar que fosse concedida a primazia seja aos EUA, seja à URSS. A partir de então, a cada ano, antes de abrir as inscrições para o Debate Geral, Secretário-Geral da ONU dirige nota à Missão do Brasil em Nova York em que indaga se, de acordo com a praxe, o Chefe da delegação brasileira desejaria ser o primeiro orador. A resposta invariavelmente afirmativa à consulta do Secretário-Geral assegura a vigência de uma tradição que honra e distingue o Brasil" (p. 22). Apesar de não haver consenso de datas e nem de motivos para a tradição, fato é que desde a década de 1940 representantes brasileiros são responsáveis pelo discurso de abertura dos debates anuais da Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas.

[22] Os aprovados no concurso de admissão à carreira diplomática (CACD) são empossados como diplomatas e ingressam, automaticamente, no Curso de Formação do Instituto Rio Branco. A aprovação no curso, que dura de três a quatro semestres, é condição essencial para a confirmação do funcionário como parte do Serviço Exterior Brasileiro, como descreve a Portaria nº 179, de 14 de março de 2014. O curso tem como objetivo a capacitação profissional dos ingressantes na carreira, apresentando a visão brasileira das Relações Internacionais e as particularidades da profissão, além da possibilidade de um estágio profissional no último semestre do curso. Ao final do curso, o profissional é integrado definitivamente aos quadros do Ministério das Relações Exteriores do Brasil.

potencial sintetizador dos discursos escolhidos, acredita-se que a amostra selecionada seja suficientemente relevante quanto à imagem que o Itamaraty quis projetar no período analisado para podermos realizar as inferências apresentadas neste trabalho.

Propõe-se, nas **Considerações Finais**, uma reflexão sobre os objetivos teóricos e práticos apresentados pelo trabalho na busca por demonstrar qual a narrativa produzida pela política externa do governo Lula em seus discursos diplomáticos e o que ela nos diz sobre a identidade nacional brasileira. Se vivemos em um ambiente cada vez mais fluido (BAUMAN, 2003), complexo (MORIN, 2005) e globalizado, a compreensão das relações entre identidade e política externa – do ponto de vista da narrativa – não só ajuda a entender o papel e a legitimidade da narrativa de país na contemporaneidade, como também colabora para ampliar o escopo de pesquisa da Comunicação e suas inter-relações com outras ciências importantes para o entendimento do meio social. Somente um olhar interdisciplinar nos possibilita uma compreensão do mundo em que vivemos para uma ação transformadora, ainda que dentro de um objeto de estudo delineado por uma disciplina específica, a Comunicação.

2 DA NARRATIVA DE PAÍS À REDE SIMBÓLICA DA IDENTIDADE NACIONAL

As narrativas estabelecem os sentidos e significados do real[23]. Diante de uma realidade multifacetada e do multiprotagonismo do discurso nacional, a construção de uma metanarrativa que represente o Estado tem como função garantir a coincidência entre comunidade política e cultural, criando certa unidade ideológica[24] dentro de determinado território. O olhar narrativo sobre a relação entre discurso diplomático e identidade nacional nos ajuda a vincular a narrativa de país aos inúmeros narradores que são por ela representados, dando-lhe certa coerência temporal por meio de um acumulado histórico razoavelmente reconhecível.

Jerome Bruner, em seu texto *A Interpretação Narrativa da Realidade* (2001), coloca uma questão essencial para a compreensão da narrativa como criadora dos sentidos e significados do real. Para o psicólogo estadunidense, um dos principais papéis da narrativa é encadear os fatos para construir o que percebemos como realidade: "É por meio de nossas próprias narrativas que construímos principalmente uma versão de nós mesmos no mundo, e é por meio de sua narrativa que uma cultura fornece modelos de identidade e agência a seus membros" (BRUNER, 2001, p. 11). Por essa perspectiva, a realidade poderia ser compreendida como um conjunto de situações narrativas ou, como prefere Shlomith (RIMMON-KENAN, 1983), uma "situação de comunicação narrativa"[25] (p. 91, tradução nossa), em que determinada organização dos fatos é comunicada para produzir um efeito sobre a audiência. O narrador rearranja os acontecimentos da maneira como lhe parece mais conveniente, selecionando, muitas vezes inconscientemente, os fatos que produzirão os significados pretendidos e que, se selecionados de outra forma, provavelmente produziriam outros significados.

---

[23] Serge Mosovici (2010) descreve um mundo que só pode ser percebido por meio das representações sociais. O que existe, de fato, o "real", não está ao nosso alcance, já que só percebemos esse real por meio de filtros, as representações sociais, que o distorcem e o transformam no que poderíamos chamar de "realidade". Esta diferenciação entre real e realidade encontra lastro, também, na teoria de Lacan (BRAGA, 1999), que afirma claramente que o registro psíquico do real "não deve ser confundido com a noção corrente de realidade". Para Lacan, "o real é o impossível, aquilo que não pode ser simbolizado e que permanece impenetrável". O real é o que falta na ordem simbólica, justamente por não poder ser apreendido sem o filtro das representações sociais, o que o transforma em realidade.

[24] Ernest Gellner, em seu livro *Nações e Nacionalismos* (1993), fala que só se pode pertencer à mesma nação se há um compartilhamento de "um sistema de ideias, signos e associações" (p. 19), por isso afirmamos que deve haver certa unidade ideológica.

[25] Shlomith (RIMMON-KENAN, 1983) usa o termo, em inglês, "narrative communication situation" em diversos momentos de seu livro. Ainda que ele não se refira especificamente à interpretação da realidade, acreditamos que seja possível, dentro das teorias apresentadas, fazer essa aproximação.

A narrativa de país segue uma lógica parecida. Os brasileiros constroem a versão deles mesmos como parte de uma nação que, por convenção, deu-se o nome de Brasil. As narrativas brasileiras são parte de um acumulado de eventos históricos, de sensações, de grandes líderes e personagens corriqueiros, de empresários, trabalhadores, conquistadores, desbravadores, de "navegantes, bandeirantes e diplomatas" (GOES, 1991, p. 9). Uma narrativa de país é uma construção temporal, é a experiência da nação no tempo, que – como disse Bruner – nos dá os modelos de identidade. Podemos inferir, assim, que a narrativa também estabelece as relações e cria os significados de Estado-nação, de identidade e, consequentemente, da metanarrativa nacional.

Nassar (2013a) define o que seria essa metanarrativa ligada à nação

> Por metanarrativas entendemos a narrativa institucional que busca um relato central, agregador de grande conhecimento, referencial e definitivo sobre determinado tema. As metanarrativas de nação, enfraquecidas pelas críticas contemporâneas às ideias iluministas de verdade, razão e progresso e pelo advento das narrativas que expressam o mundo além das nações (...), são abundantemente veiculadas pelas fontes oficiais, principalmente governos, com objetivos diplomáticos, políticos, cívicos, econômicos, culturais, turísticos, entre outros (p. 12).

As metanarrativas – ou "metarrelatos", na nomenclatura de Lyotard (1991, p.16) – "têm a característica de serem grandes esquemas conceituais abstratos que visam a ligar as narrativas conceituais e os atores sociais na perspectiva histórica ampla", como explica Pedro Fernando Bendassolli (2007, p. 229-230). A metanarrativa seria, na visão de Gérard Genette (1996, p. 227), uma "passagem para o segundo grau", como "uma narrativa da narrativa", uma narrativa que contém diversos relatos cotidianos. A metanarrativa nacional, como um esquema conceitual abstrato que engloba uma multiplicidade de narrativas, deve organizar as demandas de seus muitos narradores e formar um discurso que, apesar de não se pretender único, tenha certa hegemonia, de acordo com as estratégias de inserção internacional do país.

Existem, segundo o crítico e teórico literário Gérard Genette[26] (1996), três diferentes concepções para a palavra narrativa, que podem ajudar a aprofundar um pouco mais o conceito de narrativa de país: a narrativa como *história*, que está relacionada aos fatos narrados reconstruídos em ordem cronológica; a *narração*, que seria a narrativa como ato

[26] Diversas são as teorias que explicam as narrativas. Gérard Genette descreve a narrativa de acordo com o paradigma estruturalista, descrevendo-a como uma relação estruturada entre os elementos da narrativa: acontecimentos, sequência histórica, sequência temporal, narrador e público. Roland Barthes vai além da proposta inicial dos estruturalistas, voltando-se para a ênfase no papel do leitor na geração do significado da narrativa (EDGAR; SEDGWICK, 2003, p. 228-229). Já Foucault, identificado por alguns como pós-estruturalista apesar de alguns estudiosos situarem o pensador francês como estruturalista epistêmico ou até pós-moderno (COSTA; VERGARA, 2012), preocupa-se em como o discurso organiza e produz os significados dentro do contexto social (EDGAR; SEDGWICK, 2003, p. 88).

narrativo ou enunciação, focada em como o autor escreveu a história, no processo de estruturação da mesma; e, por fim, a *narrativa propriamente dita*, que assume a narrativa como discurso, ponto de destaque do trabalho de Genette. Desses três aspectos, o único acessível para o leitor é a *narrativa propriamente dita*, responsável por transmitir os acontecimentos da *história* e os aspectos da *narração*, que são "duas metonímias da *narrativa propriamente dita*, a primeira referindo-se ao seu conteúdo narrativo, a segunda, à sua produção" (RIMMON-KENAN, 1983, p. 4, tradução nossa[27]).

> História e narração só existem para nós, pois, por intermédio da narrativa. Mas, reciprocamente, a narrativa, o discurso narrativo não pode sê-lo senão enquanto conta uma história, sem o que não seria narrativo (...) e porque é proferido por alguém, sem o que (...) não seria, em sim mesmo, um discurso. Enquanto narrativo, vive da sua relação com a história que conta; enquanto discurso, vive da sua relação com a narração que o profere. A análise do discurso narrativo será, pois, para nós, essencialmente o estudo das relações entre narrativa e história, entre narrativa e narração, e (enquanto se inscrevem no discurso da narrativa) entre história e narração (GENETTE, 1996, p. 27).

Não sendo possível, portanto, isolar uma categoria da outra, nosso foco será o discurso da narrativa, ainda que permeado constantemente pelas outras duas categorias de Genette. Para uma compreensão profunda da narrativa, precisamos conhecer o contexto em que ela foi criada – a sua narração – e o conteúdo no qual ela se baseia – sua história. As três categorias de Genette são como "níveis de consideração de um mesmo objeto" (RIBEIRO, 2014, p. 69), denominado por ele como "realidade narrativa" (GENETTE, 1972, p. 12).

A realidade narrativa de um país ou, como define Nassar (2013a, p. 6), a maneira "como os países na contemporaneidade são percebidos, querem ser percebidos, como se comunicam, como estruturam as suas narrativas, como superam estereótipos, entre outras questões ligadas a suas histórias, memórias, identidades, imagens e reputações", também pode ser dividida nas três categorias de Genette. Há uma clara relação entre a narrativa de país e sua cronologia histórica; uma intencionalidade anterior ao discurso, que configura uma narração; e, finalmente, a narrativa nacional propriamente dita, representada, neste trabalho, pelos discursos oficiais da diplomacia selecionados para análise[28], sempre com foco no conteúdo identitário gerado pela política externa brasileira. O cerne da narrativa de país, que perpassa as três categorias narrativas, são "os elementos centrais duradouros e diferenciados de um país" (NASSAR, 2013a, p. 13), que unem história, mitos, discursos e rituais para formar a narrativa nacional.

---

[27] No original: *two metonymies of the text, the first evoking it through its narrative content, the second through its production.*

[28] Os discursos foram analisados no Capítulo 3 e estão disponíveis nos Anexos deste trabalho.

Tais elementos da narrativa de Estado, no entanto, não surgem espontaneamente da sociedade. Eles são fruto de um constante embate entre as diversas versões da História que se constroem ao longo da trajetória de um Estado. Toda narrativa, segundo os críticos e teóricos da literatura Scholes e Kellogg (1977), se caracteriza pela presença de uma história e de um contador de histórias. No caso das narrativas nacionais, seus narradores não estão somente nos discursos oficiais, mas também nas narrativas de milhões de nacionais, de outros diversos estrangeiros com interesses pelo país e, como destacado no próximo capítulo, de diversos antagonistas do discurso oficial, as contranarrativas[29]. Walter Benjamin (1996), pensador alemão da primeira metade do século XX, em seu texto *O Narrador*, ressalta a importância dessa multiplicidade de discursos para a formação de uma narrativa: "entre as narrativas escritas, as melhores são as que menos se distinguem das histórias orais contadas pelos inúmeros narradores anônimos" (BENJAMIN, 1996, p. 198).

Anônimos ou não, os narradores que constroem a narrativa nacional no cotidiano se projetam nesse discurso e, por outro lado, também são influenciados por ele. Dessa maneira, para que a metanarrativa nacional – formalmente estabelecida nas estratégias de política externa de um Estado – tenha legitimidade[30], ela deve representar, idealmente, o conjunto de narrativas produzidas por aqueles que ela supõe representar. Por isso, a importância de se estabelecer um vínculo entre o discurso diplomático e a identidade nacional.

Cabe ao organizador da metanarrativa do Estado nacional – de forma geral, o Ministério das Relações Exteriores – perceber as nuances dessa relação e construir um discurso que consiga inserir o país de forma autônoma na sociedade internacional, sem perder o vínculo com as milhões de narrativas nacionais que constroem o significado diário de pertencimento a uma nação. Esta estratégia é um dos pontos que procuramos explicitar neste trabalho. A "essência da arte da narrativa", escrevem Scholes e Kellogg (1977), "reside no relacionamento entre o contador e o relato e no outro relacionamento entre o contador e o público" (p. 169). Equacionar esses relacionamentos é ponto crucial para uma narrativa de país legítima, equilibrada e representativa.

O conjunto de narrativas que formam a metanarrativa nacional pode ser subdividido em diversas categorias que o explicam, dentre as quais selecionamos algumas para análise a partir de sua midiatização nos discursos diplomáticos brasileiros. Somente dentro de uma

---

[29] Ver mais no item 3.2.3. Categorias de Análise deste trabalho.

[30] A legitimidade, embora não tenha uma definição consensual nas ciências sociais (FONSECA, 2004, p. 137), pode ser entendida como "o reconhecimento por parte dos sujeitos de uma sociedade sobre o direito de seus governantes exercerem o governo da sociedade", como explicam Andrew Edgar e Peter Sedgwick (2003, p. 189).

lógica social midiatizada é possível entender as relações entre esses discursos e a identidade nacional.

Utiliza-se, neste trabalho, o termo *midiatização* no sentido que lhe é dado pelo dinamarquês Stig Hjarvard (2012), que define midiatização como conceito determinante em uma teoria sobre a importância da mídia para a cultura e a sociedade, como um "processo pelo qual a sociedade, em um grau cada vez maior, está submetida a ou torna-se dependente da mídia e de sua lógica" (p. 64). Para ele, esse processo é caracterizado por uma integração da mídia às operações de outras instituições sociais, como o Itamaraty, ao mesmo tempo em que os veículos de mídia também adquirem "status de instituições sociais em pleno direito" (p. 64). As interações sociais entre instituições e sociedade em geral aconteceriam, assim, por meio dos meios de comunicação, que passam a ser determinantes na construção de inúmeras narrativas, incluindo a narrativa nacional.

A midiatização do discurso diplomático é feita de forma indireta, com o desenvolvimento de uma relação, quase sempre intertextual, entre o Itamaraty e os meios de comunicação. "A midiatização indireta é quando uma determinada atividade é cada vez mais influenciada, no que diz respeito à forma, ao conteúdo ou à organização, pelos símbolos ou mecanismos midiáticos" (HJARVARD, 2012, p. 67). Essa forma indireta de midiatização – em contraponto à direta, que seria quando uma atividade antes não mediada se torna mediada – nem sempre afeta o modo pelo qual essa atividade é executada, o que lhe dá um caráter mais sutil. Geralmente "está relacionada ao aumento geral da dependência por parte das instituições sociais dos recursos de comunicação" (HJARVARD, 2012, p. 68). A midiatização, como afirma Andreas Hepp (2014), refere-se não só à inter-relação entre as mudanças entre mídia e comunicação, mas também entre "cultura e sociedade" (p. 45). Se, antes, o discurso diplomático estava restrito a determinados ambientes mais ou menos controlados, hoje sua propagação é ampla e imediata, o que, sem dúvida, influencia seu público, agora ampliado, e sua formulação.

Não se pode confundir, entretanto, os conceitos de midiatização e mediação. A mediação, mais ampla do que a midiatização, "refere-se à comunicação através de um meio do qual a intervenção pode afetar tanto a mensagem quanto a relação entre emissor e receptor" (HJARVARD, 2012, p. 66), é um "lugar onde se torna possível identificar a interação entre os espaços da produção e do consumo da comunicação" (IMMACOLATA, 2014, p. 68). Um discurso mediado contém, em si, as representações sociais do mediador, que influencia o conteúdo que se quer transmitir e afeta, também, quem emite e quem recebe a mensagem. Diferente é a midiatização, que se refere a um processo por meio do qual "as

instituições sociais e culturais e os modos de interação são alterados como consequência do crescimento da influência dos meios de comunicação" (HJARVARD, 2012, p. 66). A midiatização ocorre quando a observação da interface entre atividade social e meios de comunicação se torna necessária para a própria compreensão dessa atividade, o que não quer dizer que suas consequências possam, a partir disso, ser classificadas como positivas ou negativas.

Nesse contexto, pode-se afirmar que o entendimento da relação entre narrativa de país e do discurso diplomático brasileiro – ao menos em períodos mais recentes, como o escolhido para este estudo – precisa considerar essa relação intrínseca com os meios de comunicação. "A sociedade contemporânea está permeada pela mídia de tal maneira que ela não pode mais ser considerada como algo separado das instituições culturais e sociais", como afirma Hjarvard (2012, p. 54). A midiatização, mesmo que indireta, institucionaliza as lógicas sociais e traz consigo dispositivos ligados tanto à narrativa do governo quanto da sociedade e da identidade de um país, por isso a importância de se entender a rede simbólica (CASTORIADIS, 1991) da identidade nacional.

2.1 A rede simbólica da identidade nacional

O percurso teórico de formação da rede simbólica da identidade nacional permite uma compreensão mais clara das relações entre o discurso diplomático brasileiro e o conjunto de símbolos que criam o que Benedict Anderson (2009, p. 28) chama de "condição nacional". A representação mental que se tem do que é o brasileiro, arraigada no imaginário coletivo, se estrutura em signos, que se desdobram em discursos. Não só discursos escritos ou feitos para uma comunicação oficial, como os selecionados para análise, mas o discurso de forma mais ampla, como "gênero discursivo" (BAKHTIN, 1985, p. 248), "aplicado ao signo linguístico, em suas manifestações textuais, enunciados orais e escritos" (TRINDADE, 2012, p. 33). Tais discursos são a base da construção de uma narrativa de país, que se pretende representativa e legitimada pelo imaginário coletivo, em diálogo constante com a identidade nacional.

As questões que envolvem as narrativas que formam identidade sempre foram centrais nos estudos das ciências sociais, sobretudo nas reflexões sobre a cultura. O embate histórico sobre narrativas identitárias se dá entre a visão ortodoxa, que vê a identidade como algo individual, e a visão de identidade como resposta aos estímulos sociais (EDGAR; SEDGWICK, 2003, p. 169). Se, por um lado, estamos de acordo com o filósofo escocês David Hume e sua "teoria do feixe", na qual a identidade seria um "feixe de impressões

sensoriais mudando continuamente à medida que o indivíduo tivesse novas experiências ou lembrasse das antigas" (EDGAR; SEDGWICK, 2003, p. 169). Por outro, acreditamos que essas impressões sensoriais – que dialogam com as representações sociais de Moscovici (2000) – podem ter um caráter coletivo, o que conduziria a um pensamento próximo ao de Durkeim (2007), em que "o indivíduo nasce da sociedade, e não a sociedade nasce do indivíduo" (ARON, 2003, p. 464).

Neste trabalho, segue-se um conceito híbrido de identidade, mais próximo das teorias de Manuel Castells. O pensador espanhol, em *O poder da identidade* (2000), afirma que a identidade é formada a partir da "matéria-prima fornecida pela história, geografia, biologia, instituições produtivas e reprodutivas, pela memória coletiva e por fantasias pessoais, pelos aparatos de poder e revelações de cunho religioso" (p. 23), o que estaria de acordo com a segunda visão apresentada por Edgar e Sedgwick. Ele faz, porém, uma ressalva quando afirma que "todos esses materiais são processados pelos indivíduos, grupos sociais e sociedade, que reorganizam seu significado" (CASTELLS, 2000, p. 23), mais próxima da visão ortodoxa da identidade.

Uma narrativa mista, baseada na sociedade e no indivíduo, evita, por um lado, que a identidade seja tão volátil quanto a própria organização social e, por outro, que seja apenas uma questão de escolha individual, já que a fluidez do mundo contemporâneo permitiria ao indivíduo decidir seu lugar de referência, o que tornaria a narrativa sobre a identidade pouco estável e duradoura e colocaria em questão a própria existência do conceito de identidade. "As decisões que o próprio indivíduo toma, os caminhos que percorre, a maneira como age e a determinação de se manter firme a tudo isso", escreve o sociólogo Zygmunt Bauman (2005), "são fatores cruciais tanto para o 'pertencimento' quanto para a 'identidade'" (p. 17). As ideias de Bauman, ainda que pareçam referidas apenas à tomada de decisão individual sobre a identidade e o pertencimento, também nos permitem olhar para as narrativas que constroem identidades ligadas às instituições sociais que perduram no tempo – mesmo que bastante modificadas em suas bases de legitimidade – como importantes organizadores da vida em sociedade, dado o peso das instituições na organização social. Nos últimos dois séculos e meio, esse papel organizador coube primordialmente aos Estados nacionais.

A narrativa do Estado-nação foi o grande molde identitário contemporâneo, tendo papel determinante na construção da rede simbólica da até então inexistente identidade nacional. Ainda que alguns autores, como Wanderley Guilherme dos Santos (1978) e Bolívar Lamounier (1990), insistam em uma oposição entre Estado e sociedade, o Estado só existe se

vinculado à ordem social[31] (RICUPERO, 2011, p. 40), mesmo que seja para agir contra ela. O grande problema, para alguns Estados recém-independentes do Novo Mundo, era que a rede simbólica estava ainda muito frágil e artificial. Tobias Barreto, filósofo e escritor brasileiro, afirmou, em 1877, que "entre nós, o que há de organizado é o Estado, não é a nação" (LIMA, 2009, p. 108), demonstrando a necessidade de vínculo entre as duas partes para se formar a identidade nacional. "O Estado", diz Anthony Smith (1997), "era a condição necessária e a matriz para a gestação das lealdades nacionais" (p. 81).

O debate teórico em torno do uso do termo nação para especificar a fusão entre comunidade política e comunidade cultural, essencial para a formação da narrativa de país, apareceu pela primeira vez nas últimas décadas do século XVIII, durante a Revolução Francesa (BOBBIO, 1998, p. 795). No entanto, foi somente na segunda metade do século seguinte que essa narrativa sobre a nação se consolidou, com a ascensão dos nacionalismos europeus e o surgimento de obras como a do italiano Giuseppe Mazzini[32], *Doveri dell'uomo* (1860), e o clássico livro de Ernest Renan, *Qu'est-ce qu'une nation?* (1882)[33]. Mesmo em tempos de muitas transformações, como na década de 1860, alguns pensadores como Lord Acton – nascido em Nápoles (Itália) e que viria a ser o primeiro régio professor católico em Oxford (Inglaterra) – já via a nacionalidade como a ideia com maior potencial subversivo[34] para a época e no futuro (ANDERSON, 2008, p. 8-9).

O período de consolidação desse uso específico do termo nação, entre o final do século XVIII e meados do XIX, coincide com a ascensão da burguesia ao poder e a conclusão do ciclo revolucionário iniciado em 1789[35]. Ao estabelecer-se no poder, a nova classe dominante – aliada, em muitos locais, à velha aristocracia decadente, principalmente após as revoluções de 1848 – encontra no Estado-nação uma forma de legitimar sua nova posição social, manipulando fatos passados e "inventando" tradições para criar narrativas históricas

---

[31] A oposição entre Estado e sociedade em Santos (1978) e Lamounier (1990), assim como o vínculo entre eles descrito por Ricupero (2011), refere-se à realidade brasileira no século XIX, mas demonstra também as diferentes visões dos autores.

[32] Giuseppe Mazzini foi um dos líderes políticos revolucionários que, ao lado de Garibaldi e Cavour, lutaram pela unificação da Itália, que se tornaria uma monarquia em 1861.

[33] Ainda que outro sentido para o termo – aplicado também a comunidades políticas que não coincidem com as fronteiras estatais, como a nação curda no Oriente Médio ou a nação basca nos Pirineus – tenha encontrado sobrevida paralelamente ao reforço do Estado-nação, é este último que se fixa no imaginário coletivo como narrativa dominante.

[34] Citado por Benedict Anderson, no prefácio do livro *Um mapa da questão nacional*, organizado por Gopal Balakrishnan (2008), Lord Acton compara a nacionalidade com outras duas "ideias subversivas", o igualitarismo – voltado contra o princípio da aristocracia – e o comunismo (mais próximo das ideias de Babeuf do que Marx) – voltado contra a propriedade privada. Dentre as três ideias, a nacionalidade seria esta com maior poder subversivo (ANDERSON, 2008, p. 8-9).

[35] O início em 1789 se refere ao universo europeu, já que o processo de independência dos Estados Unidos da América tem como data simbólica 1776 e também pode ser inserido no quadro das revoluções do período.

que apresentassem a emancipação de uma classe social, a burguesia, como se fosse a emancipação de toda a humanidade.

> Por ‘tradição inventada’ entende-se um conjunto de práticas, normalmente reguladas por regras tácitas ou abertamente aceitas; tais práticas, de natureza ritual ou simbólica, visam inculcar certos valores e normas de comportamento através da repetição, o que implica, automaticamente, uma continuidade em relação ao passado. Aliás, sempre que possível, tenta-se estabelecer continuidade com um passado histórico apropriado (HOBSBAWM; RANGER, 2002, p. 9).

O sentimento que se cria é de pertencimento a uma comunidade ancestral, adormecida por anos e despertada das trevas da Idade Média pela criação da narrativa do Estado Nacional. No lugar de burgueses, proletários e padres, cria-se o francês, o italiano, o alemão, ligados, sobretudo, ao território. Apesar de, à primeira vista, até parecer uma comunidade democrática, em que os diferentes tipos sociais se unem sob a aura da nacionalidade, essa uniformização cultural pressupõe a imposição de uma determinada narrativa – geralmente ligada à cultura erudita – sobre uma infinidade de outras pequenas narrativas de culturas populares preexistentes, utilizando-se da educação oficial e servindo-se da instrumentalização do Estado para garantir sua prevalência (GELLNER, 1993).

> Normalmente a Nação é concebida como um grupo de pessoas unidas por laços naturais e portanto eternos — ou pelo menos existentes *ab immemorabili* — e que, por causa destes laços, se torna a base necessária para a organização do poder sob a forma do Estado nacional. As dificuldades se apresentam quando se busca definir a natureza destes laços, ou, pelo menos, identificar critérios que permitam delimitar as diversas individualidades nacionais, independentemente da natureza dos laços que as determinam (BOBBIO, 1998, p. 796).

A nação é, portanto, uma entidade ilusória ou, como prefere o próprio Bobbio (1998), apenas o “reflexo na mente dos indivíduos de uma situação de poder” (p. 797). Imaginar que as nações são entidades que sempre existiram e foram “despertadas” no século XIX é, certamente, confundir o processo que deu origem a elas com o seu resultado (BOBBIO, 1998, p. 797). Assim, como afirma Lilia Moritz Schwarcz (2009) na apresentação do clássico *Comunidades imaginadas* de Benedict Anderson, “mais do que inventadas, nações são ‘imaginadas’, no sentido que fazem sentido para a ‘alma’ e constituem objetos de desejos e projeções” (p. 10).

O projeto de poder burguês, realizado por meio da criação e implementação de um modelo político que estabelecia uma narrativa que lhe dava legitimidade, foi tão bem-sucedido que, pouco tempo depois, tornou-se uma realidade quase inquestionável. A ilusão

nacional foi materializada e internalizada no imaginário coletivo com tamanha força, que permanece até hoje como parâmetro de organização social em todo mundo.

A ideia de comunidade e compartilhamento cultural, que já existia nas relações sociais em outro contexto, normalmente ligadas a pequenos grupos, é amplificada até as fronteiras políticas determinadas pelo Estado recém-formado. A nação "é imaginada como uma *comunidade* porque, independentemente da desigualdade e da exploração efetivas que possam existir dentro dela, a nação sempre é concebida como uma profunda camaradagem horizontal", escreve Benedict Anderson (2009, p. 34). O problema é que, como alerta Bauman (2003), a comunidade "é o tipo de mundo que não está, lamentavelmente, a nosso alcance – mas no qual gostaríamos de viver e esperamos vir a possuir" (p. 9). A busca por uma comunidade que nos proporcione proteção nos leva a uma narrativa que nos tolhe parte da liberdade, e assim foi, também, com o Estado Nacional. "Não ter comunidade significa não ter proteção; alcançar a comunidade, se isto ocorrer, poderá em breve significar perder a liberdade", ressalta Bauman (2003, p. 10).

Tornar a metanarrativa do Estado-nação uma narrativa também comunitária foi a principal tarefa dos intelectuais modernos. Apesar de sua função social ser a de "subverter o poder da autoridade", como afirma Edward Said (2005, p. 94), os intelectuais tiveram papel determinante na propagação e consolidação da narrativa nacional, seja no auxílio à "reinserção dos desenraizados" ou na "orientação do trabalho dos legisladores". O grande empreendimento da revolução moderna, por meio desses mecanismos, era a construção da narrativa do Estado e da nação, "a substituição de um mosaico de comunidades locais pelo novo e estreitamente integrado sistema do Estado-nação, da 'sociedade imaginada'" (BAUMAN, 2003, p. 113-114).

> Construir o Estado moderno consistia em substituir as velhas lealdades à paróquia, à vizinhança ou à corporação de artesãos por novas lealdades ao estilo do cidadão para com a totalidade abstrata e distante da nação e das leis da terra. As novas lealdades, diferentemente das antigas já obsoletas, não podiam se fundar em mecanismos espontâneos e corriqueiramente seguidos de auto-reprodução; tinham que ser cuidadosamente planejadas e meticulosamente instiladas num processo de educação organizada de massa (BAUMAN, 2003, p. 114).

Houve um engajamento coletivo, de governantes e governados, para que esse compartilhamento cultural comunitário pudesse ser chamado de nação, o que colaborou para categorizar o novo conceito. A expansão dos direitos de cidadania e da infraestrutura, "que ligava partes distantes do reino e aumentava largamente a densidade das redes de comunicação com as fronteiras do Estado" (SMITH, 1997, p. 81), assim como a unificação

das leis e obrigações econômicas e sociais, foram, também, fundamentais para atrair novos membros para essa comunidade ampliada. Essa ideia, antes estranha, foi ancorada na rede simbólica da sociedade da época e, de certa forma, materializou-se em imagens cartográficas e símbolos nacionais – como monumentos, mapas e bandeiras – popularizados e cristalizados no imaginário coletivo pela concomitante evolução das tecnologias de comunicação.

Esses mecanismos de ancoragem e materialização – ou objetivação – são as ferramentas que utilizamos para tornar familiar uma narrativa que nos é estranha, criando as representações sociais descritas por Serge Moscovici (2010). Comentando a teoria de Moscovici, Denise Jodelet (2001) define a representação social como "uma forma de conhecimento, socialmente elaborada e compartilhada, com um objetivo prático, e que contribui para a construção de uma realidade comum a um conjunto social" (p. 22).

A teoria das representações sociais de Moscovici tem como objetivo compreender como os indivíduos e grupos podem construir um mundo estável e previsível a partir da diversidade e da imprevisibilidade do cotidiano, desde um olhar da psicologia social, que muito nos ajuda a compreender a formação do Estado-nação e sua respectiva narrativa. A preocupação central de Moscovici é com a natureza das mudanças que permitem às representações sociais influenciar o comportamento do indivíduo que pertence a uma comunidade. "É dessa maneira que elas [as representações sociais] são criadas, internamente, mentalmente, pois é dessa maneira que o próprio processo coletivo penetra, como o fator determinante, dentro do pensamento individual", explica Moscovici (2010, p. 40). Essas representações são o resultado de nossas ações e comunicações diárias, mas também se reproduzem aleatoriamente e ganham autonomia, reaparecendo para nós quase como objeto material. Olhando por essa perspectiva, o que seria a narrativa de país se não um conjunto de representações sociais compartilhado dentro de um determinado território que, com o passar dos anos, surge para nós como parte da realidade.

As representações sociais formam, assim, uma rede simbólica que se sobrepõe ao real e isola nossos campos de sentido. O real, portanto, só é percebido por meio de símbolos e, já distorcido, passa a representar uma determinada realidade. O próprio Moscovici relata que "as representações que nós fabricamos – duma teoria científica, de uma nação, de um objeto, etc. – são sempre o resultado de um esforço constante de tornar comum e real algo que é incomum" (2010, p. 58). As representações sociais sempre funcionam como intermediários de nossa percepção do real, não só nos orientando em direção ao que é visível, como também determinando o que devemos responder em cada caso. Kurt Lewin (1948), que é lembrado por Moscovici, afirma que "o que existe como realidade é, para a pessoa, em grande parte,

determinada por aquilo que é socialmente aceito como realidade”[36] (p. 57, tradução nossa). A ideia de representação social, no campo da psicologia, trata da formação mental de uma ideia. Essa ideia, no entanto, parte de um processo narrativo que é, ao mesmo tempo, comunicacional e discursivo. Um processo que se concretiza em outra ideia, a de signo – ainda que em um sistema semiológico segundo, como apresentado a seguir – e, assim, conecta as representações sociais de Moscovici e as ideias dos estruturalistas Gérard Genette, sobre a narrativa, e Roland Barthes, a respeito do mito.

Dentro dessa perspectiva, pode-se dizer que há, na estrutura narrativa formada pelo mecanismo associativo das representações sociais da nação, a formação do mito nacional, em um espaço que Barthes (2010) chamou de “sistema semiológico segundo” (p. 205). Há a apropriação de um signo (a comunidade), constituído por um significante e um significado[37] que já existem em uma cadeia semiológica anterior[38], e a impressão de um novo significado (a ideia de Estado-nação) para formar outro signo (uma comunidade nacional), como ilustrado na Tabela 1.

Tabela 1 – A formação do mito de Barthes em seu sistema semiológico segundo

Sistema semiológico primeiro	1. Significante	2. Significado
	3. Signo	
Sistema semiológico segundo	I. SIGNIFICANTE	II. SIGNIFICADO
	III. SIGNO (mito da comunidade nacional)	

* Tabela baseada no modelo de Barthes (2010, p. 137)

A criação do signo comunidade nacional, no segundo sistema semiológico de Barthes, permite-nos definir o conjunto de representações sociais ligadas a essa comunidade imaginada como parte do percurso narrativo para a formação mito nacional.

> Mas o mito é um sistema particular, visto que ele se constrói a partir de uma cadeia semiológica que já existe antes dele: é um sistema semiológico segundo. O que é signo (isto é, a totalidade associativa de um conceito e de uma imagem) no primeiro sistema transforma-se num simples significante no segundo. (...) o mito apenas considera uma totalidade de signos, um signo global, o termo final de uma primeira cadeia semiológica. E é precisamente esse termo final que vai se transformar em primeiro termo ou termo parcial

[36] No original: *What exists as ‘reality’ for the individual is, to a high degree, determined by what is socially accepted as reality*.

[37] O significante é a imagem acústica, uma sequência de fonemas que remetem ao significado, que é o conceito ou ideia de alguma coisa (SAUSSURE, 1993, p. 80).

[38] Barthes (2010) refere-se ao primeiro sistema semiológico como “sistema linguístico, a língua (ou os modos de representação que lhe são comparados)”, ao qual ele chamou de “linguagem-objeto”, já que “é a linguagem de que o mito se serve para construir o seu próprio sistema”, que seria o sistema semiológico segundo (p. 206).

> do sistema aumentado que ele constrói. Tudo se passa como se o mito deslocasse de um nível o sistema formal das primeiras significações (BARTHES, 2010, p. 205).

A sociedade, em geral, posiciona-se de forma acrítica diante do mito nacional, assimilando-o sem resistências e reagindo como se esse mito fosse "uma totalidade inextrincável de sentido e forma" e acaba vivendo o mito "como uma história simultaneamente verdadeira e irreal" (BARTHES, 2010, p. 220)[39]. Ainda segundo Barthes, o mito nada esconde e nada ostenta, ele apenas deforma, o que o torna, para a maioria das pessoas, imperceptível. Cria-se, pois, um sistema semiológico segundo para permitir a naturalização da narrativa mitológica sem estranhamento, para facilitar a sua ancoragem e objetivação. O mito transforma história em natureza, transforma "uma eventualidade em eternidade", distancia-se do fato e insere-se como "se a imagem provocasse *naturalmente* o conceito e o significante *criasse* o significado" (2010, p. 223)[40]. Lido dessa forma, o mito (comunidade nacional) faz com que o indivíduo seja levado a racionalizar o significado (Estado-nação) pelo significante (comunidade). O que leva à naturalização do mito é a tentação de observá-lo como um sistema indutivo, não um sistema semiológico. "Onde existe apenas equivalência, ele [o leitor do mito] vê uma espécie de processo causal: o significante e o significado mantêm, para ele, relações naturais" (BARTHES, 2010, p. 223). A falta de percepção da comunidade nacional como um mito justifica a força que, ainda hoje, a ideia tem na sociedade.

Entender esse mecanismo de formação do mito nacional ajuda a compreender a maneira como o conjunto de representações sociais é enraizado em nosso imaginário, formando a narrativa nacional. O Estado-nação, por meio do monopólio da violência dentro de suas fronteiras, desloca os significados e isola os campos de sentido que lhe são mais convenientes, cria e recria a narrativa mitológica da nação, impondo regras e comportamentos que estabeleçam um ambiente favorável para a reprodução de um determinado modelo mais ou menos uniforme, capaz de acelerar a reprodução do mito nacional.

Justamente no espaço entre o primeiro e o segundo sistema semiológico da formação do mito nacional, nesse intervalo semântico entre o que é dito sobre a nação e o que, de fato, ela representa, é que formam-se o que poderíamos chamar, nos apropriando da teoria de Genette (1972), de figuras narrativas.

---

[39] Barthes (2010) fala apenas da absorção do mito em uma sociedade, não em relação ao mito nacional.
[40] Destaque do próprio Barthes (2010).

> Vemos que aqui, entre a letra e o sentido, entre o que o poeta escreveu e o que ele pensou, se estabelece uma separação, um espaço, e como todo espaço, esse também possui uma forma. Chamamos essa forma uma figura e haverá tantas figuras quantas formas forem encontradas para o espaço formado entre a linha do significante (…) e a do significado (…), que é evidentemente apenas um outro significante dado como literal (GENETTE, 1972, p. 199).

Genette localiza a existência de suas figuras narrativas entre a existência de "signos virtuais" (para Barthes, o sistema semiológico segundo) e "signos reais" (sistema semiológico primeiro), o que ajudaria a estabelecer sua "equivalência semântica" (GENETTE, 1972, p. 200) na estruturação da narrativa. No caso dos discursos diplomáticos e da narrativa de país, o espaço figurativo se formaria por meio da contraposição da ideia de comunidade e de Estado-nação, entre a identificação solidária e espontânea e a comunidade nacional imaginada, ainda que essas diferenciações não sejam percebidas pelos indivíduos. O próprio Genette reconhece que "a figura não é, pois, nada mais que a sensação de figura, e sua existência depende totalmente da consciência que o leitor toma ou não da ambiguidade do discurso que lhe é proposto" (1972, p. 207).

Tais figuras narrativas, que sustentam o mito nacional e, consequentemente, a metanarrativa de país, são as condições do cenário narrativo – ou diegese[41] – da identidade nacional. São elas que fazem a ligação entre as dimensões semânticas da nação e os sentidos da narrativa identitária que buscamos encontrar nos temas selecionados para análise dos discursos diplomáticos neste trabalho.

Para compreender melhor as figuras de Genette e a figurativização do discurso, recorremos a mais um campo epistemológico: a semiótica francesa, que tem em Saussure, seus postulados estruturais e sua concepção da língua como instituição social sua principal referência. Há, na semiologia francesa, segundo Denis Bertrand (2003), uma "semiologia da conotação", em que "o sentido e o valor são literalmente filtrados e selecionados pelos crivos conotativos de leitura, significações secundárias que ocupam o primeiro plano na comunicação social" (p. 14). Isso leva a um distanciamento do signo e a uma aproximação da significação, sobretudo a partir de Greimas, Courtés, Porttier, entre outros autores (FIRMO; BATISTA, 2009). Esse embate entre signo e significação, no nível discursivo do texto ou de sua semântica discursiva, constitui uma dualidade de níveis: a tematização e a figurativização

[41] Segundo o *Oxford Dictionary of Literary Terms* (BALDICK, 2008, p. 90), a diegese é a realidade própria da narrativa, da história (story) contada pelo narrador. O tempo e o espaço da diegese, que definem o cenário narrativo, são aqueles vividos pelos personagens da trama, com os limites que lhes são dados pelo narrador, e independem da forma como ela é narrada ou lida.

do discurso. O *tema* é de natureza conceitual, parte das abstrações e ações abstratas; a *figura* refere-se ao mundo natural, real ou construído.

O nível temático, que classifica e ordena a realidade, é, neste trabalho, onde estão os as categorias de análise. Já o nível figurativo abriga esses temas materializados, posto que é nele que as figuras do plano do conteúdo se transformam em figuras de superfície[42] (FIRMO; BATISTA, 2009). As categorias de análise, apesar de se localizarem mais próximas ao nível temático, elas se figurativizam nos diversos eixos da brasilidade, como identificado nos textos deste estudo. A figuratividade, segundo Bertrand (2003), é o nível em que se forma o discurso jornalístico, publicitário, propagandístico, o texto religioso, o provérbio, o conto popular e, também, a narrativa mítica, como a narrativa do mito nacional.

Temos, assim, que a formação das figuras narrativas de Genette se dá, em uma comparação com os estudos semiológicos, no nível temático, mas elas se manifestam na figurativização do discurso. Posto isso, pode-se depreender que, para o discurso diplomático brasileiro, a construção das estratégias de inserção na sociedade internacional, feita pelo Itamaraty, está no nível temático, pois é onde a realidade é ordenada e classificada e onde se formam as figuras narrativas que analisaremos a seguir. A materialização dessas figuras – seu nível figurativo – se dá nos diversos discursos diplomáticos, como os selecionados para análise. Essa passagem de um nível para o outro é realizada, em parte, na inserção do discurso diplomático em uma lógica midiatizada (HEPP, 2014; HJARVARD, 2012). A partir dessa transição é que analisaremos a figurativização dos temas da narrativa identitária brasileira nos discursos da diplomacia, o que ajuda a revelar um projeto de Estado para a construção da narrativa do mito nacional.

A narrativa organiza a realidade por meio de um encadeamento dessas figuras temáticas, o que ajuda a estabelecer a metanarrativa de país. Uma sequência de figuras narrativas cria "um efeito de sentido ao longo da cadeia do discurso" (BERTRAND, 2003, p. 153), o que nos remete à rede simbólica formada pelas representações sociais de Moscovici. Se essas figuras (e sua figurativização) são o elo entre o denotativo e o conotativo, entre o real e o percebido como realidade, poderíamos dizer que elas são – do ponto de vista da teoria da narrativa – o que as representações sociais são para a teoria de Serge Moscovici[43].

---

[42] As figuras de superfície são as manifestações visíveis da figurativização do discurso.

[43] Deve-se, aqui, fazer a ressalva de que os campos epistemológicos de Serge Moscovici e Gérard Genette são completamente distintos. Enquanto as figuras narrativas de Genette são parte de uma análise da estrutura do discurso narrativo, as representações sociais de Moscovici partem de uma análise da relação entre o indivíduo e o social a partir da psicologia social.

Nos estudos da psicologia social, esse conjunto de narrativas – criadas pelas figuras ou pelas representações sociais – é, geralmente, sintetizado por um complexo de imagens que reproduzem um complexo de ideias, formando, assim, um núcleo figurativo (MOSCOVICI, 2010). Esse núcleo figurativo, formado no nível temático, agrega imagens e ideias ao seu redor, quando inserido no nível figurativo, naturalizando tudo que a ele está relacionado.

> Uma vez que uma sociedade tenha aceito tal paradigma, ou núcleo figurativo, ela acha fácil falar sobre tudo o que se relacione com esse paradigma e devido a essa facilidade as palavras que se referem ao paradigma são usadas mais frequentemente. Surgem, então, fórmulas e clichês que o sintetizam e imagens, que eram antes distintas, aglomeram-se ao seu redor. Não somente se fala dele, mas ele passa a ser usado, em várias situações sociais, como um meio de compreender outros e a si mesmo, de escolher e decidir (MOSCOVICI, 2010, p. 73).

No caso da nação, esse núcleo figurativo (ou sistema de figuras encadeadas) que está na estrutura do discurso é justamente o que se convencionou chamar de identidade nacional: um conjunto de representações sociais traduzidas em enunciados que, quando figurativizadas, se materializam em discursos. O núcleo figurativo que constitui a narrativa da identidade nacional não é único e consensual e, por isso, está em constante disputa na sociedade. Nesse contexto de tensões constantes e de políticas de interesse sociais diversas, há um agrupamento de formações discursivas[44] – em termos foucaultianos – que pautam essas reflexões sobre a organização política, social e identitária em determinado território. "É no interior de uma formação discursiva que os enunciados são concebíveis, ou melhor, que eles podem encontrar sua existência" (RODRIGUES, 2012, p. 8).

> No caso em que se puder descrever, entre um certo número de enunciados, semelhante sistema de dispersão, e no caso em que entre os objetos, os tipos de enunciação, os conceitos, as escolhas temáticas, se puder definir uma regularidade (uma ordem, correlações, posições e funcionamentos, transformações), diremos, por convenção, que se trata de uma formação discursiva – evitando, assim, palavras demasiado carregadas de condições e consequências, inadequadas, aliás, para designar semelhante dispersão, tais como "ciência", ou "ideologia", ou "teoria", ou "domínio de objetividade" (FOUCAULT, 2008, p. 43).

As formações discursivas são orientadas pela "vontade de verdade" (FOUCAULT, 1996, p. 13) de seu tempo e tendem a eliminar os contradiscursos "em prol da hegemonia de um discurso abrangente", como descreve Mayra Rodrigues (2012, p. 12). Isso é ainda mais nítido quando se trata da narrativa da identidade nacional. O conceito de identidade ligado à

---

[44] As formações discursivas, trabalhadas por Foucault em *A arqueologia do saber* (2008), dizem respeito à concepção do discurso como modo de organizar a experiência humana em linguagem, o que fornece ao indivíduo os parâmetros do que seria ou não reconhecível como conhecimento. Elas não são, portanto, parte da estrutura do discurso, como os elementos de análise de Gerárd Genette (1996) e Barthes (2010).

nação é constituído mais pela negação do outro, do estrangeiro, do que pela constituição de um sujeito nacional. Assim sendo, todos aqueles que foram exilados "das fronteiras concretas de nosso universo", nas palavras de Moscovici (2010), incomodam justamente por estarem presentes, mas não serem verdadeiramente apreendidos. Entre o desconhecido forasteiro e a ilusão da comunidade nacional, nos confortamos com a segunda, apesar do fascínio que o primeiro nos causa, o que fortalece a narrativa de país.

Esse conjunto de formações discursivas, por sua vez, não permanece estático, pois não são estáticas as narrativas construídas a partir delas. Ele se modifica constantemente, sempre mantendo seu núcleo figurativo, mas alternando as imagens e ideias que estão a sua volta, alternando e absorvendo os discursos circulantes de seu tempo. Isso faz com que a identidade nacional seja uma metanarrativa "fundamentalmente multidimensional" e que não possa ser reduzida a um único elemento, como afirma Anthony Smith (1997, p. 29). Tal visão é corroborada por Stuart Hall, em seu livro *Identidade Cultural e pós-modernidade*, ao afirmar que:

> As identidades nacionais não são coisas com as quais nós nascemos, mas são formadas e transformadas no interior da representação. (...) Segue-se que a nação não é apenas uma entidade política, mas algo que produz sentidos — "um sistema de representação cultural". As pessoas não são apenas cidadãos/ãs legais de uma nação; elas participam da "ideia" da nação tal como representada em sua cultura nacional (HALL, 2011, p. 48).

Por esse conjunto de visões, pode-se afirmar que o mito nacional, formado por uma série de representações sociais ligadas a um grupo delimitado territorialmente pelo Estado, é reproduzido no tempo por formações discursivas que, apesar de serem modificadas e atualizadas pela volatilidade dos discursos circulantes, sempre mantêm o mesmo núcleo figurativo, a que chamamos de identidade nacional.

2.2 O debate sobre a narrativa da identidade nacional brasileira

A questão que se propõe, neste ponto do trabalho, é tentar identificar como a formação da rede simbólica da identidade nacional se manifesta na realidade brasileira. Essa reflexão é fundamental para os objetivos desta dissertação, pois servirá de base para a comparação entre a identidade nacional brasileira e o discurso diplomático do governo Lula.

Vale ressaltar, no entanto, que tentar qualquer tipo de definição exata a partir do percurso teórico proposto para explicar como se formam o mito nacional e as identidades relacionadas ao Estado-nação seria pura especulação sociológica. Refletir de forma

aprofundada sobre "os sentidos da história do processo civilizador do Brasil", nas palavras de Carlos Guilherme Mota (2009, p. 13), não é tarefa simples e exigiria tempo e dedicação incompatíveis com o curto espaço de tempo de uma dissertação de mestrado.

Nossa intenção, não é, portanto, definir uma identidade única para os brasileiros. Como ensina Sérgio Buarque de Holanda[45], no prefácio à segunda edição de seu livro *Visão do Paraíso*[46] (1998), é preciso ter "ambições menos espetaculares e pretensões mais comedidas" (p. 9). O que se propõe, nesta etapa do trabalho, é uma breve reflexão sobre as raízes da metanarrativa brasileira, a partir da visão de alguns *Intérpretes do Brasil*, com a apresentação dos principais temas que permeiam o debate sobre a brasilidade. Apesar de seus campos distintos, discurso diplomático e pensamento social e político são mutuamente referidos e influenciáveis, já que as identidades nacionais se formam "em função da vida internacional" (LAFER, 2009, p. 16) ou, como foi dito anteriormente, em oposição ao outro, ao estrangeiro. Por isso, o debate aqui proposto é essencial para a compreensão das inter-relações que analisaremos no Capítulo 3.

Mesmo concordando com Lilia Schwarcz e Heloisa Starling (2015) que a questão da identidade não é algo que deve estar em constante debate[47], alguns pontos permanecem inquietantes ao longo de nossa história. Isso não ocorre por um olhar preso em outros tempos, "são as relações sociais e políticas em curso na sociedade brasileira que nos interpelam constantemente a voltar às interpretações de que fora objeto no passado", como explica André Botelho (2011a, p. 16).

Um olhar crítico sobre o passado, com o objetivo de melhor compreender sua influência nas narrativas do presente, transcende os limites acadêmicos e transforma a análise em base para a transformação social. A busca de interpretações mais profundas das raízes sociais do brasileiro, apesar de seu caráter relativamente determinista, permite relacionar comportamentos sociais e estruturas vigentes, superestrutura e infraestrutura, para identificar traços de identidade que possam indicar padrões de conduta, o núcleo figurativo que forma a identidade nacional. Essa identidade, assim, não é apenas uma preocupação da Academia. Ela permeia toda a narrativa de um país, sobretudo em suas instâncias públicas. De certa forma, o poder estabelecido – que inclui o Ministério das Relações Exteriores (MRE) – trabalha a

---

[45] Não se tem a pretensão, de forma alguma, de estabelecer qualquer tipo de paralelo entre o renomado autor e o narrador desta dissertação.

[46] Sérgio Buarque comenta, na passagem do livro, sobre as afirmações de Charles L. Sandord sobre as visões do paraíso.

[47] Lilia Schwarcz e Heloisa Starling (2015), para ilustrar essa situação, escrevem: "a concordar com esse bordão, seríamos o país do improviso que dá certo, e também por aí se explicaria o provérbio (que mal esconde a certeza) 'Deus é brasileiro'" (p. 17).

questão da identidade como um fator de grande relevância, seja para sua manipulação em nome da perpetuação desse poder, seja para a formulação de políticas que estreitem os laços entre governo e sociedade. “As interpretações acadêmicas e políticas”, ressalta Gelson Fonseca (2004), “devem somar-se para a compreensão mais completa do modo como a sociedade se vê e dos rumos que pretende seguir” (p. 253). Essa é a modalidade de imaginação sociológica que nos interessa nos *Intérpretes do Brasil* e à qual procuramos relacionar com o discurso diplomático brasileiro.

Ao contrário do que ocorreu na Europa, base para a reflexão sobre o surgimento das nações, a narrativa nacional brasileira surgiu em um contexto histórico desfavorável a qualquer tipo de formação. O “sentido da colonização”[48], como define Caio Prado Jr. (2010, p. 17), impôs restrições que limitavam a formação de uma vida intelectual relevante no país até mesmo após a independência, em 1822. Apesar da pretensão ideológica moderna que emergia no Estado recém-independente, no bojo da revolução das ideias na Europa – presente, inclusive, nos discursos diplomáticos da época – a estrutura social do Império brasileiro seguia arcaica, com as raras mudanças sociais propostas pouco conectadas com as necessidades da população. A oposição entre uma imaginação que se quer europeia, a partir da elite nacional, e uma realidade, agora, brasileira estimula uma eterna busca pela novidade. Essa necessidade de atualização constante obedece a uma pauta de evolução intelectual externa, sem uma continuidade de reflexão com as condições locais. A dependência econômica, assim, se desdobrara em dependência cultural.

Estabelece-se, desde o nascimento do Estado brasileiro, uma contradição fundamental para a consolidação da nacionalidade brasileira: um sentimento nacional incipiente e uma pretensão intelectual europeizante, o local em choque com o universal. Quer-se ser cada vez mais brasileiro, mas todos os modelos são europeus; a cultura está na Europa, mas a cultura europeia não pode ser a nossa. “De um lado do mar sente-se a ausência do mundo; do outro, a ausência do país”, descreve o político brasileiro e primeiro embaixador do Brasil nos Estados Unidos da América Joaquim Nabuco, em seu livro *Minha formação* (1970, p. 48), o sentimento que tentamos aqui expressar. Nabuco ainda complementa, em trecho que se tornou um clássico dos estudos brasileiros:

---

[48] Em seu *Formação do Brasil Contemporâneo* (2010), Caio Prado Junior. defende a existência de certo “sentido da colonização”, percebido “no conjunto dos fatos e acontecimentos essenciais” que constituem um país em um longo período de tempo. No caso brasileiro, esse “sentido” seria a organização da colônia em função dos negócios coloniais portugueses, baseado no tripé escravidão, monocultura e latifúndio, e que estaria inserido como parte da reprodução mundial do capital. Para Caio Prado Junior, sem a compreensão desse “sentido” não se poderia entender o Brasil que surge após a independência.

> As paisagens todas do Novo Mundo, a floresta amazônica ou os pampas argentinos, não valem para mim um trecho da Via Ápia, uma volta da estrada de Salerno a Amalfi, um pedaço do cais do Sena à sombra do velho Louvre. No meio do luxo dos teatros, da moda, da política, somos sempre *squatters*[49], como se estivéssemos ainda derribando a mata virgem (NABUCO, 1970, p. 48).

Essa "velha tragédia de Joaquim Nabuco", como define o então jovem Carlos Drummond de Andrade em carta a Mário de Andrade, escrita em 1924 (SANTIAGO, 2003, p. 57-59) – ou "moléstia de Nabuco", como responde Mário de Andrade (p. 70)[50] –, traduz o conflito entre cosmopolitismo e localismo que marca boa parte dos intelectuais brasileiros desde o século XIX e está na raiz do mito nacional. "Não é mero acaso que num país com passado colonial, como o Brasil, a formação seja um tema recorrente", afirma Bernardo Ricupero (2011, p. 24), que complementa: "Ele [o tema da formação] indica a preocupação com o estabelecimento de um quadro social mais autônomo, nacional, que se contraporia à situação anterior de subordinação colonial" (p. 25).

O mito nacional brasileiro começa a se formar a partir da herança portuguesa, mas diante dessa contradição entre a pretensão de um Estado Liberal[51], como na Europa, e a realidade arcaica de um país rural e patriarcal, absorvido pelo trabalho escravo. Seria como se o Estado liberal burguês, no Brasil, fosse jogado para o segundo sistema semiológico de Barthes, sendo esvaziado de seu sentido original, racional, e tornando-se apenas o significante desse segundo sistema. Seu novo sentido seria dado pelas relações patriarcais que já dominavam a política local desde a colônia, formando um novo signo, um mito, uma espécie

---

[49] O termo *squatters* significa "uma pessoa que vive em um prédio vazio sem permissão" ou seria "alguém que, no passado, ocupou terra que não o pertencia oficialmente para agricultura", segundo o *Cambridge Dictionary* on-line. O sentido utilizado por Nabuco parece estar mais próximo desta segunda definição. Disponível em: http://dictionary.cambridge.org/dictionary/british/squatter?q=squatters

[50] O livro de Salviano Santiago (2003) é uma coletânea de cartas entre dois dos maiores nomes da literatura nacional. O tema da formação acompanha muitas das correspondências, como a que o jovem Drummond, então com 22 anos, escreve fazendo diversos questionamentos ao já consagrado Mário de Andrade, nove anos mais velho. Andrade critica em Drummond a falta de "espírito de mocidade brasileira" (p. 50) e pede que ele "devote-se ao Brasil" (p. 51), assim como ele o fez. Drummond – que, posteriormente, viria a ser o grande poeta brasileiro do século XX – defende-se dizendo que ainda não é "suficientemente brasileiro" e que se sente como "um exilado" em um país que "não tem atmosfera mental" (p. 56), seguindo até confessar sofrer da "tragédia de Joaquim Nabuco" (p. 57-59). Militante das causas brasileiras, Mário responde relacionando o sentimento ao qual Drummond se refere à descoberta da doença de Chagas e o define como a "moléstia de Nabuco" (p. 70), defendendo o abrasileiramento do Brasil como remédio. "Quando realizarmos o nosso acorde", escreve Mário de Andrade, "então seremos usados na harmonia da civilização" (p. 70).

[51] O Estado Liberal é um modelo de Estado que tem sua capacidade de atuação limitada pelos diretos civis e políticos dos indivíduos, conhecidos na historiografia dos direitos humanos como "direitos de liberdade" ou direitos humanos de primeira geração. Segundo Portela (2011), são direitos que tem o indivíduo como titular e, por isso, são "oponíveis perante o Estado, que deve restringir sua intervenção na vida social para assegurá-los" (p. 692). Eles incluem os direitos à vida, à liberdade (de expressão, de reunião, de ir e vir etc.), à segurança e à propriedade, além dos direitos políticos.

de Estado liberal patriarcal[52], em que a racionalidade e o interesse público são substituídos pelo capricho e o interesse pessoal, o que, quando figurativizado, teria grande influência na supremacia do privado sobre o público no país, tema bastante caro a muitos dos *Intérpretes do Brasil*.

A experiência intelectual descrita acima, própria de uma nação periférica, dificulta – mas não impede – a formação da nação brasileira. "A penosa construção de nós mesmos se dá na dialética entre o não ser e o ser o outro", escreve o crítico de cinema Paulo Emílio Salles Gomes (1973, p. 58). Houve, ao longo de nossa história, uma alternância de impulsos universalistas e localistas, entre o cosmopolitismo e o regionalismo, que se refletiu não só no mito nacional, mas também na literatura, com o surgimento muitas obras engajadas ou, como prefere Antonio Candido (2009), uma "literatura empenhada" (p. 28). A sociedade brasileira se forma em uma diferenciação progressiva entre a cultura nacional e a europeia, mas com a constante incorporação das influências da Europa que, afinal, é parte formadora da cultura brasileira.

O paralelo entre a formação da literatura e da sociedade brasileiras é bastante elucidativo dos movimentos que construíram o caráter nacional. Não à toa, as obras de Gonçalves Dias, Álvares de Azevedo, Castro Alves, José de Alencar, Machado de Assis, Euclides da Cunha, Mário de Andrade, Oswald de Andrade, Graciliano Ramos, Carlos Drummond de Andrade e tantos outros autores figuram frequentemente nesse tipo de estudo. A literatura como sistema literário autônomo, segundo Antonio Candido (2009), só se constitui por meio de um conjunto de obras e de autores, que sejam debatidos pela sociedade. Faz-se necessário, assim, um adensamento das relações entre os três elementos do sistema (obras, autores e leitores), o que só é possível em um processo cultural e histórico, em um processo de formação de uma cultura nacional.

---

[52] Enquanto o Estado Liberal reforça a individualidade do indivíduo, o patriarcalismo reforça o coletivo de base familiar e afetiva, subordinado à autoridade paterna, que concentra o poder em suas mãos. No Brasil rural, "quem não tem família já desperta pena antes de começar o entrecho dramático; e quem renega sua família tem, de saída, a nossa mais franca antipatia" (DAMATTA, 1987, p.125). O conceito da família patriarcal no Brasil, que incluía escravos, como os agregados, amigos e parentes, foi tão marcante que teria predominado em toda vida social, com "sentimentos próprios à comunidade doméstica, naturalmente particularista e antipolítica, uma invasão do público pelo privado, do Estado pela família" (HOLANDA, 2009, p. 82). O debate sobre o papel da família patriarcal na formação do Estado brasileiro também está presente em Gilberto Freyre (2006), Darcy Ribeiro (2006), Raimundo Faoro (2001) e muitos outros *Intérpretes do Brasil*. Por aqui, teríamos a pretensão de um Estado Liberal, que dá forma às instituições, mas uma realidade patriarcal, que lhe dá o conteúdo.

O conceito de formação, que remete ao que os alemães chamam de *bildung*[53], é um processo dialético de constituição da identidade, pois supõe a integração entre sujeito e sociedade. Essa integração depende, no entanto, de uma incorporação do passado, acessado desde o presente, para que ele (o passado) possa ser superado. O processo de formação, assim, realça o caráter coletivo da produção cultural. Para a formação de um sistema literário, portanto, é preciso que haja uma sociedade minimamente consolidada, capaz de produzir uma continuidade entre seus autores, que estudam as obras de seus antecessores – como fez brilhantemente Machado de Assis[54] – para avaliarem suas contradições e, superando-as, lançar a literatura adiante. Só há ruptura verdadeira quando há uma verificação crítica da tradição.

O processo de formação da sociedade brasileira, assim como da literatura nacional, só ganha corpo após 1822, com a separação de Portugal. Com a independência, sobretudo com o fim do Primeiro Reinado e a volta do "príncipe português" (D. Pedro I) para a Europa, houve uma preocupação sistemática dos autores brasileiros em construir uma versão do Brasil que fosse diferente do europeu, mas que tivesse legitimidade como Cultura perante os olhos estrangeiros. Esse movimento, que – para Antonio Candido (2009) – teve seus primeiros lampejos ainda na segunda metade do século XVIII, com os arcadistas Tomás Antônio Gonzaga e Basílio da Gama, estrutura-se de fato com o Romantismo, na segunda metade do século XIX. Os temas do Romantismo europeu são adaptados à realidade nacional, se tornam menos crítico e revolucionários do que em seu lugar de origem e se associam ao projeto de construção da narrativa nacional. Surgem, assim, temas brasileiros com linguagem própria, ainda que muito influenciados pelo ideal europeu, como na representação do índio brasileiro em *O Guarani*, de José de Alencar. Além dos romances indianistas, os autores românticos produziram, também, romances históricos, regionalistas e urbanos, como uma grande síntese

---

[53] O conceito de *bildundg*, desenvolvido na Alemanha no final do século XVIII e início do XIX, é um processo dialético de constituição de uma identidade, necessário para criar pertencimento para um sujeito que nasce sem vínculo com a sociedade – momento de transição em que o homem se torna "sem lugar". Esse processo de formação pressupõe uma busca de si mesmo, tendo em vista a integração do sujeito com a nova sociedade, a sociedade burguesa pós-Revolução Francesa, por meio do acúmulo de experiências e da alteridade (o embate com o outro). Esse sujeito, no entanto, não pode se formar sem que a própria sociedade se forme: quando o sujeito se forma é sinal de que a cultura se formou.

[54] Machado de Assis realiza, em sua obra, uma grande síntese do momento de formação da literatura nacional (CANDIDO, 2009). Ele teria incorporado, em larga escala e de forma crítica, seus antecessores e rompe conscientemente, pela primeira vez, o ritmo descontinuado de nossa vida intelectual. Abordando diversas contradições estruturais brasileiras, suas obras conseguem sintetizar bem o local e o universal, sobretudo nos cinco romances da maturidade (*Memórias Póstumas de Brás Cubas*, *Quincas Borba*, *Dom Casmurro*, *Esaú e Jacó* e *Memorial de Aires*), que possuem forte intencionalidade histórica. Antonio Candido (2009) aponta que, nesse momento, a literatura se forma, mas não a sociedade, por isso a dificuldade de compreensão de suas obras à época. Machado foca suas obras maduras no século XIX para mostrar as contradições herdadas da colônia e renovadas no século XIX; demonstra certo pessimismo para o futuro brasileiro, que tenderia a renovar constantemente suas contradições.

do que era o Brasil até então, mas ainda sem se livrar da contradição fundamental em sua relação com a cultura europeia. Nesse momento de nossa história, ainda no século XIX, a preocupação não foi – e nem poderia ter sido – a de interpretar o Brasil. "Como no resto da América, tratava-se mesmo de fazer com que a independência política fosse seguida pelo que alguns chamam de emancipação mental" (RICUPERO, 2011, p. 21).

Em estudos posteriores, o movimento de formação da nação brasileira e seus dilemas, exemplificados na literatura, foram incorporados e trabalhados por alguns autores que buscaram compreender como e por que, em sentido amplo e totalizante, foram produzidas as narrativas que definem o sistema de representação cultural do Brasil. São esses intérpretes que servirão de base para que possamos localizar e analisar as figuras narrativas ligadas à identidade nacional presentes no discurso diplomático brasileiro.

As primeiras obras desse tipo surgiram ainda na segunda metade do século XIX, com autores como Paulino José Soares de Souza, o visconde do Uruguai[55], Silvio Romero e o próprio Joaquim Nabuco. Somente após a proclamação da República (1889), no entanto, é que obras de interpretação do Brasil começam a aparecer com mais frequência. Até a última década do Império, a presença do trabalho escravo impedia qualquer análise profunda sobre a sociedade brasileira, já que era impossível tratar do Brasil sem levar em consideração a influência do negro[56]. "Havia uma espécie de acordo tácito entre os participantes no debate político e cultural que excluía da discussão certos temas, principalmente os relacionados com a escravidão", explica o professor Bernardo Ricupero (2011, p. 22). Por isso, enquanto "gênero intelectual, as interpretações do Brasil estão historicamente situadas entre a proclamação da República, em 1889, e o desenvolvimento mais pleno da universidade, a partir da década de trinta do século XX" (RICUPERO, 2011, p. 12).

O período descrito por Ricupero é, de fato, o mais importante para as interpretações do Brasil. Além da tríade clássica de intérpretes – Gilberto Freyre, Sérgio Buarque de Holanda e

---

[55] O Visconde do Uruguai, pouco conhecido pelo grande público e, por isso, dedicamos algumas linhas a mais a ele neste trabalho, foi um dos grandes autores e agentes políticos do Império brasileiro. Nascido em Paris, em 1907, formava com o Visconde de Itaboraí (Rodrigues Torres) e Eusébio de Queiroz o núcleo o Partido Conservador no Segundo Reinado. Suas ideias opunham a "civilização", do litoral, com a "barbárie", do sertão, e tinham um forte comprometimento com a construção e consolidação do Estado brasileiro a partir das premissas do movimento que ficou conhecido como Regresso Conservador (1837-1840), ainda no período regencial brasileiro. Foi um dos precursores do que Wanderley Guilherme dos Santos (1978) chama de "autoritarismo instrumental", que justifica a existência do Império e do Poder Moderador como formas de manutenção da unidade territorial e, assim, da nação brasileira, conceito que reapareceria também em Oliveira Vianna.

[56] A escravidão, escreve Angela Alonso (2009) "estruturou um modo de vida, imiscuiu-se na composição do povo brasileiro, adentrou a família, a religião e o trabalho" (p. 64). Ela era, assim, parte estruturante da sociedade, sobretudo da elite letrada, e, por isso, constituiu-se, no Império, como o que Foucault (1996) definiu como "interdito" (p. 9).

Caio Prado Jr. –, que publicam suas principais obras no período, temos também *Os Sertões* (1902), de Euclides da Cunha; *A América Latina: males de origem* (1905), de Manoel Bonfim; e *Populações meridionais do Brasil* (1920), de Oliveira Vianna, para citar alguns exemplos. Ampliando mais uma vez para a literatura como parte das interpretações do Brasil, temos ainda, no período, Machado de Assis, que trabalhou o caráter brasileiro em sua obra, como demonstra Roberto Schwarz (1977); Euclides da Cunha; Lima Barreto; e o conjunto de autores do Modernismo. Este último tentou explicitar o contraste brasileiro, incorporando as vanguardas europeias das décadas de 1920 e 1930 e, ao mesmo tempo, as matrizes populares da cultura brasileira, inclusive as tradições negras, até então praticamente excluídas desse debate, sendo sua síntese o personagem Macunaíma, romance de Mário de Andrade publicado em 1928. "Antes de 1922", afirmam Pericás e Secco (2014), "os críticos sociais eram, em grande medida, vozes isoladas e dissonantes no painel político e intelectual brasileiro" (p. 9). O Modernismo foi, assim, a grande síntese da dialética por trás da "moléstia de Nabuco", representada caricaturalmente pelo *Movimento Antropofágico*, que tentava assimilar as vanguardas no quadro das expressões brasileiras. "Canibalizar costumes, desafiar convenções, enviesar supostos, é ainda uma característica local, um ritual de insubordinação e de não conformismo que, quiçá, nos distingue ou, ao menos, mantém acesa a boa utopia", escrevem Lilia Schwarcz e Heloisa Starling no livro *Brasil: uma biografia* (2015, p. 18-19).

Há, também, autores de publicação tardia – na definição Bernardo Ricupero (2011) – que lançaram suas obras após 1950, como Raymundo Faoro, Florestan Fernandes e o brasilianista[57] Thomas Skidmore, além de Darcy Ribeiro, que publica *O povo brasileiro* somente em 1995. Outros nomes, como Antonio Candido e Celso Furtado, também são comumente incorporados no rol de *Intérpretes do Brasil*. Apesar de terem escrito obras sobre áreas mais específicas (a literatura e a economia do Brasil, respectivamente), ambos conseguiram revelar traços marcantes da metanarrativa nacional que ajudaram a elucidar a formação do caráter brasileiro.

O debate sobre os *Intérpretes do Brasil* é contraditório e plural, com autores e problemas diversos que se inter-relacionam em questões variadas, como escrevem André Botelho e Lilia Schwarcz,

> O pensamento social é feito de muitas contradições, ajustes e desajustes, e será frutífero entender esse painel, como uma grande e inesgotável multiplicidade. Ainda que afinidades e continuidades entre interpretações contemporâneas ou entre interpretações de diferentes momentos históricos

[57] Indivíduo não brasileiro que estuda ou que é especialista em assuntos do Brasil.

> possam ser buscadas, isso não altera a pluralidade constitutiva da tradição intelectual brasileira (2009, p. 13).

São essas muitas contradições e continuidades que dão fôlego ao estudo dos intérpretes em um debate de longo prazo, que vê seu interesse diminuir e voltar a aumentar de acordo com os acontecimentos sociais de cada período da história nacional. Ao longo dos anos 1990, influenciados pela consolidação da democracia e pelas escolhas que deveriam ser feitas para o Estado brasileiro da época, temos uma retomada dos intérpretes, o que pode ser constatado pelos muitos trabalhos acadêmicos apresentados nesse período, principalmente no âmbito da Associação Nacional de Pós-graduação em Ciências Sociais (Anpocs), seguidos de um interesse também do público em geral. A disponibilidade para o diálogo com o público – em geral ou especializado – "costuma ser um dos sinais mais significativos da maturidade de um domínio do conhecimento" (BOTELHO; SCHWARCZ, 2009, p. 11). Recentemente, sobretudo após as manifestações de junho de 2013 e dos debates em torno da Copa do Mundo de 2014, as questões relacionadas à brasilidade voltaram a ocupar páginas de jornais, blogs e colunas, sempre refletindo essa inesgotável multiplicidade.

Os debates sobre o caráter nacional, apesar da falta de consenso em torno da questão da narrativa da identidade nacional, possuem alguns traços que "insistem, teimosamente, em comparecer na agenda local" (SCHWARCZ; STARLING, 2015, p. 14), mesmo com os muitos contextos políticos e culturais aos quais os debates são submetidos. Os temas que possuem mais perenidade estabelecem ligações com a imaginação social coletiva, o que colabora para a formação de representações sociais que, posteriormente, farão parte do mito nacional. Isso conecta os diversos assuntos debatidos pelos intérpretes a fatores sociais e políticos que insistem em nos acompanhar como coletividade e, talvez por isso, as interpretações do Brasil continuem a ser lidas e reinterpretadas no presente. O núcleo figurativo que forma a narrativa brasileira é, portanto, fruto de intenso debate no pensamento social e político do país, mas encontra algum espaço de consenso, como nas figuras narrativas que utilizamos para realizar a análise deste trabalho.

Um dos pontos mais importantes de permanência na imaginação brasileira é a mestiçagem. Desde D. Pedro II e seu financiamento para a construção do mito nacional[58],

---

[58] Lilia Schwarcz, em *As barbas do imperador* (1998), destaca a participação do monarca no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, criado em 1838, e para o Romantismo brasileiro, em busca de uma unidade cultural que poderia favorecer a consolidação do vasto e diverso território nacional. Dom Pedro II incentivou, também, artistas plásticos, dando importante impulso à Academia Imperial de Belas Artes, e a ciência, patrocinando diversas pesquisas sobre o Brasil.

com o surgimento do índio romantizado que se sacrifica para formar a nação[59], a união entre pessoas de origens distintas é parte das representações sociais que formam a imagem do Brasil. Apesar da valorização do mestiço, por causa da escravidão e da mentalidade da época, o negro ainda estava excluído como base para o povo brasileiro. Após o fim do Império e a abolição da escravatura, chegam ao país as teorias raciais do final do século XIX, que ajudam a consolidar a exclusão do negro – agora livre – na sociedade brasileira, mas não impedem que a cultura de origem africana seja reconhecida como parte da cultura nacional. Nesse período, o mestiço passa a ser visto como degenerado, e imigrantes europeus ajudam a criar o mito do embranquecimento da população. A ideia de "democracia racial" só seria retomada nos anos 1930, com grande contribuição de Gilberto Freyre e seu livro *Casa Grande & Senzala*, sobretudo por sua interpretação da Escola Paulista de Sociologia (RICUPERO, 2011, p. 97). Ainda que inclusão e exclusão social estivessem misturadas na obra de Freyre (2006), só se deu destaque para a inclusão.

Outros dois pontos cabem ser ressaltados sobre os elementos que perpassam a maioria dos intérpretes: "a passividade" e "o abuso da esfera do privado", como revelam André Botelho e Lilia Schwarcz, no livro *Agenda brasileira* (2011). A primeira seria fruto das relações estabelecidas entre as "raças" em "zonas de confraternização entre vencedores e vencidos", como define Gilberto Freyre logo no início de *Casa Grande & Senzala* (2006, p. 7), marcando o Brasil pelo "equilíbrio de antagonismos" (RICUPERO, 2011, p. 84).

> Considerada, de modo geral, a formação brasileira tem sido, na verdade (…) um processo de equilíbrio de antagonismos. A cultura europeia e a indígena. A europeia e a africana. A africana e a indígena. A economia agrária e pastoril. A agrária e a mineira. O católico e o herege. (…) Mas predominando sobre todos os antagonismos, o mais geral e o mais profundo: o senhor e o escravo (FREYRE, 2006, p. 116).

Já a invasão do público pelo privado[60] é reconhecida na literatura como representação social herdada de Portugal, como aponta André Botelho (2011b), e está relacionada ao mito nacional e à formação de um Estado liberal patriarcal, descrita anteriormente. A consolidação dessa representação social herdada dos portugueses, que confunde público e privado, realiza-se na segunda metade do século XIX, quando a classe política brasileira – já detentora de uma soberania nacional – absorve e tenta ancorar a ideia de Estado liberal burguês no Brasil. Tal prática pressupunha o trabalho livre, que possibilitaria oportunidades relativamente iguais

---

[59] Um bom exemplo é a própria Iracema (1867), livro e personagem de José de Alencar que representaria a América e morreria para que a nova nação perpetuasse por meio de seu filho, um mestiço.

[60] Entende-se como privado tudo aquilo que está associado a princípios particularistas, às emoções pessoais, ao que Moscovici (2010) chamou de "universo consensual"; em oposição, como público, entendemos tudo que está associado a princípios impessoais e universais, que opera dentro do "universo reificado" de Moscovici.

para todos, o que era impossível em terras de trabalho cativo. O Estado brasileiro, assim, cria-se em um ambiente contaminado pelo favor e pela violência, que favoreciam o predomínio do privado sobre o bem público.

Outro tema, que não aparece de forma tão explícita nos intérpretes, mas que tem grande relevância na formação da sociedade nacional é a *violência*. A sociedade brasileira, como mostra Marilena Chauí em *Brasil: Mito fundador e sociedade autoritária* (2012), é marcada por uma estrutura hierárquica do espaço social, em que "as relações sociais intersubjetivas são sempre realizadas como relação entre um superior, que manda, e um inferior, que obedece" (p. 93). Essa relação é fruto da estrutura social estabelecida pelo "sentido da colonização", como nos mostra Caio Prado Jr. (2010), e perpetuada na narrativa brasileira pelo Estado liberal patriarcal que definimos acima.

Sob a estrutura de um Estado liberal burguês, constroem-se relações não liberais entre as classes da sociedade nacional. A elite, que mantém relações de pura violência com a classe trabalhadora (os escravizados), também não constrói relações racionais com aqueles que ocupavam o lugar da classe média no país, os homens livres e pobres[61]. Sem oportunidades reais de trabalho para a ascensão social prometida pelo liberalismo, a parte livre da sociedade cria seus relacionamentos por meio do favor, parte do universo consensual por excelência, como descrevem Maria Sylvia de Carvalho Franco e Roberto Schwarz – apesar de suas visões não coincidentes sobre o assunto[62] (BOTELHO, 2011b). O arbítrio dessa relação, que se constitui como "mecanismo através do qual se reproduz uma das grandes classes da sociedade" (SCHWARZ, 1977, p. 16), é a materialização – ou objetivação – da representação social que naturaliza as relações irracionais como base da sociedade brasileira e, assim, perpetua a violência como instrumento relacional básico entre quem detém o poder e as outras esferas do meio social. Certamente, algumas interpretações do Brasil, como a de Gilberto Freyre, colaboraram para ofuscar a importância do debate sobre a violência nas relações sociais brasileiras, como escreve Ricupero (2011)

> Talvez se possa afirmar que Gilberto Freyre, mais do que qualquer outro autor, tenha contribuído para a formulação de uma ideologia que, como tal, ajuda a encobrir muito da violência que caracteriza a escravidão e continua a permear as relações raciais no Brasil. Por outro lado, e de maneira complementar, essa ideologia também auxiliou, como não era possível antes,

[61] O exemplo clássico da elite brasileira da época e suas relações com as outras classes, em nossa literatura, é o personagem Brás Cubas, de Machado de Assis, utilizado por Roberto Schwarz (1977).

[62] Maria Sylvia de Carvalho Franco vê o *favor* como o principal fator de negação do reconhecimento dos direitos sociais dos homens livres pobres na ordem escravocrata. As ideias de Roberto Schwarz não são contrárias à de Franco, mas têm seu foco no papel do *favor* como "mediador quase universal das relações sociais" (BOTELHO, 2011b, p. 426).

> os brasileiros a elaborarem a imagem que gostam de ter de si mesmos (p. 99).

Entre a violência e a miscigenação, Gilberto Freyre é um dos autores mais polêmicos dos intérpretes. Freyre ressalta a docilidade herdada pelo povo brasileiro na relação com o negro, mas também revela a crueldade da miscigenação forçada, dos filhos bastardos dos senhores da Casa Grande com mucamas e mulheres da Senzala.

Os temas que trabalharemos nos discursos diplomáticos selecionados estão, de uma maneira ou de outra, relacionados aos aqui levantados. Compreender a base do debate sobre o núcleo figurativo que forma a identidade nacional será importante para podermos analisar os traços de identidade presentes no discurso diplomático do governo Lula.

A questão central, que se desdobra em diversas frentes, é o debate sobre a "moléstia de Nabuco", que direciona o imaginário coletivo brasileiro: a realidade local *versus* uma pretensão europeia, em um primeiro momento, e estadunidense, posteriormente. A negação do local gera uma inquietação no brasileiro sobre suas possibilidades de inserção na harmonia da civilização, como diria Mário de Andrade. Nelson Rodrigues (1995), em texto intitulado *A vaca premiada*[63], afirma que "o brasileiro tornou-se um Narciso às avessas, que cospe na própria imagem" (p. 23), não reconhecendo em si nenhum potencial de alta civilização.

Essa reflexão está no cerne dos temas contemporâneos da identidade nacional trabalhadas pelo discurso diplomático do governo Lula, sendo o principal deles a *Autoestima*. O ponto de partida da estratégia da política externa brasileira é que o sentimento de vira-latas limita a ação dos indivíduos que vivem não só no Brasil, mas em todos os países em desenvolvimento. Se, como afirmou Nelson Rodrigues (1995), "não encontramos pretextos pessoais ou históricos para a autoestima" (p. 23), Lula e Celso Amorim acreditaram que uma inserção autônoma do país no cenário internacional poderia servir de pretexto para nossos nacionais.

Para, no entanto, conseguir trabalhar a autoestima da maneira como pretendiam, era preciso assumir, de fato, uma nova postura e levar o Brasil a ocupar um espaço de poder simbólico[64] mais amplo do que ocupara até então. É nesse contexto que se insere o tema do *Brasil Emergente*. Procurando diversificar suas parcerias e utilizar a política externa como instrumento de desenvolvimento nacional, esta categoria representaria a negação desse

---

[63] Texto publicado originalmente em 23 de janeiro de 1968 e republicado na coletânea *A cabra vadia* (1995).

[64] Para Bourdieu (1989), o poder simbólico "é, com efeito, esse poder invisível o qual só pode ser exercido com a cumplicidade daqueles que não querem saber que lhe estão sujeitos ou mesmo que o exercem" (p. 7-8). No campo das relações internacionais, seria como o soft power de Nye (2010), uma forma de poder que só pode ser exercido a partir da legitimação simbólica do sujeito, sem a imposição pela força ou poder econômico.

“complexo de vira-latas”, criando a percepção de que o futuro prometido tivesse finalmente sido alcançado.

Os temas da *América Latina* e *Brasil Africano* representam um passo além na superação da moléstia de Nabuco. Se as outras duas categorias nos colocam mais próximos do outro desejado, como um país que caminha para o primeiro-mundo, estas duas nos aproximam dos iguais e trabalham com a outra face da moeda, reforçando a ideia de que não precisamos ser europeus ou estadunidenses para estarmos inseridos na civilização global. O *Brasil Africano* liga-se, obviamente, também com os debates sobre miscigenação, violência e exclusão social.

Esses quatro temas e sua importância para a política externa brasileira, bem como a inter-relação entre elas e delas com o debate sobre a identidade nacional, serão buscados na análise dos discursos diplomáticos do governo Lula. Procura-se, com o Capítulo 3, testar empiricamente as proposições feitas neste capítulo e, assim, dar maior lastro às afirmações feitas nas Considerações Finais do trabalho.

3 A NARRATIVA BRASILEIRA NO DISCURSO DIPLOMÁTICO DO GOVERNO LULA

A rede simbólica da identidade nacional brasileira é, certamente, bem mais complexa do que se pode presumir a partir de uma análise rápida dos intérpretes clássicos do Brasil, mas isso não exclui a importância da reflexão feita por esses pensadores. Conhecer alguns traços identitários que permanecem ao longo do tempo permite que se identifique algumas "figuras" (GENETTE, 1972, p. 199) que são parte a estrutura do "discurso narrativo" (GENETTE, 1996, p. 27) da identidade brasileira.

Tais figuras narrativas são parte do núcleo figurativo[65] que forma o sistema de representações sociais (MOSCOVICI, 2010) da sociedade nacional, materializadas por um conjunto de signos que são base para a metanarrativa de um país. Ao ocupar o espaço entre o primeiro e o segundo sistema semiológicos (BARTHES, 2010), as figuras dão forma ao mito nacional, aproximam os signos reais e dos virtuais (GENETTE, 1972), estabelecem uma equivalência entre as ideias de comunidade e a de Estado-nação e ancoram o mito nacional no imaginário coletivo, dando-lhe legitimidade.

Para cumprir sua função social na construção da identidade a partir da legitimação do mito nacional, no entanto, essas figuras devem se atualizar constantemente, adaptando-se à realidade de seu tempo, ainda que a aparência de continuidade seja, também, essencial para a permanência do mito nacional. São as formações discursivas, segundo Foucault (2008), que possibilitam a passagem do discurso, em seu percurso de constituição histórica, da dispersão para a regularidade, o que permite sua hegemonia sobre os diversos discursos circulantes. Maleáveis o bastante para poderem se adaptar, mas suficientemente permanentes para manter sua legitimidade, as figuras narrativas criam um núcleo figurativo robusto, que atravessa os anos portando a bandeira da nacionalidade.

A relação dessas figuras narrativas com o discurso diplomático, portanto, não são lineares ao longo de nossa história. O Brasil de Dom Pedro II não é o mesmo da Primeira República, do Estado Getulista ou do Regime Militar[66], o que certamente exigiu adaptações no mito nacional brasileiro e, consequentemente, das figuras que sustentam seu discurso narrativo. Além da política nacional, o discurso diplomático também sofre influência da

---

[65] As relações entre rede simbólica da identidade nacional, figuras e núcleo figurativo foram descritas no Capítulo 2.

[66] Boris Fausto (2009), no livro *História do Brasil*, divide a história do país em "Brasil Colonial" (1500-1822), "Primeiro Reinado" (1822-1831), "Regência" (1831-1840), "Segundo Reinado" (1840-1889), "Primeira República" (1889-1930), "Estado Getulista" (1930-1945), "Período Democrático" (1945-1964) e "Regime Militar" (1964-1985).

inserção do país no sistema internacional, com forte relevância para fatores que independem de opções domésticas. O Barão do Rio Branco, por exemplo, ao perceber – como outros de seu tempo – que os Estados Unidos assumiam lugar privilegiado na distribuição do poder mundial e que a América Latina estava em sua área de influência, optou por uma estratégia de aproximação com a nova potência do Norte (CERVO; BUENO, 2008); Getúlio Vargas, entre 1939 e 1941, adotou uma política externa de equidistância pragmática (MOURA, 1980) entre Estados Unidos e Alemanha, tirando proveito das rivalidades mundiais da época. As realidades nacional e internacional são fatores que se entrelaçam e influenciam o discurso diplomático e suas estratégias de legitimação pela identidade nacional.

Entre as permanências e adaptações que formam o núcleo figurativo da narrativa brasileira, pretende-se, neste capítulo, revelar como o cenário teórico proposto se manifesta – ou se figurativiza – na realidade da política externa brasileira. Isso poderá contribuir para situar o estudo da política externa na perspectiva da construção de uma narrativa identitária, revelando um projeto de Estado – com suas representações mentais, ideológicas e discursivas – na construção de seu discurso diplomático.

Para que isso se comprove empiricamente, faz-se necessário identificar quais das figuras narrativas presentes do discurso diplomático (veículo de manifestação textual da política externa) mais nos revelam algo sobre a identidade coletiva do Brasil. Sem a pretensão de englobar todos os quase 200 anos de ação diplomática brasileira, selecionou-se o governo Lula (2003-2010) como recorte temporal: um período em que a política externa esteve muito presente na agenda nacional, com forte influência nos rumos tomados pelo país e com efeitos que chegam até os dias de hoje.

3.1 Enfoque da pesquisa

A pesquisa aqui realizada se aproxima de trabalhos baseados na g*rounded theory*[67] – ou Teoria Fundamentada em Dados, em português – que é uma metodologia de pesquisa

[67] Livro fundador desta teoria é o *The Discovery of Grounded Theory*, publicado por Barney G. Glaser e Anselm L. Strauss em 1967. À época, a tradição de pesquisas qualitativas perdia espaço na Academia, sobretudo nos Estados Unidos e Europa, e a *grounded theory* "representou uma reação e se estabeleceu como uma alternativa à hegemonia da lógica hipotético-dedutiva dos trabalhos de orientação positivista nos estudos sociológicos" (Pinto; Santos, 2012). Os pesquisadores, para Glaser e Strauss, estavam mais preocupados em comprovar conceitos teóricos já existentes do que com a realidade de fato, o que pode levar o pesquisador a "se tornar doutrinário" e "não conseguir enxergar além dos limites do arcabouço teórico que escolheu" (GLASER; STRAUSS, 1967, p.46). Tentou-se, dessa maneira, desenvolver uma teoria que "ao invés de 'forçar' pressuposições ou categorias/conceitos teóricos pré-existente, ou seja, de tomar a teoria como ponto de partida", como em outros métodos, deveria "procurar conceber uma teoria fundamentada em dados a partir e representativos da realidade dos sujeitos estudados, ou seja, tomar a construção teórica como ponto de

indutiva, baseada na análise sistemática dos dados. Nesse tipo de estudo, o pesquisador explora o assunto sem ter uma teoria previamente definida para ser aplicada; ele deve tentar entender determinada situação a partir do comportamento dos sujeitos ou fenômenos, na tentativa de elucidar por que esses comportamentos levam a este ou aquele desdobramento. A teoria é um ponto de chegada e deve emergir das análises.

Apesar de se basear em um pressuposto teórico, a existência de uma correlação entre discurso diplomático e política externa, esta dissertação foi construída a partir da observação da realidade e, posteriormente, buscou-se uma teoria que conseguisse representá-la. Tendo como referência a observação de dois campos distintos, a Política Externa Brasileira e a Identidade Nacional, e de sua relação com a Comunicação, por meio dos estudos da Narrativa, construiu-se uma proposta teórica. Por isso a identificação com a *grounded theory*. Assim, como alertou Pinto e Santos (2012), as pesquisas desse tipo "são específicas, limitadas em seu escopo, ricas em detalhes e aplicáveis apenas dentro dos limites de um dado contexto social", o que requer uma atenção especial em sua capacidade de generalização para outros estudos.

A relação proposta pela *grounded theory* entre a parte teórica e empírica é, no entanto, dialética: ainda que se possa afirmar, no caso deste trabalho, que a teoria emergiu da observação dos textos, a análise serve também para comprovar a teoria apresentada. Não se propõe a pura e simples aplicação dos métodos de Glaser e Strauss (1967), mas uma análise que se identifica com a *grounded theory* e também se utiliza de outras ferramentas teórico-metodológicas para suas reflexões.

Em busca das figuras narrativas no discurso diplomático do período selecionado (2003-2010), foi feita uma pesquisa descritiva e um estudo qualitativo dos textos selecionados, o que também se aproxima da proposta de Glaser e Strauss. A pesquisa descritiva, primeira fase do procedimento de análise utilizado, busca descobrir a frequência com que determinado fenômeno ocorre, sua natureza e características, além de sua relação com outras manifestações semelhantes, "correlacionando fatos ou fenômenos sem manipulá-los" (CERVO; BERVIAN, 1996, p. 49). O estudo qualitativo, por sua vez, permite uma análise mais profunda dos dados sem rejeitar, no entanto, a quantificação, que serve de base para a análise qualitativa.

---

chegada" (Pinto; Santos, 2012). Um trabalho baseado na *grounded theory* deve, portanto, começar a partir de um problema geral e ir construindo-se à medida que as evidências "vão emergindo e se somando" (Pinto; Santos, 2012), o que acaba direcionando a pesquisa. É uma teoria formal – ampla, geral e com a pretensão de ser generalizável – e substantiva – reflete sobre a complexidade da vida social.

O presente estudo foi baseado em 24 discursos diplomáticos de personagens cruciais para a política externa no período analisado – o presidente Lula e o ministro Celso Amorim – e de momentos que sintetizam suas estratégias: a abertura da Sessão anual da Assembleia Geral das Nações Unidas, com 2 discursos do Ministro das Relações Exteriores e 6 discursos do Presidente; e a formatura dos diplomatas no Curso de Formação do Instituto Rio Branco, com 8 discursos de Celso Amorim e 8 de Lula. Optou-se por não alargar o número de discursos para não contaminar a amostra, que ficaria desequilibrada se introduzíssemos discursos específicos para cada uma das categorias selecionadas para análise.

Com isso, pretende-se observar e descrever as manifestações de identidade presentes no discurso diplomático brasileiro e verificar como elas contribuem para a criação de uma narrativa sobre o Brasil. Buscou-se nos textos marcadores que colaborassem para a identificação de temas que formam o núcleo figurativo da identidade nacional brasileira e que ocupam o espaço das figuras narrativas. As referências escolhidas ajudam a formar o conjunto de temas da identidade brasileira como, por exemplo, referências relacionadas às mudanças e conquistas do Brasil nos planos interno e externo; ao protagonismo do país no cenário internacional; à solidariedade do povo brasileiro com a comunidade global; às ligações históricas com vizinhos geográficos e povos "irmãos"; às reformas, negociações e parcerias que quebraram (ou pretendiam quebrar) paradigmas que mantinham privilégios anacrônicos no cenário das relações internacionais; dentre outros.

Para realizar a análise dos dados e poder observar, descrever, classificar e interpretar a realidade pretendida, foi utilizada a análise de conteúdo de Laurence Bardin (2011). A análise de conteúdo é, para a autora, um conjunto de instrumentos metodológicos que ajudam a revelar pontos de intersecção entre discursos variados, o que permite a descoberta de significados ocultos e a realização de inferências que nos levaram à reflexão teórica do trabalho, como propõe a *grounded theory*.

A partir do conteúdo analisado, buscou-se as inter-relações entre os conceitos de política externa e de identidade nacional e, portanto, as contribuições do discurso diplomático para a formação das figuras que formam a narrativa nacional. Para isso, recorreu-se ao programa de suporte à pesquisa chamado NVivo, que auxilia na organização e categorização do conteúdo analisado.

3.2 Metodologia de pesquisa

Os procedimentos metodológicos são utilizados para explicitar as escolhas do pesquisador, sobretudo o percurso de análise empírica escolhido por ele. Além de revelar o caminho traçado para a pesquisa, os procedimentos metodológicos também auxiliam na compreensão dos resultados, uma vez que organizam e dão coerência ao estudo. Para esta pesquisa, optou-se por uma pesquisa descritiva, explorada pelo método qualitativo (uma inspiração da *grounded theory*). A pesquisa documental foi a estratégia de coleta de dados, feita por uma amostragem não probabilística: selecionada por conveniência e julgamento do autor.

Segundo os conceitos de Selltiz et al (1975)[68], este estudo poderia ser classificado como uma pesquisa descritiva, já que analisa as categorias criadas a partir dos discursos diplomáticos pré-selecionados. Tentou-se valorar as relações entre identidade nacional e política externa a partir da frequência com que aparecem os fenômenos considerados efetivos para a construção da identidade coletiva brasileira.

A partir da descrição do fenômeno, o método de pesquisa realizado pode ser definido como qualitativo. Diferentemente da pesquisa quantitativa, a pesquisa qualitativa "não procura enumerar e/ou medir os eventos estudados, nem emprega instrumental estatístico na análise de dados" (GODOY, 1995, p. 58). Isso nem seria possível, posto que pesquisas deste tipo levam em consideração aspectos subjetivos que formam o social que, por mais que não tenham a força dos números, são capazes de "elucidar as realidades sociais" (RIBEIRO, 2014, p. 101). Estudos como o aqui proposto podem possuir, também, uma parte quantitativa como apoio à pesquisa, o que sempre é de grande valia, mas precisam necessariamente de uma análise qualitativa. Questões de identidade coletiva e suas inter-relações com outras áreas são demasiadamente subjetivas e dependentes do contexto para serem puramente quantificadas, por isso a opção por privilegiar uma pesquisa qualitativa.

Para a seleção do material a ser estudado, optou-se pela pesquisa documental, com a coleta de dados em fontes primárias, os discursos diplomáticos selecionados. A pesquisa documental, para Oliveira (2011), "vale-se de materiais que não receberam, ainda, um tratamento analítico" (p. 39), podendo o pesquisador tirar suas próprias conclusões das análises.

---

[68] Selltiz et al (1975) divide os estudos quanto ao seu tipo em três classificações: exploratório, descritivo e de causalidade.

A seleção dessas fontes primárias foi feita por critérios determinados por este pesquisador, o que caracteriza a amostra como não probabilística (MATTAR, 2001). Apesar do risco de contaminação dos resultados desse tipo de amostragem, como alertam Aaker, Kumar e Day (2004), não se encontrou outra forma de selecionar os discursos diplomáticos se não pela escolha do pesquisador, claro que de acordo com alguns critérios, que serão explicitados a seguir. Pode-se dizer, assim, que a opção pela pesquisa documental levou à escolha da amostra não probabilística para esta pesquisa.

3.2.1 Seleção dos discursos e caracterização da amostra

Os discursos diplomáticos foram selecionados de acordo com uma combinação de relevância de seu autor e de seu poder de síntese da política externa do período (2003-2010). Quanto aos autores, decidiu-se por restringir os discursos ao Ministro das Relações Exteriores da época, Celso Amorim, e o Presidente da República, Luis Inácio Lula da Silva, representante máximo da diplomacia brasileira.

Para evitar distorções na amostra, optou-se por selecionar dois momentos em que os pronunciamentos oficiais buscam, de maneira geral, fazer um balanço do que está sendo feito pela diplomacia brasileira no período. O primeiro grupo, voltado para a comunidade internacional, são os 8 (oito) discursos feitos pela gestão do presidente Lula na abertura do debate na Assembleia Geral das Nações Unidas, "um dos momentos mais importantes da diplomacia multilateral contemporânea", como afirma o ministro Celso Amorim (CORRÊA, 2007, p. 13). Os representantes brasileiros, por serem sempre os primeiros a discursar[69], "costumam apresentar discursos abrangentes, em que a avaliação da situação internacional figura como pano de fundo para a enunciação da visão brasileira do mundo e para a apreciação das principais questões internacionais" (CORRÊA, 2007, p. 22).

O segundo grupo de textos, voltado para diplomatas brasileiros, engloba os 16 (dezesseis) discursos feitos tanto por Celso Amorim (8) quanto por Lula (8) na formatura do Curso de Formação do Instituto Rio Branco, quando os diplomatas aprovados em concurso ingressam plenamente na carreira. Este é um momento muito especial para a diplomacia nacional, quando se tenta firmar a política externa vigente frente aos novos funcionários do Itamaraty, dando-lhes motivação para a carreira e criando um espírito de corpo dentro do Ministério das Relações Exteriores.

---

[69] Veja explicação na Introdução deste trabalho.

Apesar da restrição da amostra – que poderia ter englobado outros nomes como Marco Aurélio Garcia, assessor especial da Presidência da República para Assuntos Internacionais no governo Lula e Dilma; o ex-ministro da Cultura Gilberto Gil e seu secretário-executivo de então, Juca Ferreira; Samuel Pinheiros Guimarães, antigo secretário-geral das Relações Exteriores do MRE e professor do Instituto Rio Branco; ou outros discursos marcantes do próprio Presidente e do ministro Celso Amorim –, sua representatividade de temas e de contribuições para a narrativa da identidade nacional parecem bastante satisfatórias.

3.2.2 Técnica de análise dos dados

Os dados selecionados serão analisados segundo o que Bardin (2011) chama de organização categorial[70], em que se realiza uma análise temática a partir da divisão do conteúdo em "rubricas ou classes" (BARDIN, 2011, p. 117). O pesquisador deve estabelecer estruturas analíticas próprias, as categorias, que reúnam "elementos semelhantes extraídos do conteúdo sob títulos genéricos – autônomos, porém inter-relacionados" (RIBEIRO, 2014, p. 108), para que as informações se organizem em temas comuns, a partir de critérios determinados.

Para Bardin (2011), a categorização é uma classificação de elementos constitutivos de um conjunto por diferenciação e, em seguida, por reagrupamento segundo critérios previamente definidos. Esse reagrupamento pode ser feito por critérios semânticos (categorias temáticas), por critérios sintáticos (verbos, adjetivos etc.) ou critérios expressivos (perturbações da linguagem). Para que se possa inferir resultados de maneira coerente a partir das categorias selecionadas, a autora estabelece alguns critérios como a definição clara dos códigos de classificação da categoria, para garantir que cada elemento exista em apenas uma categoria, e certa homogeneidade na organização, para garantir a exclusão mútua entre as categorias.

A autora francesa também divide a análise de conteúdo em três fases distintas: a "pré-análise", quando se organiza o material que será estudado (neste caso, a seleção dos discursos diplomáticos), a "exploração do material", feita pela divisão do conteúdo em categorias (feita, neste trabalho, por meio do NVivo), e o "tratamento dos resultados", momento em que se expõem as inferências e a interpretação dos resultados.

---

[70] Para Bardin (2011), os dados analisados pelo método da análise de conteúdo podem ser divididos em: avaliação, enunciação, expressão e categorial.

3.2.3 Categorias de análise

Neste ponto do trabalho, são apresentadas as quatro categorias escolhidas para análise. Optou-se por apresentar, em primeiro lugar, aquelas que contêm forte componente geográfico – *América Latina* e *Brasil Africano* – e, posteriormente, as categorias mais gerais. Por existir certa hierarquia entre estas últimas, apresenta-se a categoria *Brasil Emergente* e, em seguida, *Autoestima*, que é conecta as três categorias anteriores.

3.2.3.1 América Latina

O tema *América Latina* é, talvez, o mais controverso de todos eles. A presença de uma identidade latino-americana dentre os brasileiros não faz parte dos estereótipos nacionais e, para muitos, nem deveria fazer, ainda que ele esteja expresso claramente no artigo 4º da Constituição Federal de 1988[71]. O Brasil nasceu com os olhos voltados para o litoral. Os colonizadores desta terra, "de acordo com a observação famosa de Frei Vicente do Salvador, viviam a arranhar as fraldas do mar como caranguejos" (HOLANDA, 1998, p. 332). Assumir-se latino-americano seria como negar nossa ligação histórica com a imaginação europeia, a concretização da "tragédia de Nabuco".

Questões ligadas à relação entre a identidade brasileira e a identidade regional latino-americana, no entanto, fazem parte da narrativa da política externa brasileira. A dinâmica regional sul-americana "tem bases de amizade e de cooperação, mas também se fundamenta em rivalidades e conflitos, o que resulta em um ambiente construído a partir de singularidades históricas, econômicas, políticas, físicas e de segurança" (MILANI et al, 2014, p. 81). Ainda que o Brasil tenha solucionado a maioria dos problemas de fronteira com seus vizinhos nas primeiras décadas da República[72], a assimetria entre o país e seus vizinhos, além da barreira linguística e a opção pela exportação de produtos primários para os mercados do Norte, geraram uma falta de vontade brasileira na aproximação e uma desconfiança – que ainda permanece viva – entre nossos vizinhos.

---

[71] Este artigo da Constituição Federal trata dos princípios que regem as relações internacionais do Brasil e contém, em seu parágrafo único, o seguinte texto: "A República Federativa do Brasil buscará a integração econômica, política, social e cultural dos povos da América Latina, visando à formação de uma comunidade latino-americana de nações", o que ressalta claramente a intenção do constituinte em valorizar a identidade latino-americana no país.

[72] Pode-se citar a Questão de Palmas com a Argentina (1895); das Terras do Cabo Norte com a Guiana Francesa (1900); do Pirara com a Guiana Inglesa (1904); o Tratado de Petrópolis com a Bolívia (1903); os tratados com o Equador (1904), a Colômbia (1907), a Guiana Holandesa (1908), o Uruguai (1909) e com o Peru, também em 1909 (GOES, 1991).

Historicamente, as primeiras tentativas de aproximação diplomática[73] foram feitas pelo Barão do Rio Branco, patrono da diplomacia brasileira que comandou o Ministério das Relações Exteriores entre 1902 e 1912, ano de sua morte. O Barão propôs formalmente, em 1905, uma aproximação com Argentina e Chile que, apesar de não ter sido concretizada, permaneceu no imaginário da política externa brasileira por muitos anos. Acordo parecido voltaria a ser proposto na gestão do Ministério de Lauro Muller, em 1915[74], agora por meio do Tratado de Cordial Inteligência Política e Arbitragem, conhecido como Pacto ABC, que também não seria bem-sucedido, após a rejeição do presidente argentino Hipolito Yrigoyen, em 1921, em mais um capítulo da conturbada relação entre Brasil e Argentina.

Desde então, a relação do país com seus vizinhos viveu momentos de aproximação e de afastamento, com mútua desconfiança até o final dos anos 1970, quando começaram a superar suas diferenças. O Acordo Tripartite entre Argentina, Brasil e Paraguai, de 1979, para solucionar a questão do aproveitamento hidrelétrico das Usinas de Itaipu e Corpus, foi um primeiro passo, que se consolidaria na neutralidade assumida pelo Brasil na Guerra das Malvinas[75], em 1982. O momento histórico de redemocratização na Argentina e no Brasil, na década de 1980, permitiu a intensificação da relação entre os dois países, o que resultou no Tratado de Assunção, em 1991, que criou o MERCOSUL (VELASCO JUNIOR, 2007; TOKATLIAN, 2009).

Enquanto Argentina e Brasil superavam suas diferenças e abriam caminho para um protagonismo maior dos dois países na região, a integração latino-americana caminhava em paralelo, mas sem muitos sucessos. As tentativas com a Associação Latino-americana de Livre Comércio (ALALC), em 1960, e a Associação Latino-americana de Integração (ALADI), em 1980, não obtiveram resultados concretos, mas serviram de alicerce para futuras integrações. Além dessas iniciativas práticas, o surgimento da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe[76] (CEPAL), das Nações Unidas, foi um importante reforço

---

[73] Aproximações esporádicas foram feitas ao longo do século XIX, mas apenas para questões específicas, como a Tríplice Aliança na Guerra do Paraguai (1864-1870).

[74] No ano anterior, em 1914, Argentina, Brasil e Chile atuaram como mediadores de um conflito entre Estados Unidos da América e México, na Conferência de Niagra Falls, o que reaproxima os três países (MONIZ BANDEIRA, 2010).

[75] A Guerra das Malvinas foi um conflito entre a Argentina e o Reino Unido, em que o país sul-americano tenta retomar o controle das Ilhas Malvinas (ou Falklands, para os britânicos), sem sucesso. O Brasil apoiou veladamente a Argentina, demonstrando força de vontade para superar os conflitos históricos entre os dois países.

[76] Segundo o site da instituição (cepal.org), a Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL) foi criada em 25 de fevereiro de 1948, pelo Conselho Econômico e Social das Nações Unidas (ECOSOC), e tem sua sede em Santiago, Chile. Foi inspirada pelo pensamento de Raúl Prebisch e teve no brasileiro Celso Furtado um de seus principais teóricos. A CEPAL é uma das cinco comissões econômicas regionais das Nações Unidas (ONU). Foi criada para monitorar as políticas direcionadas à promoção do desenvolvimento

intelectual para os projetos de integração na América Latina e ajudou na permanência da ideia no imaginário coletivo da região.

A integração mais ampla é retomada com mais força no início dos anos 2000, com a reunião de presidentes da América do Sul, em Brasília, quando se estabeleceu a Iniciativa de Integração da Infraestrutura Regional Sul-americana (IIRSA), que se desdobraria, em 2007, na Comunidade Sul-americana de Nações (CASA) e, posteriormente, na União Sul-americana de Nações (UNASUL), em 2007 (SCHMIED, 2007; ALMEIDA, 2006). Para o Brasil, entretanto, a primeira opção de integração seguia sendo o Cone Sul, com o aprofundamento e a operacionalização do MERCOSUL ao longo dos anos 1990, sobretudo nos dois governos de Fernando Henrique Cardoso (1995-2002), e sua ampliação no governo Lula (2003-2010), com a adesão da Venezuela em 2005.

A opção pela América do Sul, herdada pelo presidente Lula de seu antecessor, pode ser justificada, como propõe Luiz Cláudio Villafañe (2005), pela erosão do "conceito de América Latina" (p. 17) que se viveu nos anos que se seguiram à proposta de uma Área de Livre Comércio das Américas (ALCA), em 1994, e à assinatura do *North American Free Trade Agreement* (NAFTA) pelos países da América do Norte, em 1992, ambos tendo os Estados Unidos como grande referência econômica e polo de atração, o que favorecia uma identificação da América em geral, não com a América Latina.

Outras opções, além da sul-americana, estavam postas para os latino-americanos no período analisado. A primeira, explicitada acima, é a identidade do continente americano como um todo, exemplificada pelos debates acalorados sobre a própria ALCA, que haviam se iniciado ainda no governo Itamar Franco, mas que foram encerrados sem sucesso na Cúpula de Mar del Plata[77], em novembro de 2005. Paralelamente à ALCA, Venezuela e Cuba criaram a Aliança Bolivariana para as Américas (ALBA), que teve adesão posterior de Equador, Bolívia e outros países centro-americanos.

Neste momento, a narrativa identitária latino-americana teve nova ascensão, com a confluência de governos mais identificados com a esquerda em diversos países da região – como Brasil, Venezuela, Peru, Paraguai, Guatemala, Cuba, Bolívia, Equador, Argentina, Uruguai e Nicarágua – o que está claro também no discurso diplomático brasileiro do período. Pode-se afirmar que esse reforço regional mais amplo surgiu com força já na reunião da

---

econômico da região latino-americana, assessorar as ações encaminhadas para sua promoção e contribuir para reforçar as relações econômicas dos países da área, tanto entre si como com as demais nações do mundo. Posteriormente, seu trabalho ampliou-se para os países do Caribe e se incorporou o objetivo de promover o desenvolvimento social e sustentável.

[77] A Quarta Reunião de Cúpula das Américas, ou Cúpula de Mar del Plata, foi realizada na cidade argentina por convocação da Organização dos Estados Americanos (OEA).

Organização Mundial do Comércio (OMC) de 2003, em Cancún[78], e se consolida com a criação da Comunidade de Estados Latino-Americanos e Caribenhos (CELAC), em fevereiro de 2010. O protagonismo do México na CELAC traz grande reforço para essa identidade regional, já que os mexicanos haviam se afastado muito dos outros latino-americanos após o tratado do NAFTA entrar em vigor, em 1994. Villafañe (2005) escreve: "Se em 2005 podia-se ter a impressão de que o projeto de identidade sul-americana prevaleceria sobre uma ideia aparentemente já pouco operacional de América Latina, o quadro em 2014 apresenta-se mais complexo" (p.11). Esse quadro deriva, também, da realidade fragmentada que vivemos, em que "muitos projetos identitários convivem e competem entre si" (VILLAFAÑE, 2005, p. 11). A alternância do cenário regional pode ser sentido, também, no discurso diplomático brasileiro, que alterna seu foco entre América do Sul e América Latina, tendendo sempre para a primeira. Como, no entanto, esta engloba aquela, optou-se por categorizar a disputa de identidade regional a partir da segunda.

Outro importante conceito da política externa brasileira (CERVO, 2008) relacionado à nossa identidade e que contribuiu para nossa aproximação com vizinhos é a ideia de país pacífico. Parte do mito nacional e claro exemplo de uma atuação externa que reforça um conceito de identidade, o suposto pacifismo brasileiro congela a imagem "de um país avesso ao radicalismo e parceiro do espírito pacífico, por mais que inúmeras rebeliões, revoltas e manifestações invadam a nossa história de ponta a ponta" (SCHWARCZ; STARLING, 2015, p. 18). São inúmeras as manifestações do discurso diplomático brasileiro sobre um país sem conflitos desde a Guerra do Paraguai (1864-1870) e à ação do Barão do Rio Branco na consolidação de nossas fronteiras sem grandes problemas. Essa percepção serve para ancorar a ideia no imaginário coletivo, naturaliza a violência internamente e nos leva a enxergar uma criação mitológica como realidade, como nos ensina Roland Barthes (2010) sobre o mito.

É importante notar, no entanto, que há – ainda hoje, apesar de estarem enfraquecidos – ao menos dois grandes projetos para a identidade latino-americana. Embora ambos tenham premissas muito parecidas, com um discurso de combate às desigualdades e de união dos países do Sul, os caminhos propostos para atingir esses fins são bastante diferentes. O primeiro, conhecido como Bolivariano e lançado pelo ex-presidente venezuelano Hugo Chávez, segue uma política estatista, com uma abordagem mercantilista que utiliza seus ativos econômicos – sobretudo o petróleo – para estabelecer vínculos estreitos com parceiros

[78] Para mais informações sobre esta reunião da OMC, é possível consultar a entrevista que o ministro Celso Amorim concedeu aos jornalistas André Lahóz e Marcos Coronato, da Revista Exame, publicada em 25 set. 2003, com o título "O empate em Cancún".

e criar "uma nova visão da globalização centrada na Venezuela" (BURGES, 2007, p. 1, tradução nossa[79]), baseada na solidariedade bolivariana. O segundo, baseado na política externa do governo Lula, está relacionado a um redirecionamento de fluxos econômicos que possam criar condições de desenvolvimento para a região e que não é controlado nem forçado pelo Estado. Na estratégia regional de Lula, há uma tentativa de induzir o mercado a investir na região, amenizando alguns obstáculos e constrangimentos para os negócios. Cabe destacar, como ressalta Burges (2007), que as duas estratégias têm como base princípios capitalistas, com importantes elementos neoliberais, os mesmos que são contestados por Chávez e Lula.

A diferença entre esses projetos é importante para as inter-relações entre o discurso diplomático e a identidade nacional no Brasil, tanto pela oposição – ainda que não combativa – ao projeto venezuelano, quanto na afirmação do Brasil como líder regional. Ao expandir o senso de comunidade para todo o continente sob a liderança brasileira, o Itamaraty ajuda a propor um remédio para a "moléstia de Nabuco", mais ou menos como proposto por Mário de Andrade (SANTIAGO, 2003). Cria-se um modelo próprio de inserção na comunidade internacional, sem pretensões de imitação do europeu ou do estadunidense, o que ajudaria a inserir a cultura local na cultura cosmopolita, eliminando a percepção de incompatibilidade entre eles, marca da identidade nacional.

Sérgio Buarque de Holanda, no parágrafo que abre seu célebre livro *Raízes do Brasil* (2009), escreve: "Trazendo de países distantes nossas formas de convívio, nossas instituições, nossas ideias, e timbrando em manter tudo isso em ambiente muitas vezes desfavorável e hostil, somos ainda hoje desterrados em nossa própria terra" (p. 31). Propor uma forma de inserção regional própria que, independente de sua pretensão sul-americana ou latino-americana, colabora para que se criem raízes nesses territórios, que se estabeleçam instituições próprias, como a UNASUL ou a CELAC, é, sem dúvida, um passo importante para que surjam ideias a partir de modelos locais. Em discurso feito nas Nações Unidas, em outubro de 2007 (Anexo O), o presidente Lula afirma: "A construção de uma nova ordem internacional não é uma figura de retórica, mas um requisito de sensatez. O Brasil orgulha-se da contribuição que tem dado para a integração Sul-Americana", em uma clara alusão ao papel do país na afirmação da região como importante ator no cenário global.

A categoria *América Latina*, portanto, visa descrever e analisar como a estratégia de inserção internacional do governo Lula, a partir de sua presença regional, influencia na construção da narrativa nacional brasileira. As externalizações consideradas para que os

[79] No original: *a new vision of globalization centred on Venezuela*.

trechos fossem considerados nesta categoria foram: alguns índices geográficos, que incluem a América Latina e suas sub-regiões, como América do Sul, Cone Sul, América Central e Caribe, além de seus derivados, como países latino-americanos, sul-americanos etc.; o nome dos países da região, como Cuba, Honduras, Haiti e, principalmente, Argentina; a missão de paz da ONU comandada pelo Brasil no Haiti, a Minustah; instituições e acordos regionais, como a Comunidade Sul-Americana de Nações (CASA), a CELAC, UNASUL e o MERCOSUL; além de termos como "nossa região", "países vizinhos".

Tabela 2 – Exemplos de trechos categorizados como *América Latina*

Ano	Autor e local	Trecho selecionado
2003	**Lula** Assembleia Geral da ONU	O novo relacionamento que estamos estabelecendo com os vizinhos do continente sul-americano baseia-se no respeito mútuo, na amizade e na cooperação. Estamos indo além das circunstâncias históricas e geográficas que compartilhamos, para criar um inédito sentimento de parentesco e de parceria. Neste contexto, nossa relação com a Argentina é fundamental.
2004	**Lula** Assembleia Geral da ONU	O Brasil está empenhado na construção de uma América do Sul politicamente estável, próspera e unida, a partir do fortalecimento do Mercosul e de uma relação estratégica com a Argentina.
2010	**Celso Amorim** Formatura do Instituto Rio Branco	Ao contrário, exploramos ao máximo os nossos trunfos, entre os quais está a nossa convivência amistosa e fraternal com os povos da América Latina e do Caribe, a começar pela América do Sul. Parlamento do Mercosul, Focem, Casa/Unasul e CALC (agora CELAC), além de inúmeras ações bilaterais despojadas de egoísmo imediatista, impulsionaram a integração, em benefício de nossos povos, reparando injustiças do passado e corrigindo assimetrias do presente. Deram-nos fôlego, também, para uma atuação mais desenvolta e afirmativa no plano global.

3.2.3.1.1 América Latina e sua contranarrativa

A contranarrativa em relação à *América Latina* não nega a integração, sobretudo com a América do Sul, mas destaca algumas características da integração proposta pelo governo Lula como prejudiciais ao interesse nacional. A crítica mais comum é a de uma aliança feita com alguns países por uma "afinidade ideológica" (ALMEIDA, 2011, p. 96), sem o devido retorno – seja financeiro, de imagem ou qualquer outro – para o país.

É nesse sentido que se constroem as críticas aos bolivarianos; à ação do Brasil em Honduras na crise do governo Zelaya, em 2009; às renegociações de compra do gás boliviano e da energia de Itaipu com o Paraguai; ao relacionamento com a Argentina; e à adesão da

Venezuela ao MERCOSUL. "O ingresso da Venezuela no MERCOSUL comprometerá a eficiência e identidade internacional do MERCOSUL" (AUDIENCIAS [...], 2009), afirmou o ex-chanceler Celso Lafer, em 2009. Arthur Virgílio Neto (2010), então senador oposicionista, escreveu em artigo para Folha de S. Paulo: "considero salutar uma política de boa vizinhança que possa ser executada pelo Itamaraty; discordo é do atrelamento ideológico que, no período Lula, redundou inclusive em desnecessárias concessões, prejudiciais aos interesses brasileiros"[80].

Essa foi a mesma crítica feita em relação à negociação da ALCA, em que o governo brasileiro foi acusado de falta de vontade política para discutir a questão seriamente, apesar de Ricupero e Barbosa reconhecerem o desequilíbrio embutido nas negociações do bloco (JAKOBSEN, 2013, p. 288). Houve, também, uma crítica em relação à proatividade do Brasil na busca por um assento permanente no Conselho de Segurança da ONU, o que – para Almeida (2011) e Lampreia (2010) – desgastou nossa relação com alguns latino-americanos, sobretudo "Colômbia, México e principalmente a Argentina" (JAKOBSEN, 2013, p. 285). Por fim, o próprio ex-presidente Fernando Henrique Cardoso (FHC) faz uma crítica à suposta subordinação da vontade brasileira à vontade de outros países, sobretudo aos bolivarianos. "Antes", afirma FHC (2009), "a condução do processo era feita por nós. (…) Hoje não estamos fazendo uma política externa nossa, estamos sendo arrastados pelos outros"[81].

3.2.3.2 O Brasil africano

A relação entre Brasil e África é um clássico tanto para os estudos de identidade nacional, quanto para os de política externa brasileira. O tema ocupa, sem dúvida, lugar de destaque no discurso diplomático do governo Lula e, poderíamos afirmar, é um capítulo específico dentro da estratégia de relações Sul-Sul estabelecidas por este governo, contribuindo, também, para a categoria *Brasil Emergente*, descrita a seguir.

Os dois lados do Atlântico estiveram ligados, historicamente, pelas rotas comerciais que se estabeleceram à época das Grandes Navegações. Entre 1538, data de desembarque do primeiro navio negreiro no Brasil, e 1850, quando o tráfico de escravizados foi extinto, mais de 3,5 milhões de africanos chegaram aos portos da colônia portuguesa por meio de uma rota marítima intensa. No século XIX, com o fim do tráfico e o início do colonialismo europeu no

---

[80] Arthur Virgílio Neto, então senador pelo estado do Amazonas e atual prefeito de Manaus (PSDB).
[81] Entrevista do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso concedida ao jornalista Augusto Nunes, da Veja.com em 13 nov. 2009.

continente africano, as relações decaem muito, restringindo-se ao fraco e concentrado comércio entre as regiões[82]. A situação não mudaria muito nos anos 1940 e 1950, quando o Brasil apoia as pretensões portuguesas[83] na ONU e se afasta do discurso anticolonialista, muito caro aos países africanos.

Somente no início da década de 1960, com a Política Externa Independente (PEI) do presidente Jânio Quadros e de seu chanceler Afonso Arinos, o Brasil começou a formular uma política externa africana de fato, defendeu a autodeterminação dos povos coloniais, afastou-se do governo português e assinou diversos acordos culturais com países da região. A estratégia de aproximação teve continuidade no governo seguinte, com o chanceler San Tiago Dantas e o presidente João Goulart, mas não durou muito tempo. O Golpe Militar de 1964 e a ascensão do governo Castello Branco (1964-1967) impuseram o desmantelamento da PEI, que incluiu o afastamento dos países africanos, em uma política externa que ficou conhecida como "passo fora da cadência" (BUENO; CERVO, 2008, p. 368), por destoar da tradição que se criava na atuação internacional brasileira. Rapidamente, entretanto, o governo Militar retomou uma política externa de inserção mais autônoma no sistema internacional. Já no governo seguinte, com o presidente Costa e Silva (1967-1969), essa estratégia ficou evidente, retomando alguns pontos da PEI, ainda que o governo seguisse votando com Portugal nos debates propostos pelas Nações Unidas.

No governo Médici (1969-1974), a política africana voltou a ganhar força pela ação do chanceler Mário Gibson Barbosa, que visitou nove países da África Ocidental em 1972, em uma viagem que ficou conhecida como o périplo africano. Já no contexto do "Milagre Econômico" brasileiro[84], o Brasil buscava novos mercados para suas exportações e a África aparecia como uma grande oportunidade. Em 1973, o Brasil deixa de apoiar a colonização portuguesa e repudia a repressão que Portugal impunha a suas colônias africanas, retirando mais um obstáculo à aproximação e tornando-se referência de desenvolvimento para os países daquele continente.

---

[82] Na primeira metade do século XX, quase metade das transações comerciais do Brasil com o continente africano se dá com a África do Sul (VIZENTINI; PEREIRA, s.d.).

[83] Portugal mantém colônias no continente africano até 1975, quando a Revolução dos Cravos derruba o governo Salazar e decreta o fim do colonialismo lusitano.

[84] O período de 1969 a 1973 ficou conhecido como o "Milagre Econômico" brasileiro. O período foi de implementação do I Plano Nacional de Desenvolvimento (PND) da Ditadura Militar, que se aproveitou da disponibilidade de recursos internacionais e, por meio do endividamento externo, promove o investimento e o desenvolvimento do país. O amplo crescimento do período, baseado sobretudo na indústria automobilística, aumentaram a capacidade do governo de arrecadar tributos e conter o déficit público, o que ajudou a conter a inflação, que permaneceu baixa no período (ABREU, 2014).

A crise do petróleo, em 1973, e o início do governo Geisel (1974-1979) marcaram "o aprofundamento da política africana", como destaca Vizentini e Pereira (s.d.). Apesar de ter um governo militar e anticomunista, o Brasil foi o primeiro país a reconhecer o governo independente angolano, em 1975, comandado pelo Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA), de clara inspiração marxista, e condenou firmemente os regimes segregacionistas da África do Sul e da Rodésia. "Nossa intenção principal", afirma o então chanceler Azeredo da Silveira (SPEKTOR, 2010)[85], "era corrigir a política de solidariedade colonialista com Portugal, apostando numa África que vivia um processo de independência retardado" (p. 93).

O início dos anos 1980 marcou mais um momento de afastamento entre brasileiros e africanos. Envolvido em um trabalhoso e desgastante processo de redemocratização, o Brasil foi duramente afetado pelo segundo choque do petróleo, em 1979, e pelo aumento drástico dos juros nos Estados Unidos, em 1981, o que consumiu quase todas as forças políticas do governo Sarney (1985-1989). Ainda assim, a presença africana na política externa brasileira ainda era bastante relevante, sobretudo na relação com outros países de língua portuguesa. Em 1986, o Brasil conseguiu aprovar na ONU o estabelecimento da Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul (ZOPACAS) e, em 1988, promoveu a I Conferência do Atlântico Sul, no Rio de Janeiro, com a participação de 19 países africanos (VIZENTINI; PEREIRA, s.d.). No ano seguinte, em 1989, a I Reunião de Cúpula dos Chefes de Estado e de Governo dos Países de Língua Portuguesa – que inclui diversos países africanos – deu início ao que se tornaria a Comunidade de Países de Língua Portuguesa (CPLP)[86].

A vitória de Fernando Collor nas eleições de 1989 e seu projeto neoliberal colocaram o continente africano novamente em um cenário secundário de prioridade, enquanto a política externa brasileira se voltava para os países do Norte. Após o afastamento do presidente Collor e a ascensão de Itamar Franco (1992-1994), viu-se a retomada das ZOPACAS e de um contato mais estreito com alguns países da África, além do apoio brasileiro ao processo de reconstrução de alguns Estados daquele continente, especialmente Angola. Ao longo do governo de Fernando Henrique Cardoso (1995-2002), "o lugar da África nas relações internacionais do Brasil continuou modesto, mas houve algumas iniciativas importantes e uma certa inflexão ao longo do segundo mandato, que viriam a ser qualitativamente aprofundadas

[85] O livro *Azeredo da Silveira, um depoimento*, de Matias Spektor, traz um depoimento de Azeredo da Silveira feito ao Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil da Fundação Getúlio Vargas (Cpdoc/FGV), entre 1979 e 1982.

[86] A CPLP é consolidada em 1996 com 8 membros permanentes (Brasil, Portugal, Guiné-Bissau, Moçambique, Angola, Cabo Verde, São Tomé e Príncipe, Timor Leste) e três observadores (Guiné-Equatorial, Senegal, República das Ilhas Maurice).

pelo governo Lula" (VIZENTINI; PEREIRA, s.d.). O Brasil, nesse período, iniciou um pleito internacional para a quebra de patentes de remédios que combatem a AIDS, questão de extrema relevância para o continente africano; aproximou-se da África do Sul, com a visita de FHC ao país, em 1996, e a visita do então presidente sul-africano Nelson Mandela ao Brasil, em 1998; e adotou um discurso de combate à globalização assimétrica, a partir de 1999, como relatam Vizentini e Pereira (s.d.), aproximando, assim, ideologicamente os dois lados.

Percebe-se, portanto, que as relações entre Brasil e África são históricas, alternando momentos de aproximação e distensão. A diferença da política do governo Lula para as anteriores está no nível de engajamento da política externa para que se construíssem relações mais robustas com o continente africano. De certa maneira, o Brasil soube aproveitar o momento de distanciamento dos países ricos em relação à África por causa da crise econômica, especialmente depois de 2008, de revigoramento da África Subsaariana, que crescia e conquistava maior estabilidade política[87], e a "emergência do Brasil como uma potência econômica global interessada em intensificar seus laços culturais e comerciais com a África" (CARRILLO, 2011, p. 1).

Além de seu peso histórico, a aproximação com a África se insere em uma estratégia de diversificação da inserção internacional do Brasil por meio de parcerias Sul-Sul, reforçando o contato do país com América Latina, Sudeste Asiático e o continente africano. A estratégia do governo brasileiro era, sem dúvida, facilitar as exportações de mercadorias e serviços, mas optou-se por uma via que estimulava a solidariedade e explorava as afinidades histórico-culturais, por isso pôde extrapolar os limites da política externa e ressaltar o papel do negro na formação da brasilidade, o que nos diz muito sobre a identidade nacional.

Em seus dois mandatos, Lula visitou 12 vezes a África, esteve em 21 países do continente e abriu 20 embaixadas na região (do total de 31 abertas por seu governo). Segundo relatório *Ponte Sobre o Atlântico* (CARILLO, 2011), feito pelo IPEA em parceria com o Banco Mundial, as relações comerciais com o continente, que eram de 4 bilhões de dólares no ano 2000, chegaram a 20 bilhões em 2010, com projetos em cinco áreas prioritárias: (i) agricultura tropical[88], com destaque para a ação da Embrapa e da Agência Brasileira de

[87] Dados do relatório do Banco Mundial e IPEA: *Ponte sobre o Atlântico – Brasil e África Subsaariana, parceria Sul-Sul para o Crescimento*, publicado em 2011.

[88] Um dos projetos principais na agricultura tropical é o Cotton-4, que tenta reproduzir no Benin, Burkina Faso, Mali e Chade o sucesso da agricultura brasileira no continente africano, fomentando o agronegócio no continente. Outro projeto relevante é o de apoio técnico e inovação agrária, em Moçambique, e o apoio à rizicultura, no Senegal.

Cooperação (ABC); (ii) medicina tropical[89], com mais de 50 acordos celebrados com 22 países africanos, a maioria deles focado no tratamento de doenças tropicais e de combate ao HIV; (iii) ensino profissionalizante[90], com a construção de centros de treinamento de mão de obra, apoio à política de promoção de emprego para jovens e parcerias com instituições brasileiras; (iv) energia[91], com foco em alternativas sustentáveis e a produção de energia associada a projetos sociais; e (v) proteção social, na tentativa de transferir para a África o sucesso de programas como o Bolsa Família em países como Senegal, Quênia e Angola.

A nova forma de inserção da África na política externa brasileira acentuou o diálogo entre discurso diplomático e identidade nacional em relação ao elemento negro de nossa cultura. "O Brasil tem com a África laços profundos que definem nossa própria identidade. Somos a segunda maior nação negra do mundo", afirmou o presidente Lula em discurso (SILVA, 2006) por ocasião da Cúpula América do Sul-África de 2006, na Nigéria. Ele ainda complementou: "Internamente, estamos tomando diversas iniciativas para valorizar a decisiva contribuição africana na construção da nação brasileira. (…) Em nossa atuação internacional, também temos um longo percurso comum com as nações africanas". Há, nas palavras de Lula, uma clara tentativa de valorizar a matriz negra de nossa cultura, o que nos aproxima dos países africanos, sem dúvida, mas ressoa internamente para reforçar a ideia de país mestiço e de democracia racial, dois elementos chave da formação da nossa identidade.

Se, desde sua descoberta, "o Brasil sofreu um processo de transculturação a partir de três vertentes: a ameríndia, a africana e a portuguesa", como afirma Dilma de Melo Silva (2007, p. 11), a escolha pela matriz africana é clara no discurso diplomático brasileiro do governo Lula. A relação, que sempre foi desigual e radicalmente hierarquizada, como afirma Luiz Felipe de Alencastro (2000), em que "o grupo dominante branco fornece sempre o genitor e mais raramente o marido, enquanto a comunidade negra dominada cede sempre a mãe e mais raramente a esposa" (p. 346), a miscigenação se deu por meio a aculturação, no que define o processo social da mestiçagem no país.

Apesar da violência do processo de miscigenação, a presença africana teve influência crucial na formação da rede simbólica que forma a identidade nacional, não por uma deliberada vontade brasileira, mas sim "por sua introdução sorrateira mas tenaz e continuada,

---

[89] Uma importante parceria da Fiocruz com instituições locais, como em Moçambique, para a construção de laboratórios farmacêuticos que sejam capazes de produzir medicamentos do coquetel contra o HIV está entre as principais parcerias na área.

[90] O Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI), um dos cinco maiores complexos de educação profissional do mundo e o maior da América Latina, tem presença em diversos países da região, com centros em Guiné Bissau, Cabo Verde, Moçambique e São Tomé e Príncipe.

[91] A produção de energia a partir da cana-de-açúcar está entre os principais projetos na área, com a participação inclusive do setor privado brasileiro em parceria com empresas africanas.

que remarcou o amálgama racial e cultural do brasileiro com suas cores mais fortes", como explica Darcy Ribeiro (2006, p. 102). Lilia Schwarcz e Heloisa Starling (2015), descrevem o equilíbrio de contrastes na relação da sociedade brasileira com sua matriz africana:

> De tanto misturar cores e costumes, fizemos da mestiçagem uma espécie de representação nacional. De um lado, a mistura se consolidou a partir de práticas violentas, da entrada forçada de povos, culturas e experiências na realidade nacional. Diferente da ideia de harmonia, por aqui a mistura for matéria do arbítrio (...). De outro lado, no entanto, é inegável que essa mesma mescla, sem igual, gerou uma sociedade definida por uniões, ritmos, artes, esportes, aromas, culinárias e literaturas mistas (p. 15).

A diplomacia brasileira conhece bem essa relação e a explora de forma interessante. Celso Amorim, em discurso aos formandos do Instituto Rio Branco em 2003, afirma, ao citar viagem do presidente Lula a cinco países africanos, que "precisamos estabelecer com a África um padrão de relacionamento à altura da contribuição que a África nos deu para a formação da identidade brasileira" e, mais adiante no mesmo discurso, define o continente africano como "uma região chave na formação cultural do Brasil". O mesmo conteúdo é repetido por Lula, em 2005, quando contesta os críticos de suas muitas viagens à África e dá os motivos porque irá, ainda, outras vezes em seu mandato:

> [Vamos ao continente africano] não apenas porque nós temos razões de sobra para visitar a África porque temos dívidas históricas com os africanos, devemos parte do que somos aos africanos, mas porque nós sabemos que aquela região do mundo não se desenvolveu porque durante mais de 300 anos nós tiramos de lá a parte mais sadia da população, a parte mais jovem que poderia ter contribuído para o desenvolvimento (Anexo H).

O continente africano representa, para o governo Lula, a segunda área de maior investimento diplomático, atrás apenas da América do Sul (VIZENTINI; PEREIRA, s.d.). Uma relação bem-sucedida, tanto do ponto de vista comercial, como no estabelecimento de identificações mútuas, o que reforça a figura narrativa representada pelo *Brasil Africano* no mito nacional. "Resolvemos transformar a África num continente prioritário da nossa ação política", ressaltou Lula em visita à Ilha de Gorée[92], no Senegal, "não foi apenas fazer negócios, foi, sobretudo, uma estratégia de um dirigente político que tem consciência da dívida histórica que temos com o continente africano" (SILVA, 2005), em discurso histórico, que termina com o Presidente do Brasil, emocionado, pedindo perdão aos africanos pela escravidão no Brasil.

[92] A Ilha de Gorée, hoje localizada no Senegal, foi por muitos anos o principal entreposto europeu do comércio de escravos entre a África e o Novo Mundo. Estima-se que tenham saído pelo porto da ilha mais de três milhões de africanos escravizados.

Há, portanto, uma clara contribuição do discurso diplomático brasileiro para a criação de representações sociais que ajudem a preencher o espaço da figura narrativa da matriz africana na identidade nacional. Ao trazer o relacionamento com a África para o nível simbólico, a diplomacia brasileira colabora para reforçar a ideia do Brasil como um país mestiço, que respeita suas origens negras, que dá a mesma oportunidade a todos seus cidadãos independente da cor de sua pele, imagem que é valorizada fora do país, mas também é muito bem vista pela vasta população afrodescendente que vive no país.

A categoria *Brasil Africano*, portanto, tenta identificar nos discursos selecionados índices que corroborem o que foi apresentado acima. Foram considerados não apenas os indicadores simbólicos, mas também, assim como na categoria *América Latina*, critérios geográficos, como nomes dos países e cidades da região, o termo "países africanos" ou "continente africano" e as visitas presidenciais feitas à África.

Tabela 3 – Exemplos de trechos categorizados como *Brasil Africano*

Ano	Autor e local	Trecho selecionado
2004	**Lula** Formatura do Instituto Rio Branco	Não deixarei cair no esquecimento nossa dívida histórica com os patrícios africanos. Estarei retornando à África ainda este ano para passar a presidência da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa. Trata-se de uma oportunidade para reafirmar o especial compromisso do Brasil com essas nações irmãs. Mas também expresso uma visão de nossa política externa que identifica no continente africano, um território cheio de oportunidades para a cooperação econômica e política.
2007	**Lula** Formatura do Instituto Rio Branco	Estou empenhado na retomada das relações com a África, continente no qual visitei 17 países. Era inconcebível que o Brasil, por sua história e por sua cultura, tivesse virado as costas para nossos irmãos africanos.
2009	**Celso Amorim** Assembleia Geral da ONU	A África ocupa um lugar muito especial na diplomacia brasileira. Desde a sua posse, o Presidente Lula foi à África onze vezes. Visitou mais de duas dezenas de países.

3.2.3.2.1 Brasil Africano e sua contranarrativa

A contranarrativa da ideia de *Brasil Africano* está vinculada ao lugar que governo e seus contranarradores imaginam que o país deva ocupar no mundo. Enquanto a administração de Lula se identifica como país emergente e dá destaque às relações Sul-Sul, nas quais o discurso da relação histórica com a África ocupa grande peso, os críticos à política externa de Lula valorizam o Brasil ocidental. Para Rubens Ricupero, por exemplo, a "filiação do Brasil" aos valores ocidentais não seria mais o pensamento dominante no Itamaraty, quebrando uma

tradição que viria desde o Barão do Rio Branco (JAKOBSEN, 2013, p. 279-280). FHC, em reportagem do jornal O Estado de S. Paulo de maio de 2004 (DIPLOMACIA [...], 2004), defende que a prioridade do Brasil não deveria estar voltada para o passado. "Temos de mudar a nossa cabeça, a nossa ideologia. Buscar participação crescente, e não sair atrás de um passado de retraimento, com a África ou Oriente Médio. Não é não dar atenção a esses países, mas entender que o eixo principal é outro", afirma o ex-presidente, complementando que nossa prioridade deveria ser a ALCA, a Europa, o MERCOSUL e a China. Outro questionamento recorrente, como em Almeida (2011), é ao cancelamento de dívidas que países africanos tinham com o Brasil e à abertura de novas embaixadas, sobretudo no continente africano.

3.2.3.3 Brasil Emergente

O desenvolvimento como vetor da política externa brasileira está presente há muitos anos e dialoga diretamente com a ideia de "país do futuro" no imaginário coletivo brasileiro, duas características instigadas pela categoria *Brasil Emergente*. Apesar de sua presença histórica, a promessa de se alcançar o desenvolvimento só havia estado tão presente no imaginário coletivo brasileiro nos anos 1970, época do "milagre econômico" e em que o questionamento da realidade não era parte do cotidiano nacional. O início do século XXI, tanto pelas oportunidades que surgiam quanto pelas estratégias adotadas pela diplomacia brasileira para a ascensão do país, elevou o país ao posto de protagonista da sociedade internacional e trouxe reavivou a esperança de superação do subdesenvolvimento.

Celso Amorim (2010) afirma que a ascensão de grandes países em desenvolvimento – como Brasil, China, Índia, África do Sul, Indonésia, México, Egito, Turquia e outros – "é o fenômeno mais importante do período pós Guerra Fria"[93], o que se evidencia ainda mais após a crise financeira de 2008. Essa visão do chanceler de Lula nos ajuda a compreender a importância dada pelo governo para o desenvolvimento como vetor da política do período, tanto interna como externamente, refletindo um projeto para o país que poderíamos chamar de neodesenvolvimentismo[94] (SARAIVA, 2012).

---

[93] No original: *is the most important phenomenon of the post-Cold War period.*

[94] Para a autora, o termo *neodesenvolvimentismo* é usado como referência ao que é denominado por Amado Cervo de "Estado logístico"; por P. F. Vizentini de "desenvolvimentismo temperado"; por Sombra Saraiva de "pós-desenvolvimentismo" e por Bresser-Pereira de "novo-desenvolvimentismo". "Em comum, todas se referem à maior presença do Estado num momento posterior a políticas de cunho neoliberal, diferenciando-se

De uma maneira geral, em um mundo capitalista, a busca pelo desenvolvimento econômico é parte intrínseca da relação entre as nações. Na história brasileira, por exemplo, a preocupação com o desenvolvimento nacional já estava presente nas relações internacionais desde o Império, com suas articulações para barrar a ação inglesa contra o tráfico negreiro, ou da Primeira República, em negociações internacionais para preservação do mercado de café. O próprio Barão do Rio Branco, como aponta Lafer (2009) teria visto "o desenvolvimento como meio de reduzir o diferencial do poder, responsável pela vulnerabilidade sul-americana" (p. 84). Uma política exterior que seguisse verdadeiramente o paradigma desenvolvimentista, no entanto, só seria "concebida pelos estadistas dos anos 1930-40" (CERVO, 2008, p. 14), durante a Era Vargas (1930-45), e se tornaria predominante nos anos 1950, com a criação da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL). Segundo os pensadores da CEPAL, o comércio internacional reproduz as condições do subdesenvolvimento e faz-se necessária uma estratégia de superação das desigualdades entre as nações por meio da industrialização como projeto de Estado, o que também passa pela política externa.

É interessante notar o papel dos Estados Unidos na opção pelo desenvolvimento como vetor nas estratégias de inserção internacional do Brasil após a Segunda Guerra. O envio dos *pracinhas* à Itália e o Plano Marshall[95] deram ao governo Dutra (1954-1950) a esperança de um apoio estadunidense ao desenvolvimento brasileiro, o que não ocorreu de fato. A falta do apoio esperado fez com que, no governo seguinte, Getúlio Vargas (1951-1954) já apresentasse um discurso mais dicotomizado, falando sobre miséria e desenvolvimento em diversos fóruns internacionais. Juscelino Kubitschek (1956-1961) retomou a aproximação com os Estados Unidos e adotou a superação do subdesenvolvimento como palavra de ordem para sua política externa, à procura de capital estrangeiro e tecnologia. Buscou apoio em visita ao presidente Eisenhower, mas sai de Washington de mãos vazias. Em 1958, por influência do diplomata Augusto Frederico Schmidt, Kubitschek lança a Operação Pan-Americana (OPA), uma proposta de cooperação internacional de âmbito hemisférico que buscava o desenvolvimento regional para combater a crescente influência do comunismo nos países subdesenvolvidos. Teria dito Schimidt à época, como lembra Lafer (2009), que "o Brasil acrescenta hoje, com caráter prioritário, à política de colaboração internacional para o desenvolvimento, que é a política do futuro, a política da esperança" (p. 96). Uma vez mais,

---

do velho desenvolvimentismo por assumir uma postura de apoio ao invés da intervenção estatal direta e por contemplar aspectos sociais e econômicos de forma mais associada", afirma a autora (SARAIVA, 2012, p. 8).

[95] Plano de recuperação da Europa concebido pelo Secretário de Estado dos Estados Unidos, George Marshall, nos anos que se seguiram à Segunda Guerra Mundial.

os Estados Unidos recebem a articulação do Brasil com frieza, o que abre caminho para uma nova fase da política externa brasileira.

O governo brasileiro finalmente se convence que não poderia contar com um auxilio sistemático dos Estados Unidos para conseguir seu sonhado desenvolvimento. Assim, o breve governo de Jânio Quadros (1961) deixa um dos maiores legados da política externa brasileira desde o Barão do Rio Branco: a Política Externa Independente (PEI). A PEI tinha como conceito a autodeterminação dos povos, a não intervenção, a defesa da paz e do desarmamento e a desideologização da política externa, o que permitia algumas aproximações pouco convencionais, como a política africana, a missão comercial à União Soviética e a oposição às sansões contra Cuba no âmbito Organização dos Estados Americanos (OEA), propostas pelos Estados Unidos. Apesar de seu alinhamento ideológico com o bloco ocidental e sua política interna conservadora, Jânio dá liberdade para seu chanceler Afonso Arinos criar uma política externa inovadora, pois estava convencido que esta poderia ser a melhor forma de utilizar a diplomacia como instrumento de desenvolvimento nacional.

No governo seguinte, João Goulart e seu chanceler João de Araújo Castro seguiram implementando os conceitos da PEI e levaram a nova mensagem brasileira à ONU, com o famoso “Discurso dos Três Ds”. Pronunciado na abertura da 18ª Assembleia Geral das Nações Unidas, em 1963, Araújo Castro defendeu que a ONU não se deixasse paralisar pela bipolaridade do sistema internacional e que se dedicasse aos “3 Ds”: desenvolvimento econômico, o desarmamento e a descolonização. "Nem tudo é Este ou Oeste nas Nações Unidas de 1963. O mundo possui outros pontos cardeais. Esses termos, que dominavam toda a política internacional até há pouco tempo, poderão eventualmente ser devolvidos à área da geografia" (CORRÊA, 2007, p. 172), afirma o chanceler, apresentando uma perspectiva autenticamente brasileira das relações internacionais.

O governo militar (1964-1985), em linhas gerais, mantém o direcionamento estabelecido pela PEI, com apenas uma rápida tentativa de alinhamento automático com os Estados Unidos no governo Castello Branco, da mesma forma como descrito no caso da política africanista. O início dos anos 1970 vivenciou o auge da repressão da ditadura brasileira, longe das notícias e dos holofotes públicos, e um interessante momento de valorização da autoestima, com a vitória da seleção de futebol na Copa do Mundo de 1970, no México, e o Milagre Econômico, ambos com forte efeito sobre a mentalidade coletiva nacional e que remetiam à ideia de país do futuro. Em política externa, a Diplomacia de

Interesse Nacional[96], no governo Médici (1969-1974), e o Pragmatismo Responsável e Ecumênico[97], do governo Geisel (1974-1979), mantiveram os princípios fundamentais de inserção internacional do Brasil traçados no início dos anos 1960, mas com o aprofundamento das relações de cooperação Sul-Sul para desenvolvimento mútuo, sobretudo na gestão de Azeredo da Silveira no Itamaraty (1974-1979).

Esse momento histórico do país, apesar de nefasto internamente, serviu de inspiração para a política externa construída no governo Lula. O chanceler Celso Amorim implementou um modelo de inserção internacional do Brasil que ele mesmo chamou de "ativismo responsável e confiante" (CERVO, 2006, p. 15), baseado em quatro pontos a serem destacados: (i) ação multilateral que tende ao reforço do poder nacional e à conquista de reciprocidade real; (ii) agenda comercial afirmativa, com apoio logístico do Estado para a internacionalização das empresas brasileiras; (iii) a América do Sul como frente prioritária da ação externa, o que – como vimos – irá alternar com a América Latina essa prioridade; e (iv) parcerias diversificadas ao norte e ao sul, retomando o pragmatismo e o desenvolvimento nacional como pilares da ação externa do país. Em discurso aos formandos do Instituto Rio Branco em 2009, Celso Amorim resume essa estratégia:

> Todas são iniciativas diplomáticas que contribuíram para elevar o Brasil à condição de país de influência reconhecida – e mesmo buscada – no concerto das nações. Algumas destas iniciativas foram tomadas depois de detalhada e minuciosa reflexão, outras o foram necessariamente no calor dos embates e das negociações (como o do G20 da OMC), mas sempre com a mesma inspiração de busca de um mundo mais justo e de afirmação do nosso país (Anexo S).

Com essa política, o Brasil se tornou ator crucial para a tomada de decisão na maioria dos fóruns multilaterais, agindo proativamente para mudar a governança global. Com Rússia, Índia, China e, mais tarde, África do Sul, o país criou aos BRICS; sem a Rússia e com o objetivo de buscar um equilibro para os países em desenvolvimento nos debates sobre

---

[96] A Diplomacia do Interesse Nacional, comandada pelo chanceler Mário Gibson Barbosa, representou a retomada da política africanista, sobretudo após 1973, quando o Brasil deixa de apoiar a política colonialista de Portugal e repudia a repressão dos lusitanos na África. Houve, também, uma aproximação maior com os países árabes, devido ao aumento de importância do petróleo no cenário internacional.

[97] O Pragmatismo Responsável buscou ativamente maior protagonismo para o Brasil nos organismos internacionais, incrementou a cooperação Sul-Sul para o desenvolvimento mútuo, baseada em princípios de respeito à soberania e à autodeterminação dos povos e de repulsa ao colonialismo e à discriminação racial. O chanceler Azeredo da Silveira, a partir desses princípios, aprofundou as relações brasileiras com a África ainda mais, ao reconhecer a independência de países como Guiné-Bissau (1974) e, principalmente, Angola (1975). Houve, também, uma continuidade nas relações com os países árabes, com a instalação de um escritório da Organização para Libertação da Palestina (OLP) em Brasília e uma cooperação com alguns Estados árabes para prospecção de petróleo. Em 1974, o Brasil também retomou suas relações com a República Popular da China e se afasta de Taiwan. Em 1978, assina o Acordo Quadro de Cooperação Multilateral na Amazônia com todos os países da bacia hidrográfica do Rio Amazonas (Bolívia, Peru, Colômbia, Equador, Venezuela, Suriname e Guiana).

mudanças climáticas, os outros quatro países criaram o BASIC; sem a China, Brasil, Índia e África do Sul estabeleceram o Fórum IBAS de cooperação. Na OMC, em 2003, o Brasil articulou com sucesso o G20 Comercial, para colocar os assuntos agrícolas no centro do debate da Rodada Doha da OMC; uniu-se a outros emergentes para propor uma nova governança para o Fundo Monetário Internacional (FMI); aliou-se à Alemanha, Índia e Japão no pleito por um assento permanente no Conselho de Segurança da ONU, formando o G4; em 2005, a "declaração de Brasília" criou a Comunidade América do Sul-Países Árabes (ASPA). São inúmeras as iniciativas, em todas as frentes, que parecem realmente ter alterado o equilíbrio global de poder em favor do Brasil, agora líder dos países emergentes.

Esse novo papel assumido pelo país nas relações internacionais dialoga, diretamente, com diversas das aspirações do povo brasileiro. Desde o descobrimento, o "paraíso terreal"[98], como afirma Sérgio Buarque, "debuxado por numerosos cartógrafos, afincadamente buscado pelos viajantes e peregrinos, pareceu descortinar-se, enfim, aos primeiros contatos dos brancos com o novo continente" (HOLANDA, 1998, p. X[99]). Assim nasce o mito de um Brasil como terra prometida, como um "país que, indubitavelmente, está destinado a ser um dos mais importantes fatores do desenvolvimento futuro do mundo", como escreve Stefan Zweig, em seu livro *Brasil, país do futuro* (2006, p. 13). O livro de Zweig, publicado pela primeira vez em 1941, certamente colaborou para a popularização do termo que deu título à obra no imaginário coletivo brasileiro. Ainda que, como afirmam Lilia Schwarcz e Heloisa Starling (2015), o Brasil tenha sido "para uns, breve paraíso; para outros, inferno sem fim; para outros, ainda, espécie de purgatório na Terra" (p. 19), o otimismo – outro traço do caráter nacional – faz com que se olhe "o país como uma aposta positiva de longo prazo", (BOMENY, 2009, p. 346), como fazia Darcy Ribeiro.

O *Brasil Emergente* serve a este ideal com afinco, coloca o país em condições de superar muitos dos problemas levantados pelos *Intérpretes do Brasil*, colocando o desenvolvimento como solução para as contradições sociais do país. Este espírito é, ao menos em parte, o que encontramos no livro *Formação Econômica do Brasil* (2003), de Celso Furtado. O economista, um entusiasta da CEPAL, faz uma análise das contradições da formação de nossa economia, mas, ao final, apresenta a industrialização por meio do Estado como um caminho para a superação do subdesenvolvimento. Ao contrário de Caio Prado Junior, que, dentre os intérpretes, é o que mais se aproxima do economista cepalino, Celso Furtado demonstra esperanças no futuro do país, comprovada por sua militância prática na

[98] Sergio Buarque de Holanda (1998) usa o termo no sentido de um paraíso na Terra.
[99] Citação feita no *Prefácio à segunda edição*, cuja numeração de páginas está em numeral romano.

transformação da América Latina, por meio da CEPAL, e do Brasil, onde foi Ministro do Planejamento do governo João Goulart.

Seja na visão do Brasil como paraíso ou na esperança de desenvolvimento por meio da atuação do Estado, algo que se tornaria regra ao longo de nossa história, a ideia de um Brasil forte no cenário internacional, articulado com parceiros de todos os tipos e com voz ativa nos fóruns internacionais, ajuda a formar a figura narrativa do mito nacional brasileiro. Esta ideia nos ajuda, também, assim como o reforço do imaginário coletivo latino-americano, a superar a "moléstia de Nabuco", já que estaríamos cada vez mais próximos daqueles que almejamos ser durante toda nossa existência. O *Brasil Emergente* estabelece, da mesma forma, um diálogo direto com a noção de autoestima no discurso diplomático brasileiro, como veremos na análise da próxima categoria.

Para identificar esta categoria, portanto, utilizamos os índices que indicavam algumas das ideias que se tentou demonstrar acima: crescimento econômico, estabilidade financeira, inclusão social, plena vigência da democracia, promoção do desenvolvimento, cooperação Sul-Sul, parcerias com outros países fora da América Latina, a ideia de cooperação, referências a países em desenvolvimento ou emergentes, multilateralismo, novos mecanismos de governança nos diversos órgãos internacionais e a evocação ao respeito ao direito internacional, que é uma das formas de reforçar o *soft power* – ativo que o Brasil possui em abundância – frente ao *hard power*[100]. Também foram levadas em consideração situações em que o discurso diplomático brasileiro aponta falhas de postura nos países desenvolvidos, quando defende o fim de privilégios anacrônicos, mostra generosidade com países mais pobres ou reafirma seu papel crescente no sistema internacional.

[100] Joseph Nye, no livro *The Future of Power* (2010), define o poder nas relações internacionais como sendo a capacidade de impor resultados, de ditar a agenda dos grandes debates do sistema internacional ou como forma de direcionar os interesses e preferências de aliados. O conceito de *soft power* estaria relacionado às duas últimas concepções, baseado nos valores políticos, na cultura e na política externa. O poder de coerção, presente na primeira forma de poder descrita, seria o *hard power*. Nye, neste livro, afirma que o desafio do presente momento histórico que vivemos é saber balancear *hard* e *soft power*, o que ele chamou de *smart power*.

Tabela 4 – Exemplos de trechos categorizados como *Brasil Emergente*

Ano	Autor e local	Trecho selecionado
2005	**Celso Amorim** Assembleia Geral da ONU	A criação do IBAS - grupo que compreende a Índia, o Brasil e a África do Sul - aliou três democracias da África, Ásia e América Latina, desejosas de estreitar os vínculos econômicos, políticos e culturais entre si e suas regiões.
2008	**Lula** Assembleia Geral da ONU	Está em curso a construção de uma nova geografia política, econômica e comercial no mundo. No passado, os navegantes miravam a estrela polar para "encontrar o Norte", como se dizia. Hoje estamos procurando as soluções de nossos problemas contemplando as múltiplas dimensões de nosso Planeta. Nosso "norte" às vezes está no Sul.
2009	**Celso Amorim** Formatura do Instituto Rio Branco	Todas são iniciativas diplomáticas que contribuíram para elevar o Brasil à condição de país de influência reconhecida – e mesmo buscada – no concerto das nações. Algumas destas iniciativas foram tomadas depois de detalhada e minuciosa reflexão, outras o foram necessariamente no calor dos embates e das negociações (como o do G-20 da OMC), mas sempre com a mesma inspiração de busca de um mundo mais justo e de afirmação do nosso país.

3.2.3.3.1 Brasil Emergente e sua contranarrativa

A ideia de Brasil ocidental é ainda mais presente na crítica ao *Brasil Emergente*, que ganha reforço da afirmação de uma "mentalidade antiga (…), uma ideia de Norte contra Sul"[101] como afirmou o ex-presidente Fernando Henrique Cardoso (2009) ao portal Veja.com. A partir desse conjunto de pressupostos, critica-se o governo por aproximações com países que não se enquadram na ideologia Ocidental, como o Irã[102], ou a prioridade do governo às relações Sul-Sul. José Augusto Guilhon, professor de relações internacionais da USP, critica a aproximação do Brasil "com países que não participam das grandes decisões" e que "o ganho comercial que temos com esses países é pequeno perto do desgaste desse tipo de aproximação" (PEIXOTO, 2009). Acusam o governo de ter uma política "terceiro-mundista", em sua "intenção de unir potências do Sul para alterar o 'eixo de poder no mundo'" (JAKOBSEN, 2013, p. 278).

[101] Entrevista do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso concedida ao jornalista Augusto Nunes, da Veja.com, em 13 de novembro de 2009.

[102] Luiz Felipe Lampreia, em seu blog no portal do jornal O Globo, faz inúmeras críticas à relação do Brasil com o Irã e outros países. Disponível no link: http://oglobo.globo.com/blogs/lampreia.

3.2.3.4 Autoestima

A *Autoestima* é que dá o tom de toda a estratégia de inserção internacional desenvolvida pelo governo Lula, perpassando todas as categorias anteriores. O raciocínio fundamental para a reflexão que faremos sobre a autoestima na política externa do governo Lula é baseado em um artigo do professor de relações internacionais australiano Sean W. Burges, intitulado '*Autoestima' in Brazil: The logic of Lula's south-south foreign policy*[103] (2005).

Há, para Burges, muitas linhas de continuidade entre a política externa do período analisado e a do governo Fernando Henrique Cardoso (FHC), mas a diferença substancial está na mudança psicológica que o discurso diplomático brasileiro conseguiu provocar internamente e na comunidade internacional. Diferentemente de seu antecessor, Lula não apresentou ao mundo um Brasil carente de ajuda externa para seu desenvolvimento; pelo contrário, o Presidente posicionou o país como possuidor de uma economia e um sistema político complexos e sofisticados, que está trabalhando para superar suas divergências internas, o que trouxe fortes ganhos de autoestima para os brasileiros.

O argumento, presente nessa mudança de apresentação, é derivado da teoria da dependência, apresentada, em 1971, pelo próprio Fernando Henrique Cardoso em seu livro *Dependência e Desenvolvimento na América Latina* (2004). A diplomacia brasileira partiu do pressuposto de que a divisão entre países desenvolvidos e países em desenvolvimento cria uma relação hierárquica, com os desenvolvidos impondo regras aos em desenvolvimento no sistema internacional, em uma relação similar à descrita no campo econômico por FHC. Essa divisão perpetuaria não só a dependência socioeconômica da periferia em relação ao centro, mas também criaria uma dependência psicológica que "impediria os países do Sul de reconhecerem a explorarem as oportunidades que surgem no contexto que estão inseridos" (BURGES, 2005, p. 1135, tradução nossa).

Esse posicionamento do discurso diplomático brasileiro abre uma nova perspectiva de identificação para o brasileiro em sua política externa. Celso Amorim, na introdução de seu livro *Breves narrativas diplomáticas* (2013a), afirma que a estratégia da política externa brasileira "tinha como referência a extraordinária onda de autoestima trazida pela eleição de um operário metalúrgico para a presidência da República" (p. 11). A importância da autoestima não é apenas para o bem-estar psicológico de um povo, mas é porque isso significa

[103] 'Autoestima' no Brasil: a lógica da política externa Sul-Sul de Lula, em tradução nossa.

que as decisões estão sendo tomadas de forma autônoma, com soluções próprias para os problemas locais.

Mais do que a autoestima brasileira, o discurso diplomático de Lula e Amorim trabalhou, também, a autoestima do "Sul ampliado"[104], como define Burges (2005, p. 1144, tradução nossa). Em seu discurso de abertura da Assembleia Geral da ONU de 2004, Lula ressalta esse compromisso com os países do Sul: "Pela segunda vez, dirijo-me a esta assembleia universal para trazer a palavra do Brasil. Carrego um compromisso de vida com os silenciados pela desigualdade, a fome e a desesperança" (Anexo X). Por meio de um discurso de solidariedade[105] com países também não desenvolvidos, tenta-se criar uma mudança na psicologia global do Sul, que provocaria uma mudança na forma como eles se inserem no sistema internacional por meio da revitalização de sua autoestima.

O governo Lula tentou reformular, assim, a percepção que temos de nós mesmos como países do Sul, tanto dentro como fora do Brasil, e fez isso redirecionando alguns elementos da política externa brasileira. Ao invés de lutar por uma reestruturação da ordem mundial, pedindo um novo acordo de Bretton Woods[106], por exemplo, foi proposta uma mudança na racionalidade do sistema, para que as relações entre os diferentes países sejam reequilibradas. Essas mudanças foram buscadas por meio das diversas parcerias que apresentamos acima, principalmente com os outros grandes emergentes, como Índia, China e África do Sul, mas também com países menores, por meio de uma diplomacia solidária e não indiferente. Ao promover uma solidariedade mais horizontal, entre países não desenvolvidos, o Brasil ajudou a quebrar a dicotomia entre países desenvolvidos e em desenvolvimento, além de colaborar para sua própria estabilidade. É com base nessa estratégia que o Brasil, partindo de sua parceria estratégica com a Argentina e o MERCOSUL, expandiu sua atuação para todo o sub continente sul-americano e, mais tarde, para a América Latina e Caribe; que o país extrapolou a ação do Banco Nacional de Desenvolvimento (BNDES) para além de suas fronteiras; e, sobretudo, ofereceu cooperação técnica com diversos de seus parceiros, sobretudo latino-americanos e africanos.

---

[104] No original, *larger south*.

[105] No discurso diplomático brasileiro, a valorização da solidariedade não é puramente idealista, como pode parecer à primeira vista. Há um conteúdo pragmático bastante evidente na maioria das ações, como na articulação do G20 da OMC, por exemplo.

[106] A Conferência de Bretton Woods, realizada em 1944 nos Estados Unidos, é parte de uma "série de conferências internacionais que elaboraram modelos para os componentes de cooperação da ordem mundial no pós-guerra" (KISSINGER, 1994, p. 405). Esta conferência, como afirmam Berstein e Milza (2007), teve como função principal reequilibrar o Sistema Monetário Internacional (SMI) após os conflitos da Segunda Guerra Mundial (1939-1945), com a criação do Banco Internacional para a Reconstrução e Desenvolvimento, que se desdobraria na criação do Banco Mundial e Banco para Investimentos Internacionais, e o Fundo Monetário Internacional (FMI), para administrar o novo sistema e zelar pelo respeito às regras do novo SMI.

A política de solidariedade da diplomacia brasileira tem como aliado o histórico respeito do país à autodeterminação dos povos e à não intervenção, que fazem com que a valorização da autoestima nacional não seja percebida *a priori* como prepotência ou com pretensões imperialistas. Isso reforça a imagem de um Brasil com alta capacidade de atuação na solução dos problemas externos e internos, tanto para os brasileiros quanto para os estrangeiros, elevando a autoestima nacional e o potencial de investimento estrangeiro no país paralelamente.

Manter-se na visão dicotômica citada acima, afirma Burges (2005), faz com que os nacionais de seu país queiram ir para os países do Norte, enquanto a política implantada por Lula devolve a autoestima nacional e faz com que se veja oportunidades dentro de seu próprio país. Em discurso de abertura do seminário Brasil-China, em abril de 2003, Lula tenta colocar em palavras essa atitude que Burges vê em sua estratégia de política externa:

> O Brasil precisa, definitivamente, aprender que somos um país grande, que temos vocação para crescer e que não precisamos pedir licença a ninguém para disputar as nossas relações políticas, diplomáticas e comerciais. (…) O Brasil precisa compreender que a atitude mais importante que nós temos, neste momento, é recuperar a nossa autoestima, acreditar em nós mesmos, acreditar que somos competitivos e descobrir onde nos tornaremos competitivos para enfrentar esse mundo cada vez mais globalizado (SILVA, 2003).

Percebe-se, no discurso diplomático brasileiro, um claro reconhecimento da necessidade de manter boas e crescentes relações com os países desenvolvidos, mas, também, uma visão de que só o relacionamento com o Norte não é suficiente para promover o desenvolvimento pleno dos países do Sul, que precisam colaborar entre si para buscar seus objetivos comuns. O Brasil coloca-se, assim, como líder das atividades Sul-Sul e torna-se imprescindível para qualquer grande negociação global no mundo complexo em que vivemos, papel que é ainda mais reforçado após a crise de 2008, que enfraquece politicamente os países desenvolvidos.

A autoestima está relacionada com uma crença em si mesmo, em seus valores, ideais e nas possibilidades que surgem do contexto em que se está inserido. Esse sentimento ajuda a superar o que Sérgio Buarque de Holanda (2009) chama de “bovarismo” (p. 166), que se define como uma alteração na percepção da realidade, quando se pensa ser o que não é.

> “Bovarismo” serve, ainda, para nomear um mecanismo muito singular de evasão coletiva, que nos permite recusar o país real e imaginar um Brasil diferente do que e – já que esse não nos satisfaz e, pior, nos sentimos impotentes para modificá-lo. Entre o que se é e o que se acredita ser, já fomos quase tudo na vida: brancos, negros, mulatos, incultos, europeus, norte-americanos, e BRICS (SCHWARCZ; STARLING, 2015, p. 16-17).

Uma vez mais, voltamos à questão que tem permeado todas as categorias de análise, a contínua oposição entre o local e o universal. O que a política externa brasileira conseguiu, ainda que não tenha perdurado no governo Dilma, foi criar os "pretextos pessoais ou históricos", tão buscados por Nelson Rodrigues (1995, p. 23), para podermos reafirmar a nossa autoestima como brasileiros. Essa talvez tenha sido a maior contribuição do discurso diplomático brasileiro do governo Lula para a identidade nacional e pode estar na raiz da grande insatisfação que veio no governo posterior, que não soube dar continuidade ao processo de identificação entre ação global e autoestima local.

Para identificar a autoestima no discurso diplomático brasileiro, utilizaram-se marcadores textuais com conteúdo motivacional, muito presentes nos discursos de formatura das turmas do Rio Branco, mas também naqueles feitos na ONU. Procurou-se observar, também, índices que mostrassem o cumprimento de objetivos internacionais importantes, que sinalizassem mudanças na posição relativa do país no cenário internacional, que valorizassem as conquistas internas, que rejeitassem ingerências de outros países nos negócios nacionais ou um conteúdo autorreferencial, que falasse do protagonismo do país em diversos fóruns globais.

Tabela 5 – Exemplos de trechos categorizados como Autoestima

Ano	Autor e local	Trecho selecionado
2003	**Lula** Formatura do Instituto Rio Branco	O Brasil é um país por demais importante e muitas vezes não fomos mais importantes porque, muitas vezes, não nos demos importância. O governo tem a decisão política de fazer com que o país utilize todo o seu potencial de ousadia, todo o seu potencial de política externa, para inserir o Brasil no mundo como um país grande, um país que gosta de respeitar e, ao mesmo tempo, um país que quer ser respeitado.
2005	**Lula** Formatura do Instituto Rio Branco	Em suma, o Brasil se afirma como nação que toma as rédeas de seu destino. Um país que ouve e é ouvido.
2010	**Celso Amorim** Assembleia Geral da ONU	Ao longo dos dois mandatos do Presidente Lula, o Brasil mudou. Crescimento econômico sustentado, estabilidade financeira, inclusão social e a plena vigência da democracia conviveram e se reforçaram mutuamente. Mais de vinte milhões de brasileiros saíram da pobreza e outros tantos da pobreza extrema. Quase trinta milhões de pessoas ingressaram na classe média.

3.2.3.4.1 Autoestima e sua contranarrativa

O principal argumento de crítica a esta categoria está em qual interesse nacional estava sendo buscado pela transformação psicológica da política externa de Lula, como coloca Shawn Burges (2005), que ainda complementa: “a centralidade da autoestima na política externa brasileira e o projeto específico de combate à dependência psicológica que caracterizou as relações dos países do Sul com o Norte resultarão, inevitavelmente, em posicionamentos e iniciativas reacionários, principalmente por figuras políticas” (p. 1150, tradução nossa). A contranarrativa, aqui, centra-se na acusação de que o governo busca um enfrentamento com o Norte, parceiros tradicionais do país, em sua quase obseção por relacionamentos Sul-Sul. O “reenquadramento ideológico” (ALMEIDA, 2011, p. 109) da política externa brasileira teria resultado, inclusive, no afastamento de alguns parceiros regionais, como poderia ser observado na “relutância dos demais vizinhos em reconhecer uma suposta liderança brasileira” (ALMEIDA, 2011, p. 107). Outra crítica, feita por Rubens Ricupero, é que o estilo carismático e ideológico da atuação de Lula teria colocado em questão “o caráter necessariamente institucional e impessoal da diplomacia” (JAKOBSEN, 2013, p. 276-277), sendo que, de maneira geral, a retórica da diplomacia lulista prevaleceu largamente sobre resultados concretos (ALMEIDA, 2011, p. 109).

3.2.3.5 Temas que não foram categorizados

Diversos outros temas emergiram das análises dos discursos selecionados, mas não foram incluídos como categorias por não terem grande contribuição para a identidade nacional brasileira ou por estarem muito relacionados a uma das categorias já analisadas.

O principal tema não categorizado está relacionado àquele que o presidente Lula escolheu para nortear a sua projeção pessoal no cenário internacional: o combate à fome e à pobreza. Ele está presente em praticamente todos os discursos analisados e está, muitas vezes, relacionado a alguma das quatro categorias explicitadas acima. No plano interno, o governo implementou um modelo, ao menos no primeiro mandato (2003-2006) de “diminuição da pobreza com manutenção da ordem” (SINGER, 2012, p. 13) que, em associação ao escândalo do mensalão, teria levado a um realinhamento eleitoral consolidado nas eleições de 2006, surgindo o que Singer (2012) chamou de *lulismo*.

Esse movimento seria fruto do encontro de um líder carismático e de um subproletário, aliado a uma política de combate à pobreza pela ativação do mercado interno, sem que isso confrontasse o capital nacional ou estrangeiro. Recorre-se à tese de Singer do *lulismo* para tentar aproximar a percepção de que o discurso de combate à fome no plano global encontra, sim, ressonância interna. Como colaboração para a formação de uma figura narrativa nos moldes apresentados neste trabalho, no entanto, ela ocuparia um lugar que mais reforçaria a ideia de autoestima do que teria espaço para uma figura própria, até mesmo pela identificação da história pessoal do presidente com essa luta, quase como um exemplo perfeito da trajetória do herói de Campbell (1997).

Outro tema também presente e que chama a atenção no discurso diplomático brasileiro é a ideia de país pacífico e respeitoso do direito internacional. Mais uma vez, neste caso, encontra-se mais ressonância em colaboração com outras categorias do que força suficiente para que se estabeleça figura narrativa própria. Um exemplo, citado acima, é na relação com os países da região, mas sua relação vai além, estando presente em relação ao *Brasil Emergente*, *Brasil Africano* e *Autoestima*.

A questão indígena, tema caro à identidade nacional e que não aparece em nenhum dos discursos selecionados, vale à pena ser lembrada. Ela poderia ser utilizada, principalmente, na aproximação com os vizinhos latino-americanos ou para criar uma identificação com outras nações do Sul que possuem povos autóctones, como os países africanos, países árabes ou até povos do Sudeste asiático e Oceania. No entanto, não está na pauta dos discursos diplomáticos brasileiros analisados.

3.3 Apresentação, análise e interpretação dos resultados

A partir da teoria e dos procedimentos metodológicos apresentados, pretende-se, nesta parte do trabalho, apresentar uma análise dos resultados encontrados na categorização dos discursos, feita com auxílio do software NVivo. Em primeiro lugar, há uma breve descrição e contextualização de cada uma das fontes selecionadas e, em seguida, as tabelas e as interpretações dos dados.

Como descrito no Enfoque da pesquisa (item 3.1.), foram selecionados 24 discursos diplomáticos brasileiros no período do governo Lula (2003-2010), todos disponíveis na íntegra nos anexos deste trabalho. Os critérios utilizados para a seleção, como também já foi dito, foram o de relevância de seus autores, o presidente Luís Inácio Lula da Silva e o ministro das Relações Exteriores Celso Amorim, e o de seu potencial como sintetizador da mensagem

que a política externa brasileira pretende disseminar tanto para o público externo, a comunidade internacional, quanto para o público interno, os brasileiros. Pode-se afirmar, portanto, que os discursos selecionados refletem, ao menos em parte, a imagem que o Itamaraty quer projetar para o Brasil e o mundo.

Para evitar vieses do pesquisador na escolha, optou-se por discursos que ocorrem anualmente e em um mesmo ambiente, formando um bloco de textos que dialogam entre si e que cobrem todo o período selecionado para o estudo. O primeiro bloco é formado pelos 8 discursos – 2 feitos por Celso Amorim e 6 por Lula – feitos pela diplomacia brasileira na abertura da sessão anual da Assembleia Geral das Nações Unidas. Este é, sempre, um momento muito especial para a estratégia de inserção internacional do país, quando o Brasil mostra ao mundo os valores que embasam a ação da política externa nacional, o que comprova o seu potencial de inter-relação com o tema proposto por esta dissertação.

O outro bloco é formado por 16 discursos – 8 de Celso Amorim e 8 de Lula – pronunciados por ocasião da formatura dos diplomatas no curso de formação do Instituto Rio Branco que, geralmente, coincidem com a celebração do dia do diplomata, em 20 de abril. O interessante desse segundo bloco de discursos é que, por falar a seus pares, no caso de Amorim, e a seus funcionários, no caso de Lula, as palavras são menos comedidas do que as pronunciadas na ONU, o que nos permite uma visão mais profunda das raízes da formulação da política externa brasileira e, também, de sua relação com a rede simbólica da identidade nacional. Outro fator relevante, neste bloco, é que os discursos são direcionados a recém-formados, que iniciam seu percurso na carreira diplomacia nacional, o que traz um conteúdo corporativista e de formação de grupo aos textos, na tentativa de integrar os jovens diplomatas à identidade profissional do Itamaraty.

3.3.1 Discursos selecionados

Para facilitar a compreensão global da política externa por meio dos discursos selecionados, optou-se por descrevê-los separadamente, mas organizados por ano de governo. Assim, começa-se pelo ano de 2003, primeiro ano do governo Lula, e apresenta-se, em ordem cronológica, os textos até 2010, último ano do segundo mandato de Lula.

2003: Discurso na formatura do Curso de Formação do Instituto Rio Branco, pronunciado pelo ministro Celso Amorim (Anexo A)

Celso Amorim, que já havia ocupado o cargo de chanceler no governo Itamar Franco, inicia seu discurso ressaltando o ganho de projeção e o respeito internacional que a figura do presidente Lula traz para o país e como isso aumenta a responsabilidade dos diplomatas nacionais. Ele faz uma homenagem ao diplomata brasileiro Sérgio Vieira de Melo, morto por uma bomba em Bagdá, onde estava à serviço das Nações Unidas. Aponta um momento de crise do multilateralismo pela invasão ao Iraque sem a aprovação do Conselho de Segurança da ONU e, como resposta brasileira, afirma que a diplomacia brasileira irá ampliar sua atuação multilateral, sempre a partir da América do Sul. Afirma que o "empate em Cancún" é um momento de mudança de paradigma no comércio mundial, pois 22 países se unem para barrar a vontade dos países ricos, o que parecia impossível até poucos anos. Passa pelos assuntos que permeavam a diplomacia brasileira à época, como os debates sobre a ALCA, o acordo entre MERCOSUL e União Europeia – que até hoje não conseguiu ser estabelecido – e da prioridade que a América do Sul possui na política externa brasileira, partindo da parceria estratégica com a Argentina e do fortalecimento do MERCOSUL. "Na medida em que a integração da América do Sul constitui o foco central de nossa ação externa, devemos nos aparelhar para que a importância atribuída à aproximação com nossos vizinhos se materialize em iniciativas e realizações concretas", afirma o Ministro, ressaltando as possibilidades de parcerias Sul-Sul a partir do bloco econômico. Apresenta, também, a África como uma das prioridades de sua política, anunciando uma visita presidencial ao continente para estabelecer "um padrão de relacionamento à altura da contribuição que a África nos deu para a formação da identidade brasileira". Fala, também, de parcerias com o mundo árabe – muito presente nos discursos diplomáticos selecionados – e do IBAS, estabelecido em junho daquele ano. Ao final, o que se mostraria uma tradição em seus discursos nesta ocasião, faz um apelo emotivo à autoestima dos jovens diplomatas.

2003: Discurso na formatura do Curso de Formação do Instituto Rio Branco, pronunciado pelo presidente Lula (Anexo B)

A fala do Presidente da República vem sempre após o pronunciamento do Ministro das Relações Exteriores, na formalidade de formatura do Instituto Rio Branco. Seu texto não deve ser visto, no entanto, como uma continuidade com o do Ministro, ainda que alguns temas sejam coincidentes. Lula começa o discurso destacando o momento importante vivido pelo Brasil e para a região sul-americana. Coloca-se como aberto ao diálogo em todas as frentes,

do Fórum Econômico de Davos ao Fórum Social de Porto Alegre, e faz uma referência à forte ligação que pretende estabelecer entre a atuação interna e externa de seu governo, em busca dos mesmos objetivos. Ressalta que o fortalecimento da democracia e o desenvolvimento são as melhores soluções para uma paz definitiva e, por isso, a importância da atuação brasileira na reunião da OMC em Cancún. Esse tipo de articulação cria confiança no potencial articulador da diplomacia brasileira, o que parecia bastante importante no início de trabalho. Ao final, ressalta o crescente interesse da sociedade na diplomacia e o vínculo entre ação internacional e o plano doméstico: "Multiplicam-se os fóruns de debate sobre a diplomacia e a política externa. Hoje, os brasileiros e brasileiras se dão conta de que a maioria dos temas da agenda internacional repercutem diretamente sobre suas vidas".

2003: Discurso de abertura da 58ª Sessão da Assembleia Geral da ONU, pronunciado pelo presidente Lula (Anexo C)

Em seu primeiro pronunciamento na Assembleia Geral, Lula apresenta ao mundo os principais pontos da estratégia da política externa brasileira que acompanharia, com algumas adaptações, todo seu governo. Ele utiliza-se do principal assunto da agenda internacional em 2003, a invasão ao Iraque no contexto da Guerra ao Terror, colocada em marcha pelo governo dos Estados Unidos após os ataques de 11 de setembro de 2001, para propor uma reordenação da governança multilateral. O presidente defende uma ONU mais forte a partir de uma grande reforma no Conselho de Segurança, dando mais protagonismo para o seu Conselho Econômico e Social (ECOSOC) nas decisões globais. Estabelece a América do Sul como lugar de fala da política externa nacional, ao afirmar que representa todo o subcontinente em seu discurso. Defende um comércio mais justo e cita o "empate em Cancún" como o início de uma mudança no paradigma das negociações comerciais na OMC, fazendo um paralelo com o combate à fome e à miséria no mundo, a única "guerra da qual sairemos todos vencedores", em suas palavras. Faz um paralelo com as ações tomadas internamente para erradicar a fome do país, posicionando o Brasil como exemplo para o mundo, o que reforça o paradigma da autoestima. Apesar do momento de tensão, principalmente pela Guerra ao Terror, o discurso de Lula é esperançoso. Ele conclama o mundo a ampliar o diálogo democrático por meio do reforço do multilateralismo e, ao final, propõe um novo paradigma para a segurança global: "É hora de chamar a paz pelo seu nome próprio: justiça social".

2004: Discurso na formatura do Curso de Formação do Instituto Rio Branco, pronunciado pelo ministro Celso Amorim (Anexo D)

Já mais à vontade no cargo, Celso Amorim faz um discurso carregado em referências de autoestima e de agradecimentos ao presidente Lula, a quem dirige as seguintes palavras: "Porque, como o senhor mesmo gosta de dizer, o seu governo estará voltado, antes de tudo, para devolver a autoestima ao Povo brasileiro", ressaltando que se sente privilegiado de fazer parte desse projeto. Em seguida, vincula a atuação da diplomacia à recuperação dessa autoestima, nos moldes que apresentamos acima: "E eu creio que a política externa tem sido uma parte, uma parte não pequena, não desprezível dessa recuperação da autoestima". Amorim ressalta, ainda, a importância de uma nação negociar com altivez e com coragem com seus pares, para ser uma nação verdadeiramente livre. Para ele – e na linha do que apresentamos para a categoria da *Autoestima* – "a política externa ajuda a refletir a nossa imagem, mas não apenas aquela imagem que nós temos, mas a imagem do Brasil que desejamos", o que se reflete no interesse crescente do público não especializado em assuntos de política externa.

2004: Discurso na formatura do Curso de Formação do Instituto Rio Branco, pronunciado pelo presidente Lula (Anexo E)

O discurso cheio de elogios de seu Ministro parece ter empolgado o Presidente, que faz um discurso bastante denso. De início, Lula ressalta a importância de seu Assessor Especial da Presidência da República para Assuntos Internacionais Marco Aurélio Garcia na formulação da política externa brasileira, destaca o bom momento da diplomacia brasileira e faz elogios a Celso Amorim e ao Itamaraty. Diz, claramente, que a política externa é um pilar importante de seu governo e "elemento constitutivo de qualquer projeto de desenvolvimento nacional", corroborando o que foi dito sobre o desenvolvimento como vetor na categoria *Brasil Emergente*. O Brasil precisa, segundo Lula, de uma ação externa forte para tornar-se capaz de defender seus interesses internacionalmente, sobretudo em um contexto de "globalização instável e incerta", nas palavras do Presidente. O país precisa, também, de uma política externa generosa com seus vizinhos, para que construa parcerias na sua atuação internacional e "para que a nossa política não seja uma política solitária e, muitas vezes, mal interpretada". Fala da reforma da ONU, da atuação do Brasil no Haiti, das parcerias estabelecidas na América do Sul, com outros países emergentes, com países árabes e com a África, "um território cheio de oportunidades para a cooperação econômica e política", além de destacar a dívida histórica com os países africanos, o que dialoga com os argumentos apresentados na

categoria *Brasil Africano*. Relacionando política externa e realidade nacional, revela sua opção pelo combate global à fome, como tema de projeção internacional escolhido por ele. Ainda nessa mesma linha, dá vulto à ação do Itamaraty em parceria com o empresariado brasileiro para a projeção do Brasil no mundo e da necessidade de ampliar o quadro de diplomatas para atender à crescente demanda externa do país. Ao final, compara a política externa a um espelho "que reflete a imagem e a autoestima de um país", que indica "aquilo que a Nação fará de si mesma", e conclama os diplomatas a serem os intérpretes da vontade de mudança e renovação que ele pretende com sua ação de política externa, em busca de um "Brasil confiante e solidário".

2004: Discurso de abertura da 59ª Sessão da Assembleia Geral da ONU, pronunciado pelo presidente Lula (Anexo F)

Os quase dois anos de governo parecem ter dado segurança ao presidente Lula, que começa seu discurso de maneira segura e falando pelo Brasil, mas se colocando como porta-voz dos desfavorecidos. "Pela segunda vez, dirijo-me a esta assembleia universal para trazer a palavra do Brasil. Carrego um compromisso de vida com os silenciados pela desigualdade, a fome e a desesperança". Volta a falar do papel preponderante que a ONU deve assumir no desenvolvimento social, critica a distribuição da riqueza no mundo e a diferença brutal de renda entre os países, fala dos países que foram subjugados como colônias e questiona o sistema financeiro internacional, firmando-se como líder dos países em desenvolvimento. Em tom já menos esperançoso do que o apresentado em 2003, provavelmente relacionado aos atentados de Madri, em março daquele ano, e bastante emotivo afirma que "a Humanidade está perdendo a luta pela paz" e que "mais do que quaisquer estatísticas sobre a desigualdade social, o que deve interpelar nossas consciências é o olhar torturado dos que hoje estão do lado de fora da vida". Faz um discurso mais universal e cosmopolita, colocando-se como líder global e reafirma a importância da ONU, mas o tema América do Sul aparece, também, com bastante força. A novidade, neste discurso, é a questão ambiental, que aparece com destaque pela primeira vez nos discursos analisados.

2005: Discurso na formatura do Curso de Formação do Instituto Rio Branco, pronunciado pelo ministro Celso Amorim (Anexo G)

Novamente o Ministro começa seu discurso elogiando o presidente Lula e falando da evolução do Brasil nas relações internacionais, apresentando – desta vez – a evolução de alguns números do comércio exterior brasileiro. Reafirma o papel de protagonista que o país

assumiu nas relações internacionais e defende a política externa brasileira dos que a tomam por uma política ideológica, dizendo que ela "está de acordo com objetivos permanentes que o Brasil tem perseguido". Cita o respeito histórico, mas crescente, que o Itamaraty tem no mundo e lembra das reformas feitas no Ministério nos últimos anos, como a ampliação do quadro de diplomatas, a facilitação de ascensão na carreira etc., mas aproveita para dizer que elas são insuficientes para as pretensões brasileiras. Ressalta que a liderança que o Brasil conquistou no mundo se deu pela inspiração, não pela imposição, e a contribuição da política externa para o desenvolvimento nacional. Por fim, lembra o grande número de Chefes de Estado que o Brasil tem recebido e o grande número de viagens que ele e o Presidente tem feito, em um claro esforço de ampliação das relações internacionais brasileiras.

2005: Discurso na formatura do Curso de Formação do Instituto Rio Branco, pronunciado pelo presidente Lula (Anexo H)

Inicia seu discurso falando da importância que o Itamaraty tem assumido na construção de "um novo projeto de nação", defendendo o interesse nacional e a solidariedade continental, "o que implica construir uma ordem internacional mais democrática e equitativa". Fala de Celso Furtado, homenageado pela turma de formandos, como um "lúcido intérprete do Brasil", que se engajou na transformação da sociedade brasileira e contribuiu para estabelecer o desenvolvimento como vetor da política externa, como foi apresentado na categoria *Brasil Emergente*. Lula defende que a diplomacia brasileira, com base no desenvolvimento como vetor, busque resultados concretos, que mantenha sua dimensão utópica, mas sem deixar de ser pragmática. Ao citar o princípio da não indiferença como instrumento de contribuição para a paz e a democracia, refere-se também à América Latina e Caribe, além da América do Sul, e à África – como de costume, sempre se lembra das "afinidades históricas e culturais" com o continente. Afirma ter a certeza de que o Brasil está no caminho certo em sua defesa da promoção do desenvolvimento em todos os fóruns que participa: ONU, G20, OMC, IBAS etc., mas também relembra a importância de estabelecer relações maduras com países desenvolvidos e não desenvolvidos. Neste contexto, o Brasil estaria se afirmando como nação e tomando "as rédeas de seu destino"; exalta os diplomatas a não olharem para o Brasil como um "país de Terceiro Mundo, coitadinho". Por fim, rebate a contranarrativa de que não vale a pena abrir embaixadas em países pequenos e periféricos afirmando que é puro preconceito e, de certa forma, uma subordinação aos países desenvolvidos, já que são eles – sobretudo os Estados Unidos – que possuem as maiores embaixadas em praticamente todos os países. Assim, encerra o discurso dizendo: "Até porque nós jamais seremos uma grande Nação, se

deixarmos de prevalecer dentro de nós duas coisas que torna a alma humana menor, que torna a consciência medíocre, que é a subordinação e o preconceito".

2005: Discurso de abertura da 60ª Sessão da Assembleia Geral da ONU, pronunciado pelo ministro Celso Amorim (Anexo I)

Em meio ao escândalo do mensalão, que dominou a cena política do segundo semestre daquele ano, o presidente Lula decidiu enviar seu chanceler para representar o Brasil na abertura da sessão da Assembleia Geral que comemoraria os 60 anos das Nações Unidas. O momento não era muito propício para referências internas e, por sua longa experiência nas relações internacionais e pela efeméride daquele ano, Amorim fez o discurso mais universalista de todos os aqui analisados, com foco nas reformas da ONU e sem muitas alusões ao Brasil. Assim como em 2004, atentados terroristas tinham perturbado a paz europeia, dessa vez em Londres, e novamente o Brasil aproveita a oportunidade para estimular seu projeto de política externa. Celso Amorim ressalta que as "causas profundas" do terrorismo são as desigualdades globais e reafirma a posição brasileira do desenvolvimento como vetor, instigando os mais ricos a enxergarem a necessidade do equilíbrio econômico como promotor da paz. O chanceler reafirma a posição brasileira de repúdio ao atentado, posicionando o Brasil como um "país cuja identidade não pode ser dissociada das noções de tolerância e diversidade". Outro assunto abordado é a aliança com a América do Sul, a criação da Comunidade Sul-americana de Nações e a integração com América Latina e Caribe. Parcerias para além da região também são lembradas, como o G20 comercial, para a liberalização do comércio com justiça social, as ligações com o mundo árabe – ainda que não nos diga muito sobre a identidade, aparece constantemente no discurso diplomático brasileiro – e o fortalecimento dos laços com "os países irmãos do continente africano" por meio do comércio e da cooperação técnica e científica.

2006: Discurso na formatura do Curso de Formação do Instituto Rio Branco, pronunciado pelo ministro Celso Amorim (Anexo J)

O discurso de Celso Amorim, no último ano do primeiro mandato, faz um balanço da política externa brasileira no período não por suas ações, mas por sua contribuição conceitual. Começa agradecendo ao Presidente por propor uma política externa "verdadeiramente criadora", "altiva e ativa", e afirma que a política externa é, talvez, a que mais pode contribuir para "compor o ideário nacional". Amorim, que provavelmente concordaria com o argumento central desse trabalho, afirma que "ela ajuda a nação brasileira, o povo brasileiro a fazer uma

imagem de si mesmo e uma imagem do seu lugar no mundo". Tenta passar uma mensagem para os novos diplomatas de que coragem e prudência são qualidades da diplomacia e que prudência não é sinônimo de covardia. Elogia, novamente, Lula por ter essas duas qualidades equilibradas na condução da política externa, que tem atraído muitas pessoas para a carreira diplomática, o que seria fruto de "uma política que é voltada para o País, para o povo brasileiro". Uma política externa que, segundo Amorim, está direcionada para o Brasil de amanhã, mas com base nos valores que queremos hoje. Fala da América do Sul como uma grande família, que tem seus problemas e que esses problemas aumentam com a intensificação do relacionamento entre os países. Amorim termina lembrando de Afonso Arinos, idealizador da Política Externa Independente e homenageado dos formandos, que, junto com San Tiago Dantas (sucessor de Arinos no Ministério), construíram uma política externa "desassombrada", como a que eles têm buscado. Desta vez, não para permitir um espaço de autonomia em um mundo bipolar, mas para construir a multipolaridade.

2006: Discurso na formatura do Curso de Formação do Instituto Rio Branco, pronunciado pelo presidente Lula (Anexo K)

Começa o pronunciamento falando da missão dos diplomatas, que devem defender o país em um mundo cada vez mais conturbado, que exige perseverança e competência e, por isso, eles precisam acreditar no projeto que defendem, se não terão dificuldades de seguir adiante. Conta a história de quando o presidente George Bush, o filho, pede apoio ao Brasil para a guerra contra o terror. Educadamente, Lula respondeu: "Presidente, olhe, eu queria dizer a Vossa Excelência que a minha guerra no Brasil é outra, eu estou muito distante do Iraque e a minha guerra é contra a miséria e a pobreza no Brasil". Usa a história para dizer que a política externa brasileira está privilegiando essa guerra. Comenta que o Brasil aposta no multilateralismo e na ONU para evitar guerras como a do Iraque, feita sem o aval internacional, mas que para isso o país precisa estar em dia no pagamento às instituições internacionais e, assim, poder questionar as estruturas vigentes, o que – segundo ele – não acontecia em outros governos. E, para questionar as estruturas, o Brasil precisa de alianças que vão além dos países ricos. Ressalta que o Brasil precisa valorizar as coisas que são criadas aqui e que a diplomacia brasileira é motivo de muito orgulho, mesmo que o Brasil não seja uma potência convencional. "Ou seja, você tem a potência econômica, você tem a potência tecnológica, você tem a potência militar, mas você tem a potência política, o valor de cada nação", afirma o Presidente, que complementa: "o valor cultural que precisa ser colocado na mesa toda vez que estamos discutindo qualquer assunto com qualquer país do mundo". Ter

dito não à ALCA – na cúpula de Mar del Plata, em 2005 – foi uma afirmação de que só podemos tomar decisões que sejam favoráveis ao país. Afirma, ao final, de que tem se empenhado em causas como a Rodada Doha da OMC pessoalmente e que um Presidente não pode se esconder atrás do chanceler para não tomar as decisões necessárias.

2006: Discurso de abertura da 61ª Sessão da Assembleia Geral da ONU, pronunciado pelo presidente Lula (Anexo L)

No último discurso de seu primeiro mandato, o presidente Lula retoma sua fala de 2003 sobre a necessidade de se combater a fome e a pobreza no mundo, traçando um paralelo com os avanços alcançados na área no Brasil. Mais uma vez, volta à tese de que não haverá paz enquanto houver fome e pobreza, que o melhor caminho para a paz é o desenvolvimento compartilhado: "se não quisermos globalizar a guerra, é preciso globalizar a justiça". Reforça a distorção provocada no comércio internacional pelos subsídios e ressalta a importância de se obter avanços na Rodada Doha da OMC para termos relações de comércio mais justas. Volta-se, em seguida, para a reforma da governança global, sobretudo do Conselho de Segurança da ONU. Cita sua ineficácia para evitar os conflitos no Oriente Médio, em referência aos conflitos no Sul do Líbano que ocorreram naquele ano. Critica, também, as negociações entre Israel e Palestina, que só envolvem os países ricos, e pergunta se uma solução conjunta, no âmbito das Nações Unidas, que envolvesse os países da região e Israel, não seria mais efetiva. O Presidente recorda Oswaldo Aranha, brasileiro que presidiu a Sessão da Assembleia Geral que aprovou a criação do Estado de Israel em 1947, e que o Brasil possui boas relações com os israelenses e, também, com os países árabes, com quem possui ligação estreita por meio da Cúpula América do Sul/Países árabes. Aproveita o gancho para lembrar que o MERCOSUL e a comunidade de países sul-americanos seguem sendo a prioridade da política externa nacional e volta-se, também, para a América Latina, que começa a ter cada vez mais relevância no discurso diplomático brasileiro.

2007: Discurso na formatura do Curso de Formação do Instituto Rio Branco, pronunciado pelo ministro Celso Amorim (Anexo M)

O ministro Celso Amorim optou, neste discurso, por um texto mais voltado ao público interno, valorizando aspectos da carreira diplomática e sem falar muito sobre a política externa brasileira. Começa abordando a questão de gênero no Ministério, já que a turma de formandos tinha um terço de mulheres e a homenageada da noite foi Maria José Mendes Pinheiro de Vasconcelos, reconhecida como a primeira mulher a ingressar no Itamaraty, em

1918. Ressalta que o Ministério tem evoluído no tema e que 10% das missões brasileiras no exterior são comandadas por mulheres, incluindo a representação brasileira na ONU, mas reconhece que ainda há um longo caminho a ser percorrido. Em seguida, afirma que o Itamaraty tem tentado evoluir também na questão racial, bom bolsas para afrodescendentes. Afirma que as cotas não são um favor que o Ministério faz aos candidatos negros, mas uma necessidade do país e da instituição, que deve refletir "o que realmente somos" e o país que representam. Ao final, comenta sobre a grande responsabilidade dos diplomatas e as dificuldades da carreira, mas chama a atenção para a renovação pela qual passa o Itamaraty: reforma, rejuvenescimento e renovação, uma mudança que ele chamou de "três Rs".

2007: Discurso na formatura do Curso de Formação do Instituto Rio Branco, pronunciado pelo presidente Lula (Anexo N)

Lula segue o discurso de Amorim e discorre sobre as mudanças pelas quais o Brasil e o mundo passaram, o que aumentou a responsabilidade dos diplomatas. Cita, como exemplo, a expansão da relação comercial e política com a América do Sul, a inclusão da Venezuela no bloco – o protocolo de adesão foi assinado em 2006, mas sua entrada no MERCOSUL só seria concretizada em 2013 – e as relações com a Argentina. Inclui, mais uma vez, a América Latina dentre as prioridades da política externa, além da África e dos países árabes. Lula reforça a estratégia brasileira de ser global, mas a partir da América do Sul: "pouco a pouco vamos criando uma identidade para o continente sul-americano, que favorece a projeção de uma nova imagem para a nossa região em todo o mundo", afirma. Ele também comenta sobre a importância da cooperação Sul-Sul para sua política externa e para a construção de uma nova geografia econômica mundial, que seja "genuinamente global" e não excludente para promover "a paz, a justiça e o desenvolvimento integral de todos os povos". Defende, assim, o fortalecimento da presença dos emergentes no G8 e do G20, o aprofundamento de nossas relações com Europa e Estados Unidos – dentro da ideia de que a relação Sul-Sul é complementar às relações tradicionais com os países desenvolvidos – e, novamente, pede uma reforma no Conselho de Segurança da ONU. Lembra aos formandos que devem carregar a bandeira de combate à fome e à pobreza, defendendo uma ação internacional coordenada, que o MERCOSUL deve continuar sendo o eixo principal da inserção regional do Brasil, mas os alerta de que eles devem estar preparados para as mudanças que surgirem nos próximos anos. Reitera a ascensão brasileira nos últimos anos, com a aproximação com China, Japão e os países dos BRICS, com a criação do FOCALAL (Fórum de Cooperação entre América Latina e Ásia do Leste) e de como tudo isso trará mais trabalho para os diplomatas, mas também que

eles serão mais respeitados por essa nova posição do Brasil. Por fim, defende a abertura de novas embaixadas para que o Brasil possa continuar a aumentar sua projeção internacional.

2007: Discurso de abertura da 62ª Sessão da Assembleia Geral da ONU, pronunciado pelo presidente Lula (Anexo O)

O Presidente abre seu discurso parabenizando Ban Ki-moon, por seu primeiro ano como Secretário Geral das Nações Unidas e, logo em seguida, faz duras críticas ao modelo de desenvolvimento existente, ressaltando "os riscos de uma catástrofe ambiental e humana sem precedentes". Com as mudanças climáticas na pauta do dia, Lula usa os mesmos argumentos de seu discurso para o combate à fome e à pobreza para o combate ao aquecimento climático: desenvolvimento e justiça social. Reitera que, em relação ao meio ambiente, o Brasil tem feito sua parte e não abdica da soberania nem de suas responsabilidades sobre a Amazônica, afirma que as "responsabilidades são comuns, mas diferenciadas", devendo os países que mais usufruíram da natureza para o seu desenvolvimento ter maiores restrições no uso de novos recursos do que aqueles que ainda não alcançaram seu desenvolvimento. Propõe a realização, em 2012, da Rio+20 e uma discussão sobre o padrão de produção e consumo existente, que são incompatíveis com a preservação do meio ambiente. Aponta a produção de biocombustíveis como uma possibilidade de desenvolvimento para alguns países e como alternativa mais limpa, se produzido de forma consciente e com garantia à segurança alimentar e ao meio ambiente, como – segundo ele – é feito no Brasil. Defende o conceito de desenvolvimento sustentável mais amplo, que inclui o social, única via para diminuir as desigualdades e promover a paz duradoura. Comenta a importância da criação da Central Internacional de Compra de Medicamentos conta a AIDS, Malária e Tuberculose (Unitaid), defende a ONU como melhor instrumento para enfrentar o mundo de hoje e o multilateralismo como melhor solução para a promoção da paz. Termina seu discurso lembrando os 50 anos do mural *Guerra e Paz*, de Candido Portinari, exposto na sede da ONU em Nova Iorque, onde são realizadas as reuniões da Assembleia Geral.

2008: Discurso na formatura do Curso de Formação do Instituto Rio Branco, pronunciado pelo ministro Celso Amorim (Anexo P)

O homenageado pelos formandos de 2008 foi San Tiago Dantas, o chanceler que votou pela abstenção no debate sobre a expulsão de Cuba da Organização dos Estados Americanos

(OEA)[107], e lembrou que, hoje, este voto não teria tanta repercussão, já que o Brasil possui uma voz muito mais autônoma no cenário internacional. Relembra a importância da inovação e da criatividade na política externa brasileira e a evolução do conceito de não intervenção, tradicional na diplomacia brasileira, para o de não indiferença, proposta de sua gestão à frente do Itamaraty. A não indiferença está na participação de soluções na América Latina e na intensificação das relações com a África. Por isso o Brasil é, também, reconhecido como importante mediador global, sobretudo em questões comerciais. "Isso ocorre porque o Brasil mudou", ressalta o chanceler. "O Brasil tem também uma política externa que é, ao mesmo tempo, desassombrada e pragmática", afirma o Ministro. "Desassombrada, porque ela não tem medo; pragmática, porque ela busca resultados concretos. Ela não está apenas querendo fazer volteios ou malabarismos, sem objetivos específicos", complementa Amorim.

2008: Discurso na formatura do Curso de Formação do Instituto Rio Branco, pronunciado pelo presidente Lula (Anexo Q)

Lula começa seu discurso falando que política externa é razão e emoção. Cita o exemplo da Casa Brasil em Gana, que preserva a cultura de ex-escravos do Brasil que retornaram a seu país e preservaram parte da cultura brasileira no país africano. Relembra a presença do Brasil na África, com a Embrapa em Acra (capital de Gana) e que a Fiocruz em breve estará em Moçambique, além do aumento expressivo do comércio entre as regiões nos últimos anos. Relembra a estratégia de cooperação Sul-Sul de seu governo e a intensa participação brasileira em fóruns multilaterais, como o IBAS, mas repete, mais uma vez, que tudo parte da América do Sul, se estendendo para América Latina e Caribe. "Nada conseguimos sozinhos", afirma o Presidente ao comentar a participação brasileira na solução da crise entre Equador e Colômbia e na formação da UNASUL. Comenta sobre o paradoxo do mundo em que vivemos, com grandes avanços, principalmente tecnológicos, mas com a persistência da fome e da miséria, terreno propício para a formação de fundamentalistas e extremistas, e apresenta a disposição do Brasil de ser um dos líderes dessa mudança. Fala diretamente aos formandos, afirmando serem eles os garantidores do interesse nacional nas relações exteriores do país. "Eu penso que os diplomatas brasileiros sabem que o que está acontecendo no mundo de hoje e, nesse mundo, a relação do Brasil de forma prioritária para a América do Sul, América Latina e Caribe e para o continente africano tem uma razão de ser", compartilha Lula com os

[107] Em reunião de chanceleres dos países americanos, realizada em janeiro de 1962 no âmbito da OEA, em Punta del Este (Uruguai), San Tiago Dantas defendia a ideia de que a expulsão de Cuba só isolaria o país e o forçaria a uma aproximação com a União Soviética, o que acabaria acontecendo.

presentes, dizendo que o país vê grandes oportunidades nessas regiões que foram muito importantes para que o Brasil sofresse menos com a crise de 2008.

2008: Discurso de abertura da 63ª Sessão da Assembleia Geral da ONU, pronunciado pelo presidente Lula (Anexo R)

A sessão da Assembleia Geral da ONU acontece em meio ao assombro de todos com a proporção que a crise econômica que se iniciava começava a tomar, e Lula, como não poderia deixar de ser, começa seu discurso com esse tópico. Defende o protagonismo do Estado na economia para que ela não seja dominada pelos especuladores, recorda Celso Furtado ao dizer que os lucros são privatizados, mas as perdas são socializadas. Faz-se necessário, diz, que a ética prevaleça também na economia. Acusa os organismos econômicos internacionais de terem pouca autoridade e instrumentos práticos para coibir a "anarquia especulativa" e clama os países a buscarem soluções globais para problemas que são globais, por meio do multilateralismo. Recorda a todos que existem, também, outras crises assolando o mundo, como a crise alimentar, a energética, a crise do comércio mundial – que não consegue fechar a Rodada Doha da OMC – e a crise ambiental. Faz alusão à queda do muro de Berlim para dizer que outros muros estão sendo construídos: "pregam a livre-circulação de mercadorias, mas barram as pessoas com argumentos nacionalistas e fascistas, muitas vezes", critica Lula. Os países emergentes se colocam, cada vez mais, como protagonistas, afirma, "sem aceitar a imposição do mundo rico". Comenta que a UNASUL, que reúne todos os países da América do Sul, terá o reforço da América Latina e Caribe, com a reunião que acontecerá na Bahia[108] com os líderes dessas regiões, em um momento em que se comprova a solidariedade latino-americana, que se estende também à África. "A força dos valores deve prevalecer sobre o valor da força. É preciso que haja instrumentos legítimos e eficazes de garantia da segurança coletiva", diz Lula, pedindo reformas no modelo de governança global. Fala do aquecimento global e das "responsabilidades comuns, porém diferenciadas" e da produção de biocombustíveis, que não são um risco para a produção de alimentos. Ao final, relembra sua "obsessão pelo combate à fome" e diz que o Brasil está caminhando para sua erradicação, já muito diferente do país que ele via em 2003, quando esteve pela primeira vez naquela tribuna. Termina o discurso com uma homenagem a Josué de Castro, brasileiro que foi o primeiro diretor-geral da Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO).

---

[108] O presidente Lula se refere à Cúpula da América Latina e Caribe sobre Integração e Desenvolvimento (CALC), que ocorreria na Costa do Sauípe, Bahia, em dezembro de 2008.

2009: Discurso na formatura do Curso de Formação do Instituto Rio Branco, pronunciado pelo ministro Celso Amorim (Anexo S)

O homenageado pela turma deste ano é o maestro Heitor Villa-Lobos, o que leva Amorim a uma afirmação bastante interessante para este trabalho: "o gênio de Villa-Lobos sintetiza muito do que aspiramos: a valorização da brasilidade aliada à universalidade do ser humano". Ele, bastante conscientemente, faz alusão a uma das principais questões do debate sobre a identidade nacional, o conflito entre o local e o universal, como apresentamos no final do Capítulo 2. Volta-se, em seguida, para a política externa brasileira e o "excepcional momento que passa a inserção internacional do Brasil", relembrando o êxito da integração sul-americana, com o Tratado da UNASUL (assinado em maio de 2008) e a criação da CALC, à qual Lula havia se referido em seu discurso na ONU em 2008, da aproximação com a África e com os países árabes, das parcerias internacionais importantes que estabeleceram e do comando brasileiro na missão de paz da ONU no Haiti, conhecida como Minustah. Diz que, hoje, se Lula "é o cara" – fazendo alusão às palavras do presidente dos Estados Unidos Barack Obama (LULA [...], 2009)[109] –, o Brasil é "o país". Recorda de quando ingressou no Itamaraty, nos anos 1960, que viviam um momento de muita esperança em política externa por causa da PEI e suas propostas de inserção autônoma no mundo, parecido com o que vivem hoje. Cita, também, que a ampliação dos quadros diplomáticos é muito bem vinda – este foi o ano de formatura da primeira turma com 100 alunos no Instituto Rio Branco, o que se repetiria por alguns poucos anos –, mas faz uma ressalva que ainda é pouco para as pretensões brasileiras no mundo.

2009: Discurso na formatura do Curso de Formação do Instituto Rio Branco, pronunciado pelo presidente Lula (Anexo T)

Lula faz um de seus discursos mais curtos, talvez por estar com fome, como diz no próprio discurso. Começa brincando com Amorim, que pediu mais diplomatas apesar das turmas com 100 alunos – a média histórica é de 30 por concurso –, mas diz que os quadros precisam, sim, continuar a evoluir. Lembra-se que criou o Programa Fome Zero e que, pelo adiantado da hora – deveria ser já perto do almoço – não falaria muito, para não desgastar a imagem do governo, porque a fome estraga qualquer boa imagem. Brinca que a mesma pessoa que preparou o discurso do Celso Amorim deve ter preparado o dele, porque o ministro já havia falado praticamente tudo o que ele tinha planejado, por isso falou de improviso. Recordou que

[109] Barack Obama diz a frase em reunião dos líderes do G20 em Londres, Inglaterra, realizada no dia 2 de abril de 2009, quando também afirma que ele "é o político mais famoso do mundo".

o Brasil só é reconhecido internacionalmente pelos seus valores e por seu *soft power*, não por suas bombas atômicas ou poderio militar. Fala sobre a ALCA e a vitória do interesse nacional ao não levar a diante a ideia, sobre a dificuldade que foi formar a UNASUL. Comenta de como era a relação dos emergentes com o G8, que sempre foram bem recebidos, mas nunca ouvidos de fato, até a criação do G20, quando começam a ter mais voz nos debates. Afirma que não podemos ter preconceito com outros países, seja qual for, por isso temos que conversar com todos os países e estar em todos os países. "A nossa cabeça raciocina onde os nossos pés pisam", diz. Comenta de nossa vantagem comparativa, em relação a muitos países, pois temos muitos representantes espalhados pelo mundo, músicos, jogadores de futebol, que fazem com que o Brasil seja visto com "leveza", diferente da visão que fazem de um americano ou de um russo. "Juntando tudo isso à competência do [Instituto] Rio Branco, nós então viramos esse centro de excelência que nós somos hoje no mundo", conclui Lula.

2009: Discurso de abertura da 64ª Sessão da Assembleia Geral da ONU, pronunciado pelo presidente Lula (Anexo U)

Em seu discurso deste ano, Lula trata de três problemas principais: "a persistência da crise econômica, a ausência de uma governança mundial estável e democrática e os riscos que a mudança climática traz". Segue com uma crítica ao modelo econômico neoliberal, que teria conduzido o mundo a essa tripla crise global e afirma que o Brasil não sofreu tanto com a crise por ter um "modelo híbrido, que não era tão neoliberal". Conclama os países, novamente, a uma reforma das instituições financeiras internacionais e dos organismos internacionais em geral, que precisam dar mais espaço para os países em desenvolvimento e que não souberam atacar os motivos da crise, tratando somente de suas consequências. Fala do aporte de dinheiro que Brasil e outros emergentes fizeram no Fundo Monetário Internacional (FMI), para que o órgão possa socorrer os países mais pobres e afirma que é chegada a hora da política assumir suas responsabilidades, que não apenas os "tecnocratas arrogantes" devem tomar as decisões. Sobre a ONU, diz que não é possível que ela continue tento a mesma estrutura há 65 anos, sem que se tenha reformado algumas estruturas como o Conselho de Segurança e as instituições de Bretton Woods. "Caminhamos em direção a um mundo multilateral", afirma, e o multilateralismo poderá reforçar a ONU, não tirar a sua força. Faz-se necessário ter vontade política para a mudança, como tem feito a América Latina e Caribe. Diz que, sem vontade política, não enfrentaremos a mudança climática com sua devida urgência, que o Brasil já assumiu compromisso preciso de redução das emissões de CO_2 no Plano de Mudanças Climáticas (prevê o redução de 80% do desmatamento da

Amazônia até 2020), que possui matriz energética limpa e investe em biocombustíveis. Na mesma linha, acredita ser inadmissível os países ricos não assumirem suas responsabilidades e que "a resolução desses e outros impasses só ocorre se as ameaças ligadas às mudanças climáticas forem enfrentadas a partir da compreensão de que temos responsabilidades comuns, mas diferenciadas". A superação dessas três crises possui "um denominador comum" para Lula, a necessidade de se construir "uma nova ordem internacional, sustentável, multilateral, menos assimétrica, livre de hegemonismos e dotada de instituições democráticas". Esta seria a única forma de "reparar tantas injustiças e de prevenir novas tragédias coletivas", conclui.

2010: Discurso na formatura do Curso de Formação do Instituto Rio Branco, pronunciado pelo ministro Celso Amorim (Anexo V)

O ano de 2010 foi o último do governo Lula e, consequentemente, de Celso Amorim como ministro. Amorim aproveita a ocasião para fazer um panorama do que foi a política externa brasileira em sua gestão e para prestar sua homenagem ao centenário de Joaquim Nabuco, escolhido como patrono dos formandos daquele ano. Nabuco, que foi um dos "fundadores da nossa moderna diplomacia", defendeu seus "ideais humanistas" contra sua "'raça' (para usar um conceito superado, mas então vigente)" e sua própria carreira política, chegando a apresentar um memorando ao Papa pedindo uma intervenção pelo fim da escravidão no Império brasileiro. Embora monarquista, serviu como diplomata da República do Brasil, defendeu o país no litígio contra os ingleses na questão do Pirara e foi o primeiro embaixador brasileiro nos Estados Unidos, em 1905. Junto com o Barão do Rio Branco, ajudou a forjar a aproximação com os norte-americanos no início do século XX, o que marcaria nossas relações internacionais por muitos anos. Nabuco foi, também, um dos primeiros a ver na aproximação com a América do Sul uma necessidade da diplomacia brasileira, defendeu veementemente a abolição e foi forte crítico do modelo agrário brasileiro, dizendo que latifúndio e escravidão eram faces da mesma moeda. Aproveita o legado do diplomata brasileiro para dizer que a política externa de seu governo, assim como Nabuco, venceu seus questionadores e todos aqueles que não acreditavam em seu sucesso. Superou os preconceitos quanto às relações Sul-Sul, América Latina, África e Ásia. Provou, com o G20 da OMC, que é possível mudar os padrões das negociações comerciais internacionais a partir da articulação dos emergentes e, com o G20 financeiro, construir uma ordem global mais justa, democrática e inclusiva. Diz que a política externa brasileira soube vencer os limites ideológicos que eram impostos por nós mesmos e colaborou na luta contra a fome e a pobreza e para atingir as

Metas de Desenvolvimento do Milênio da ONU. O governo brasileiro, a partir da América Latina, encampou diversas iniciativas que impulsionaram o comércio e as relações internacionais do Brasil, com parcerias na África, Oriente Médio e Ásia, demonstrou sua solidariedade no Haiti, mesmo não sendo um país rico. Articulou diversas ações para ajudar os menos desenvolvidos, com cooperação e fundos, como o Fundo IBAS. Defendeu o diálogo sempre, passando da não intervenção à não indiferença. Atuou para promover a paz mundial em articulações difíceis, como o Acordo de Teerã, e sente-se feliz por ver que as novas gerações de diplomatas compartilham com suas ideias e ideais. Lembra aos jovens colegas que "é fundamental que um diplomata entenda seu país", mas que esse olhar voltado para o passado nacional não pode se concentrar somente nas mazelas do Estado que ele representa. Deve-se olhar em perspectiva, buscando "a compreensão de que o Brasil será melhor e maior amanhã do que é hoje". Nossa visão de mundo, afirma, é ditada pelas circunstâncias em que vivemos e, fazendo referência ao muralista pernambucano Cícero Dias e suas muitas andanças pelo mundo, afirma: "eu vi o mundo, ele começa no Brasil".

2010: Discurso na formatura do Curso de Formação do Instituto Rio Branco, pronunciado pelo presidente Lula (Anexo W)

Lula, mais uma vez, falou de improviso, o que sempre aumenta a carga da categoria *Autoestima* em seus discursos. Fez muitos elogios ao Itaramaty e à sua eficiência diplomática reconhecida em todo mundo, mas faz um alerta aos jovens diplomatas. Lula conta de um conselho que deu a Celso Amorim: "Ô Celso, você precisa tomar muito cuidado, porque o Brasil começou a ficar importante. E quando um país começa a ficar importante, começa a gerar ciúmes". Afirma que o ciúme cria inimigos, sobretudo daqueles que "não foram capazes de fazer o que você está fazendo". Para finalizar a história, coloca uma questão que trabalhamos na categoria *Autoestima*, sobre a divisão entre países desenvolvidos e em desenvolvimento e seus efeitos psicológicos: "Até porque, durante muito tempo, nós fomos induzidos a ter complexo de vira-latas neste país. O importante era a gente não ser ninguém, ser alguém era um privilégio de outros e não nosso", afirma. Sobre assuntos problemáticos que teve que enfrentar em seu governo, faz alusão à aproximação com a África e as muitas críticas que recebeu por ir ao Gabão e não para Nova Iorque ou para Paris. Segue contando anedotas de bastidores de suas viagens pelo mundo e das articulações políticas que fez, como na Conferência da ONU sobre Mudanças Climáticas (COP) de Copenhague, em 2009, e a formação do grupo BASIC.

2010: Discurso de abertura da 65ª Sessão da Assembleia Geral da ONU, pronunciado pelo ministro Celso Amorim (Anexo X)

Em meio à campanha presidencial para tentar fazer seu sucessor – o que se concretizaria com a eleição de Dilma Rousseff –, Lula opta por não ir à Sessão da Assembleia Geral da ONU daquele ano. Celso Amorim, que o substituiu, começa seu discurso falando dos avanços sociais dentro do Brasil, dizendo-se orgulhoso pelo país ter cumprido Objetivos de Desenvolvimento do Milênio da ONU. Reforça a ideia de que o desenvolvimento é uma responsabilidade coletiva e, por isso, o Brasil participou da cena internacional com base na solidariedade e no humanismo, mas sem nunca perder de vista o interesse nacional. A cooperação Sul-Sul, muito incentivada e praticada pelo país, é parte desse projeto, que criou fundos de investimento, projetos de cooperação e articulações de ajuda humanitária. O presidente Lula visitou a África 11 vezes e esteve em mais de 20 países; o Brasil criou uma fazenda modelo no Mali, viabilizou pesquisas agrícolas em Gana e uma fábrica de medicamentos em Moçambique, estabeleceu centros de formação profissional em outros 5 países africanos, demonstrando o compromisso brasileiro "com uma África independente, próspera, justa e democrática". O Brasil, disse o ministro, não se omitiu e aceitou o comando da Minustah no Haiti, trabalhou para a construção da UNASUL, para o fortalecimento do MERCOSUL e a criação da Celac. Amorim recordou da situação pela qual passava o mundo quando o presidente Lula subiu ao palanque da Assembleia Geral pela primeira vez, no contexto da invasão ao Iraque, para reforçar a necessidade do multilateralismo para enfrentar as questões globais, com as urgentes mudanças que precisam ser feitas nas estruturas de governança global. Defende um G20 reforçado e uma maior participação dos emergentes nos grandes temas globais, como na questão nuclear do Irã e no conflito Israel-Palestina. Fala sobre a valorização dos direitos humanos e termina com um breve balanço da política externa brasileira durante seu mandato. "Nos oito anos do governo Lula, o Brasil desenvolveu uma diplomacia independente, sem subserviências e respeitosa de seus vizinhos e parceiros. Uma diplomacia inovadora, mas que não se afasta dos valores fundamentais da nação brasileira – a paz, o pluralismo, a tolerância e a solidariedade".

3.3.2 Resultados das análises

Os discursos descritos acima foram lidos e categorizados de acordo com os temas: *América Latina*, *Autoestima*, *Brasil Africano* e *Brasil Emergente*. Nesta parte do trabalho, apresentam-se as ocorrências das referências selecionadas para identificar cada uma das categorias de acordo com os índices pré-selecionados. Ao longo da apresentação dos resultados, já se coloca, também, as interpretações gerais dos resultados.

Nas 24 fontes analisadas (disponibilizadas para consulta nos Anexos) por meio do programa NVivo, uma plataforma de classificação dos materiais para análise, encontramos 442 códigos de identificação. Cada uma das referências representa um grupo de ideias ou vocabulário que faz alusão a uma categoria específica, independente de sua extensão no texto, não podendo a mesma referência ultrapassar um parágrafo nem o mesmo trecho ser selecionado para mais de uma categoria, apesar de termos aceitado mais de uma categoria por parágrafo quando não superpostas.

Segundo Laurence Bardin (2011), este processo de seleção dos índices classifica-se como um recorte pelo significado, o que está dentro do que a autora defende que deve ser a análise de conteúdo. Os diversos códigos de identificação formam um conjunto de índices com referência a conteúdos similares que, quando agrupados, compõem as categorias.

Os resultados aqui apresentados tentam provar a coerência das escolhas das categorias dentro do que as estratégias da política externa brasileira nos dizem sobre a identidade nacional. As escolhas dos formuladores da política brasileira para as relações internacionais não foram, em momento algum, impensadas ou naïf e serviram a um desejo de mudança de mentalidade por meio da inserção do Brasil na comunidade de nações como Estado emergente e líder dos países do Sul, ressaltando a autoestima do povo brasileiro e nos posicionando como latino-americanos e solidários, como demonstra nossa relação com a África.

Ainda que, ao olharmos para os dados da Tabela 6, vejamos que há uma grande variação quanto ao número total de referências de cada categoria encontrada nos 24 discursos selecionados, pode-se afirmar que eles trabalham, mesmo que indiretamente, para alcançar o que o governo Lula acreditou ser o interesse nacional.

A categoria com mais ocorrências é *Brasil Emergente*, com 192 identificadas e 45% das referências totais. Em seguida, observa-se a categoria *Autoestima*, com 124 ocorrências e 28% das referências, *América Latina*, com 91 e 20%, e, por fim, a categoria *Brasil Africano*, com 35 ocorrências e 8% das referências encontradas.

Tabela 6 – Quantidade de referências por categoria

Categoria	Número de fontes	Referências	Percentual
América Latina	22	91	20
Autoestima	23	124	28
Brasil Africano	17	35	8
Brasil Emergente	23	192	45
Total	24	442	100

A predominância da categoria *Brasil Emergente* já era esperada, pois os índices que a identificam são mais genéricos e abrangentes. Eles englobam praticamente todas as relações Sul-Sul estabelecidas pelo Brasil fora da América Latina e da África, além de momentos em que o país conclama outros Estados a uma mudança na governança das instituições multilaterais e outros índices que foram explicitados anteriormente. Pode-se verificar, também, que esta categoria só não foi encontrada em um discurso, o que demonstra sua importância para a estratégia da política externa brasileira.

Já a categoria *Autoestima*, que aparece em segundo lugar, possui 68 referências a menos do que a categoria *Brasil Emergente*, o que dá uma média de quase três índices a menos por discurso, se considerarmos que ambas foram registradas em 23 dos 24 discursos analisados. O momento vivido pelo país e sua expansão nas relações internacionais durante o período analisado podem ser um dos motivos que fizeram a categoria *Autoestima* estar tão presente no discurso diplomático brasileiro. Além, claro, da estratégia de inserção internacional brasileira por meio da valorização desse sentimento, como descrito por Shawn Burges (2005). Como, no entanto, para despertar esse sentimento faz-se necessário um novo posicionamento do país no cenário internacional, justifica-se a categoria *Brasil Emergente* à frente desta categoria.

A manifestação das categorias geográficas – *América Latina* e *Brasil Africano* – no discurso diplomático brasileiro ficaram distantes da frequência das outras duas categorias. A categoria *América Latina*, que inclui a América do Sul – foco central da política externa brasileira – foi referenciada 91 vezes, não sendo citada em apenas dois dos discursos analisados. A categoria *Brasil Africano*, com 35 referências é a que menos aparece no discurso diplomático brasileiro, o que se justifica pelo lugar que ele ocupa na estratégia da inserção brasileira no mundo. Apesar de bastante relevante – sobretudo em relação à sua contribuição identitária –, os índices que identificam as categorias *Brasil Emergente*, *Autoestima* e *América Latina* representam pontos mais centrais da política externa nacional.

Pode-se afirmar, portanto, que os números encontrados para cada uma das categorias são coerentes com as estratégias internacionais do governo Lula. Partindo da prioridade de reposicionar o país no mundo – categoria *Brasil Emergente* –, optou-se por um discurso que afastasse o sentimento de vira-lata do brasileiro e dos países do Sul, como explicitado no item Categorias de Análise (item 3.2.3 deste trabalho), valorizando a autoestima das pessoas, de forma mais geral. "O perigo de ficarmos só voltados para o ideal é a irrelevância. O de estarmos totalmente voltados para o realismo é a inação", afirma Celso Amorim (2013b), corroborando o raciocínio acima. As categorias *América Latina* e *Brasil Africano* são partes de estratégias mais específicas. Esta, em busca de identificação com um passado do qual não há do que se orgulhar, mas que deixou laços culturais e identitários inegáveis em nosso país; aquela, sempre foi negada, por ser demasiadamente parecida com a nossa realidade para ser desejada, mas que começa a se firmar como uma alternativa identitária interessante para o brasileiro.

Se passarmos para uma análise da distribuição das referências em cada um dos discursos, na Tabela 7, podemos observar que há certo padrão nas manifestações de cada uma das categorias, dentro das proporções apresentadas na Tabela 6. As variações, no entanto, são bastante perceptíveis, sobretudo comparando os discursos ao longo dos anos e aqueles que foram feitos pela mesma pessoa.

Em 2003, por exemplo, o discurso de Lula na abertura da 58ª Sessão da Assembleia Geral da ONU apresenta todas as categorias, com destaque para uma única referência à categoria *Brasil Africano*. O mesmo ocorre com esta categoria no discurso do Presidente aos formandos do Instituto Rio Branco. Para a categoria *Autoestima*, por exemplo, o que chama a atenção é o fato de Lula ter mais referências neste quesito em seu discurso na ONU (8), teoricamente mais universal e impessoal, do que para os diplomatas (3), muito provavelmente por ter sido seu primeiro discurso com presidente na tribuna da Assembleia Geral. Para a categoria *América Latina*, mantêm-se um padrão: 3 referências na ONU e 2 no discurso feito no Itamaraty. No discurso de Celso Amorim, chama a atenção a coincidência da igualdade de referências para *Brasil Emergente* e *América Latina*, com 9 referências, e *Autoestima* e África, com 3 referências, o que não viria a se repetir ao longo da série de discursos analisados.

Tabela 7 – Resultados Gerais: categorias por discurso

Ano	Autor e local	América Latina	Autoestima	Brasil Africano	Brasil Emergente
2003	**Lula** 58ª Sessão da Assembleia Geral da ONU	3	8	1	12
	Celso Amorim Formatura do Instituto Rio Branco	9	3	3	9
	Lula Formatura do Instituto Rio Branco	2	3	1	6
2004	**Lula** 59ª Sessão da Assembleia Geral da ONU	7	5	1	12
	Celso Amorim Formatura do Instituto Rio Branco	0	6	0	1
	Lula Formatura do Instituto Rio Branco	5	6	1	12
2005	**Celso Amorim** 60ª Sessão da Assembleia Geral da ONU	2	4	2	8
	Celso Amorim Formatura do Instituto Rio Branco	0	14	0	4
	Lula Formatura do Instituto Rio Branco	16	0	6	13
2006	**Lula** 61ª Sessão da Assembleia Geral da ONU	2	1	2	16
	Celso Amorim Formatura do Instituto Rio Branco	0	4	0	0
	Lula Formatura do Instituto Rio Branco	1	6	0	5
2007	**Lula** 62ª Sessão da Assembleia-Geral da ONU	2	4	1	14
	Celso Amorim Formatura do Instituto Rio Branco	1	2	0	1
	Lula Formatura do Instituto Rio Branco	9	6	1	13

2008	**Lula** 63ª Sessão da Assembleia Geral da ONU	4	3	1	9
	Celso Amorim Formatura do Instituto Rio Branco	3	4	1	5
	Lula Formatura do Instituto Rio Branco	7	5	5	6
2009	**Lula** 64ª Sessão da Assembleia Geral da ONU	2	7	0	12
	Celso Amorim Formatura do Instituto Rio Branco	1	3	1	2
	Lula Formatura do Instituto Rio Branco	2	4	0	2
2010	**Celso Amorim** 65ª Sessão da Assembleia Geral da ONU	6	7	5	15
	Celso Amorim Formatura do Instituto Rio Branco	5	6	2	9
	Lula Formatura do Instituto Rio Branco	1	13	1	6

No ano seguinte, em 2004, nota-se um aumento da frequência de referências à *América Latina* nos dois discursos de Lula, mantendo-se estáveis a soma das categorias *Autoestima* e *Brasil Africano* e com variação positiva para *Brasil Emergente*. Os índices que mais chamam a atenção neste ano, no discurso de Celso Amorim, são os de *América Latina*, que das 9 referências do ano anterior cai para zero, e o de *Brasil Africano*, que cai de 3 também para zero, além das outras categorias, também abaixo da média. O próprio Celso Amorim dá uma explicação para isso no início de seu discurso, dizendo que falará de improviso e que a audiência está ali para ouvir o presidente, não a ele. "Por isso", explica-se, "vou me limitar a alguns poucos comentários que me vêm da própria situação e de algumas coisas que foram ditas" (Anexo D).

O discurso de abertura da 60ª Sessão da Assembleia Geral da ONU, em 2005, não foi feito por Lula. Como já dito, em meio ao escândalo do mensalão, Celso Amorim assume esta responsabilidade e faz um discurso bastante equilibrado entre as categorias. É interessante notar, no entanto, que no discurso do Ministro no Instituto Rio Branco daquele ano, Amorim não cita as categorias *Brasil Africano* nem *América Latina*, ressaltando conteúdos relacionados à *Autoestima*, com 14 referências. Se olharmos com mais cuidado para o

conteúdo do discurso de Amorim, veremos que ele se refere muitas vezes aos diplomatas presentes, alerta a audiência que não falará de temas específicos de política externa e, quando se refere, ressalta atitudes brasileiras que se encaixam na categoria *Autoestima*. Já o presidente Lula, em seu único discurso analisado naquele ano, talvez para compensar Amorim, não faz referências que poderiam estar dentro da categoria *Autoestima*, centrando-se nas referências das categorias *América Latina* (16), *Brasil Africano* (6) e *Brasil Emergente* (13).

É curioso notar que o último ano do primeiro mandato do governo Lula, 2006, foi o período com maior número de categorias não citadas no total dentre os anos. No discurso de Celso Amorim, na formatura do Instituto Rio Branco, não foram encontradas referências para as categorias *América Latina*, *Brasil Emergente* e *Brasil Africano*, sendo que esta última também não foi encontrada no discurso de Lula na mesma ocasião. Os destaques de ambos os discursos foi a categoria *Autoestima*, citada 4 vezes por Amorim e 6 por Lula. Uma possível justificativa seja o foco de Celso Amorim na carreira diplomática ou na história da diplomacia, enquanto Lula estava mais centrado em contar algumas histórias e anedotas de sua atuação internacional. No discurso do presidente na ONU, a categoria *Brasil Emergente* volta a ser destaque, com 16 referências; o ponto baixo é a categoria *Autoestima*, com apenas uma referência, e *América Latina*, com duas.

O novo mandato de Lula trouxe de volta as categorias para a média, variando apenas positivamente a *Autoestima*, no discurso do Presidente na ONU. O mesmo não foi observado em seu discurso na formatura do Instituto Rio Branco, quando todos os índices, com exceção da categoria *Brasil Africano* (1), são muito citados, com 9 referências para *América Latina*, 6 para *Autoestima* e 13 para *Brasil Emergente*. Celso Amorim, mais uma vez, não cita a categoria *Brasil Africano*, mas inclui modestamente *América Latina* (1) e *Brasil Emergente* (1), que haviam ficado de fora no discurso do ano anterior. A categoria *Autoestima* cai pela metade, com apenas duas referências.

Apesar da crise financeira, o ano de 2008 não teve muitas variações nos índices das categorias estudadas. Ao discursar às Nações Unidas, Lula manteve o padrão de referências às categorias, com leve variação positiva na categoria *América Latina*. Celso Amorim, no Itamaraty, cita com mais frequência também a categoria *América Latina*, mas também *Brasil Emergente* e *Autoestima* são citados mais vezes do que no ano anterior. O discurso de Lula aos formandos do Instituto Rio Branco mostra-se bem equilibrado quanto à distribuição entre as categorias, mas com níveis altos para todas elas, com exceção da categoria *Brasil Emergente*, que comparativamente com os outros anos ficou abaixo da média.

A 64ª Sessão da Assembleia Geral da ONU, em 2009, foi marcada pela crise econômica que assolava o mundo desde o ano anterior. Lula, em seu discurso que abriu a sessão, não faz nenhuma referência à África (única vez em todo seu governo que a categoria *Brasil Africano* não está dentre as referências nos discursos da ONU), manteve-se equilibrado o índice da categoria *Brasil Emergente* e caiu um pouco o de *América Latina*, sendo a categoria *Autoestima* a que mais teve ascensão, saindo de 3 para 7 referências de um ano para o outro. Na formatura do Instituto Rio Branco, tanto o discurso de Lula quanto de Celso Amorim são muito centrados, mais uma vez, no Itamaraty e na carreira diplomática, o que faz os índices ficarem abaixo da média. Se compararmos o número de referências dos mesmos discursos em 2008, com 36 referências, veremos que em 2009 este número cai para menos da metade, com apenas 15 referências no total.

No último ano de governo de Lula e de Celso Amorim como chanceler, o grande destaque é a categoria *Autoestima*, que teve 26 referências no total, bem acima de sua média de 16 por ano, como podemos ver na Tabela 8. Ainda que não se perceba claramente um tom de despedida nos discursos analisados, a quantidade da categoria acima é um indicador de que a emoção foi bastante relevante em sua elaboração. Somente no discurso de Lula na formatura do Instituto Rio Branco, encontramos 13 referências à categoria, quase o total da média anual para os três discursos juntos. Assim como a *Autoestima*, as outras três categorias também ficaram acima da média em 2010, já que Celso Amorim – que, além do discurso na formatura do Instituto Rio Branco, também discursou na abertura da Assembleia Geral da ONU naquele ano – e Lula procuraram fazer um balanço da trajetória do governo ao longo dos dois mandatos que ambos estiveram à frente das relações exteriores do país.

Tabela 8 – Categorias por ano na soma dos três discursos analisados a cada período

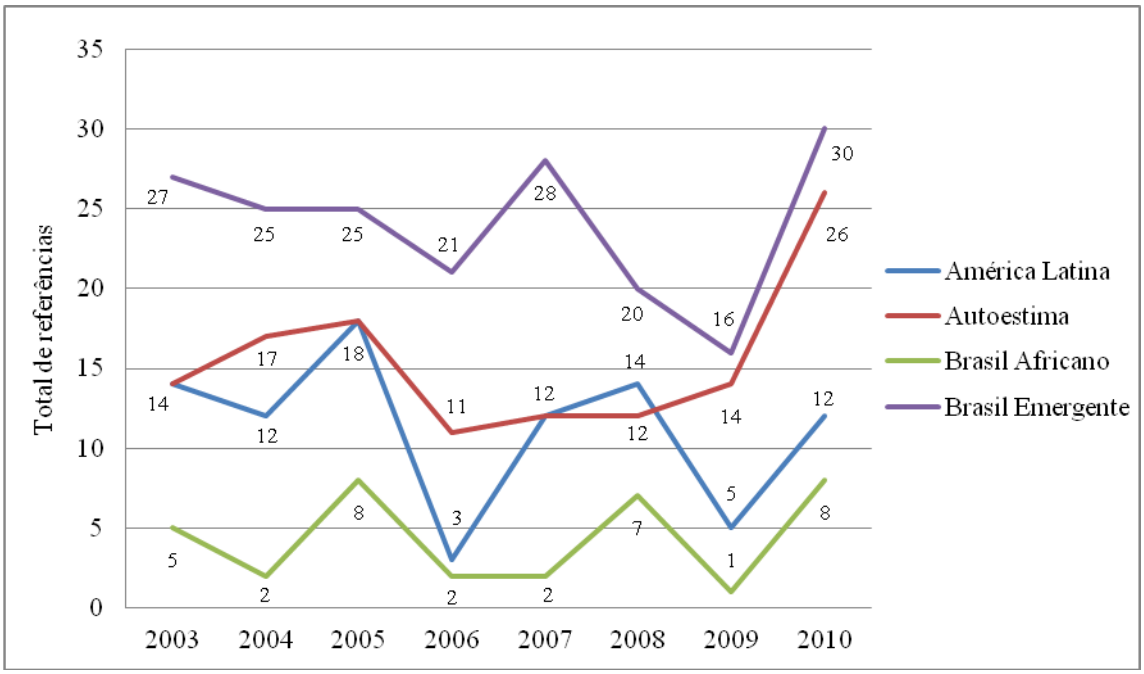
Categoria	América Latina	Autoestima	Brasil Africano	Brasil Emergente
2003	23,5	23,5	8	45
2004	21,5	30,5	3,5	44,5
2005	26	26	11,5	36
2006	8	30	5	57
2007	22	22	4	52
2008	26,6	22,5	13	38
2009	14	39	3	44
2010	16	34	10,5	39,5
Média anual	20	28	7	45

Uma análise da Tabela 8 nos permite afirmar que são muitas as discrepâncias em relação à média anual de cada uma das categorias e, também, em relação ao percentual que ela representa dentro de cada ano analisado. A partir dos dados apresentados na Tabela 6, vemos, em comparação com a Tabela 8, que a distribuição média não se mantém em nenhum dos anos, aproximando-se somente em 2003 e 2004, mas com variações que chegam a 4,5 pontos percentuais para a categoria *Autoestima*, em 2003, e de 7 pontos para a categoria *Brasil Africano*, em 2004.

A distribuição é irregular também no comparativo entre os anos, como mostra o Gráfico 1, que complementa a tabela anterior. A observação dos dados da Tabela 8 mostra que há uma regularidade de ocorrências, em relação à média total de referências, apenas nos anos de 2004, 2007 e 2008. O ano com maior discrepância é, sem dúvida, o de 2010, com 21 ocorrências acima da média, seguido por 2009, com 19 abaixo, e 2006, com 18 abaixo. Os anos de 2003, com 5 ocorrências acima, e 2005, com 14, também ficam distantes da média de 55 ocorrências na soma dos três discursos de cada ano.

Em uma análise por categorias ao longo dos anos, no Gráfico 1, vemos que a categoria *Brasil Emergente* apresenta grande regularidade, sobretudo no primeiro mandato do presidente Lula (2003-2006), com uma média de 24 ocorrências por ano. Os dois últimos anos do segundo mandato, porém, destoam dessa média, apresentando 16 ocorrências em 2009 e 30 em 2010. Essa regularidade permite-nos afirmar, mais uma vez, a importância do reposicionamento do Brasil como país emergente para a estratégia da política externa do período, variando negativamente em 2009, ano em que houve uma queda geral dos índices, muito provavelmente por causa do debate em torno da crise econômica, que forçou o discurso diplomático brasileiro a sair de seu curso natural, e positivamente em 2010, ano em que todos os índices ficaram acima da média, possivelmente por ser o último ano de governo e os autores dos discursos tentarem percorrer todo a trajetória da política externa desenvolvida ao longo dos 8 anos de governo.

Gráfico 1 – Variação anual das categorias na soma dos discursos



A regularidade da categoria *Brasil Emergente* serviu de base para o fortalecimento da categoria *Autoestima*, a mais regular de todas as analisadas. O único ano em que há um desvio do padrão médio é 2010, talvez pelos mesmos motivos apresentados para a categoria anterior, e esse desvio se dá para cima. Como se tentou explicitar no subitem Categorias de análise, a categoria *Autoestima* está no centro da profunda transformação proposta pela política externa brasileira no período analisado, que tenta realizar uma alteração nas representações sociais do Brasileiro em relação ao seu país a partir de sua projeção internacional e, por isso, a importância da regularidade dessa categoria para a análise proposta neste trabalho.

O caso da categoria *América Latina* é bastante interessante, pois apresenta boa regularidade, com dois anos muito abaixo da média, 2006, com apenas 3 referências, e 2009, com 5. Se excluíssemos esses anos da análise, a média anual da categoria subiria 3 pontos, chegando a 14 referências, e se aproximaria bastante da categoria *Autoestima*, com 16. Não conseguimos encontrar motivos para essa variação tão brusca. Parece-nos muito estranha essa inconstância, já que alguns índices utilizados para compor a categoria são parte das grandes prioridades da política externa brasileira, como a relação com a Argentina, o fortalecimento do MERCOSUL e as relações com a América do Sul em geral. Este fato, por si só, merece um estudo à parte, que não encontra espaço nesta dissertação.

Por fim, a categoria *Brasil Africano*, além de ser a que menos referências teve, é a mais irregular de todas as aqui apresentadas. Ela se destacou em três anos, 2005, 2008 e 2010,

com 11,5%, 13% e 10,5% das referências de cada período respectivamente, bem acima de sua média anual de 7%. Seu pior ano foi, sem dúvida, o de 2009, com apenas uma referência na soma dos três discursos analisados. Pode-se notar, também, que as referências à categoria *Brasil Africano* são mais presentes nas falas do presidente Lula do que do chanceler Celso Amorim, como indica a Tabela 9, apesar da pouca diferença.

Tabela 9 – Comparativo por autor em relação a cada uma das categorias

Autor*	América Latina	Autoestima	Brasil Africano	Brasil Emergente
Lula	40	42	14	79
Celso Amorim	21	38	10	36

* Média anual para cada autor.

Os discursos do presidente Lula teve, em média, mais referências em todas as categorias analisadas. Pode-se inferir que, por ser o principal interlocutor da política externa e por ter feito a maioria dos discursos na Assembleia Geral da ONU, Lula enumere mais os feitos e os objetivos internacionais do Brasil, o que lhe dá esta vantagem estatística. Além da proximidade entre Lula e Amorim na categoria *Brasil Africano*, citada anteriormente, há, também, uma aproximação na categoria *Autoestima*. Isso pode ser explicado pelo fato de os discursos selecionados de autoria de Celso Amorim estarem concentrados, em sua maioria, no diálogo com seus pares, os jovens diplomatas que se formam no Instituto Rio Branco. Se voltarmos aos números da Tabela 7, por exemplo, veremos que a soma das ocorrências referentes à categoria *Autoestima*, apenas nos discursos realizados na formatura do Curso de Formação do Instituto Rio Branco, é praticamente igual entre Lula e Amorim, com 43 e 42 referências respectivamente.

A comparação entre os tipos de fonte – discursos feitos na Assembleia Geral e na formatura do Instituto Rio Branco – nos mostra, também, uma ligeira vantagem da categoria *Autoestima* nos discursos realizados no Itamaraty, como mostra a Tabela 10 a seguir.

Tabela 10 – Comparativo entre os tipos de discurso em comparação com cada uma das categorias

Discurso	América Latina	Autoestima	Brasil Africano	Brasil Emergente
Assembleia Geral da ONU	28	39	13	98
Formatura do Instituto Rio Branco*	31	42,5	11	47

* Média entre os discursos de Celso Amorim e Lula

A pequena vantagem da categoria *Autoestima* nos discursos realizados na formatura do Instituto Rio Branco se repete, praticamente igual, na categoria *América Latina*, demonstrando, em comparação com a Tabela 9, que o presidente Lula usou muitos índices dessa categoria em seus discursos nas formaturas do Instituto Rio Branco, como no texto de 2005, em que foram identificados 16 referências à categoria. Apesar de tentadora a comparação entre os dados da Tabela 9 e da Tabela 10, ela deve ser feitas com muito cuidado. A pequena vantagem do número de referências na categoria *Brasil Africano* nos discursos da Assembleia Geral, por exemplo, poderia levar a uma conclusão precipitada de que Lula – que fez a maioria desses discursos dentro da amostra deste trabalho – teria citado muito mais referências ao continente africano do que Amorim neste tipo de discurso. Uma análise dos números da Tabela 11, no entanto, desmente essa afirmação.

Tabela 11 – Relação entre os discursos realizados na Assembleia Geral da ONU e as categorias de análise, com discriminação de autor

Ano	Autor e local	América Latina	Autoestima	Brasil Africano	Brasil Emergente
2003	**Lula** Assembleia Geral da ONU	3	8	1	12
2004	**Lula** Assembleia Geral da ONU	7	5	1	12
2005	**Celso Amorim** Assembleia Geral da ONU	2	4	2	8
2006	**Lula** Assembleia Geral da ONU	2	1	2	16

2007	**Lula** Assembleia-Geral da ONU	2	4	1	14
2008	**Lula** Assembleia Geral da ONU	4	3	1	9
2009	**Lula** Assembleia Geral da ONU	2	7	0	12
2010	**Celso Amorim** Assembleia Geral da ONU	6	7	5	15

Os dados desta tabela demonstram que, ainda que Lula tenha feito 6 discursos e Amorim apenas 2, neste tipo de fonte, o Ministro fez referência à categoria *Brasil Africano* 7 vezes, enquanto o Presidente apenas 6.

Para comprovar a complexidade da comparação entre as tabelas, podemos fazer o mesmo exercício também para *Brasil Emergente*. A categoria é predominante nos discursos proferidos por Lula (Tabela 9) e naqueles feitos na Assembleia Geral, independente do autor (Tabela 10). Uma análise dos discursos da Tabela 11 nos mostra que o número de referências à categoria *Brasil Emergente*, nos discursos de Lula, é mais de três vezes maior ao de Amorim, sendo 73 e 23 ocorrências, respectivamente. Como a média por discurso dos dois é bem parecida, já que Lula possui três vezes mais discursos na ONU analisados do que Amorim, poderíamos supor que ambos citam a categoria *Brasil Emergente* com a mesma frequência. Ao olharmos para a Tabela 12, no entanto, vemos que – mesmo com um número idêntico de discursos – essa afirmação não se comprova.

Tabela 12 - Relação entre os discursos realizados na Formatura do Instituto Rio Branco e as categorias de análise, com discriminação de autor

Ano	Autor e local	América Latina	Autoestima	Brasil Africano	Brasil Emergente
2003	**Celso Amorim** Formatura do Instituto Rio Branco	9	3	3	9
	Lula Formatura do Instituto Rio Branco	2	3	1	6
2004	**Celso Amorim** Formatura do Instituto Rio Branco	0	6	0	1
	Lula Formatura do Instituto Rio Branco	5	6	1	12

2005	**Celso Amorim** Formatura do Instituto Rio Branco	0	14	0	4
	Lula Formatura do Instituto Rio Branco	16	0	6	13
2006	**Celso Amorim** Formatura do Instituto Rio Branco	0	4	0	0
	Lula Formatura do Instituto Rio Branco	1	6	0	5
2007	**Celso Amorim** Formatura do Instituto Rio Branco	1	2	0	1
	Lula Formatura do Instituto Rio Branco	9	6	1	13
2008	**Celso Amorim** Formatura do Instituto Rio Branco	3	4	1	5
	Lula Formatura do Instituto Rio Branco	7	5	5	6
2009	**Celso Amorim** Formatura do Instituto Rio Branco	1	3	1	2
	Lula Formatura do Instituto Rio Branco	2	4	0	2
2010	**Celso Amorim** Formatura do Instituto Rio Branco	5	6	2	9
	Lula Formatura do Instituto Rio Branco	1	13	1	6

Esse raciocínio final é, de fato, um alerta para o fato de que nossa amostra não é grande o suficiente para podermos generalizar as afirmações aqui propostas e que, por se tratar de uma análise qualitativa, a instabilidade dos dados deve sempre ser levada em consideração. Isso não quer dizer, no entanto, que as inferências realizadas não sejam corretas. Pode-se afirmar, portanto, que todas as reflexões feitas neste capítulo são válidas apenas para a amostra considerada, devendo o leitor levar isso em consideração antes de realizar qualquer inferência relacionada a fontes externas a este trabalho.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

"Desde o início do meu governo e sob a condução segura do meu querido chanceler Amorim, o Itamaraty tem tido um papel de destaque na construção de um novo projeto de nação", disse o presidente Lula em 2005 (Anexo H). Essa afirmação demonstra a consciência do presidente e de sua equipe do que estava sendo proposto como estratégia de inserção internacional para o país. Uma política externa que, independente dos erros e acertos, reposicionou o país no mundo e colaborou para a construção de um novo Brasil, tanto para o exterior quanto para o próprio povo brasileiro.

O que vimos nos discursos e pudemos comprovar nos números encontrados nas análises é uma vontade de estabelecer, por meio do discurso diplomático, uma narrativa sobre a identidade nacional. É interessante notar que a estratégia aplicada não está baseada, como se poderia supor em um primeiro momento, nos estereótipos para projetar o Brasil no mundo, por mais que eles também sirvam à ideia central. O que se buscou foi uma alteração na autopercepção dos brasileiros e na imagem que o estrangeiro tinha do país.

As quatro categorias selecionadas – *Autoestima*, *América Latina*, *Brasil Africano* e *Brasil Emergente* – constituem um enredo claro para a reconfiguração de algumas representações sociais que formam o núcleo figurativo da identidade nacional. Talvez esta seja a real contribuição da narrativa da política externa do governo Lula para a identidade brasileira.

O mundo tendia para a multipolaridade, com a crise de legitimidade vivida pelos Estados Unidos após os atentados de 11 de setembro de 2001[110], a opção da Europa pelo alargamento da União Europeia, a ascensão da China etc. No Brasil, a eleição de um antigo líder sindical, que viveu uma quase perfeita jornada do herói, e a volta de um crescimento econômico mais robusto estimulavam a autoconfiança do brasileiro. O governo Lula soube se aproveitar da situação e, com coerência e uma estratégia consciente e pragmática, implementou seu projeto de identidade de forma sistemática, tendo a política externa como um de seus principais eixos de ação. "Sem essa oportunidade, seus valores não teriam sido aproveitados; sem estes, a oportunidade teria sido vã", escreveu Maquiavel (2000), em trecho eternizado nas análises políticas de todo mundo.

---

[110] Em um primeiro momento, o mundo pós-atentados de 11 de setembro parecia caminhar para uma restrição à multipolaridade, com a invasão ao Iraque sem autorização da ONU e a Guerra ao Terror. O que se viu, no entanto, foi um enfraquecimento das grandes potências que, ainda que continuassem tomando decisões unilaterais, tinham sua legitimidade sempre questionada. Isso não significou, no entanto, um reforço da ONU, mas abriu caminho para o reforço do *soft power* dos países emergentes.

Houve, na história da política externa brasileira, outros momentos em que a conjuntura internacional e as opções locais confluíram para impulsionar o desenvolvimento nacional por meio da ação externa do país, como na Política Externa Independente nos governos Jânio Quadros (1961) e João Goulart (1961-1964) e de sua consolidação como estratégia de inserção internacional do Brasil, nos anos 1970. A inspiração do governo Lula é nítida nestes dois períodos, assim como seu relativo sucesso. O que nos desperta curiosidade é uma análise mais profunda da contribuição de suas estratégias de política externa para a alteração das figuras narrativas que formam a identidade nacional, algo que poderia ser um desdobramento desta dissertação.

Se o projeto identitário dos anos 1960 e 1970 ainda está por ser analisado, o do governo Lula nos parece bastante evidente. O objetivo central era promover o reposicionamento do Brasil na rede simbólica coletiva, internamente e externamente, por meio da superação da contradição entre o local e o universal. Como se demonstrou nestas páginas, a *Autoestima* foi o principal instrumento de promoção da transformação das figuras narrativas objetivada pelo governo. As outras três categorias pareceram servir ao propósito de valorização da autoestima do brasileiro, colaborando para ancorar uma nova narrativa de país no imaginário coletivo nacional.

A ideia de *Brasil Emergente* trouxe vetor desenvolvimento para o centro das reflexões da política externa brasileira, influenciando sobretudo a busca de um multilateralismo pragmático. A partir do discurso de uma diplomacia solidária e não indiferente, o Itamaraty estabeleceu pontos de contato com uma vasta rede de países do Sul, o que ajudou a impulsionar o comércio e a imagem do Brasil no mundo. Por outro lado, a diplomacia altiva e ativa, como a denominou Celso Amorim (2013), estabeleceu um diálogo horizontal com os países desenvolvidos, permitindo o reposicionamento de fato do país no sistema de governança global. Os ganhos relativos de poder – ainda que um *soft power* – foram reais e, certamente, colaboraram para a autoestima brasileira.

Os temas da *América Latina* e do *Brasil Africano* são pontos específicos de uma estratégia maior de reposicionamento do país, ainda que com especificidades. A busca por uma lealdade local, de início no Cone Sul e se expandindo para toda a América Latina, assim como a solidariedade histórica e relativamente desinteressada que o Brasil demonstrou na aproximação com a África agiram como um remédio eficaz de combate à "moléstia de Nabuco", reforçando a ideia de que uma projeção autônoma, a partir da realidade local, é possível e está ao nosso alcance.

As colaborações de cada categoria para o projeto identitário do governo Lula puderam ser comprovadas nas análises dos discursos diplomáticos, apresentadas do Capítulo 3. O *Brasil Emergente*, com mais índices, é o grande reforço para a *Autoestima*, que aparece em segundo lugar. Por serem subsidiárias, *América Latina* e *Brasil Africano* estão menos presentes do discurso diplomático, o que não invalida sua contribuição para o projeto.

Trabalhando em conjunto para ressignificar a rede simbólica da identidade nacional, as quatro categorias colaboraram para impulsionar um projeto que buscava romper com alguns traços históricos do caráter nacional. O embate entre a tragédia e a moléstia de Nabuco, central para os *Intérpretes do Brasil*, parecia finalmente pender para a visão mais otimista de Mário de Andrade. O início da superação do conflito entre local e universal colaborava, também, para que a recusa do país real não fosse tão necessária, deslegitimando o bovarismo do qual fala Sérgio Buarque de Holanda (2009).

A valorização da autoestima, com lastro em um novo posicionamento que o Brasil ocupara no cenário internacional e nos índices de desenvolvimento econômico e social internos, deu ao brasileiro o sentimento de que o país do futuro, tão desejado por Zweig, estava, finalmente, em um horizonte próximo. Superaríamos, assim, diversas deficiências estruturais que nos acompanham desde a colônia, como as apontadas por Caio Prado Jr. (2010), por meio de um Estado forte e ativo, à maneira de Celso Furtado (2003), contribuindo para modificar algumas figuras narrativas que formam o mito nacional.

Há, no entanto, uma contradição significativa na política externa do governo Lula. A estratégia central da valorização da autoestima por meio da atuação internacional do país é o combate à dicotomia entre países desenvolvidos e em desenvolvimento, para superar o bloqueio mental que previne os mais pobres de se desenvolverem sem a colaboração dos ricos. Ao posicionar-se como país emergente, no entanto, a ideia que se passa é de uma busca por um posto no clube dos países desenvolvidos, o que estaria novamente valorizando a dicotomia que se buscava desmantelar. Celso Amorim se defenderia, provavelmente, dizendo que a aposta brasileira no multilateralismo e na mudança da governança global não nos tornaria uma potência arrogante e preconceituosa, como a maioria dos países desenvolvidos de hoje, mas isso não elimina a contradição do discurso.

Deve-se, também, fazer uma ressalva quanto ao valor do universal no mundo contemporâneo. Se, no espaço globalizado, há um inegável padrão cultural universalizante, ele não age, necessariamente, contra as culturas locais. O embate entre o particular e o universal não é um movimento destrutivo em sua essência. Pelo contrário, o mundo líquido abre espaço para a organização e a estruturação de uma narrativa cultural diversificada que,

nas estratégias do governo Lula, buscou-se pela valorização da autoestima. A narrativa de país não se forma necessariamente em oposição ao cosmopolita, como se acreditou nos debates de alguns *Intérpretes do Brasil*. Há, como propôs o Movimento Antropofágico, momentos de assimilação do estrangeiro e momentos de rejeição da influência externa, em um movimento dialético que terminará por inserir a narrativa brasileira na harmonia da civilização.

Cinco anos após o fim do governo Lula, a política externa brasileira parece estar caminhando para trás. Ainda que o capital político acumulado no período analisado tenha colaborado para a manutenção de certo prestígio internacional, o desinteresse e a falta de tato da presidente Dilma, as dificuldades econômicas e o momento da política interna parecem ter tolhido nossa vontade de agir no cenário internacional, o que tem afetado também a autoestima do brasileiro. A questão não é a mudança nas pretensões identitárias entre um governo e outro, mas a ausência da visão de que a política externa é um importante instrumento para a construção de um projeto de nação.

Em um mundo cada vez mais interdependente e conectado, a metanarrativa de país precisa do suporte de uma inserção internacional autônoma, criativa e pragmática para continuar a superar suas diversas contradições. O período analisado, os oito anos do governo Lula, foi suficiente para dar início a um processo que é longo e penoso, pois não é simples superar contradições que fazem parte do mito nacional e de todo um conjunto de representações sociais, reproduzidas no tempo por suas formações discursivas. Para perseguir esse objetivo, a política externa deve refletir não apenas a imagem do país de hoje, mas também a imagem que desejamos para o Brasil do amanhã.

A jornalista Eliane Brum (2015), em artigo para o jornal El País, destaca a dificuldade de se sustentar um projeto de transformação como o proposto por Lula, que buscou a inclusão de uma massa de excluídos no mercado consumidor, mas não quis alterar os privilégios da elite. Apesar de, no caso da política externa, a margem de manobra ser consideravelmente maior, a falta de continuidade do projeto no governo Dilma e as limitações internas do projeto revelam os limites da estratégia e colocam em questão o seu sucesso no longo prazo.

Não há dúvidas da contribuição que o discurso diplomático pode dar à narrativa de país e a seu projeto identitário. Ele precisa, no entanto, estar a serviço de uma estratégia mais ampla e de longo prazo, que construa figuras narrativas capazes de influenciar o núcleo figurativo da identidade coletiva e que consiga superar as contradições nacionais de forma definitiva. A opção do governo Lula, aqui analisada, foi a de valorizar a autoestima nacional com foco na superação de um complexo de inferioridade que nos acompanha desde a

independência do país e, assim, alterar não só a narrativa do Brasil, mas, de certa maneira, todo o sistema de governança global, *como nunca antes na história deste país*.

REFERÊNCIAS

AAKER, David.; KUMAR, Vinay.; DAY, George. **Pesquisa de marketing**. São Paulo: Atlas, 2004.

ABREU, Marcelo (Org.). **A ordem do progresso**. Rio de Janeiro: Campus Elsevier, 2014.

ADORNO, Theodor W.; HORKHEIMER, Max. **Dialética do esclarecimento**: fragmentos filosóficos. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.

ALENCASTRO, Luiz Felipe. **O Trato dos Viventes**: formação do Brasil no Atlântico sul. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

ALMEIDA, Paulo Roberto de. Problemas conjunturais e estruturais da integração na América do Sul: a trajetória do MERCOSUL desde suas origens até 2006. **Boletim Meridiano 47,** v. 7, n. 68, p. 4-10, 2006.

ALMEIDA, Paulo. Roberto de. A diplomacia da era Lula: balanço e avaliação. **Revista Política Externa**, v. 20, n. 3, p. 95-114, 2011.

ALONSO, Angela. Joaquim Nabuco: o crítico penitente. In: BOTELHO, André; SCHWARCZ, Lilia M. (Org.). **Um enigma chamado Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

AMORIM, Celso. A política externa brasileira no governo do presidente Lula (2003-2010): uma visão geral. **Rev. bras. polít. int**., Brasília, v. 53. dez. 2010. Número especial.

AMORIM, Celso. **Breves narrativas diplomáticas**. São Paulo: Benvirá, 2013a.

AMORIM, Celso. **Conversas com jovens diplomatas**. São Paulo: Benvirá, 2013b.

ANDERSON, Benedict. Introdução. In: BALAKRISHNAN, Gopal (Org.). **Um mapa da questão nacional.** Rio de Janeiro: Contraponto, 2008.

ANDERSON, Benedict. **Comunidades imaginadas**. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

ARBILLA, José María. Arranjos institucionais e mudança conceitual nas políticas externas Argentina e Brasileira (1989-1994). **Contexto Internacional**, vol. 22, n. 02, jul./dez. 2000.

ARISTÓTELES. **A política**. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

ARON, Raymond. **As etapas do pensamento sociológico**. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

AUDIÊNCIAS devem atrasar definição sobre ingresso da Venezuela no MERCOSUL. **Folha de S. Paulo,** São Paulo, 10 jun. 2009. Poder.

BAKHTIN, Mijail. **Estética de la creación verbal**. Madrid: Siglo Vinteuno, 1985.

BALAKRISHNAN, Gopal (Org.). **Um mapa da questão nacional.** Rio de Janeiro: Contraponto, 2008.

BALDICK, Chris. **Oxford dictionary of literary terms**. Oxford: Oxford University Press, 2008.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.

BARTHES, Roland et al. **Análise estrutural da narrativa**. Petrópolis: Vozes, 2008.

BARTHES, Roland. **Mitologias**. Rio de Janeiro: Difel, 2010.

BAUMAN, Zygmunt. **Comunidade**. Rio de Janeiro: Zahar, 2003.

BAUMAN, Zygmunt. **Identidade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2005.

BENDASSOLLI, Pedro Fernando. **Trabalho e identidade em tempos sombrios**. São Paulo: Ideias e Letras, 2007.

BENJAMIN, Walter. O Narrador. In: BENJAMIN, Walter. **Magia e técnica, arte e política:** ensaios sobre literatura e história da cultura. São Paulo: Editora Brasiliense, 1996.

BERSTEIN, Serge; MILZA, Pierre. **História do século XX**. v. 2. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2007.

BERTRAND, Denis. **Caminhos da semiótica literária**. Bauru: EDUSC, 2003.

BOBBIO, Norberto. **Dicionário de política**. Brasília: Editora UnB, 1998.

BOMENY, Helena. Aposta no futuro: o Brasil de Darcy Ribeiro. In: BOTELHO, André; SCHWARCZ, Lilia M. (Org.). **Um enigma chamado Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

BORGES, Jorge Luis. A Biblioteca de Babel. In: BORGES, Jorge Luis. **Ficções**. São Paulo: Editora Globo, 1988.

BOTELHO, André; SCHWARCZ, Lilia M. (Org.). **Um enigma chamado Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

BOTELHO, André. Prefácio. In: RICUPERO, Bernardo. **Sete lições sobre as interpretações do Brasil**. 2. ed. São Paulo: Alameda, 2011a.

BOTELHO, André. Público e privado no pensamento social brasileiro. In: BOTELHO, André; SCHWARCZ, Lilia (Orgs.). **Agenda Brasileira**. São Paulo: Cia. das Letras, 2011b.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.

BRAGA, Maria Lucia Santaella. As três categorias peircianas e os três registros lacanianos. **Revista de Psicologia da USP**, vol. 10, n. 2. São Paulo, 1999.

BROTTO, Carla. **Comunicazione e relazione all'interno dell'ente pubblico**. San Marino: Maggioli, 2005.

BRUM, Eliane. Por quem rosna o Brasil. **El País Brasil,** 20 jul. 2015. Opinião. Disponível em: <http://brasil.elpais.com/brasil/2015/07/20/opinion/1437400644_460041.html>. Acesso em: 21 jul. 2015.

BRUNER, Jerome. A interpretação narrativa da realidade. In: **A cultura da educação**. Porto Alegre: Artmed Editora, 2001.

BURGES, Sean. 'Auto-estima' in Brazil: The logic of Lula's south-south foreign policy. **International Journal**, v. 60, n. 4, p. 1133-1151, 2005.

BURGES, Sean. Building a Global Southern Coalition: the competing approaches of Brazil's Lula and Venezuela's Chavez. **Third World Quarterly**, v.28, n.7, p. 1343-1358, 2007.

CAMPBELL, Joseph. **O herói de mil faces.** São Paulo: Cultrix, 1997.

CANDIDO, Antonio. **Formação da literatura brasileira:** momentos decisivos. São Paulo: Editora Fapesp, 2009.

CAPRIOTTI, Paul. La imagen corporativa. In: LOSADA DÍAZ (org.).**Gestión de la comunicación en las organizaciones**. Barcelona: Editorial Ariel, 2004.

CARDOSO, Fernando Henrique. **Entrevista do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso** concedida ao jornalista Augusto Nunes.Veja.com, 13 nov. 2009. Disponível em: <www.youtube.com/watch?v=W6xg3FW7fxM>. Acesso em: 27 jul. 2015.

CARDOSO, Fernando Henrique; FALETTO, Enzo. **Dependência e desenvolvimento na América Latina**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.

CARILLO, Susana (Org.). **Ponte sobre o Atlântico**: Brasil e África Subsaariana, parceria Sul-Sul para o crescimento. Brasília: IPEA; Banco Mundial, 2011.

CARVALHO, José Murilo de. **A construção da ordem**: a elite política imperial**; Teatro de sombras:** a política imperial. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

CASTELLS, Manuel. **O poder da identidade**. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

CASTELLS, Manuel. **Comunicación y poder**. Madri: Alianza Editorial, 2009.

CASTORIADIS, C. **A instituição imaginária da sociedade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.

CERVO, Amado Luiz. A ação internacional do Brasil em um mundo em transformação: conceitos, objetivos e resultados (1990-2005). In: OLIVEIRA, Henrique A.; LESSA, António Carlos (Org.). **Relações internacionais do Brasil**: temas e agendas. São Paulo: Saraiva, 2006.

CERVO, Amado Luiz. **Inserção internacional**: formação dos conceitos brasileiros. Brasília: Editora Saraiva, 2008.

CERVO, Amado Luiz; BERVIAN, Pedro Alcino. **Metodologia científica**. São Paulo: Makron Books, 1996.

CERVO, Amado Luiz; BUENO, Clodoaldo. **História da política exterior do Brasil**. Brasília: Editora Unb, 2008.

CHAUÍ, Marilena. **Brasil**: mito fundador e sociedade autoritária. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2002.

CITELLI, Adilson et al. (Org.). **Dicionário de comunicação**: escolas, teorias e autores. São Paulo: Contexto, 2014.

CORRÊA, Luiz Felipe de Seixas. Diplomacia e história: política externa e identidade nacional brasileira. **Revista Política Externa**, v. 9, n. 1, jun./ago. 2000.

CORRÊA, Luis Felipe de Seixas (Org.). **O Brasil nas Nações Unidas**: 1946-2006. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2007.

COSTA, Alessandra de Sá Melo; VERGARA, Sylvia Constant. Estruturalista, pós-estruturalista ou pós-moderno? Apropriações do pensamento de Michel Foucault por pesquisadores da área de administração no Brasil. **Gestão e Sociedade**, Belo Horizonte, v. 6, n. 13, p. 69-89, jan./abr. 2012.

DAMATTA, Roberto. A família como valor: considerações não-familiares sobre a família à brasileira. In: ALMEIDA, Angela Mendes. **Pensando a família no Brasil**: da colônia a modernidade. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo/UFRRJ, 1987, p.115-136.

DERRIDA, Jaques. **Gramatologia**. São Paulo: Perspectiva, 2008.

DIPLOMACIA de Lula remete a anos 70, diz FHC. **O Estado de S. Paulo,** São Paulo, 6 maio 2004, p. 7.

DUARTE, Jorge. Sobre a emergência do(s) conceito(s) de comunicação pública**.** In: KUNSCH, Margarida Maria Krohling (Org.). **Comunicação pública, sociedade e cidadania**. São Caetano do Sul, SP: Difusão Editora, 2011, p. 121-134.

DURKHEIM, Émile. **Regras do método sociológico**. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

EDGAR, Andrew; SEDGWICK, Peter. **Teoria cultural de A a Z**: conceitos-chave para entender o mundo contemporâneo. São Paulo: Contexto, 2003.

FAORO, Raymundo. **Os donos do poder**: formação do patronato político brasileiro. São Paulo: Editora Globo, 2001.

FAUSTO, Boris. **História do Brasil**. São Paulo: Edusp, 2009.

FERNANDES, Florestan. **A revolução burguesa no Brasil**. São Paulo: Globo, 2006.

FIRMO, Lúcia M.; BATISTA, Maria de Fátima B. de Mesquita. Percursos temáticos e figurativos em textos de Mário Quintana. **Acta Semiotica Et Lingvistica**, v. 14, ano 33, n. 2, p.142-151, 2009.

FONSECA, Gelson. **A legitimidade e outras questões internacionais:** poder e ética entre as nações. 2. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2004.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**: aula inaugural no College de France. Pronunciada em 2 de dezembro de 1970. São Paulo: Ed. Loyola, 1996.

FOUCAULT, Michel. **A arqueologia do saber**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.

FREYRE, Gilberto. **Casa grande & senzala**. Rio de Janeiro: Record, 2006.

FURTADO, Celso. **Formação econômica do Brasil**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2003.

GELLNER, Ernest. **Nações e nacionalismo**. Lisboa: Gradiva, 1993.

GENETTE, Gérard. **Figuras**. São Paulo: Ed. Perspectiva. 1972.

GENETTE, Gérard. **Discurso da narrativa**. Lisboa: Vega. 1996.

GLASER, Barney; STRAUSS, Anselm. **The discovery of grounded theory**. Chicago: Aldine, 1967.

GLEICK, James. **A informação**. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.

GODOY, A. S. Introdução à pesquisa qualitativa e suas possibilidades. **Revista de Administração de Empresas**. São Paulo, v. 12, n. 3, p. 75-90, jul./set., 1995.

GOES, Synesio Sampaio. **Navegantes, bandeirantes, diplomatas**. Brasília: IPRI, 1991.

GONÇALVES, Marcela Vecchione. **A voz da identidade nacional:** a política externa russa como prática dialógica excludente dos chechenos. 2005. 195 f. Dissertação (Mestrado) - Instituto de Relações Internacionais, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. 2005.

HABERMAS, Jürgen. **Mudança estrutural da esfera pública:** investigações quanto a uma categoria da sociedade burguesa. 2. ed. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2003.

HALL, Stuart. **Identidade cultural e pós-modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A, 2011.

HEPP, Andreas. As configurações comunicativas de mundos midiatizados: pesquisa da midiatização na era da “mediação de tudo”. **Revista Matrizes**, São Paulo, v. 8, n. 1, jan./jun. p. 45-64. 2014.

HJARVARD, Stig. Midiatização: teorizando a mídia como agente de mudança social e cultural. **Matrizes,** São Paulo, v. 5, n. 2, jan./jun. 2012.

HOBSBAWM, Eric.; RANGER, Terence. (Orgs.). **A invenção das tradições**. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Visão do paraíso**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1998.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. São Paulo: Cia das Letras, 2009.

HOUAISS, Antônio. **Dicionário Houaiss de língua portuguesa**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2009.

IASBECK, Luiz Carlos. Identidade organizacional e a construção dos discursos institucionais. In: KUNSCH, Margarida M. Krohling (Org.). **Comunicação organizacional**: linguagem gestão e perspectivas. São Paulo: Editora Saraiva, 2009, p.7-30.

IMMACOLATA, Maria. Mediação e recepção. Algumas conexões teóricas e metodológicas nos estudos latino-americanos de comunicação. **Revista Matrizes**, São Paulo, v. 8, n. 1, p. 65-80, jan./jun. 2014.

JAKOBSEN, Kjeld Aagaard. Desventuras de alguns críticos da política externa do governo Lula. **Revista Lua Nova**, São Paulo, n.89, p. 275-295, 2013.

JODELET, Denise. **As representações sociais**. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2001.

KISSINGER, Henry. **Diplomacy**. New York: Simon & Schuster Paperbacks, 1994.

KOVACH, Bill; ROSENSTIEL, Tom. **Os elementos do jornalismo**. São Paulo: Geração Editorial, 2003.

KUNSCH, Margarida. **Planejamento de relações públicas na comunicação integrada**. 4.ed.(revista, ampliada e atualizada). São Paulo: Summus, 2003.

KUNSCH, Margarida Maria Krohling. Introdução. In: KUNSCH, Margarida Maria Krohling (Org.). **Comunicação pública, sociedade e cidadania**. São Caetano do Sul, SP: Difusão Editora, 2011, p.13-20.

LAFER, Celso. **A identidade internacional do Brasil e a política externa brasileira:** passado, presente e futuro. São Paulo: Perspectiva, 2001.

LAFER, Celso. Partidarização da política externa. **O Estado de S. Paulo,** São Paulo, 20 dez. 2009, p. A2.

LAHÓZ, André; CORONATO, Marcos. Empate em Cancún. Entrevista com Celso Amorim. **Exame**, 25 set. 2003.

LAMOUNIER, Bolívar. Formação de um pensamento autoritário na primeira República. In: FAUSTO, Boris (org.). **História geral da civilização brasileira**. Rio de Janeiro: Bertrand do Brasil, 1990.

LAMPREIA, L. F. **O Brasil e os ventos do mundo**: memórias de cinco décadas na cena internacional. Rio de Janeiro: Objetiva, 2010.

LEWIN, Kurt. **Resolving social conflict**. New York: Harper and Row. 1948.

LIMA, Maria Regina Soares de. A economia política da política externa brasileira: uma proposta de análise. **Contexto Internacional**, v. 12, ano 6, p.7-28, 1990.

LIMA, Nísia Trindade. Euclides da Cunha: o Brasil como sertão. In: BOTELHO, André; SCHWARCZ, Lilia M. (Org.). **Um enigma chamado Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

LULA 'é o cara', diz Obama durante reunião do G20, em Londres. G1, 2 abr. 2009. Disponível em: <g1.globo.com/Noticias/Economia_Negocios/0,,MUL1070378-9356,00-LULA+E+O+CARA+DIZ+OBAMA+DURANTE+REUNIAO+DO+G+EM+LONDRES.html>. Acesso em: 3 maio 2015.

LYOTARD, Jean-François. **O pós-moderno**. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1991.

MACHADO, Luiz Alberto Figueiredo. **Discurso proferido na sessão de abertura dos Diálogos sobre Política Externa**. Palácio do Itamaraty. Brasília: 26 fev. 2014. Disponível em <www.itamaraty.gov.br/sala-de-imprensa/notas-a-imprensa/discurso-proferido-pelo-ministro-de-estado-das-relacoes-exteriores-luiz-alberto-figueiredo-machado-na-sessao-de-abertura-dos-dialogos-sobre-politica-externa-palacio-itamaraty-26-de-fevereiro-de-2014>. Acesso em: 3 maio 2015.

MAQUIAVEL, Nicolas. **O Príncipe**. São Paulo: Martin Claret, 2000.

MARCHIORI, Marlene Regina. As interconexões entre cultura organizacional e comunicação. In: KUNSCH, Margarida M. Krohling (Org.). **Comunicação organizacional**. Vol. 2. Linguagem gestão e perspectivas. São Paulo: Editora Saraiva, 2009, p.293-320.

MATTAR, Fauze Nagib. **Pesquisa de marketing**. São Paulo: Atlas, 2001.

MCLUHAN, Marshall. **Os meios de comunicação como extensões do homem**. São Paulo: Cultrix, 1969.

MILANI, Carlos R. et al. **Atlas da política externa brasileira**. Rio de Janeiro, EDUerj, 2014.

MONIZ BANDEIRA, Luiz Alberto. **Brasil, Argentina e Estados Unidos**: conflito e integração na América do Sul (da Tríplice Aliança ao MERCOSUL) 1870-2003. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

MORIN, Edgar. **Ciência com consciência**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.

MOSCOVICI, Serge. **Representações sociais:** investigações em psicologia social. Petrópolis: Vozes, 2010.

MOTA, Carlos Guilherme (Org.). **Viagem incompleta:** a experiência Brasileira. Formação: histórias. São Paulo: Editora Senac, 2009.

MOURA, Gerson. **Autonomia na dependência**: a política externa brasileira de 1935 a 1942. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.

MOZZATO, Anelise R.; GRZYBOVSKI, Denize. Análise de conteúdo como técnica de análise de dados qualitativos no campo da administração: potencial e desafios. **RAC**, Curitiba, v. 15, n. 4, p. 731-747, jul./ago. 2011.

NABUCO, Joaquim. **Minha formação**. Rio de Janeiro: W. M. Jackson Inc. Editores. 1970.

NAÍM, Moisés. **O fim do poder**. São Paulo: Leya. 2013.

NASSAR, Paulo. **Brasil e Itália, a imagem recíproca**. Relatório técnico das atividades de pesquisa de pós-doutorado realizado no exterior, tendo como referência a Libera Università di Língue e Comunicazione (IULM) de Milão, Itália, sob supervisão do professor Stefano Rolando. 2013a.

NASSAR, Paulo; ALMEIDA, Miguel de. A narrativa nossa de cada dia. **Revista MSG**, São Paulo, n. 10, 2013b.

NOVELLI, Ana Lucia Romero. Relações Públicas governamentais. In: KUNSCH, Margarida (Org.). **Relações Públicas:** história, teorias e estratégias nas organizações contemporâneas. São Paulo: Editora Saraiva, 2009, p. 485-509.

NYE, Joseph. **The future of power**. Washington, DC: Public Affairs, 2010.

OLIVEIRA, Maxwell Ferreira. **Metodologia científica**: um manual para a realização de pesquisas em administração. Catalão: UFG, 2011.

PEIXOTO, Fabrícia. Lula visita a Líbia em meio a debate sobre pragmatismo na política externa. **Folha Online**, 1 jul. 2009. Disponível em: <ww1.folha.uol.com.br/folha/bbc/ult272u589020.shtml>. Acesso em: 26 jul. 2014.

PERICÁS, Luiz Bernardo; SECCO, Lincoln Ferreira (Org.). **Intérpretes do Brasil**: clássicos, rebeldes e renegados. São Paulo: Boitempo, 2014.

PINHEIRO, Letícia. Traídos pelo desejo: um ensaio sobre a teoria e a prática da política externa brasileira contemporânea. **Contexto Internacional**, v. 22, n. 02, jul./dez., p. 305-355, 2000.

PINHEIRO, Letícia; MILANI, Carlos. **Política externa brasileira**: as práticas da política e a política das práticas. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2012.

PINHEIRO, Letícia; SALOMÓN, Monica. Análise de política externa e política externa brasileira: trajetória, desafios e possibilidades de um campo de estudos. **Revista Brasileira de Política Internacional**, Brasília, v.56, n.1, p. 40-59, 2013. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0034-73292013000100003&script=sci_arttext>. Acesso em: 2 maio 2015.

PINTO, Marcelo de Rezende; SANTOS, Leandro Lemos Silveira. A Grounded Theory como abordagem metodológica. **Organizações & Sociedade,** v. 19, n. 62, p. 417-436, jul./set. 2012.

PORTELA, Paulo Henrique G. **Direito internacional público e privado**. Salvador: *Jus*PODIVM, 2011.

PRADO JUNIOR, Caio**. Formação do Brasil contemporâneo**. São Paulo: Brasiliense, 2010.

PROPP, Vladimir. **As raízes históricas do conto maravilhoso**. São Paulo: Martins Fontes, 2014.

REIS, José. Carlos. **As identidades do Brasil:** de Varnhagen a FHC. Rio de Janeiro: FGV, 1999.

RIBEIRO, Darcy. **O povo brasileiro**: a formação e o sentido do Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

RIBEIRO, Emiliana Pomarico. **Micronarrativas como estratégia de comunicação interna**. 2014. Dissertação (Mestrado em Ciências da Comunicação) - Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014.

RICOEUR, Paul. **Tempo e narrativa**. Campinas: Papirus, 1994.

RICUPERO, Bernardo. **Sete lições sobre as interpretações do Brasil**. 2. ed. São Paulo: Alameda, 2011.

RIMMON-KENAN, Sholomith. **Narrative fiction**: contemporary poetics. Londres: New Accent, 1983.

RODRIGUES, Mayra. Ao abrigo dos discursos circulantes. **Revista Rumores**, São Paulo, v. 12, n. 2, ano 6, p. 4-17, jul./dez. 2012.

RODRIGUES, Nelson. **A cabra vadia**. São Paulo: Cia. das Letras, 1995.

SAID, Edward. **Representações do intelectual**: as Conferências Reith de 1993. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

SALLES GOMES, Paulo Emílio. Cinema: trajetória no subdesenvolvimento. **Argumento:** revista mensal de cultura, Rio de Janeiro, ano 1. v. 1, out. 1973.

SANTIAGO, Salviano. **Carlos & Mário:** correspondência de Carlos Drummond de Andrade e Mário de Andrade. São Paulo: Bem-te-vi, 2003.

SANTOS, Milton. **Metamorfoses do espaço habitado**. São Paulo: Edusp, 2008.

SANTOS, Wanderley Guilherme dos. **Ordem burguesa e liberalismo político**. São Paulo: Livraria Duas Cidades, 1978.

SARAIVA, Ariane de Oliveira. O vetor desenvolvimento do discurso diplomático de Lula: a inserção via construção de identidades. In: ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, 36, 2012, Águas de Lindóia. **Anais...**, Águas de Lindóia, 2012. Disponível em: <http://portal.anpocs.org/portal/index.php?option=com_docman&task=doc_details&gid=8162&Itemid=76> Acesso em: 25 jun. 2013.

SAUSSURE, Ferdinand. **Curso de linguística geral**. São Paulo: Cultrix, 1993.

SCHMIED, Julie. Cenários da integração regional: os desafios da União de Nações Sul-americanas (UNASUL), o novo caminho da integração na América do Sul. **Cadernos Adenauer**, v. 8, n. 1, p. 105-126, 2007.

SCHOLES, Robert; KELLOGG, Robert. **A natureza da narrativa**. São Paulo: Mcgraw-Hill Brasil. 1977.

SCHWARCZ, Lilia M. **As barbas do imperador.** São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

SCHWARCZ, Lilia M. Apresentação. In: ANDERSON, Benedict. **Comunidades imaginadas**. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

SCHWARCZ, Lilia M.; STARLING, Heloisa M. **Brasil:** uma biografia. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

SCHWARZ, Roberto. As ideias fora do lugar. In: SCHWARZ, Roberto. **Ao vencedor as batatas**. São Paulo: Duas Cidades, 1977, p.11-31.

SEIXO, Maria Alzira. Prefácio. In: ROSSUM-GUYON, Françoise. **Categorias da narrativa**. Lisboa: Vega. 1986, p.8-19.

SELLTIZ, Claire et. al. **Métodos de pesquisa nas relações sociais.** São Paulo: Edusp, 1975.

SILVA, Dilma de Melo (Org.). **Brasil: sua gente e sua cultura**. São Paulo: Terceira Margem, 2007.

SILVA, Luiz Inácio. **Discurso por ocasião da solenidade de abertura do Seminário Brasil-China**: um salto necessário. Rio de Janeiro, 30 abr. 2003. Disponível em: <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/ex-presidentes/luiz-inacio-lula-da-silva/discursos/1o-mandato/pdfs-2003/1o-semestre/30-04-2003-discurso-do-presidente-da-republica-luiz-inacio-lula-da-silva-na-solenidade-de-abertura-do-seminario-brasil-2013-china/view>. Acesso em: 16 maio 2015.

SILVA, Luiz Inácio. **Discurso por ocasião de visita à Ilha Gorée.** Senegal, 14 abr. 2005. Disponível em: <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/ex-presidentes/luiz-inacio-lula-da-silva/discursos/1o-mandato/2005/1o-semestre-1/14-04-2005-discurso-do-presidente-da-republica-luiz-inacio-lula-da-silva-na-visita-a-ilha-de-goree/view>. Acesso em: 16 maio 2015.

SILVA, Luiz Inácio. **Discurso por ocasião da abertura da Cúpula África-América do Sul**. Abuja (Nigéria), 30 nov. 2006. Disponível em: <www.biblioteca.presidencia.gov.br/ex-presidentes/luiz-inacio-lula-da-silva/discursos/1o-mandato/2006/2o-semestre/30-11-2006-

discurso-do-presidente-da-republica-luiz-inacio-lula-da-silva-por-ocasiao-da-abertura-da-cupula-africa-america-do-sul-afras/at_download/file>. Acesso em: 16 maio 2015.

SINGER, André. **Os sentidos do lulismo**: reforma gradual e pacto conservador. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

SMITH, Anthony D. **A identidade nacional**. Lisboa: Gradiva, 1997.

SPEKTOR, Matias (Org.). **Azeredo da Silveira**: um depoimento. São Paulo: FGV, 2010.

SPEKTOR, Matias. Política externa do país em ascensão. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 4 abr. 2012. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/mundo/35249-politica-externa-do-pais-em-ascensao.shtml>. Acesso em: 30 jul. 2014.

TODOROV, Tzvetan. **As estruturas narrativas**. São Paulo: Perspectiva, 2006.

TOKATLIAN, Juan Gabriel. O Cone Sul e suas relações internacionais: um espaço de cooperação para a América do Sul. **Revista Política Externa**, v.17, n.1, jun./jul./ago. 2009.

TRAQUINA, Nelson. **O Poder do jornalismo:** análise de textos da Teoria do Agendamento. Coleção Comunicação. Coimbra: Minerva, 2000.

TRINDADE, Eneus. **Propaganda, identidade e discurso**: brasilidades midiáticas. Porto Alegre: Editora Sulina, 2012.

VELASCO JUNIOR, Paulo Afonso. O MERCOSUL entre a geografia e a história desafios, iniciativas e perspectivas. **Revista Candelária**, Rio de Janeiro, nº 6, p. 13-33, 2007.

VILLAFAÑE, Luiz Cláudio. A América do Sul no discurso diplomático brasileiro. **Rev. Bras. Polít. Int.,** v.48, n. 2, p. 185-204. 2005.

VIRGÍLIO NETO, Arthur. A essência será a mesma**. Folha de S. Paulo**, São Paulo, 18 dez. 2010. Tendências e Debates. Disponível em: <www1.folha.uol.com.br/fsp/opiniao/fz1812201008.htm>. Acesso em: 30 jul. 2014.

VIZENTINI, Paulo G. Fagundes; PEREIRA, Analúcia Danilevicz. **A política africana do governo Lula**. Núcleo Brasileiro de Estratégia e Relações Internacionais. s.d. Disponível em: <http://www.ufrgs.br/nerint/folder/artigos/artigo40.pdf>. Acesso em: 01 maio 2015.

WOODWARD, Kathryn. Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual. In: SILVA, Thomaz T. da. (org.). **Identidade e diferença**. Petrópolis: Vozes, 2009.

ZWEIG, Stefan. **Brasil, um país do futuro**. Porto Alegre: L&PM EDITORES, 2006.

APÊNDICE A – NARRATIVA DE PAÍS, COMUNICAÇÃO E POLÍTICA EXTERNA

Ainda que os estudos relacionados à narrativa tenham sido feito predominantemente no campo da literatura, "os elementos narrativos estão na base de qualquer tentativa de informação", como escreve Maria Alzira Seixo no prefácio do livro "Categorias da Narrativa" (1986, p. 13). A professora portuguesa completa:

> A narrativa fará, então, parte da comunicação verbal que utilizamos todos os dias, oral ou escrita, e fácil será entender como ela impregna o tecido da nossa existência: da conversa com amigos ao filme que se vê, da receita de cozinha à estrutura discursificada de um dia que se viveu. **Tudo o que se conta é narrativa**; e é a sua lógica (não a sua matemática, bem entendido) que, por vezes confundida com uma sucessividade temporal, lhe estabelece os parâmetros (p. 14, grifo nosso).

O recurso constante aos teóricos da literatura para conceituar a narrativa deve-se não à exclusividade do campo literário para o estudo dos elementos narrativos, mas, sobretudo, à predominância dos textos especializados em narrativa com o enfoque da literatura. Se, no entanto, a narrativa é "tudo o que se conta" e "está na base de qualquer tentativa de informação", como afirma Maria Alzira Seixo, ela é, também, o lugar de fala do comunicador, que tem na narrativa seu elemento estrutural, com a função de organizar, selecionar e contar histórias, além de utilizar a informação como principal matéria prima de seu trabalho. Roland Barthes, em artigo no livro "Análise Estrutural da Narrativa" (2008), possui uma visão que corrobora a tese de Maria Alzira Seixo, de que

> A narrativa pode ser sustentada pela linguagem articulada, oral ou escrita, pela imagem, fixa ou móvel, pelo gesto ou pela mistura ordenada de todas estas substâncias; está presente no mito, na lenda, na fábula, no conto, na novela, na epopeia, na história, na tragédia, no drama, na comédia, na pantomima, na pintura (recorde-se a Santa Úrsula de Carpaccio), no vitral, no cinema, nas histórias em quadrinhos, no *fait divers*, na conversação. (...) A narrativa está presente em todos os tempos, em todos os lugares, em todas as sociedades; a narrativa começa com a própria história da humanidade; não há em parte alguma, povo algum sem narrativa; todas as classes, todos os grupos humanos têm suas narrativas e, frequentemente, estas narrativas são apreciadas em comum por homens de culturas diferentes, e mesmo opostas; a narrativa ridiculariza a boa e a má literatura: internacional, trans-histórica, transcultural; a narrativa está aí, como a vida (BARTHES et al, 2008. p. 19).

O comunicador é, antes de tudo, um contador de histórias, um intérprete da realidade. Muitos dos discursos que utilizamos para a construção de nossas narrativas são produzidos e disseminados pelo comunicador, que se torna – à luz das teorias de Bruner (2001) e Moscovici (2010) – um selecionador de filtros e representações sociais, um produtor de narrativas: um narrador. A narrativa brasileira, nesse contexto, só existe porque foi midiatizada por alguém, contada de alguma forma, com grande contribuição do comunicador

e dos meios de comunicação. A "interpretação narrativa da realidade", lembra-nos Jerome Bruner (2001), "é surpreendentemente difícil de se examinar", posto que "as realidades narrativizadas (...) são demasiadamente onipresentes, sua construção é demasiadamente habitual ou automática para ser acessível à fácil inspeção" (BRUNER, 2001. p. 139-140). Essa interpretação narrativa da realidade é o ofício diário do comunicador, criando ambientes que geram identidades e organizam o universo de acordo com determinado ponto de vista, ajudando na intermediação entre as micronarrativas e as metanarrativas nacionais.

Em qualquer exemplo de arte narrativa, segundo Robert Scholes e Robert Kellogg (1977), existem três pontos de vista: dos personagens, do narrador e da plateia (SCHOLES; KELLOGG, 1977). Nas narrativas nacionais, ainda que a historiografia tenda a separar apenas alguns protagonistas para contar a trajetória do país, personagens e plateia se confundem. Os brasileiros – para ficarmos em um exemplo doméstico – são, ao mesmo tempo, espectadores e criadores de nossa história, de nossa identidade. O ponto de vista do narrador – aqui, fundido com o de autor por uma opção metodológica – tem a função de contar aos protagonistas, agora transformados em leitores, a sua própria história. O leitor, no entanto, tem a mesma importância que o narrador, já que a narrativa não existe sem ele. "Assim como o leitor participa na produção dos significados do texto, o texto também molda o leitor"[111] (RIMMON-KENAN, 1983. p. 117).

Para dar sentido às interações entre os diversos pontos de vista da narrativa, no entanto, é necessário analisar como elas se estabelecem e identificar os canais de comunicação existentes entre a metanarrativa nacional, geralmente elaborada pelo governo, e as micronarrativas, produzidas por seus cidadãos. Um dos teóricos que mais contribuiu para desvendar a relação entre Estado e sociedade é Jürgen Habermas. Ao trazer o pensamento de Habermas para este trabalho, pretendemos entender melhor as interações citadas e o papel mediador da comunicação nessa inter-relação.

Segundo o filósofo alemão (HABERMAS, 2003), nas sociedades complexas, a "esfera pública" – uma espécie de espaço privilegiado para o debate dos assuntos públicos – é a intermediadora entre o Estado e a sociedade. Como produto dessa relação nasce a "opinião pública", entendida como uma força social que age para pressionar o governo na realização dos interesses coletivos. Essa opinião pública é, consequentemente, instrumento de pressão e de influência da população civil – e de suas micronarrativas – na construção das metanarrativas nacionais. A noção de opinião pública é, portanto, um dos pontos de tangência

[111] No original: *Just as the reader participates in the production of the text's meaning so the text shapes the reader.*

entre a micronarrativa e metanarrativa de país, tornando-se essencial para esclarecer os pontos defendidos neste trabalho.

Ainda de acordo com o pensamento de Habermas (2003), existem dois caminhos para a definição de um conceito de opinião pública. O primeiro envolve as interfaces entre sociedade e governo, demonstrando a relação entre micro e metanarrativa: a opinião pública refletiria as aspirações dos indivíduos; o governo as absorveria e as transmitiria para suas práticas públicas. O outro percurso proposto remete aos teóricos do liberalismo, ao afirmar que são os formadores de opinião – incluindo a imprensa e os comunicadores em geral – que influenciam um público passivo. Citando os liberais John Stuart Mill e Alexis de Tocqueville, Habermas novamente destaca o papel da mídia ao concluir que a evolução da esfera pública, ao contrário do que acreditavam os pensadores liberais, não resultou em uma soberania da opinião pública, mas apenas tornou o espaço público mais amplo, principalmente pela atuação dos meios de comunicação (HABERMAS, 2003), demonstrando o papel central do comunicador na formação das metanarrativas com abrangência nacional.

Podemos expandir as afirmações do filósofo frankfurtiano por meio de uma análise focada na realidade periférica em que vivemos, relativamente distante das práticas sociais presentes nas sociedades do centro do capitalismo, que foram as realidades analisadas por ele. Para Habermas (2003), algumas práticas democráticas – como a liberdade de expressão e de manifestação – são essenciais para a construção de uma opinião pública mais autônoma, ainda que dentro da lógica de dominação imposta pela sociedade de massas. No centro do sistema capitalista, sobretudo na Europa e Estados Unidos da América, tais liberdades são mais garantidas pelo Estado do que nos países periféricos ou emergentes. Dessa maneira, em locais como o Brasil, onde resquícios autoritários ainda resistem, mesmo que sob o amparo de instituições democráticas, o Estado está ainda mais distante de atender as aspirações sociais da coletividade, redobrando a importância – nem sempre saudável – do comunicador na intermediação entre sociedade e poder público.

Na ausência de uma sociedade civil mais autônoma, o espaço público é apropriado pela indústria de comunicação, que se torna a grande intermediadora entre as micronarrativas e as metanarrativas, incluindo as narrativas de país. Nelson Traquina, em seu livro “O Poder do Jornalismo” (2000), ressalta a importância da mídia nessa intermediação, ainda mais destacada pela popularização do digital após a virada do século: “Se os *media* não nos dizem nada acerca de um tópico ou de um acontecimento, então, na maioria dos casos, ele existirá apenas na nossa agenda pessoal ou no nosso espaço vivencial” (TRAQUINA, 2000. p. 21).

Cabe ao comunicador, portanto, dois papéis importantes dentro da construção da narrativa nacional: o de narrador, como agente que atribui sentidos e significados aos eventos narrados, que torna o tempo da narrativa "humanamente relevante", para utilizar o vocabulário de Jerome Bruner (2001, p. 129); e o de intermediário entre as micronarrativas e as metanarrativas, sendo elemento importante para desvendar a "intencionalidade do pensamento histórico" na narrativa, nas palavras de Paul Ricoeur[112] (1994, p. 134). O comunicador, em sua prática cotidiana, torna relevante – ou irrelevante – os mais diversos fatos, cria versões sobre os mesmos e produz narrativas que serão reproduzidas ou rechaçadas por seus públicos, que – de uma maneira ou de outra – serão afetados pela ação comunicativa. Esse agir do comunicador produz discursos que também criam e recriam os significados de nação e da narrativa nacional.

Papel da narrativa na contemporaneidade

Se, como afirma Jerome Bruner, "a interpretação da narrativa é profundamente afetada por circunstâncias culturais e históricas" (BRUNER, 2001. p. 131), vivemos um momento de potencialização da função social do comunicador. Isso se dá, sobretudo, pela popularização do uso da Internet e das redes sociais, já que a interpretação da narrativa exige, atualmente, uma compreensão do papel da comunicação e de seus protagonistas.

O jornalista americano James Gleick, em seu livro "A informação" (2013), contextualiza a importância da informação na formação de nossa sociedade, afirmando que, no longo prazo, "a História é a história da informação adquirindo consciência de si mesma" (GLEICK, 2013. p. 20). Gleick faz uma trajetória da informação desde a invenção da prensa de tipos móveis de Gutenberg, no século XVI, com destaque para a maneira como a informação vai dominando nossa vida cotidiana. Para ele, a todas as ciências de hoje são ciências que se baseiam na informação (por estarem sujeitas a mensagens, instruções e códigos), o que inclui a economia e as finanças.

Nesse contexto em que a informação se tornou *commodity*[113], reproduzida e vendida como qualquer outro produto, em quantidades cada vez maiores, caminhamos para um estado de saturação da informação parecido à Biblioteca de Babel de Borges, como descreve o

---

[112] Paul Ricoeur, em seu livro *Tempo e narrativa* (1994), não faz referência ao comunicador, mas fala no reestabelecimento de laços entre a história e a narrativa. Em nosso entendimento, o comunicador é um dos personagens chave na construção desse elo, justamente por auxiliar a desvendar a "intencionalidade do pensamento histórico".

[113] Segundo o *Dicionário Houaiss de língua portuguesa* (2009), "commodity" é "qualquer bem em estado bruto, ger. de origem agropecuária ou de extração mineral ou vegetal, produzido em larga escala mundial e com características físicas homogêneas, seja qual for a sua origem, ger. destinado ao comércio externo" ou ainda "qualquer produto produzido em massa" (p. 771).

próprio James Gleick (2013), o que levou a uma crise da narrativa. A biblioteca imaginária de Borges tem todos os livros, em todos os idiomas, o que causaria "extravagante felicidade" logo no início, mas – como diz o personagem de Borges no conto – "a certeza de que tudo está escrito nos anula" (2007, p. 42). Apesar de a biblioteca possuir toda a informação possível no mundo, "nenhum conhecimento pode ser descoberto nela, precisamente porque todo conhecimento está nela, arquivado nas prateleiras, lado a lado com toda a falsidade", explica James Gleick (2013, p. 282)[114].

Essa crise da narrativa foi prevista, ainda nos anos 1930, por Walter Benjamin, que descrevia um ambiente de excesso informacional em que "as experiências deixam de ser comunicáveis" (BENJAMIN, 1996, p. 200). Se não conseguimos expressar nossas experiências, a vida se torna um encadeamento de acontecimentos sem conexão, sem enredo: sem narrativa. O ser humano se transformaria em escravo da informação sem significado e, alienado, se tornaria apenas mais uma peça na engrenagem da história, como no filme "Tempos Modernos" (1936), de Charlie Chaplin. A crítica de Benjamin ao mundo que já tendia a se tornar informacional vai além: "se a arte da narrativa é hoje rara, a difusão da informação é decisivamente responsável por esse declínio" (BENJAMIN, 1996, p. 203).

> A informação só tem valor no momento em que é nova. Ela só vive nesse momento, precisa entregar-se inteiramente a ele e sem perda de tempo tem que se explicar nele. Muito diferente é a narrativa. Ela [a narrativa] não se entrega. Ela conserva suas forças e depois de muito tempo ainda é capaz de se desenvolver (BENJAMIN, 1996, p. 204).

Esse contraponto entre informação e narrativa é central para compreender a crise da narrativa em geral e, particularmente, a crise da narrativa de país, observada, sobretudo, nos anos 1990, após a queda do Muro de Berlin. Com o fim da União Soviética, o esforço de ambos os lados – capitalista e socialista – de contar sua versão dos acontecimentos não fazia mais sentido e, por outro lado, as metanarrativas totalizantes foram desacreditadas pela ascensão de novos atores sociais – os micropoderes de Naím (2013) – que reforçam a capacidade de ação do *contrapoder*, na concepção de Castells (2009). O declínio das narrativas que dominaram o século XX ganharam, ainda, o reforço do Neoliberalismo (e sua desregulamentação da economia) e da Internet, que ajudaram a fortalecer o mundo informacional e a enfraquecer a narrativa.

---

[114] Em seu livro "A Informação", James Gleick utiliza-se do conto "A Biblioteca de Babel", de Jorge Luis Borges (1941), para fazer uma alusão à perfeita saturação da informação.

As ideias de nação e nacionalismo – sem as quais, obviamente, não se pode falar de uma narrativa nacional – são, de certa maneira, consequências do mesmo movimento que gera a crise das narrativas. O uso do termo nação, com o sentido de Estado-nação, foi utilizado pela primeira vez no final do século XVIII, durante a Revolução Francesa de 1789, como dissemos anteriormente, mas só se consolidou no final do século XIX, quando a burguesia se fixa no poder e instrumentaliza o Estado-nação para legitimar sua nova posição social.

A lógica capitalista e o desenvolvimento da sociedade burguesa deturparam o propósito da razão iluminista – servir ao homem no combate à irracionalidade da barbárie e o conduzir ao esclarecimento, entendido como a racionalização do pensamento – ao restringi-la à lógica de mercado, racionalizando os meios de produção para atingir fins pouco racionais. A razão burguesa substituiu o homem pelo lucro como cerne de sua abstração, reduziu o esclarecimento à sua forma reificada e voltou-se para a otimização da produção, não para o bem-estar coletivo, o que colaborou para perpetuar relações desiguais de poder. A informação, inserida nesse contexto, também foi mercantilizada e submetida à lógica capitalista de produção, o que está no centro da crise da narrativa, como destaca Walter Benjamin (1996)

> Na realidade, esse processo, que expulsa gradualmente a narrativa da esfera do discurso vivo e ao mesmo tempo dá uma nova beleza ao que está desparecendo, tem se desenvolvido concomitantemente com toda uma evolução secular das forças produtivas. (...) Por outro lado, verificamos que com a consolidação da burguesia – da qual a imprensa, no alto capitalismo, é um dos instrumentos mais importantes – destacou-se uma forma de comunicação que, por mais antigas que fossem suas origens, nunca havia influenciado decisivamente a forma épica. Agora ela exerce essa influência. Ela é tão estranha à narrativa como o romance, mas é mais ameaçadora e, de resto, provoca uma crise no próprio romance. Essa nova forma de comunicação é a informação (BENJAMIN, 1996. p. 201-202).

Ao longo dos muitos anos de prevalência do modo de produção capitalista, a informação tornou-se cada vez mais um elemento estratégico e, potencializada pela rápida evolução das tecnologias de comunicação – sobretudo após a Segunda Guerra Mundial –, ocupou todos os espaços possíveis em nossa sociedade, inclusive os espaços narrativos. Para James Gleick, estaríamos vivendo em um mundo de "fadiga informacional" (2009, p. 19), com a produção de mais de 2 milhões de livros por ano, cerca de 145 bilhões de e-mails enviados diariamente e quase 4 bilhões de vídeos vistos todos os dias no Youtube[115]. "Quase nada do que acontece está a serviço da narrativa, e quase tudo está a serviço da informação", escreve Walter Benjamin em *O Narrador* (1996), texto publicado pela primeira vez em 1936,

[115] Os números estão, muito provavelmente, desatualizados, já que foram retirados do livro de Gleick, escrito em 2009.

o que revela seu aguçado senso crítico, em um momento em que a "fadiga informacional" estava longe de atingir os níveis atuais. Esse predomínio da informação sobre a narrativa também atinge o Estado, que perdeu, em parte, seu monopólio sobre a narrativa nacional no mundo neoliberal – com o conceito de Estado mínimo – e globalizado – que permite a ascensão de diversos discursos concorrentes.

Em um movimento dialético, o excesso de informações trouxe novamente a narrativa ao centro do debate. Jean-Pierre Dupuy, filósofo parisiense e historiador da cibernética, escreve que "o nosso é um mundo a respeito do qual fingimos ter mais e mais informação, mas que nos parece cada vez mais desprovido de significado" (GLEICK, 2009. p. 427). Perdidos em um mundo "desprovido de significado", podemos compreender que a informação, por si só, não produz conhecimento, posto que não há texto sem o contexto. A narrativa, ao construir um enredo para os fatos, contextualiza a informação e possibilita a apreensão de significados, organiza a realidade diante do excesso informacional, dá sentido às muitas informações desconexas do dia-a-dia e consegue produzir um sentido para a vida contemporânea no contexto da superexposição à informação. Isso é válido para as milhões de narrativas cotidianas e, também, para as metanarrativas, incluindo a narrativa de país e a narrativa da política externa desse país, ainda que o Estado não tenha papel tão decisivo sobre elas quanto em outros momentos da história.

A narrativa de país e a retomada da narrativa

Para a narrativa de país, a recuperação da narrativa como produtora de significados poderia possibilitar sua maior abertura para a assimilação das micronarrativas, ainda que isso não signifique sua real democratização.

As narrativas nacionais surgem, como dissemos anteriormente, em um momento em que a informação já começa a ameaçar as narrativas, e, por isso, foi, por muito tempo, espaço privilegiado daqueles que ocupavam o poder. As metanarrativas de país eram impermeáveis às micronarrativas que surgiam em sua base social e privilegiavam a manipulação do discurso para impor uma narrativa que pudesse legitimar e perpetuar a classe dominante no poder.

Esse monopólio do discurso é, atualmente, desafiado pelo que Moisés Naím (2013) chama de "micropoderes":

> Insurgentes, novos partidos políticos com propostas alternativas, jovens empresas inovadoras, hackers, ativistas sociais, novas mídias, massas sem líderes ou organização aparente que de repente tomam praças e avenidas para protestar contra seu governo ou contra personagens, carismáticos que parecem ter "surgido do nada" e conseguem entusiasmar milhões de

> seguidores ou crentes são apenas alguns dos exemplos dos muitos novos atores que estão fazendo tremer a velha ordem. Nem todos são respeitáveis ou dignos de elogios; mas cada um está contribuindo para a degradação do poder daqueles que até agora o detinham de maneira mais ou menos assegurada: os grandes exércitos, partidos políticos, sindicatos, conglomerados empresariais, igrejas ou canais de televisão. (NAÍM, 2013. p. 82)

Esse novo cenário político e social, no entanto, ainda não está plenamente incorporado às práticas de política pública voltadas para a metanarrativa nacional. A crise do poder analisada por Naím (2013) ainda tem influência reduzida – apesar de crescente – nas práticas de política pública, sobretudo nos conceitos de política externa e na metanarrativa de país, que tendem a ser conservadores.

Comunicação, política externa e legitimidade

O sistema de comunicação em um mundo moderno, seja ele de uma organização ou instituição, é responsável pela necessária troca de informações tanto entre os diversos setores que constituem o todo organizacional, como entre a organização e a sociedade, como define Kunsch (2003). Um bom sistema de comunicação, nessa perspectiva, é essencial para dar legitimidade à organização, criando um processo comunicacional interno em sintonia com o sistema social mais amplo – a sociedade.

Sob essa perspectiva, podemos entender a política externa como sendo uma estratégia de comunicação organizacional (ou institucional)[116], já que toda a atuação do ministério é derivada das linhas mestras dessa estratégia, definindo o meio de relacionamento entre a organização Itamaraty e seus diversos públicos, sejam eles internos – a população brasileira – ou externos – a comunidade de Estados. A comunicação institucional tem como objetivo afirmar a identidade e a imagem da organização (NOVELLI, 2009), justamente as funções cumpridas pela política externa dentro do contexto das relações exteriores de um país. Essa identidade institucional – ou corporativa – criada é manifestada na produção simbólica da instituição – nos discursos oficiais, ritos, hábitos, organização do poder etc. – e sua permanência no tempo confere maior legitimidade à organização (NOVELLI, 2009), já que essa identidade representa o conjunto de atributos, valores ou características que a instituição assume como próprios, definindo uma cultura organizacional.

---

[116] A ação de um país no cenário internacional não é, necessariamente, parte de uma estratégia de comunicação institucional, mas é sempre precedida de uma decisão estratégica de quais linhas e valores o país deve seguir. Nesse sentido, quando definimos a política externa como sendo uma estratégia de comunicação institucional do Brasil para as relações internacionais, tratamos mais de sua construção conceitual do que de sua prática cotidiana na interação com a comunidade de Estados.

Uma vez criada e estabelecida, a cultura de uma instituição tende a reproduzir-se no tempo e, com ela, a identidade corporativa. “Sua sedimentação [da cultura organizacional] está ligada ao processo de conhecimento e relacionamento por intermédio da construção de significados”, escreve Marchiori (2009, p. 16). Uma instituição sólida como o Itamaraty, que teve independência em relação ao jogo de poder da política nacional ao longo dos anos, conseguiu estabelecer uma cultura e uma identidade organizacionais bastante coerentes, o que reflete também na maneira como o público vê a instituição. Afinal, a imagem corporativa é uma representação, uma estrutura mental que os públicos elaboram a partir de informações e visões com as quais identificam, diferenciam e valorizam a organização (CAPRIOTTI, 2004).

Para reproduzir-se no tempo, entretanto, essa cultura depende de um sistema de comunicação eficiente e que tenha legitimidade perante seu público. A dimensão da comunicação é estratégica para uma organização, porque ela envolve, afeta e constrói a realidade de uma organização (MARCHIORI, 2009). Em uma democracia moderna, com uma grande diversidade de instituições, “a comunicação institucional pode colaborar para a criação desse vínculo, bem como valorizar a política da instituição, que compreende sua missão, as estruturas para viabilizar a realização da missão e da identidade da instituição”, como escreve Novelli (2009, p. 497).

A criação de uma identidade e uma cultura organizacional precisa, no entanto, estar conectada com o objetivo último da instituição pública para garantir a consolidação de sua legitimidade perante o público interno. Se a instituição pública tem como função social a busca do interesse coletivo, sua cultura e sua estratégia de comunicação também devem ter essa busca como norte de seus objetivos. Sendo assim, a estratégia de comunicação do Itamaraty – a política externa – pode ser enquadrada dentro do que se convencionou chamar de comunicação pública. Apesar de não haver um consenso quanto à sua definição exata, há certa unanimidade em apontar que estratégias de comunicação que tenham como objetivo final o bem-estar coletivo, no sentido de interesse público, são parte da comunicação pública.

Segundo Jorge Duarte (2011), por exemplo, fazer comunicação pública é assumir uma perspectiva cidadã na comunicação, envolvendo o interesse coletivo, com o objetivo de atendimento do interesse público e da sociedade, representado pelo cidadão. Essa visão é corroborada pela definição da professora Margarida Kunsch (2011), para quem a comunicação pública é entendida na vinculação com o interesse público, na teoria e na prática, de forma a construir uma rede simbolicamente constituída por temas relevantes para o interesse público.

A ligação entre política externa e interesse público está, portanto, na própria cultura organizacional do Itamaraty e, por isso, deve permear as relações entre o ministério e o público ao qual ele presta seus serviços, o povo brasileiro.

> É preciso conexão entre cultura, prática social e os aspectos emocionais que conduzem a vida das pessoas nas organizações. É preciso existir um entendimento, uma visão que o indivíduo compartilhe para que ele possa encontrar sentido em sua trajetória organizacional (MARCHIORI, 2009, p. 295).

Conhecer esse público e incorporá-lo em suas estratégias de comunicação é essencial para assegurar algum espaço de identidade e, com isso, possibilidades de alcance do retorno esperado (IASBECK, 2009), caminhando para o cumprimento de sua função social como instituição pública de forma ampla. Apesar de ser uma instituição historicamente elitizada, com o corpo diplomático longe de refletir a heterogeneidade da população brasileira, a longa preparação de seus funcionários de carreira inclui o estudo da formação social brasileira, com aprofundamento em alguns autores que buscaram compreender como e por que, em sentido amplo e totalizante, foram produzidos os sentidos que definem a representação cultural do Brasil: os chamados *Intérpretes do Brasil*. Todos esses autores trabalharam, de alguma forma, o tema da formação do Brasil e, pela importância que adquiriram na literatura nacional, conseguiram demonstrar a relevância desse tema para a compreensão do brasileiro para além de suas particularidades regionais.

Incluir o estudo desses autores na formação do diplomata é uma forma de tornar o discurso institucional mais reconhecido e identificável por seu público, criando uma espécie de identidade compartilhada e, como afirma Iasbeck (2009), “só há identidade quando a imagem convive harmoniosamente com as intenções estratégicas do discurso institucional” (p. 28).

Essas “experiências comuns e incomuns, os valores, os sonhos e as crenças”, citadas por Iasbeck (2009, p. 26), são construídos por uma política de integração da cultura nacional na cultura institucional, realizada no dia-a-dia laboral, tendo a satisfação do interesse público como meta final de sua estratégia. Para o campo da comunicação, esse é um dos principais diferenciais do setor público: o cidadão é entendido como um receptor ambivalente (NOVELLI, 2009). A população é quem elege seus dirigentes e é contribuinte de seu orçamento, deixando de desempenhar o papel apenas de cliente do serviço público e assumindo uma perspectiva cidadã. Dessa forma, incorporar traços de uma identidade coletiva à política externa brasileira é uma forma de aproximar essa política com seu público e, assim, ter maior legitimidade.

A comunicação – escreve Carla Brotto (2005) – "é um processo circular, em que emissor e receptor participam de modo paritário, através de fases alternadas de expressão e de escuta de mensagens" (p. 16), o que reforça o papel do público em sua formação. Assim, incorporar os valores da esfera pública é função do Estado representativo, e absorver traços da metanarrativa da identidade coletiva na estratégia de comunicação do Ministério das Relações Exteriores é parte do processo de legitimação, em termos habermasianos, para o exercício de dominação do Estado. "O processo de legitimação, núcleo da teoria política de Habermas, é a chave para permitir ao Estado estabilizar o exercício de sua dominação"[117], como argumenta Castells (2009, p. 35, tradução nossa). A legitimação depende, nos Estados democráticos, do consentimento obtido mediante a constituição de um significado compartilhado entre instituição pública e comunidade cultural.

Enquanto regime político sustentado pelo consentimento, a democracia requer que as decisões políticas sejam constantemente justificadas pelo governo, a fim que elas recebam algum tipo de aprovação da sociedade para que possam ser implementadas. Por sua vez, a opinião pública, tal como concebida atualmente, sempre esteve associada ao desenvolvimento de um regime de governo democrático, em que este, para se legitimar, busca o apoio e consentimento da sociedade (NOVELLI, 2009).

O papel da comunicação institucional em âmbito nacional, nesse cenário, é justamente conectar as políticas de Estado e opinião pública, como forma de propiciar um espaço compartilhado de interesses e valores. Esse espaço compartilhado na política externa brasileira, entendida como uma estratégia de comunicação pública, é exatamente onde os valores e representações que definem a identidade coletiva do país são compartilhados entre instituição e esfera pública ou, dito de forma mais apropriada, é o espaço onde os valores e representações da identidade nacional – nos termos apresentados no Capítulo 2 – são absorvidos pela política externa brasileira.

Dessa maneira, entender a política externa como uma estratégia de comunicação pública, que absorve traços de identidade para legitimar o exercício de seu poder institucional dentro de uma sociedade democrática, revela-se como passo importante para compreender as inter-relações entre poder público e sociedade, mesmo que delimitado ao campo das relações internacionais.

---

[117] No original: *El processo de legitimación, el núcleo de la teoria política de Habermas, es la clave para permitir al estado estabilizar el ejercicio de su dominación.*

ANEXO A – ÍNTEGRA DO DISCURSO NA FORMATURA DO CURSO DE FORMAÇÃO DO INSTITUTO RIO BRANCO, PRONUNCIADO PELO MINISTRO CELSO AMORIM NO PALÁCIO DO ITAMARATY, EM BRASÍLIA, NO DIA 18 DE SETEMBRO DE 2003

Embaixador João Almino, Diretor do Instituto Rio Branco,
Ministro Marcos Galvão, Paraninfo da Turma Sérgio Vieira de Mello,
Secretário Paulo Gustavo de Sant'Ana, Orador da Turma,
Senhores diplomatas,
Jovens formandos,
Quero, antes de mais nada, registrar o orgulho dos funcionários desta Casa, e meu próprio, em trabalharmos sob o comando de um Presidente que, em poucos meses de Governo, soube imprimir um dinamismo sem precedentes à política externa brasileira.
O respeito que desperta o Governo do Presidente Lula no cenário internacional é um fato que dispensa elaboração e decorre, sobretudo, das atitudes firmes assumidas no plano interno: no combate à fome e à pobreza, na administração responsável da República, no aperfeiçoamento de nosso convívio democrático.
Mas para nós, no Itamaraty, é fundamental traduzir este capital de credibilidade em capacidade de iniciativa e liderança no plano das relações bilaterais, regionais, multilaterais.
Na realidade o mundo padece, hoje, de um déficit de lideranças que expressem, com clareza e sinceridade de propósitos, a necessidade de uma ordem global mais justa e solidária.
São grandes as expectativas internacionais em relação ao nosso Presidente. Sua lucidez e sua vocação democrática, o tornam presença obrigatória nos debates sobre os mais prementes problemas mundiais. Para o Itamaraty e seus funcionários, isto significa que não há lugar para ceticismo quanto à nossa capacidade de defendermos nossos interesses e de influirmos na promoção do desenvolvimento e da paz.

Senhores e Senhoras,
Jovens Formandos,
O homenageado pela turma, que se forma hoje, permanecerá uma fonte de inspiração para todos os que, como nós, acreditam na diplomacia e na paz: Sérgio Vieira de Mello, de quem me orgulho de ter sido amigo pessoal, é exemplo de dedicação aos desvalidos, sensibilidade política, coragem, capacidade de análise e de comunicação. Foram mais de 30 anos de serviço às Nações Unidas, em missões de grande complexidade e alto risco. Seu trágico

desaparecimento ocorre em um contexto preocupante de crise do multilateralismo. Mas seus esforços não terão sido em vão, se todos aqueles que compartilham sua visão de um mundo mais solidário perseverarem na defesa dos ideais de paz e de cooperação, que o inspiraram.

A direção que o Presidente Lula tem imprimido à atuação externa do Brasil define-se pela defesa de nossos interesses como nação, ao mesmo tempo que reafirma nossa vocação humanista, e nosso propósito universalista.

Buscamos ampliar nossa presença em todas as frentes de atuação externa, a partir da ênfase na integração da América do Sul. Neste espírito, aperfeiçoamos nosso relacionamento com parceiros tradicionais também do mundo desenvolvido, e construímos novas e promissoras parcerias com o mundo em desenvolvimento.

Precisamos de instituições multilaterais revigoradas. O Brasil tem muito a contribuir para assegurar que o processo internacional de tomada de decisões seja mais aberto, transparente e democrático – em uma palavra, legítimo.

A preservação e fortalecimento dos sistemas multilaterais de comércio, de segurança coletiva, de cooperação em todos os campos, constitui um dos grandes desafios do momento presente.

O comércio internacional é, sem dúvida uma via potencial para o desenvolvimento e para a melhor distribuição de riqueza. Mas para que isto ocorra efetivamente é necessário trabalharmos por condições equitativas de troca. Não podemos aceitar regras feitas sob medida para os países ricos, ou que consagram subsídios escandalosos e outras barreiras injustificáveis aos nossos produtos. É por isso que o Brasil se envolve com tanta determinação na melhoria das disciplinas que regem o comércio, na abertura de mercados e na preservação de um espaço de autonomia para a adoção de políticas industriais, científicas, sociais e ambientais.

Acabo de regressar da V Conferência Ministerial da OMC, onde defendemos a eliminação dos absurdos subsídios dos países ricos, que chegam a quase US$ 1 bilhão por dia, na área agrícola. Independentemente das análises que venham a ser feitas sobre a reunião de Cancún, pode-se afirmar, desde já, que ela marca um ponto de inflexão na dinâmica interna da Organização – onde, tradicionalmente, o que era decidido pelas grandes potências comerciais era visto como o consenso inevitável. Graças a um esforço conjunto de 22 países em desenvolvimento, coordenados pelo Brasil, do qual participaram países grandes e pequenos de três continentes, as postulações da maior parte da humanidade não puderam ser ignoradas.

Apesar da ausência de resultados imediatos, vejo a reunião de Cancún menos com um fim do que como o começo de uma nova etapa na vida da OMC, em que as negociações se processarão de maneira mais equilibrada e menos unilateral.

Na ALCA, e após ampla consulta interna, fui instruído pelo Presidente Lula a explorar os contornos de uma “ALCA possível”, capaz de conciliar nossas prioridades com os interesses dos diferentes participantes; uma ALCA que não sofra dos mesmos problemas que impediram Cancún de chegar a uma conclusão exitosa.

Com a União Europeia, o MERCOSUL está empenhado em levar a bom termo a negociação de um acordo de liberalização comercial, que contribuirá para mantermos uma saudável “multipolaridade” em nosso intercâmbio com o mundo desenvolvido.

Meus queridos formandos,

Em alguns meses, o Brasil retorna ao CSNU, na condição de membro não permanente. Será esta a nona vez que participaremos das atividades do órgão incumbido de preservar a paz e segurança internacional.

O momento é crítico e nos impõe responsabilidades políticas e morais. No Iraque, episódios cotidianos de violência indiscriminada e tensões crescentes entre as diferentes comunidades, demonstram que o processo de reconstrução institucional e física só avançará sobre novas bases, com as Nações Unidas exercendo um papel central. No Oriente Médio vemos, a cada dia, dificuldades crescentes para o restabelecimento do diálogo para a promoção da paz.

O papel do Conselho de Segurança na autorização da força é condição essencial para que intervenções militares – sempre um recurso extremo – sejam legítimas.

Sabemos, há vários anos, que a estrutura e os métodos de trabalho do Conselho, bem como seus instrumentos de ação, já não satisfazem a comunidade internacional. Como mencionado por Paulo Gustavo, orador da turma, cabe promover as reformas necessárias, com um sentido de urgência. Defendemos a ampliação do Conselho de Segurança nas categorias de membro permanente e não permanente. Nesse contexto, o Brasil tem recebido manifestações de apoio que muito nos honram. Mas, obviamente, as reformas não se esgotam aí. A questão de como lidar com o veto segue sendo um desafio. As relações entre os órgãos principais das Nações Unidas devem ser revistas e aprimoradas.

Não poderia dirigir-me aos jovens diplomatas sem dedicar atenção especial à prioridade de nossa política externa, que é a integração da América do Sul. Estamos falando de povos que enfrentam problemas comuns, e que compartilham anseios semelhantes.

Nas várias conversas com lideranças dos países da região, temos verificado um forte empenho de trabalharmos em harmonia pela integração física e pelo progresso econômico, social e político de cada um de nossos países – e do Continente como um todo.

Juntos, os 12 países sul-americanos constituirão um polo de atração de investimentos e um mercado suficientemente amplo para dinamizar nossa interação com outros países da própria América Latina, com os quais mantemos a mesma vinculação histórica, e com outras regiões. Unidos, os países da América do Sul terão melhores condições de defender seus interesses junto a outros blocos e interlocutores. Coordenados, poderão enfrentar desafios que ultrapassam fronteiras e consolidar a região como uma zona de paz, cooperação, democracia e desenvolvimento.

O processo de integração sul-americana avança. A pedra angular deste processo é nossa relação com a Argentina e o fortalecimento institucional do MERCOSUL. Com o Peru o bloco acaba de assinar um acordo de alcance histórico. Antecipo, com confiança, a conclusão das negociações com a Comunidade Andina. Mais do que isto, acredito que estão sendo criadas as condições para o surgimento de uma "Comunidade Sul-Americana de Nações" – na expressão do Presidente Alejandro Toledo.

Progridem, igualmente, as negociações do MERCOSUL com a União Aduaneira Sul-Africana (SACU), com a Índia, com a China, o que alarga as nossas parcerias com os grandes países do Sul. Buscaremos, também, aprofundar o nosso relacionamento com a Rússia, ao mesmo tempo que continuamos a cuidar, com a atenção devida, do nosso relacionamento com os EUA e a Europa Ocidental. As viagens do Presidente da República a vários destes países testemunham esta prioridade.

Em novembro, o Presidente Lula estará visitando 5 países da África. Precisamos estabelecer com a África um padrão de relacionamento à altura da contribuição que a África nos deu para a formação da identidade brasileira. De minha parte, comecei a preparar o terreno com uma visita à África Austral, no último mês de maio, em que identifiquei as principais áreas de cooperação, e onde essa cooperação pode ser intensificada ou implantada.

Para dezembro está sendo planejada uma viagem do Presidente a seis países do mundo árabe. O objetivo é reforçar as relações com uma região onde são promissoras as perspectivas de cooperação econômica e comercial, e à qual nos unem também vínculos sanguíneos e de afinidades.

Juntamente com nossos vizinhos sul-americanos, pretendemos receber em 2004 os líderes do mundo árabe para uma cúpula voltada para a exploração de nossas complementaridades.

O recém-instituído Foro Trilateral, que reúne África do Sul, Índia e Brasil – países de peso semelhante em suas respectivas regiões, e também três grandes democracias – reflete nossa vontade de estreitamento de relações, nos planos político, econômico, cultural e científico-tecnológico, com países que partilham percepções e estruturas parecidas. Dentro de poucos

dias, o Presidente manterá encontro de trabalho com seus homólogos sul-africano e indiano, à margem da Assembleia Geral da ONU.

Senhores e Senhoras, jovens colegas,

O Instituto Rio Branco, sob a competente direção do Embaixador João Almino, vem-se modernizando e democratizando, sem perder a sua principal marca que é a da excelência acadêmica na formação de diplomatas. Me alegra ver que continuamos a acolher estudantes de outros países.

Queridos amigos,

Na medida em que a integração da América do Sul constitui o foco central de nossa ação externa, devemos nos aparelhar para que a importância atribuída à aproximação com nossos vizinhos se materialize em iniciativas e realizações concretas.

Com este fim, criamos uma Subsecretaria para tratar das questões relativas ao Continente sul-americano de forma abrangente. A mesma lógica determinou o aumento da lotação de nossas Embaixadas junto aos países da região.

Olhando mais além, criamos (ou deveria dizer, recriamos) um Departamento para tratar das relações com a África, de modo a dedicarmos uma atenção mais especializada a uma região chave na formação cultural do Brasil. O Oriente Médio passou a beneficiar-se também de um Departamento próprio, facilitando a aproximação política e econômica desta região – a um tempo conturbada, mas de grande potencial – com o Brasil.

Senhor Diretor do Rio Branco

Jovens colegas,

Queremos incentivar as vocações para o tratamento de determinados temas ou regiões, e estimular o aprendizado de idiomas em que é reduzida nossa proficiência, como o chinês, o russo, o árabe, entre outros.

Como costuma afirmar o Secretário-Geral, Embaixador Samuel Pinheiro Guimarães, precisamos desenvolver canais diretos de comunicação entre o Brasil e culturas que nos acostumamos a conhecer e estudar apenas pelo prisma de terceiros.

Queremos imprimir a nossas circunstâncias de trabalho a perspectiva humanista do Governo, em particular, combatendo a discriminação racial e de gênero. Registro com satisfação o aumento expressivo do número de candidatos à bolsa de estudos para afrodescendentes, que

se aproxima de 1700. Aumentamos o número das bolsas concedidas, ainda modestamente, de 20 para 30 e o valor da bolsa, propiciando aos candidatos melhores condições de estudo.

Com especial satisfação, estarei empossando, em breve, a Embaixadora Vera Pedrosa no cargo de Subsecretária de Assuntos Políticos. Embora esta indicação se deva exclusivamente a suas qualidades profissionais, seu talento e seu patriotismo, não deixa de ser motivo de alegria, o fato de uma mulher assumir tão alta posição em nossa hierarquia.

Tenho presente, em função de minha própria experiência como diplomata, as vicissitudes e os sacrifícios emocionais relacionados aos permanentes deslocamentos a que somos sujeitos por dever de ofício. Faria minhas as palavras do paraninfo da turma. Preocupa-me, especialmente, a educação dos filhos do diplomata, no exterior, e os pesados encargos financeiros que muitas vezes acarreta. O assunto requer exame detido, com vistas à formulação de medidas práticas, que – em uma primeira fase – talvez pudessem ser estendidos aos que servem em postos onde as oportunidades de acesso a uma educação universal de nível adequado sejam menores.

Antes de concluir, permitam-me uma breve digressão sobre as cobranças de "realismo" que surgirão inevitavelmente ao longo de suas carreiras, em diferentes contextos e situações. Parto do princípio de que os indivíduos sem um sentido desenvolvido da realidade não se interessam nem pela política nem pelas relações internacionais. Mas devemos ter presente que o conceito de realismo em diplomacia, como na política, se presta a variadas manipulações. Contrariamente ao que sustentam alguns, ser realista não é aceitar a inevitabilidade da predominância dos mais poderosos. A arte de negociar é precisamente a de extrair soluções do embate entre diferentes ambições e percepções da realidade – de preferência, em um ambiente de boa fé e de aceitação das regras mutuamente acordadas. O que não podemos fazer é – em nome de um pretenso realismo – nos dobrarmos às ambições alheias sem lutarmos pelas nossas.

Para um País como o Brasil, participar da ação diplomática não pode ser visto como um simples emprego. Sob o comando do Presidente Lula, a política externa brasileira se desenvolve como se o relógio de nossa História se tivesse acelerado.

Precisamos do melhor do que cada um é capaz de dar, em nosso esforço coletivo pela defesa de interesses nacionais e pela afirmação de valores universais.

Fazemos parte de um projeto nacional que busca erradicar a fome, a miséria, o analfabetismo, melhorar as condições de saúde do nosso povo e promover o pleno emprego, em ambiente de democracia e de pleno respeito aos direitos humanos.

Fazemos parte de um Continente, a América do Sul, irmanado na busca da modernidade pela integração.

O Brasil precisa da dedicação dos jovens como vocês para evitar que as injustiças se perpetuem, e que a diplomacia seja esvaziada pelos argumentos que privilegiam a força sobre a moral.

Confesso que fiquei emocionado, ontem, ao receber um grupo de jovens da União Nacional dos Estudantes (talvez em função de uma certa nostalgia que o Professor Marco Aurélio compreenderá), que veio prestar homenagem à ação brasileira em Cancún e trazer sua mensagem sobre outros temas da agenda internacional. Senti aí que a generosidade natural da juventude faz com que se volte também agora para temas que antes pareciam confinados às mesas dos especialistas. Independentemente da concordância, ou não, integral com todos os pontos, vi na iniciativa o sinal de um renovado interesse pelas questões da política externa. Estou certo que a esta generosidade e interesse, os nossos jovens diplomatas saberão juntar os conhecimentos, o talento e a dedicação, que, somado ao patriotismo, definem a competência profissional.

Parabéns a vocês, a seus pais e demais familiares e muitas felicidades!

ANEXO B – ÍNTEGRA DO DISCURSO NA FORMATURA DO CURSO DE FORMAÇÃO DO INSTITUTO RIO BRANCO, PRONUNCIADO PELO PRESIDENTE LULA NO PALÁCIO DO ITAMARATY, EM BRASÍLIA, NO DIA 18 DE SETEMBRO DE 2003

É com grande alegria que venho à Casa de Rio Branco. Desta vez, não para receber mandatários estrangeiros, mas para dirigir-me a uma categoria de servidores públicos que se sobressai por seu profissionalismo e por sua dedicação ao Brasil.

Sinto-me feliz em poder estar entre estes jovens que hoje se formam. Quero transmitir-lhes minhas felicitações e, sobretudo, uma mensagem de estímulo.

Vocês ingressam na carreira diplomática em um momento de mudanças, em que o Brasil se afirma com crescente desenvoltura e confiança perante o mundo. Vivemos em uma sociedade que encara seus problemas com coragem e valoriza a democracia e a liberdade de expressão. Ao jovem diplomata não faltam razões para se sentir motivado e acreditar em um futuro melhor para o Brasil e para a região sul-americana.

Ao mesmo tempo, é preciso que lutemos por um sistema internacional mais justo. É preciso que cobremos mais sensibilidade para a situação dos carentes, processos decisórios mais democráticos, regimes comerciais mais equitativos, maior respeito pelo Direito Internacional. Ao fazê-lo, estaremos defendendo nossos próprios interesses e um mundo mais propício à paz e ao desenvolvimento.

Desde meus primeiros dias de governo preocupei-me em sinalizar nossa abertura ao diálogo com interlocutores de todos os quadrantes. Foi essa a minha intenção ao levar ao Fórum Econômico de Davos as preocupações do Fórum Social de Porto Alegre. Será esse o espírito que permanecerá, que permeará o discurso com que abrirei o debate geral da Assembleia Geral das Nações Unidas. É esta a marca do meu governo e a vocação do Brasil.

Cabe ao Itamaraty, na execução da política externa brasileira, representar e defender os interesses de um país que busca os mesmos objetivos, nos planos nacional e internacional.

O fortalecimento das formas democráticas de concertação política, o crescimento econômico com justiça social e a melhoria das condições de vida dos menos favorecidos. Internamente, é este o caminho para o desenvolvimento sustentável. Nas relações internacionais é esta a via que conduz à paz duradoura.

Caberá a vocês, sob a orientação do ministro das Relações Exteriores, trabalhar pela integração da América do Sul e estreitar laços de cooperação com a África e com o Oriente

Médio, com interlocutores do mundo desenvolvido e em desenvolvimento que compartilham nossos valores e objetivos.

A postura firme e objetiva que mantivemos na recém-finda reunião da OMC, em Cancún, demonstra que o Brasil dispõe de uma capacidade de articulação talvez única, que nos permite lutar por nossos interesses, somando forças com clareza e objetivos e sem confrontações.

Alegra-me constatar que o Ministério das Relações Exteriores e os diplomatas brasileiros interagem, cada vez mais, com outras instâncias governamentais e com a sociedade civil.

Vejo, com satisfação, que o ministro Celso Amorim e outros diplomatas comparecem sistematicamente ao Congresso, para contatos regulares sobre questões que despertem especial interesse, como a integração da América do Sul, a ALCA, o Iraque.

Multiplicam-se os fóruns de debate sobre a diplomacia e a política externa. Hoje, os brasileiros e brasileiras se dão conta de que a maioria dos temas da agenda internacional repercutem diretamente sobre suas vidas. Vemos, ao mesmo tempo, que há um grande interesse, em outros países, pelo momento de transformações pelo qual passamos. Isso só aumenta a responsabilidade dos diplomatas e do Itamaraty, como intermediários privilegiados entre o Brasil e o resto do mundo.

Parabenizo, enfim, os jovens formandos, pela escolha de Sérgio Vieira de Mello como seu patrono. Ainda sob o impacto do ato brutal que lhe retirou a vida, é difícil não nos emocionarmos com a lembrança de um nome que soube aliar, de forma tão brilhante, a força da razão e o engajamento a favor dos mais vulneráveis. Impossível não nos sensibilizarmos ante a obra de tão destacado funcionário da ONU, que associou o nome do Brasil à luta pela paz e às mais nobres formas de cooperação entre as nações. Que a memória de Sérgio Vieira de Mello preserve na turma que se forma hoje os ideais que inspiraram o seu trabalho político e humanitário, sua compaixão, sua tenacidade e sua alma, a um só tempo universal e profundamente brasileira.

Eu quero terminar dizendo, se posso assim chamar, às meninas e aos meninos que se formaram, que o mundo que espera vocês é um mundo, eu diria, de mais paz, mas, ao mesmo tempo, mais conturbado do ponto de vista da exigência com que vocês serão cobrados daqui para a frente.

O Brasil é um país por demais importante e muitas vezes não fomos mais importantes porque, muitas vezes, não nos demos importância. O governo tem a decisão política de fazer com que o país utilize todo o seu potencial de ousadia, todo o seu potencial de política externa, para inserir o Brasil no mundo como um país grande, um país que gosta de respeitar e, ao mesmo tempo, um país que quer ser respeitado. Não aceitamos mais participar de política

internacional como se fôssemos os coitadinhos da América Latina, um paisinho do terceiro mundo, um paisinho que tem criança de rua, um paisinho que só sabe jogar futebol e pular carnaval. Este país tem criança de rua, tem carnaval, tem futebol, mas este país tem muito mais do que isto. Este país tem grandeza, tem intelectuais, tem cientistas, tem trabalhadores, tem governantes, tem políticos, tem diplomatas, tem tudo para se igualar a qualquer país do mundo. E disto nós não abrimos mão.

Eu tenho dito em todos os lugares: não existe na face da Terra nenhum interlocutor que respeite um outro interlocutor se um deles estiver de cabeça baixa, se um deles agir de forma subalterna. Nós respeitamos todo mundo, desde um país pequeno, como o Paraguai, a um país grande, como os Estados Unidos. Queremos tratar os dois em igualdade de condições e queremos ser tratados pelos dois em igualdade de condições. Por isso, eu disse que vocês vão ser muito mais exigidos porque, daqui para a frente, vocês vão perceber que 24 horas por dia é muito pouco para um diplomata que se formou no Rio Branco. É muito pouco para quem quer, dignamente, representar os interesses do Brasil.

E, hoje, mais do que nunca – sem demérito a nenhuma pessoa –, hoje, mais do que nunca, o Brasil cresceu no conceito mundial. O Brasil tem uma respeitabilidade muito maior. E eu acho que, a partir do que aconteceu em Cancún, vocês vão perceber que serão olhados com muito mais interesse mas, ao mesmo tempo, com muito mais cobrança pelos nossos interlocutores de outros países, do que nós fomos até agora.

Nós mandamos para Cancún uma seleção, liderada pelo companheiro Celso Amorim, que tinha o Roberto Rodrigues, o Furlan, o Ministro do Desenvolvimento Agrário, a Ministra do Meio Ambiente – representada pelo companheiro do Ministério, e 12 deputados, porque nós não fazemos política para nós, individualmente. Fazemos política para este país. Portanto, as pessoas têm que participar, para assumirem o compromisso.

Eu quero que vocês, meninos e meninas que se formaram hoje, quando tiverem alguma dúvida na carreira diplomática de vocês, lembrem-se do homem que era Ministro das Relações Exteriores quando vocês se formaram.

Eu quero fazer um brinde aos formandos mas, sobretudo, quero fazer um brinde à competência que o Celso Amorim tem demonstrado à frente do Ministério.

ANEXO C – ÍNTEGRA DO DISCURSO DE ABERTURA DA 58ª SESSÃO DA ASSEMBLEIA GERAL DA ONU, PRONUNCIADO PELO PRESIDENTE LULA EM NOVA IORQUE (EUA), NO DIA 23 DE SETEMBRO DE 2003

Que minhas primeiras palavras diante deste Parlamento Mundial sejam de confiança na capacidade humana de vencer desafios e evoluir para formas superiores de convivência no interior das nações e no plano internacional.

Em nome do povo brasileiro, reafirmo nossa crença nas Nações Unidas. Seu papel na promoção da paz e da justiça permanece insubstituível.

Rendo homenagem ao secretário-geral, Kofi Annan, por sua liderança na defesa de um mundo irmanado pelo respeito ao direito internacional e à solidariedade entre as nações.

Esta Assembleia se instala sob o impacto do brutal atentado à Missão da ONU em Bagdá que vitimou o Alto Comissário para Direitos Humanos, nosso compatriota Sérgio Vieira de Mello. A reconhecida competência de Sérgio nutria-se das únicas armas em que sempre acreditou: o diálogo, a persuasão, a atenção prioritária aos mais vulneráveis. Exerceu, em nome das Nações Unidas, o humanismo tolerante, pacífico e corajoso que espelha a alma libertária do Brasil. Que o sacrifício de Sérgio e de seus colegas não seja em vão. A melhor forma de honrar sua memória é redobrar a defesa da dignidade humana onde quer que ela esteja ameaçada.

Saúdo fraternalmente o senhor Julian Hunte, que assume a Presidência desta Assembleia em momento especialmente grave na história da ONU. A comunidade internacional está diante de enormes desafios políticos, econômicos e sociais, que exigem esforço acelerado de reforma da Organização, para que nossas decisões e ações coletivas passem a ser de fato respeitadas e eficazes.

Senhoras e Senhores,

Nesses nove meses como Presidente do Brasil, tenho dialogado com líderes de todos os continentes. Percebo nos meus interlocutores forte preocupação com a defesa e o fortalecimento do multilateralismo. O aperfeiçoamento do sistema multilateral é a contraparte necessária do convívio democrático no interior das nações. Toda nação comprometida com a democracia, no plano interno, deve zelar para que, também no plano externo, os processos decisórios sejam transparentes, legítimos, representativos.

As tragédias do Iraque e do Oriente Médio só encontrarão solução num quadro multilateral, em que a ONU tenha um papel central. No Iraque, o clima de insegurança e as tensões

crescentes tornam ainda mais complexo o processo de reconstrução nacional. A superação desse impasse somente poderá ser assegurada a partir da liderança da ONU, não apenas no restabelecimento de condições aceitáveis de segurança, mas também na condução do processo político, com vistas à restauração plena da soberania iraquiana no mais breve prazo.

Não podemos fugir às nossas responsabilidades coletivas. Pode-se, talvez, vencer uma guerra isoladamente. Mas não se pode construir a paz duradoura sem o concurso de todos.

Senhor Presidente,

Dois anos depois, ainda estão vivas em nossa memória as imagens do bárbaro atentado de 11 de setembro. Existe, hoje, louvável disposição de adotar formas mais efetivas de combate ao terrorismo, às armas de destruição em massa, ao crime organizado. Constata-se, no entanto, preocupante tendência de desacreditar a nossa Organização e até mesmo de desinvestir a ONU de sua autoridade política.

Sobre esse ponto não deve haver qualquer ambiguidade. A ONU não foi concebida para remover os escombros dos conflitos que ela não pôde evitar – por mais valioso que seja o seu trabalho humanitário. Nossa tarefa central é preservar os povos do flagelo da guerra e buscar soluções negociadas com base nos princípios da Carta de São Francisco.

Não podemos confiar mais na ação militar do que nas instituições que criamos com a visão da história e a luz da razão.

A reforma da ONU tornou-se um imperativo diante do risco de retrocesso no ordenamento político internacional. É preciso que o Conselho de Segurança esteja plenamente equipado para enfrentar crises e lidar com as ameaças à paz. Isso exige que seja dotado de instrumentos eficazes de ação.

É indispensável que as decisões deste Conselho gozem de legitimidade junto à Comunidade de Nações como um todo. Para isso, sua composição – especial no que se refere aos membros permanentes – pode ser a mesma de quando a ONU foi criada há quase 60 anos.

Não podemos ignorar as mudanças que se processaram no mundo, sobretudo a emergência de países em desenvolvimento como atores importantes no cenário internacional, muitas vezes exercendo papel crucial na busca de soluções pacíficas e equilibradas para os conflitos.

O Brasil está pronto a dar a sua contribuição, não para defender uma concepção exclusivista da segurança internacional, mas para refletir as percepções e os anseios de um continente que hoje se distingue pela convivência harmoniosa e constitui um fator de estabilidade mundial. O apoio que temos recebido, na América do Sul e fora dela, nos estimula a persistir na defesa de um Conselho de Segurança adequado à realidade contemporânea.

É fundamental, igualmente, devolver ao Conselho Econômico e Social o papel que lhe foi atribuído pelos fundadores da Organização. Queremos um ECOSOC capaz de participar ativamente da construção de uma ordem econômica mundial mais justa. Um ECOSOC que, além disso, colabore com o Conselho de Segurança na prevenção de conflitos e nos processos de reconstrução nacional.

A Assembleia Geral, por sua vez, precisa ser politicamente fortalecida para, sem dissipação de esforços, dedicar-se aos temas prioritários. A Assembleia Geral tem cumprido papel relevante ao convocar as grandes conferências e outras reuniões sobre direitos humanos, meio ambiente, população, direitos da mulher, discriminação racial, AIDS, desenvolvimento social. Mas ela não deve hesitar em assumir suas responsabilidades na administração da paz e segurança internacionais. A ONU já deu mostras de que há alternativas jurídicas e políticas para a paralisia do veto e as ações sem endosso multilateral. A paz, a segurança, o desenvolvimento e a justiça social são indissociáveis.

Senhor Presidente,

O Brasil tem se esforçado para praticar com coerência os princípios que defende. O novo relacionamento que estamos estabelecendo com os vizinhos do continente sul-americano baseia-se no respeito mútuo, na amizade e na cooperação. Estamos indo além das circunstâncias históricas e geográficas que compartilhamos, para criar um inédito sentimento de parentesco e de parceria. Neste contexto, nossa relação com a Argentina é fundamental.

A América do Sul afirma-se, cada vez mais, como região de paz, democracia e desenvolvimento que pode, inclusive, ser uma nova fronteira de crescimento para a economia mundial, há anos estagnada. Além de aprofundar as relações já muito relevantes com nossos tradicionais parceiros da América do Norte e da Europa, buscamos ampliar e diversificar nossa presença internacional.

Nas parcerias com a China e com a Rússia, estamos descobrindo novas complementaridades. Somos, com muito orgulho, o país com a segunda maior população negra do mundo. Em novembro, deverei visitar cinco países da África Austral, para dinamizar nossa cooperação econômica, política, social e cultural. Vamos, também, realizar um encontro de cúpula entre os países sul-americanos e os Estados que compõem a Liga Árabe. Com a Índia e a África do Sul estabelecemos um foro trilateral, orientado para a concertação política e projetos de interesse comum.

O protecionismo dos países ricos penaliza injustamente os produtores eficientes das nações em desenvolvimento. Além disso, é hoje o maior obstáculo para que o mundo possa ter uma

nova época de progresso econômico e social. 5 Discurso do Presidente da República Presidência da República Secretaria de Imprensa e Divulgação 23/09/2003

O Brasil e seus parceiros do G-22 sustentaram, na reunião da OMC em Cancun, que esta grave questão pode ser resolvida por meio da negociação pragmática e mutuamente respeitosa, que leve à efetiva abertura dos mercados. Reafirmo nossa disposição de buscar caminhos convergentes, que beneficiem a todos, levando em conta as necessidades dos países em desenvolvimento.

Somos favoráveis ao livre comércio, desde que tenhamos oportunidades iguais de competir. A liberalização deve ocorrer sem que os países sejam privados de sua capacidade de definir políticas nos campos industrial, tecnológico, social e ambiental.

No Brasil, estamos instaurando um novo modelo capaz de conjugar estabilidade econômica e inclusão social. As negociações comerciais não são um fim em si mesmas. Devem servir à promoção do desenvolvimento e à superação da pobreza. O comércio internacional deve ser um instrumento não só de criação, mas de distribuição de riqueza.

Senhor Presidente,

Reitero perante esta Assembleia, verdadeiramente universal, o apelo que dirigi aos Fóruns de Davos e Porto Alegre e à Cúpula Ampliada do G-8, em Evian. Precisamos nos engajar, política e materialmente, na única guerra da qual sairemos todos vencedores: a guerra contra a fome e a miséria.

Erradicar a fome no mundo é um imperativo moral e político. E todos sabemos que é factível, se houver, de fato, vontade política de realizá-lo. Não me agrada repisar as evidências da barbárie. Prefiro sempre louvar progressos, por mais modestos que sejam. Mas não há como omitir os números que expõem a chaga terrível da miséria e da fome no mundo.

A fome, hoje, atinge cerca de 1/4 da população mundial, incluindo 300 milhões de crianças. Diariamente, 24 mil pessoas são vitimadas por doenças decorrentes da desnutrição. Nada é tão absurdo e inaceitável quanto a persistência da fome em pleno século XXI, a idade de ouro da ciência e da tecnologia.

A cada dia a inteligência humana amplia o horizonte do possível, realizando prodigiosas invenções. E, no entanto, a fome continua e, o que é mais grave, se alastra em várias regiões do Planeta. Quanto mais a humanidade parece aproximar-se de Deus pela capacidade de criar, mais o renega pela incapacidade de respeitar e proteger suas criaturas. Quanto mais o celebramos ao gerar riquezas, mais o ferimos por não saber, minimamente, reparti-las.

De que vale toda essa genialidade científica e tecnológica, toda a abundância e o luxo que ela é capaz de produzir, se não a utilizamos para garantir o mais sagrado dos direitos: o direito à vida?

Recordo a lúcida advertência de Paulo VI, feita 36 anos atrás, mas de desconcertante atualidade: "*os povos da fome dirigem-se hoje, de modo dramático, aos povos da opulência*".

A fome é uma emergência e como tal deve ser tratada. Sua erradicação é uma tarefa civilizatória, que exige um atalho para o futuro. Vamos agir para acabar com a fome ou imolar nossa credibilidade na omissão?

Não temos mais o direito de dizer que não estávamos em casa quando bateram à nossa porta e pediram solidariedade.

Não temos o direito de dizer aos famintos que já esperaram tanto: passem no próximo século.

O verdadeiro caminho da paz é o combate sem tréguas à fome e à miséria, numa formidável campanha de solidariedade capaz de unir o Planeta, ao invés de aprofundar as divisões e o ódio que conflagram os povos e semeiam o terror.

Apesar do fracasso dos modelos que privilegiam a geração de riqueza sem reduzir a miséria, a miopia e o egoísmo de muitos ainda persistem. Desde 1º de janeiro, logramos no Brasil avanços significativos em nossa economia. Recuperamos a estabilidade e criamos as condições para um novo ciclo de crescimento sustentado. Continuaremos a trabalhar com vigor para manter o equilíbrio das contas públicas e reduzir a vulnerabilidade externa.

Não mediremos esforços para aumentar as exportações, ampliar a capacidade de poupança, atrair investimentos e voltar a crescer. Mas devemos ser capazes, ao mesmo tempo, de atender as necessidades de alimentação, emprego, educação e saúde de dezenas de milhões de brasileiros abaixo da linha da pobreza. Temos o compromisso de realizar uma grande reforma social no país.

A fome é o aspecto mais dramático e urgente de uma situação de desequilíbrio estrutural, cuja correção requer políticas integradas para a promoção da cidadania plena.

Por isso, lancei no Brasil o projeto Fome Zero, que visa – por meio de um grande movimento de solidariedade e de um programa abrangente envolvendo o governo, a sociedade civil e o setor privado – eliminar a fome e suas causas.

O Programa conjuga medidas estruturais e emergenciais e já atende quatro milhões de pessoas que não tinham sequer o direito de comer todos os dias. Nossa meta é que até o final de meu governo nenhum brasileiro passe fome.

Senhor Presidente,

As Nações Unidas aprovaram as Metas do Milênio. A FAO possui notável experiência técnica e social. Mas precisamos dar um salto de qualidade no esforço mundial de luta contra a fome. Propus, nesse sentido, a criação de um Fundo Mundial de Combate à Fome e sugeri formas de viabilizá-lo.

Existem outras propostas, algumas já incorporadas a programas das Nações Unidas. O que faltou até agora foi a imprescindível vontade política de todos nós, especialmente daqueles países que mais poderiam contribuir. De nada servem os fundos, se ninguém aporta recursos. As Metas do Milênio são louváveis, mas, se continuarmos omissos, se o nosso comportamento coletivo não mudar, permanecerão no papel, e a frustração será imensa.

É preciso, mais do que nunca, transformar intenção em gesto. É preciso praticar o que pregamos, com audácia e bom senso, com ousadia e pés no chão, inovando no conteúdo e na forma, adotando métodos e soluções novas, com intensa participação social.

Por isso, submeto à consideração desta Assembleia a hipótese de criar, no âmbito da própria ONU, um Comitê Mundial de Combate à Fome, integrado por chefes de Estado ou de Governo de todos os continentes, com o fim de unificar propostas e torná-las operativas.

Esperamos motivar contribuições financeiras de países desenvolvidos e em desenvolvimento, de acordo com as possibilidades de cada um, bem como de grandes empresas privadas e organizações não-governamentais.

Senhor Presidente,

Minha experiência de vida e minha trajetória política ensinaram-me a acreditar, acima de tudo, na força do diálogo. Nunca me esquecerei da lição insuperável de Gandhi: "*A violência, quando parece produzir o bem, é um bem temporário; enquanto o mal que faz é permanente*".

O diálogo democrático é o mais eficaz de todos os instrumentos de mudança. A mesma determinação que meus companheiros e eu estamos empregando para tornar a sociedade brasileira mais justa e humana, empregarei na busca de parcerias internacionais com vistas a um desenvolvimento equânime e a um mundo pacífico, tolerante e solidário.

Este século, tão promissor do ponto de vista tecnológico e material, não pode cair em um processo de regressão política e espiritual. Temos a obrigação de construir, sob a liderança fortalecida das Nações Unidas, um ambiente internacional de paz e concórdia.

A verdadeira paz brotará da democracia, do respeito ao direito internacional, do desmantelamento dos arsenais mortíferos e, sobretudo, da erradicação definitiva da fome.

Senhor Presidente,

Chefes de Estado e de Governo,

Não podemos frustrar tanta esperança. O maior desafio da humanidade e, ao mesmo tempo, o mais belo é justamente este: humanizar-se.

É hora de chamar a paz pelo seu nome próprio: justiça social.

Tenho certeza de que, juntos, saberemos colher a oportunidade histórica da justiça.

Muito obrigado.

ANEXO D – ÍNTEGRA DO DISCURSO NA FORMATURA DO CURSO DE FORMAÇÃO DO INSTITUTO RIO BRANCO, PRONUNCIADO PELO MINISTRO CELSO AMORIM NO PALÁCIO DO ITAMARATY, EM BRASÍLIA, NO DIA 20 DE ABRIL DE 2004

Excelentíssimo Senhor Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva,
Embaixador Samuel Pinheiro Guimarães, Secretário-Geral das Relações Exteriores,
Embaixador João Almino, Diretor do Rio Branco,
Ministro Rubem Barbosa, Paraninfo da Turma Vinícius de Moraes,
Secretário Rubem Mendes de Oliveira, Orador da Turma,
Minha querida Suzana, que hoje aqui representa o nosso querido e saudoso Vinícius,
Meus caros formandos e familiares,

Normalmente, nessas ocasiões solenes trabalha-se com discursos prontos, até mesmo para evitar os riscos de todos os improvisos. Mas, Presidente, eu creio que hoje, como todos os dias, mas hoje, mais do que nunca, a casa é sua e a audiência está aqui para ouvir o senhor. Por isso vou me limitar a alguns poucos comentários que me vêm da própria situação e de algumas coisas que foram ditas. Ao fazê-lo, vou procurar não ser excessivamente autorreferente. Mas não posso, desde o início, deixar de lembrar que são quarenta anos da época em que eu passava do primeiro para o segundo ano do Instituto Rio Branco. Eu, como muitos outros aqui presentes, havíamos entrado para a diplomacia brasileira sob o signo de Santiago Dantas, sob o signo de Afonso Arinos, sob o signo de Araújo Castro, sob o signo da democracia, e assumimos a carreira num momento extremamente difícil. Um momento que foi marcado pelo que então se definiu como fronteiras ideológicas, em que o interesse nacional era colocado num segundo plano em relação a uma ideologia que tudo subordinava a um conflito entre leste e oeste.

Não posso deixar, também, de, num momento como este, lembrar que Vinícius de Moraes foi muito mais do que poeta e diplomata. Foi, também, uma fonte de inspiração para muitos de nós, e permito-me, Senhor Presidente, numa nota também pessoal, lembrar que o Embaixador Ruy Nogueira, hoje Subsecretário de Cooperação e há até pouco tempo Embaixador em Caracas, lia para nós poemas do Vinícius de Moraes, de quem ele era especialmente adepto, e conquistava nossos corações, mesmo que hoje não fosse sábado.

Presidente, eu queria dizer que, como outros que estão aqui, nós vivemos um momento muito especial. Não só em contraste com esses quarenta anos que se passaram – minha turma, aliás, foi a primeira turma do Instituto Rio Branco que nem sequer formatura teve porque o governo

de então não concordou nem com o paraninfo, nem com o teor do discurso que seria feito na posse dos alunos... mas não só em contraste a isso, mas mesmo com tempos mais recentes. Creio que devemos ao senhor – e me permita chamar de senhor e não de Vossa Excelência, como talvez o protocolo mandasse, porque uma vez já numa reunião ministerial, o senhor mesmo foi o primeiro a cortar com as "Vossas Excelências" e permita-me nesse sentido dizer que é um privilégio muito grande estar trabalhando, eu creio que um privilégio de todos, mas muito especialmente meu, pela proximidade – e falo não só como ministro, mas como velho diplomata, com já 40 anos de serviço, praticamente –servir sob a sua orientação. Porque, como o senhor mesmo gosta de dizer, o seu governo estará voltado, antes de tudo, para devolver a autoestima ao Povo brasileiro.

E eu creio que a política externa tem sido uma parte, uma parte não pequena, não desprezível dessa recuperação da autoestima. É claro, passamos por períodos diversos, mesmo durante períodos militares, tivemos ministros brilhantes; tivemos, nós diplomatas, muitos, envolvidos de alguma maneira em algum tipo de resistência, pelo menos aos piores abusos do Governo militar. E participamos também com alegria dos momentos em que parecíamos retomar o fio da meada de uma diplomacia voltada para o desenvolvimento da nação. Posteriormente, veio a democracia, em sua plenitude, e tivemos também pessoas ilustres dirigindo não só o Itamaraty, como o próprio País. Mas, citando algo que o Ministro Ciro Gomes gosta de dizer, talvez no curto período – e eu sou suspeito para falar, por ter sido Ministro do Presidente Itamar Franco – talvez nesse período, sobretudo no período após a eleição direta, em muitos momentos, a nossa preocupação principal, a preocupação principal da diplomacia brasileira era, digamos, de como sermos eficientes em nossa inserção no mundo – uma preocupação válida, mas não uma preocupação que devesse ser exclusiva.

Muito se falou, e eu próprio falei várias vezes, em inserção competitiva do Brasil na economia mundial. O que eu creio que o seu Governo trouxe de novo é a busca não apenas de uma inserção competitiva, mas de uma inserção digna, altiva, coerente com o projeto de nação, um projeto que, durante muito tempo, pareceu, senão abandonado, pelo menos diluído nas brumas da globalização. Não que a globalização não seja um fato, como, logo depois de 64, nos recordavam então os arautos daquela época, a interdependência também era um fato. Era um fato, mas era utilizada para contrastar com a independência, da mesma maneira que muitas vezes a globalização é hoje usada, não como um fato – e é algo que de fato existe –, mas para contrastar contra qualquer veleidade de autonomia, de identidade nacional, de busca de um projeto próprio. Eu acho que o seu Governo, Presidente, nas suas mais variadas vertentes, nos trouxe de volta essa visão de que é preciso termos um projeto de nação. Isso vale para o

campo interno e o senhor renova essa visão todos os dias; e todos os dias o senhor nos surpreende com coisas novas. Digo que talvez o maior privilégio que tenho é o convívio com o senhor e poder tentar traduzir na área diplomática e na área das relações internacionais esse mesmo pensamento que eu sinto nortear todas as suas ações.

Outro dia, lembrava o senhor em uma conversa entre poucos membros do Governo a importância que tem para o Brasil, a importância que tem para a nossa estabilidade econômica, a recuperação da nossa credibilidade, credibilidade sobretudo com os credores, tanto nacionais quanto internacionais.

Mas o senhor lembrava, também, que um grande número de credores é frequentemente esquecido, os credores que são a gente pobre e trabalhadora do Brasil, que são aqueles com quem nós temos a maior dívida, com quem a elite brasileira tem a maior dívida. E é por isso que a diplomacia brasileira, a política externa brasileira, tem que estar voltada essencialmente para o resgate dessa dívida, e eu creio que o senhor tem tocado nesse ponto de maneira clara em todos os seus pronunciamentos.

Eu não vou me alongar, porque como já disse, é natural, o dia é seu, mas chamemos as coisas pelo nome - não chamando-as por eufemismos tecnocráticos que as organizações internacionais criaram - lembrando que o grande flagelo do mundo é a fome, e a fome tem esse nome próprio, não é apenas ‘pobreza extrema’, não é ‘pobreza relativa’, é a fome, é a ausência de alimento. E a ausência de alimento, como a ausência de liberdade, como a ausência de paz, são coisas que as pessoas só percebem quando não têm.

E o nosso orador mencionava, também, o fato de que iniciara os seus estudos sob o impacto do “onze de setembro”. Digo isso porque muitas vezes ouço de pessoas, inclusive ilustradas, até de colegas, que o Brasil não deveria se envolver em certas situações, não deveríamos dar opinião sobre certas situações, e este Governo nunca temeu dar a sua opinião sobre situações. Eu acho que há aí um engano fundamental, um engano que reside em crer que a paz é um dado, como a liberdade é um dado. Eu vivi antes de 64 e achava que a liberdade era um dado, que tudo o que nós devíamos transformar era a democracia, numa democracia mais consciente dos problemas sociais, porque a liberdade era um dado. Mas a liberdade não era um dado, e ela foi suprimida. A paz não é um dado, e se nós não trabalharmos por ela no dia-a-dia das relações internacionais, nos conflitos, manifestando-nos sobre eles, condenando toda ação que esteja fora dos parâmetros do Conselho de Segurança das Nações Unidas, todas as ações que contrariam as resoluções da ONU - como tem ocorrido recentemente no Oriente Médio - se não nos manifestarmos sobre isso, estaremos contribuindo, pela nossa indiferença, para que as

forças do conflito prevaleçam sobre as forças da paz. E para que as forças da opressão prevaleçam sobre as forças da liberdade.

Da mesma maneira que no plano econômico, e isso faz parte, Senhor Presidente, do seu combate à fome, temos que lutar por melhores condições não só de acesso aos nossos produtos, aos mercados internacionais, mas, também, de espaços para podermos realizar internamente as políticas que são necessárias, como diz o senhor frequentemente, não só para combate emergencial à fome, mas para o combate a longo prazo da fome - que só se obtém pelo desenvolvimento e pelo crescimento econômico. Isso nós sabemos: que somente eles poderão trazer, também, o crescimento de emprego e a sensação de integração e inserção plena do indivíduo na cidadania. Não existe indivíduo livre sem nação livre, já dizia, creio eu, Maquiavel... Dos meus tempos de professor de ciência política, recordo-me disso. E não há nação livre que não seja capaz de negociar (felizmente não temos tido guerras que nos tenham atingido diretamente), de negociar no dia-a-dia com altivez, com coragem, sem bravatas, sem necessariamente aceitar outras agendas que nos são impostas como sendo agendas absolutas.

E é esse apoio, Presidente, que o senhor tem me dado em todos os momentos, que quero de maneira muito especial agradecer ao Senhor. Porque é nesse apoio que hoje se traduz uma política externa verdadeiramente altiva, verdadeiramente digna, que faça parte... Creio, hoje, sinto isso - não quero ser presunçoso, absolutamente, porque sei que essas coisas não se dirigem a mim, dirigem-se ao senhor. Mas já fui Ministro em outra ocasião - e me orgulho daquele momento em que fui Ministro - mas vejo hoje nas ruas e na gente do povo o interesse na política externa e o interesse sempre voltado, sempre voltado, como disse ao senhor, para essa ideia de que a política externa faz parte do projeto nacional. A política externa ajuda a refletir a nossa imagem, mas não apenas aquela imagem que nós temos, mas a imagem do Brasil que desejamos. Por tudo isso, Presidente, pelo apoio que o senhor tem dado ao Itamaraty, inclusive em meio às dificuldades econômicas, ampliando, ainda que ligeiramente, a nossa estrutura, mantendo o nosso orçamento em termos reais e até aumentando um pouquinho em termos nominais, por todas essas ajudas que o senhor tem nos dado, e sobretudo por esse apoio que jamais tem faltado em momentos difíceis em que há críticas - bem intencionadas, devo imaginar pelo menos, mas muitas vezes ferinas, muitas vezes ignorando fatos - esse apoio que não nos tem faltado, é, sem dúvida alguma, o que de mais importante nós temos, e aquilo pelo que de coração lhe quero agradecer. E creio que esse apoio deve servir de inspiração também aos jovens diplomatas, que hoje entram para a carreira, não só num clima de democracia, mas num clima em que a prioridade ao combate à

fome, a restituição de dignidade a todos os cidadãos e cidadãs brasileiras, qualquer que seja a raça, qualquer que seja o sexo, é uma prioridade fundamental.

Muito obrigado, Senhor Presidente.

ANEXO E – ÍNTEGRA DO DISCURSO NA FORMATURA DO CURSO DE FORMAÇÃO DO INSTITUTO RIO BRANCO, PRONUNCIADO PELO PRESIDENTE LULA NO PALÁCIO DO ITAMARATY, EM BRASÍLIA, NO DIA 20 DE ABRIL DE 2004

Meu querido companheiro embaixador Celso Amorim, ministro de Relações Exteriores,
Meu querido companheiro, embaixador Samuel Pinheiro Guimarães, secretário-geral das Relações Exteriores,
Meu caro embaixador João Almino de Souza Filho, diretor do Instituto Rio Branco,
Minha querida Suzana Moraes,
Embaixadores acreditados junto ao meu Governo,
Senhor ministro Rubem Antonio Corrêa Barbosa, Paraninfo da turma de 2001,
Meu companheiro Marco Aurélio Garcia, assessor especial de política internacional.
Muita gente pergunta por que o Presidente tem que ter um assessor especial de política internacional, se ele tem o Itamaraty todo como assessor. Não sei se vocês estão lembrados, no começo se tentou até cizânia entre o Itamaraty e Marco Aurélio Garcia. E eu sempre disse que quem adquiriu a experiência política tentando organizar a Secretaria Internacional do PT durante dez anos e militando com a Esquerda do mundo inteiro nos últimos 15 anos, não poderia, em momento algum, deixar de prestar esses serviços ao governo brasileiro. E, por isso, o Marco Aurélio tem um papel extremamente importante na nossa relação internacional, institucional, colaborando com o companheiro Celso. E a não institucional, fazendo a militância que o Brasil tanto precisa com os setores da sociedade civil, da América Latina e do mundo.

Minhas queridas e queridos formandos da turma 2001,
Senhores e senhoras familiares dos nossos formandos,
Senhoras e senhoras diplomatas,
Eu vou começar pelo fim. Eu costumo sempre fazer um "improvisosinho". Mas eu lembro que um dia desses eu chamei o Celso Amorim para conversar, porque eu, toda vez que uma pessoa começa a crescer muito na política, fico com a preocupação de que esse crescimento possa causar ciúmes nos pares que fazem política internacional por esse mundo afora. E eu chamei o Celso e disse a ele: Companheiro Celso, eu acho que, como o Brasil está numa posição muito importante no cenário mundial, é preciso que a gente tenha todo o cuidado para ter o máximo de humildade e de generosidade. Porque, senão, os demônios começam a

despertar nas pessoas que fazem política junto conosco e um pouco de ciúmes pode atrapalhar uma belíssima política internacional.

E eu dizia para o Celso: eu sei que você tem muita experiência, é diplomata já há 40 anos, já foi ministro no governo do nosso querido Itamar Franco, mas agora Celso, você não é nem mais diplomata, nem mais um ministro. Você agora é o ministro. E por que "o ministro"? É porque o Brasil ganhou muito mais importância no cenário mundial. É porque o Brasil ganhou muito mais respeitabilidade.

E vocês todos, que se formaram hoje, irão notar isso quando estiverem começando o trabalho de vocês no exterior. E para que a gente ganhe essa respeitabilidade, é preciso que um país do tamanho do Brasil seja cada vez mais generoso com os seus parceiros. E que o Brasil tente todas as vezes que tiver que estabelecer uma ação diplomática, levar em conta a necessidade de juntar parceiros para que a nossa política não seja uma política solitária e, muitas vezes, mal interpretada.

Vocês estão lembrados que depois daquele discurso que fiz aqui, no ano passado, eu penso que nós cumprimos, do ponto de vista da política internacional, mais do que imaginávamos que poderíamos cumprir; que conseguimos mais intento do que imaginávamos que poderíamos conseguir.

Muita gente pode medir isso apenas pelo volume do crescimento das nossas exportações ou do nosso superávit comercial, mas eu acho que, embora isso seja relevante, não é o principal. O principal é o grau de referência que o nosso país passou a ser junto aos nossos parceiros, seja na América do Sul, na África, no Oriente Médio, e em países importantes como China, Índia, África do Sul, e como a Rússia, que têm, sistematicamente, nos informado que querem estabelecer com o Brasil uma parceria estratégica.

Eu me lembro da nossa embaixadora na Índia. Quando eu fui me despedir dela, ela me falou: "Agora eu acho que as coisas vão melhorar aqui na Índia." E passado um tempo ela veio para o Brasil e me falou: "Presidente, o senhor não sabe como eu fiquei importante na Índia depois da sua visita." Um pouco por isso, porque diplomacia tem que ser feita de forma prazerosa. Isso é como um jogador que entra em campo. Todo mundo respeita um jogador que sua a camisa. Ninguém respeita um jogador que faz corpo mole, por melhor que ele seja.

Então, eu penso que suar a camisa em defesa das coisas que nós acreditamos e das políticas definidas pelo Governo, é o que vai tornar a profissão de vocês, muitas vezes distantes da família, muitas vezes solitários, uma coisa prazerosa. É saber que vocês estão fazendo algo porque gostam e porque acreditam. Se não for assim, não vale a pena nem essa nem outra

profissão, porque ninguém consegue trabalhar bem contra a sua vontade ou contra os seus próprios prazeres.

Por isso, é uma especial satisfação poder participar, pela segunda vez, dessa celebração do Dia do Diplomata. Repete-se aqui uma tradição de grande importância para o serviço público brasileiro. Ingressa, hoje, no Itamaraty, mais uma geração de jovens diplomatas.

Renova-se uma instituição reconhecida pela excelência dos seus quadros e pela dedicação à sua missão de conduzir a política externa - um dos pilares do nosso governo - elemento constitutivo de qualquer projeto de desenvolvimento nacional.

Senhoras e senhores, vivemos hoje sob o signo de uma globalização instável e incerta. O quadro internacional nos desafia e obriga a mudar o modelo que produziu vulnerabilidade externa, incerteza, pobreza e estagnação.

É nesse mundo marcado por desigualdades econômicas e sociais, tecnológicas e militares, que queremos construir um país soberano, mais justo e solidário, mais eficiente e próspero. Um Brasil para todos.

Quando me dirigi aos formandos no ano passado, lembrei que nós, brasileiros, muitas vezes não nos damos valor. Por essa razão, nosso país deixou de ter, em muitas ocasiões, a projeção internacional que merece.

Mas afirmei, também, que era decisão firme do meu Governo, utilizar todo o potencial de nossa política externa para fazer do Brasil um país mais respeitado, capaz de defender seus interesses internacionalmente.

Senhoras e senhores, o diálogo tem sido a marca do meu Governo. Isso também se aplica, sobretudo, à nossa política externa. Por meio da negociação e do entendimento, estamos construindo consensos para mudar as relações de força no plano internacional e estabelecer o que chamei de nova geografia econômica-comercial.

Não basta assistir à distância e de forma subordinada aos acontecimentos mundiais, queremos que a nossa voz seja cada vez mais ouvida e respeitada. Estamos dando passos largos nessa direção.

Nossos parceiros reconhecem que o Brasil assumiu o seu peso e sua importância na comunidade das nações. Esse é também o reconhecimento da seriedade de nossos propósitos, da firmeza de nossas posições e da consistência de nossas ações.

Junto com os nossos parceiros, estamos empreendendo uma efetiva reconstrução do MERCOSUL, correspondente aos sonhos e esperanças que estiveram em seu nascimento. Continuaremos ativamente a aprofundar nossa integração e a convocar outros países para juntarem-se a nós.

Com o acordo de livre comércio recentemente assinado com a Comunidade Andina, o MERCOSUL passa a ser cada vez mais o indutor desse processo em escala sul-americana. Todos compreendem e desejam a integração.

Foi essa a mensagem que recolhi das visitas que fizeram a Brasília, os presidentes da América do Sul, ainda no primeiro ano de meu Governo. Estamos ultimando projetos de infraestrutura, de comunicações e transporte que serão as fundações de uma parceria continental.

São essas as iniciativas que tenho levado a governos e empresários dos países ricos ao convidá-los a acreditar e a investir no futuro de nossa região, mas precisamos fortalecer a nossa união política, social e cultural.

A união solidária entre os países em desenvolvimento deve também prevalecer nas estratégicas negociações em curso na Organização Mundial do Comércio. Ao mesmo tempo em que continuamos enriquecendo nossas relações com os países desenvolvidos, estamos determinados a aprofundar e ampliar a cooperação sul-sul.

A atuação decisiva do Brasil, na constituição do G-20, confirma a capacidade de liderança que estamos demonstrando. Esperamos que a nova dinâmica alcançada nas discussões da rodada de Doha inaugure posições de comércio mais justas, que preservem a capacidade de definir e controlar nosso modelo de desenvolvimento.

Também na Alca, buscamos equilibrar o processo negociador e tornar viável sua conclusão em tempo hábil. Para tanto, o acordo deve corresponder efetivamente ao interesse de todos, abrindo mercados e sem impor restrições indevidas à capacidade de cada país decidir soberanamente sobre suas políticas industriais, tecnológicas, sociais e ambientais.

É com o mesmo ânimo que nos empenhamos para concluir, ainda este ano, um acordo comercial abrangente do MERCOSUL com a União Europeia. Estamos identificando com criatividade, oportunidades e parcerias ainda inexploradas. É esse o sentido do foro trilateral que estabelecemos com a África do Sul e com a Índia.

É essa a mensagem que fundamenta a parceria estratégica que vou aprofundar durante a minha próxima viagem à China. Com esse mesmo espírito é que vou receber o presidente Putin ainda este ano em Brasília.

Não deixarei cair no esquecimento nossa dívida histórica com os patrícios africanos. Estarei retornando à África ainda este ano para passar a presidência da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa. Trata-se de uma oportunidade para reafirmar o especial compromisso do Brasil com essas nações irmãs. Mas também expresso uma visão de nossa política externa que identifica no continente africano, um território cheio de oportunidades para a cooperação econômica e política.

Na visita inédita que fiz ao mundo árabe, lancei as bases de uma associação que também tem raízes históricas e culturais antigas. Na primeira Cúpula da América do Sul e Países Árabes que o Brasil sediará em dezembro próximo, vamos sedimentar uma parceria inovadora e ousada entre as duas regiões.

Senhoras e senhores, o Brasil anunciou sua disposição de integrar a missão das Nações Unidas para restabelecer a paz no Haiti. Mas a responsabilidade da comunidade internacional não para por aí. O ministro Celso Amorim, quando representante permanente em Nova York, já defendia uma coordenação mais estreita entre o Conselho de Segurança e os órgãos da ONU envolvidos na reconstrução física e na recuperação das instituições políticas e sociais dos países.

O nosso oferecimento para comandar essa missão estará condicionado ao efetivo engajamento da comunidade internacional com a reconstrução do Haiti. Nossa missão só terá sentido se estiver em estreita sintonia com os países da região.

As tragédias que o Oriente Médio e o Iraque vivem, hoje, reforçam a minha convicção sobre a relevância de uma ordem internacional baseada no direito internacional, no multilateralismo e nas Nações Unidas.

Continuaremos a defender com vigor uma reforma ampla e profunda da Organização, de modo a torná-la mais representativa e mais eficaz. A candidatura do Brasil a um assento permanente no Conselho de Segurança parte dessa convicção. Os recentes e importantes endossos na nossa postulação atestam a legitimidade e força do nosso pleito.

A democratização das relações internacionais que defendemos só será plena em um mundo mais solidário. Essa é a mensagem que tenho levado aos principais fóruns internacionais.

Continuarei a convidar os líderes mundiais a engajarem-se num mutirão para cumprir as metas do milênio, começando pelo combate à fome.

A resposta generosa a meu apelo é motivo de alegria e otimismo. Combater a fome e a pobreza, ainda é o melhor remédio ao desafio de enfrentar o clima de frustração e desesperanças que nutrem a violência e o terrorismo.

Na mesma direção está o meu apelo aos principais chefes de Estado do mundo para que o Fundo Monetário Internacional revide procedimentos obsoletos, que só prejudicam os o países em desenvolvimento.

Minhas caras e caros formandos, cada vez mais a política externa ganha espaço no imaginário do cidadão brasileiro. A diplomacia do Brasil democrático deve espelhar a realidade de nossa sociedade, com suas demandas e possibilidades, com suas riquezas e carências.

Somos uma Nação que conseguiu recuperar a confiança e a credibilidade e que reiniciou a retomada do crescimento.

O Itamaraty se distingue por renovar-se permanentemente. Vem ampliando o diálogo com todas as forças e instituições da sociedade brasileira. Ao mesmo tempo adquire crescente capacidade técnica para defender nossos direitos e criar oportunidades para o país e seus empresários no exterior.

Para fazer frente a essa necessidade de contínua atualização, adotamos medidas para dotar o Ministério de meios e de uma estrutura administrativa que responda às demandas da nossa ação externa, cada vez mais intensa. Ainda falta muito, mas já fizemos um pouco.

Congratulo-me, por isso, com as medidas que o ministro Celso Amorim e o secretário-geral Samuel Pinheiro Guimarães promoveram para aprimorar as condições de trabalho da Chancelaria. A política externa é como um espelho. Um espelho que reflete a imagem e a autoestima de um país. Mas é também um espelho quando se reflete o futuro, aquilo que a Nação fará de si mesma.

A política externa do meu Governo espelha e espelhará, cada vez mais, o Brasil confiante e solidário que queremos construir.

Cabe ao diplomata ser o intérprete dessa vontade de mudança e renovação.

Esta é a mensagem de esperança e desafio que quero deixar a vocês. Por isso desejo-lhes toda felicidade na carreira que, hoje, vocês estão iniciando, que sirvam de exemplo para vocês todos, os que honraram e honram a Casa de Rio Branco. Vocês, hoje, não são apenas mais um grupo de diplomatas formados aqui no nosso país; vocês agora serão "os diplomatas", porque serão muito mais exigidos do que outros que se formaram antes de vocês.

Boa sorte, felicidades, e que Deus abençoe cada um de vocês.

ANEXO F – ÍNTEGRA DO DISCURSO DE ABERTURA DA 59ª SESSÃO DA ASSEMBLEIA GERAL DA ONU, PRONUNCIADO PELO PRESIDENTE LULA EM NOVA IORQUE (EUA), NO DIA 21 DE SETEMBRO DE 2004

Senhoras e senhores,

Chefes de Estado e de Governo,

Senhor Jean Ping, presidente da 59ª Assembleia-Geral da Organização das Nações Unidas,

Senhor Kofi Annan, secretário-geral das Nações Unidas,

Senhor Jian Chen, subsecretário-geral para assuntos da Assembleia-Geral,

Senhoras e senhores,

Saúdo, na pessoa do chanceler Jean Ping, os representantes de todos os povos aqui reunidos.

Cumprimento fraternalmente o secretário-geral Kofi Annan, que tem conduzido as Nações Unidas com sabedoria e abnegação.

Senhoras e senhores,

Pela segunda vez, dirijo-me a esta assembleia universal para trazer a palavra do Brasil. Carrego um compromisso de vida com os silenciados pela desigualdade, a fome e a desesperança.

A eles, nas palavras tremendas de Franz Fanon, o passado colonial destinou uma herança comum: "*Se queres, aí a tens: a liberdade para morrer de fome*".

Hoje somos 191 Estados-nação. No passado, 125 deles foram submetidos ao jugo de umas poucas potências que originalmente ocupavam menos de 2% do globo. O fim do colonialismo afirmou, na esfera política, o direito dos povos à autodeterminação.

Esta Assembleia é o signo mais alto de uma ordem fundada na independência das nações. A transformação política, contudo, não se completou no plano econômico e social. E a história demonstra que isso não ocorrerá espontaneamente.

Em 1820, a diferença de renda per capita entre o país mais rico e o mais pobre do planeta era inferior a cinco vezes. Hoje, essa diferença é de 80 vezes.

Os antigos súditos converteram-se em devedores perpétuos do sistema econômico internacional.

Barreiras protecionistas e outros obstáculos ao equilíbrio comercial, agravados pela concentração dos investimentos do conhecimento e da tecnologia, sucederam ao domínio colonial.

Poderosa e onipresente, uma engrenagem invisível comanda à distância o novo sistema. Não raro, ela revoga decisões democráticas, desidrata a soberania dos Estados, sobrepõe-se a

governos eleitos, e exige a renúncia a legítimos projetos de desenvolvimento nacional. Manteve-se a lógica que drena o mundo da escassez para irrigar o do privilégio.

Nas últimas décadas, a globalização assimétrica e excludente aprofundou o legado devastador de miséria e regressão social, que explode na agenda do século XXI. Hoje, em 54 países a renda per capita está mais baixa do que há dez anos. Em 34 países, a expectativa de vida diminuiu. Em 14, mais crianças morrem de fome.

Na África, onde o colonialismo resistiu até o crepúsculo do século XX, 200 milhões de seres humanos estão enredados num cotidiano de fome, doença e desamparo, ao qual o mundo se acostuma, anestesiado pela rotina do sofrimento alheio e longínquo.

A falta de saneamento básico matou mais crianças na década passada do que todos os conflitos armados desde a II Guerra. Da crueldade não nasce o amor. Da fome e da pobreza jamais nascerá a paz. O ódio e a insensatez que se alastram pelo mundo nutrem-se dessa desesperança, da absoluta falta de horizontes para grande parte dos povos.

Apenas neste ano, mais de 1.700 pessoas já morreram vítimas de ataques terroristas ao redor do mundo; em Madri, Bagdá, Jacarta.

Tragédias que vêm somar-se a tantas outras, na Índia, no Oriente Médio, nos Estados Unidos, e, recentemente, ao sacrifício bárbaro das crianças de Beslan.

A Humanidade está perdendo a luta pela paz.

Só os valores do Humanismo, praticados com lucidez e determinação, podem deter a barbárie.

A situação exige, dos povos e dos seus líderes, um novo senso de responsabilidade individual e coletiva.

Se queremos a paz, devemos construí-la. Se queremos de fato eliminar a violência, é preciso remover suas causas profundas com a mesma tenacidade com que enfrentamos os agentes do ódio.

O caminho da paz duradoura passa, necessariamente, por uma nova ordem internacional, que garanta oportunidades reais de progresso econômico e social para todos os países.

Exige, por isso mesmo, a reforma do modelo de desenvolvimento global e a existência de instituições internacionais efetivamente democráticas, baseadas no multilateralismo, no reconhecimento dos direitos e aspirações de todos os povos.

Mais do que quaisquer estatísticas sobre a desigualdade social, o que deve interpelar nossas consciências é o olhar torturado dos que hoje estão do lado de fora da vida.

São olhos que vigiam em nós o futuro da esperança.

Não há mais destino isolado, nem conflito que não irradie uma dimensão global. Por mais que nos apontem o céu entre as grades, é preciso não confundir a gaiola de ferro com a liberdade.

Temos conhecimento científico e escala produtiva para equacionar os desafios econômicos e sociais do planeta. Hoje, é possível reconciliar natureza e progresso por meio de um desenvolvimento ética e ambientalmente sustentável.

A natureza não é um museu de relíquias intocáveis. Mas, definitivamente, ela não pode mais ser degradada pela espoliação humana e ambiental, na busca da riqueza a qualquer custo.

Minhas senhoras e meus senhores,

Mede-se uma geração não só pelo que fez, mas também pelo que deixou de fazer. Se os recursos disponíveis são fantasticamente superiores às nossas necessidades, como explicar às gerações futuras por que fizemos tão pouco, quando tanto nos era permitido?

Uma civilização omissa está condenada a murchar como um corpo sem alma. As exortações do grande artífice do "New Deal", Franklin Roosevelt, ecoam com atualidade inescapável:

"O que mais se necessita hoje é de audácia na experimentação."

"O que mais se deve temer é o próprio medo".

Não se trata da audácia do instinto. Mas da coragem política. Sem voluntarismo irresponsável, mas com ousadia e capacidade de reformar.

O que distingue civilização de barbárie é a arquitetura política que promove a mudança pacífica e faz avançar a economia e a vida social pelo consenso democrático.

Se fracassarmos contra a pobreza e a fome, o que mais poderá nos unir?

Minhas senhoras e meus senhores,

Creio que é o momento de dizer com toda a clareza que a retomada do desenvolvimento justo e sustentável requer uma mudança importante nos fluxos de financiamento dos organismos multilaterais.

Estes organismos foram criados para encontrar soluções, mas, às vezes, por excessiva rigidez, tornam-se parte do problema.

Trata-se de ajustar-lhes o foco para o desenvolvimento, resgatando seu objetivo natural. O FMI deve credenciar-se para fornecer o aval e a liquidez necessários a investimentos produtivos, especialmente em infraestrutura, saneamento e habitação, que permitirão, inclusive, recuperar a capacidade de pagamento das nações mais pobres.

Meus senhores e minhas senhoras,

A política externa brasileira, em todas as suas frentes, busca somar esforços com outras nações em iniciativas que nos levem a um mundo de justiça e paz.

Tivemos, ontem, uma reunião histórica com mais de 60 líderes mundiais, para dar um novo impulso à ação internacional contra a fome e a pobreza.

Acredito firmemente que o processo desencadeado ontem elevará o patamar da luta contra a pobreza no mundo. Na medida em que avançarmos nessa nova aliança, teremos melhores condições de cumprir as Metas do Milênio, sobretudo a erradicação da fome.

Foi com esse espírito que África do Sul, Índia e Brasil estabeleceram, no ano passado, o fundo de solidariedade – IBAS. Nosso primeiro projeto, em Guiné-Bissau, será lançado amanhã.

Também priorizamos o tema do HIV-AIDS, que tem perversa relação com a fome e a pobreza. Nosso programa de Cooperação Internacional no combate ao HIV-AIDS já opera em seis países em desenvolvimento e brevemente chegará a mais três.

Minhas senhoras e meus senhores,

Constato, com preocupação, que persistem graves problemas de segurança, pondo em risco a estabilidade mundial.

Não se vislumbra, por exemplo, melhora na situação crítica do Oriente Médio. Neste, como em outros conflitos, a comunidade internacional não pode aceitar que a violência proveniente do Estado, ou de quaisquer grupos, se sobreponha ao diálogo democrático. O povo palestino ainda está longe de alcançar a autodeterminação a que tem direito.

Sabemos que as causas da insegurança são complexas. O necessário combate ao terrorismo não pode ser concebido apenas em termos militares.

Precisamos desenvolver estratégias que combinem solidariedade e firmeza, mas com estrito respeito ao Direito Internacional.

Foi assim que atendemos, o Brasil e outros países da América Latina, à convocação da ONU para contribuir na estabilização do Haiti. Quem defende novos paradigmas nas relações internacionais, não poderia se omitir diante de uma situação concreta.

Promover o desenvolvimento com equidade é crucial para eliminar as causas da instabilidade secular daquele país. Em nossa região, apesar dos conhecidos problemas econômicos e sociais, predomina uma cultura de paz. Vivemos um período de amadurecimento democrático, com uma vibrante sociedade civil.

Estamos aprendendo que o desenvolvimento e a justiça social devem ser buscados com determinação e abertura ao diálogo. Os episódios de instabilidade na região têm sido resolvidos com respeito às instituições.

Sempre que chamado, e na medida de nossas possibilidades, o Brasil tem contribuído para a superação de crises que ameaçam a ordem constitucional e a estabilidade de países amigos.

Não acreditamos na interferência em assuntos internos de outros países, mas tampouco nos refugiamos na omissão e na indiferença diante de problemas que afetam nossos vizinhos.

O Brasil está empenhado na construção de uma América do Sul politicamente estável, próspera e unida, a partir do fortalecimento do MERCOSUL e de uma relação estratégica com a Argentina.

O surgimento de uma verdadeira Comunidade Sul-Americana de Nações já não é um sonho distante graças à ação decidida no que se refere à integração física, econômica, comercial, social e cultural.

O Brasil tem atuado nas negociações comerciais multilaterais para alcançar acordos justos e equitativos. Na última reunião da Organização Mundial do Comércio, deu-se um grande passo para a eliminação de restrições abusivas que prejudicam os países em desenvolvimento.

A articulação de países da África, América Latina e Ásia no G-20 foi decisiva para manter a rodada de Doha na trilha da liberalização do comércio com justiça social. O sucesso de Doha representa a possibilidade de livrar da pobreza mais de 500 milhões de pessoas.

É fundamental continuar desenhando uma nova geografia econômica e comercial, que, preservando as vitais relações com os países desenvolvidos, crie sólidas pontes entre os países do Sul, que por muito tempo permanecem isolados uns dos outros.

Senhoras e senhores,

O Brasil está comprometido com o êxito do Regime Internacional sobre Mudança do Clima. Estamos engajados no desenvolvimento de energias renováveis. Por isso, seguiremos trabalhando ativamente pela entrada em vigor do Protocolo de Quioto.

A América do Sul responde por cerca de 50% da biodiversidade mundial. Defendemos o combate à biopirataria e a negociação de um regime internacional de repartição dos benefícios resultantes do acesso a recursos genéticos e conhecimentos tradicionais.

Senhoras e senhores,

Reitero o que disse no ano passado desta Tribuna: uma ordem internacional fundada no multilateralismo é a única capaz de promover a paz e o desenvolvimento sustentável das nações.

Ela deve assentar-se sobre o diálogo construtivo entre diferentes culturas e visões de mundo.

Nenhum organismo pode substituir as Nações Unidas na missão de assegurar ao mundo convergência em torno de objetivos comuns.

Só o Conselho de Segurança pode conferir legitimidade às ações no campo da paz e da segurança internacionais. Mas sua composição deve adequar-se à realidade de hoje, e não perpetuar aquela do pós-Segunda Guerra ou da Guerra Fria.

Qualquer reforma que se limite a uma nova roupagem para a atual estrutura, sem aumentar o número de membros permanentes é, com certeza, insuficiente.

As dificuldades inerentes a todo processo de reforma não devem fazer com que percamos de vista a urgência das mudanças.

Senhoras e senhores,

Não haverá segurança nem estabilidade no mundo enquanto não construirmos uma ordem mais justa e mais democrática.

A comunidade das nações precisa dar resposta clara e inequívoca a esse desafio. Haveremos de encontrá-la nas sábias palavras do profeta Isaías: "*A paz só virá como fruto da Justiça*."

Muito obrigado.

ANEXO G – ÍNTEGRA DO DISCURSO NA FORMATURA DO CURSO DE FORMAÇÃO DO INSTITUTO RIO BRANCO, PRONUNCIADO PELO MINISTRO CELSO AMORIM NO PALÁCIO DO ITAMARATY, EM BRASÍLIA, NO DIA 01 DE SETEMBRO DE 2005

Senhor Presidente, eu não vou fazer uma dissertação sobre política internacional porque creio que na sua presença, que é o nosso guia e mentor nestes temas, seria pouco apropriado de minha parte. Mas não posso deixar de comparar como o primeiro Chanceler que fui, não dessa vez mas ainda quando o Presidente Itamar Franco me confiou o cargo, como primeiro Chanceler que fui formado pelo Instituto Rio Branco, – mais uma ressalva não primeiro da carreira porque outros foram da carreira mas antecederam o Instituto Rio Branco –, não posso deixar de comparar o momento de hoje com o momento que vivíamos cerca de 40 anos atrás, 41 anos atrás para ser mais preciso. Hoje o Brasil vive um clima de plena democracia, o Brasil vive um clima em que as instituições funcionam plenamente, hoje o Brasil vive um clima em que procura se afirmar na realidade internacional sem subordinações, sem dogmas ideológicos de uma natureza ou de outra.

Senhor Presidente,

O desafio que hoje existe para os diplomatas brasileiros é muito diferente daquele que os da minha geração, o Embaixador Samuel entre eles, e o Embaixador Fernando Reis também, tiveram que enfrentar. Nós naquela época tivemos que nos adaptar a um momento sombrio da história brasileira, um momento em que as liberdades eram cerceadas, em que a própria política externa sofria de maneira bastante evidente o impacto do obscurantismo. E nós tivemos que procurar, digamos assim nos interstícios da ditadura, formas de poder expressar de maneira patriótica aquilo que nós achávamos que era o interesse nacional. Hoje os formandos encontram uma situação totalmente diversa. Encontram um país democratizado, que luta por afirmar-se no cenário internacional, um país que busca transformações sociais de maneira acelerada, e os desafios são portanto muito diferentes.

Naquela época, 80% das exportações do Brasil eram compostas por café. Hoje o Brasil vende aviões, ônibus, serviços sofisticados, continua vendendo café, felizmente, vendendo outros produtos agrícolas também, mas diversificou totalmente a sua pauta. Naquela época, nosso comércio era quase exclusivamente com os países desenvolvidos, com a Europa e com os Estados Unidos e um pouco com o Japão. Hoje, se nós tomarmos os sete primeiros meses do ano de 2005, 52% das nossas exportações se dirigem a países em desenvolvimento. Isso não é

pouca coisa, é uma mudança muito grande. Durante anos e anos o Brasil teve uma postura um pouco amesquinhada nas relações internacionais, apesar dos esforços de grandes Embaixadores e de grandes Ministros que teve também, mesmo naqueles momentos. Devido a situação interna nós tínhamos hipotecas muito graves, o nosso telhado era um telhado de vidro, era um telhado de vidro no social, como continua a ser apesar dos esforços que têm sido feitos, sobretudo neste governo, mas era também um telhado de vidro no político, nos direitos humanos e isso tudo diminuía nossa capacidade de ação internacional. Felizmente com a democracia, com os avanços que fizemos em vários campos, na área industrial, na área econômica, e com os esforços que temos feito na área social para corrigir essa mazela enorme que é a má distribuição de renda de que o Brasil padece – um dos piores índices do mundo –, nós podemos falar hoje de igual para igual.

Já disse que não ia entrar nos temas específicos da política externa porque creio que isso é algo que o Presidente vá se referir de maneira muito mais apropriada do que eu. Mas há algo sim que quero dizer, porque isso diz respeito, de certa maneira, a nossa autoestima. Peço desculpas aos membros da mídia que já me ouviram ontem, não vou repetir tudo o que disse, mas vou repetir uma coisa que disse ontem no Senado Federal a propósito de uma pergunta feita por um outro representante da mídia, um correspondente estrangeiro no Brasil que me fez a seguinte pergunta: "Ministro, porque será que a política externa brasileira que é tão elogiada, em alguns momentos até objeto de inveja, de comentários positivos no mundo inteiro é as vezes criticada com tanta ferocidade no Brasil?" Eu não me atrevi a responder porque eu não tenho os dotes sociológicos, psicológicos ou antropológicos que me permitissem dar essa resposta. Mas a própria pergunta, de certa maneira, já foi um elemento de grande estímulo para mostrar que nós sim estamos caminhando da maneira correta, que a percepção que existe sobre o Brasil hoje é a percepção de um interlocutor válido, de um interlocutor importante, em todos os temas, temas que vão do desarmamento ao comércio, da reforma da ONU à integração continental. Em todas estas ações é difícil imaginar alguma atividade, seja no plano nacional, seja no plano internacional, em que a palavra do Brasil não seja buscada. Talvez mais do que em qualquer outra delas, no combate a fome e a pobreza que Vossa Excelência iniciou de maneira clara.

Queria dizer uma outra coisa. É que frequentemente se procura imputar motivações de natureza ideológica à política externa. Procura-se dizer que a política externa foi, digamos, tomada de assalto por certos partidos políticos. Quero dizer Presidente, como alguém que está a 40 anos na carreira diplomática, como alguém que passou por aqueles momentos de obscurantismo, eles sim ideológicos porque eram ideológicos e repressores, que a política

externa que Vossa Excelência persegue é uma política externa que está de acordo com objetivos permanentes que o Brasil tem perseguido. Vossa Excelência apenas tem perseguido com mais ênfase, com mais determinação, e aduzindo um elemento novo de reforma, que a sua trajetória de vida, que a sua trajetória política nos trouxe e que vem como uma grande contribuição. Digo-lhe isso não como seu Ministro apenas, porque não teria grande mérito em dizê-lo, mas como um diplomata que completa aproximadamente 40 anos de carreira e que viu durante esses 40 anos muitas coisas ocorrerem, mas que raramente viu, não digo que nunca, mas que raramente viu a política externa brasileira tão ativa, tão presente, tão respeitada por esse mundo afora.

Nós todos sabemos os dados de comércio, nós todos sabemos que isso não é retórica, que essas questões são realidade. Então o desafio, meus jovens e queridos colegas que entram para o Itamaraty, agora de maneira plena, é contribuir para essa política externa. Desenvolvê-la, criticá-la inclusive, porque nós sempre temos dito, ao contrário do que ocorreu no passado, que a crítica é bem vinda. Nós achamos que na política externa, na diplomacia, não há liderança por imposição, a liderança vem da inspiração. É isso que recebo do Presidente Lula e é isso que procuro transmitir, com o apoio do Secretário-Geral e dos outros chefes da casa, para meus colegas. É pela inspiração que nós podemos exercitar alguma liderança, se é que cabe falar de liderança.

Presidente, nós enfrentamos ainda grandes desafios. Muitos deles vêm, naturalmente, Vossa Excelência sabe, da dificuldade de recursos. Sabemos do apoio que Vossa Excelência tem procurado dar ao Itamaraty em momentos difíceis. Nós também sabemos da contribuição que devemos dar a metas que dizem respeito ao país como um todo, que possibilitem, inclusive, um esforço adicional em relação à área social. Mas contamos e seguiremos contando com a sua compreensão, para que possamos fazer aquilo que é indispensável.

Não vou cansá-lo, Presidente, nem cansar os meus colegas com estatísticas, mas nós fizemos uma pequena comparação e se os números não tiverem exatos eles poderão ser corrigidos, mas é mais ou menos o que vou dizer: na sua gestão, em dois anos e meio, o senhor recebeu mais ou menos o dobro do número de presidentes estrangeiros que foram recebidos no mesmo período pelo seu antecessor. O número de viagens de Ministros de outras pastas, ministro da saúde, ministro do comércio, outros ministros ao exterior é infinitamente superior ao número anterior. Tudo isso exige apoio, dedicação de nossos colegas, exige trabalho e exige também recursos materiais. Um número que dizia antes Presidente, que não mencionei antes, creio que Vossa Excelência também não mencionará, tudo isso trás resultados concretos, não são questões abstratas, as pessoas costumam criticar as viagens do Presidente, ou as visitas

estrangeiras aqui, mas eu fiz uma estatística, olhando até casualmente os números, que entre os trinta maiores mercados brasileiros – e portanto não se pode dizer que a base inicial é baixa, – os dez que mais cresceram, se compararmos o primeiro semestre desse ano com o primeiro semestre do ano passado, são países em desenvolvimento. E todos eles Presidente, ou o senhor visitou ou recebeu visita do Chefe de Estado ou do Chefe de Governo correspondente. Então quando se fala em aumento do saldo comercial, na diminuição da vulnerabilidade externa, a política externa não é estranha a isso. Ela não é o único fator certamente. Os nossos empresários têm aprendido a vender, outros ministérios têm trabalhado ativamente, mas o contexto que Vossa Excelência tem criado para o relacionamento internacional do Brasil é fundamental para isso.

Obviamente política externa não se faz só com números, ela se faz também com ações de paz, com ações de solidariedade e creio que o Brasil tem muito do que se orgulhar nessas áreas. Recordo-me, logo no início do seu Governo, da postura firme e clara e sem confrontações que Vossa Excelência tomou, que nós tomamos seguindo orientação de Vossa Excelência, em relação à Guerra do Iraque e nós hoje estamos vendo o que está ocorrendo no Iraque. Nós estamos vendo o que está sofrendo o povo iraquiano e o que estão sofrendo inclusive as tropas que lá estão presentes. Se nós tivéssemos buscado, ou persistido um pouco mais, nós digo a humanidade, em uma solução pacífica teríamos talvez algo mais a comemorar.

Senhor Presidente, há, portanto, esse aspecto que é preciso ter presente: política externa se faz principalmente com o cérebro das pessoas, com a dedicação das pessoas. Nós não fazemos escolas, salvo uma ou outra talvez em algum país da África, nós não fazemos estradas, nós não produzimos navios, nós não produzimos aviões. Mas a política externa tem algo a ver com toda essa dimensão que o Brasil tem ganho internacionalmente e tudo isso resulta também em postos de trabalho, em melhores condições para o povo brasileiro, em mais respeito pelas nossas posições, em qualquer assunto, quando temos que defender a família de um brasileiro morto brutalmente em Londres, quando temos que tratar de outros brasileiros que às vezes são humilhados em outros países. Tudo isso, Presidente, exige, portanto, recursos materiais e também recursos humanos. E eu queria mencionar por que isso é uma verdade que tem que ser apreciada e sei que contarei com seu apoio para isso. Nós não poderemos aparelhar essa carreira para enfrentar os desafios, e eu não digo nem os da sua política externa, que introduziu um grande dinamismo, mas até para os desafios de ontem com os recursos que nós temos hoje. Nós temos mais ou menos o mesmo número de diplomatas que tínhamos vinte anos atrás. Vinte anos atrás havia talvez 300, 400 mil brasileiros no exterior, hoje são 4 milhões. O Brasil não se relacionava como se relaciona hoje com países

da África, com países árabes, com tantos outros países que Vossa Excelência visitou ou cujos governantes Vossa Excelência recebeu aqui. Por isso nós necessitamos de seu apoio. Em breve Vossa Excelência estará recebendo, espero contar com o apoio rápido do Ministério do Planejamento para termos um projeto de medida provisória sobre este tema, sabemos das dificuldades da medida provisória mas se trata de algo que diz respeito à estrutura do Executivo apenas, e portanto mereceria este tratamento.

Essa medida provisória, Presidente, apenas para que saibam nossos colegas também, tem dois ou três aspectos: um é o aumento dos quadros. Não podemos viver mais com os mil diplomatas que tínhamos, até porque muitos estão em outros ministérios (ontem na Comissão Mista com Moçambique olhei para a primeira fila do lado brasileiro, teoricamente eram representantes de outros ministérios, e todos eram do Itamaraty, todos sem exceção). Nós damos esta contribuição com muita alegria e acho que é motivo de orgulho porque na realidade o Itamaraty é a única escola de Governo no Brasil. Mas isso tem um custo para nós e precisamos aumentar os quadros.

Precisamos também, Presidente, e eu me permito falar diretamente aos meus colegas, melhorar as oportunidades, a perspectiva de ascensão funcional para os colegas que entram na carreira. Presidente, eu não fui dos mais jovens Embaixadores. Tive percalços políticos na minha carreira, ainda assim, cheguei a Embaixador com 47 anos. Hoje, quando chega um Embaixador com 50, 51 anos é considerado muito moço, porque a média é 56, 57 anos. Isso tem que mudar. Nós temos que dar perspectivas de acesso aos jovens e uma das coisas que nós fizemos na nossa reforma, que será submetida a Vossa Excelência, é facilitar a aceleração do fluxo de diplomatas na carreira e isso é algo muito importante. Faremos outra coisa também, Presidente, que é importante: os Ministros viajam e verificam que há dificuldades até de apoio a eles. Outro dia eu ouvia o Ministro Furlan falando, de forma bem intencionada como não poderia deixar de ser, sobre o apoio reduzido que teve em uma Embaixada africana. Sei disso e ninguém pode ignorar isso. Já passei por isso muitas vezes e Vossa Excelência mesmo passou. Mas é porque não há estímulos suficientes. Nós temos que criar estímulos suficientes, estímulos de carreira, estímulos pecuniários, estímulos em ajuda à educação, que é preciso ter. O brasileiro tem teoricamente pela constituição direito e acesso à educação. O brasileiro diplomata não tem, por que ele vive no exterior. Alguns podem compensar isso se eles estão em um país onde a vida é mais fácil, mas há países onde isso não é possível. Eles não podem ter os filhos em escolas públicas, eles têm que ter em escolas privadas, é certamente o caso de grande parte dos países africanos. Então, precisamos encontrar solução para estas questões e sei que contaremos com Vossa Excelência.

Presidente, também tenho que mencionar que além destes estímulos, e isso é um desafio para mim mesmo e para o Secretário-Geral, nós não conseguimos encontrar uma solução para isso, nós temos que assegurar a renovação. Os quadros da minha geração e das outras têm que compreender quando chegou o momento de ceder o passo aos mais jovens. Digo isso como um diplomata, não tanto como Ministro. Há um momento em que nós temos que entender que nossa experiência terá que ser usada de outra forma, seja dirigindo o Instituto Rio Branco, como está hoje fazendo o brilhante Embaixador Fernando Reis, seja como um Assessor Especial para assuntos delicados e difíceis como o Embaixador Ouro Preto, seja em áreas onde a sabedoria é importante mas a energia da juventude já não seja tão importante. Nós temos que aprender, como em todas as carreiras, que há um momento de ceder o passo. E esse é um dos grandes desafios que nós temos pois a legislação e os mandatos de segurança não nos favorecem, mas nós temos que encontrar um caminho para isso.

Presidente me desculpe, alonguei-me mais do que queria. Queria falar de coração da minha alegria, da minha gratidão. Nunca esquecerei o momento, que talvez tenha sido, eu já havia sido Ministro antes como o senhor sabe, tenho muita honra de ter servido sob a orientação do Presidente Itamar Franco, um homem de grande integridade que contribuiu muito para a transição democrática do Brasil, mas eu nunca esquecerei talvez o momento de maior alegria profissional que tive que foi o momento em que Vossa Excelência me convidou para ser Ministro de um Governo com a promessa de renovação do Brasil, com a promessa de que o Brasil será um país não só democrático o que nós queremos que ele continue a ser, com instituições fortes, mas um país socialmente mais justo, um país que sabe se respeitar e porque sabe se respeitar é também respeitado no resto do mundo.

Obrigado, meus colegas, bem-vindos ao Itamaraty.

ANEXO H – ÍNTEGRA DO DISCURSO NA FORMATURA DO CURSO DE FORMAÇÃO DO INSTITUTO RIO BRANCO, PRONUNCIADO PELO PRESIDENTE LULA NO PALÁCIO DO ITAMARATY, EM BRASÍLIA, NO DIA 01 DE SETEMBRO DE 2005

Excelentíssimo senhor José Alencar, vice-presidente da República,

Minha querida companheira Marisa,

Meu querido companheiro, embaixador Celso Amorim, ministro das Relações Exteriores e sua esposa, Ana,

Meu querido companheiro embaixador Samuel Pinheiro Guimarães, secretário-geral das Relações Exteriores,

Embaixador Fernando Guimarães Reis, diretor do Instituto Rio Branco,

Embaixador Everton Vieira Vargas, paraninfo da Turma Celso Furtado,

Senhoras e senhoras diplomatas,

Senhoras e senhores formandos,

Secretário Marcos Sperandi, orador da turma,

Meus amigos e minhas amigas,

Meu querido companheiro Marco Aurélio Garcia,

Com grande satisfação, volto a esta Casa para participar da formatura de nova turma de diplomatas.

A partir de hoje, vocês poderão orgulhar-se de pertencer plenamente ao corpo de servidores públicos que se destacam pelo elevado grau de profissionalismo e pelo compromisso com os objetivos nacionais.

Este também é um momento especial para o Instituto Rio Branco, que completa 60 anos dedicados à preparação dos quadros do Itamaraty, para a nobre missão de representar o Brasil e defender seus interesses.

Desde o início do meu governo e sob a condução segura do meu querido chanceler Amorim, o Itamaraty tem tido um papel de destaque na construção de um novo projeto de nação.

Nossa diplomacia não é apenas um instrumento de projeção externa do país, mas um elemento constitutivo de nosso projeto coletivo de desenvolvimento. Para cumprir esses objetivos, a Casa de Rio Branco teve inédita autonomia administrativa que lhe permitiu, em sintonia com as grandes orientações políticas do governo, levar adiante uma política externa de perfil elevado, inovadora e afirmativa.

A criatividade, o entusiasmo e o empenho de cada um de vocês permitirão aprofundar esse projeto. Ele não pertence a um partido ou grupo, não se subordina a engajamentos ideológicos e, menos ainda, se alimentam de pretensões de lideranças regionais.

Os objetivos que norteiam a nossa política externa são a defesa do interesse nacional e a solidariedade continental, o que implica construir uma ordem internacional mais democrática e equitativa.

A escolha de Celso Furtado para patrono desta turma demonstra que vocês, jovens formandos, compartilham essa visão. Temos todas as razões para homenagear esse admirável brasileiro, um dos grandes pensadores latino-americanos, lúcido intérprete do Brasil. Homem de pensamento e ação, Celso não se contentou em fazer um diagnóstico dos problemas e desafios que, secularmente, impediram o país de realizar seu potencial de nação. Engajou-se na transformação dessa realidade.

Essa postura inspira as ações externas de meu governo, uma atuação que está a serviço do desenvolvimento nacional e da construção de um Brasil mais solidário. Não aceitamos como fato consumado uma ordem internacional injusta, sustentada por processos decisórios poucos transparentes e pouco democráticos. Nossa atuação diplomática é fundada na defesa de princípios, mas também na busca de resultados. Tem uma dimensão utópica sem deixar de ser pragmática.

Vivemos em um mundo difícil, em que a correlação de forças é adversa às legítimas aspirações dos países em desenvolvimento. Não podemos nos acomodar à inércia e à inação, menos ainda à submissão pregada por alguns poucos em nome de um discutível realismo.

Senhoras e senhoras,

Em um mundo globalizado e interdependente, nossa contribuição à paz e à democracia é determinada pelo princípio da não-indiferença. Por isso, nos engajamos nos esforços de estabilização do Haiti. Aceitamos o desafio de assumir o comando da Missão de Paz naquele país, atendendo a uma solicitação das Nações Unidas.

Essa é uma oportunidade histórica para os países da América Latina e do Caribe demonstrarem que é possível um novo modelo de cooperação internacional. Um modelo em que o restabelecimento da ordem e da segurança esteja alicerçado na recuperação econômica e na transformação social, nunca na truculência.

Graças à Missão das Nações Unidas, o Haiti caminha hoje para a realização de eleições democráticas que renovam esperanças no seu futuro. Respeitosos dos princípios da não-

intervenção sem arrogância, mas também sem indiferença, contribuímos para a solução de crises em países de nossa América do Sul.

Ao mesmo tempo, estamos fortalecendo o projeto de integração física, indispensáveis, para dar à região, condições de inserir-se competitivamente no mundo de hoje.

O mesmo compromisso político e ético nos levou, em 2004, a lançar a Ação Internacional contra a Fome e a Pobreza. A iniciativa reuniu 60 líderes mundiais em Nova Iorque e trouxe para o centro da agenda Internacional a urgência de se enfrentar esses dois flagelos. O compromisso de mais de 100 países no sentido de buscar fontes alternativas inovadoras de financiamento reforçam nossa convicção de que é possível eliminar a pobreza extrema em nosso Planeta.

Igual espírito de solidariedade tem presidido o resgate e o aprofundamento de nossas relações com a África. Em três visitas ao Continente, já estive em 14 países e assumi o compromisso de retornar todos os anos à região com a qual temos afinidades históricas e culturais.

As relações do Brasil com os países africanos, tanto em matéria de cooperação como de comércio, vêm ganhando intensidade sem precedentes. Somente neste último mês de agosto, recebi a visita de dez líderes africanos. Estamos lançando parcerias mutuamente vantajosas, sem assistencialismo, que abrem oportunidades promissoras de negócios em frentes inovadoras de colaboração.

Confiamos nos esforços de transformação política que está em curso no continente africano. À frente da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa e em coordenação com a União Africana, o Brasil tem contribuído para a normalização institucional em pontos consagrados da região. Apoiamos a retomada da democracia em São Tomé e Príncipe. Colaboramos para o diálogo político e a capacitação institucional, social e econômica de Guiné-Bissau.

Senhoras e senhores,

As realizações de nossa diplomacia, nesses dois anos e meio de governo, reforça minha convicção de que estamos no caminho certo. São muitas as manifestações de respeito e estímulo ante essa mudança da presença do Brasil na cena internacional.

É amplamente reconhecida a contribuição que temos prestado para a democratização dos organismos multilaterais e para a conformação de uma nova geografia política, econômica e comercial.

A constituição do G-20, que contou com a colaboração decisiva do Brasil, alterou a dinâmica do processo decisório da Organização Mundial do Comércio, trazendo países em desenvolvimento para o centro das negociações.

A Organização Mundial do Comércio está deixando de ser um clube dos ricos em benefício do sistema multilateral de comércio como um todo. Trabalharemos agora para concluir, com êxito, as negociações da Rodada de Doha.

O comércio deve tornar-se definitivamente uma alavanca do desenvolvimento e permitir que a criatividade e a competitividade de nossa gente sejam justamente recompensadas.

Estamos empenhados na eliminação dos subsídios bilionários à exportação e na redução drástica do apoio interno à produção agrícola dos países desenvolvidos. Os recursos hoje gastos com subsídios agrícolas são seis vezes maiores do que o montante adicional necessário para implementar as Metas do Milênio.

A democratização do sistema internacional não será completa sem uma efetiva reforma das Nações Unidas que necessita maior eficácia e legitimidade. Juntamente com os parceiros do G-4, temos insistido na necessidade, em particular, de ampliar o Conselho de Segurança. É inadiável torná-lo mais representativo, com a inclusão de países em desenvolvimento entre os membros permanentes.

Ninguém ignora a complexidade dessa tarefa. Mas estamos convencidos da importância e da oportunidade dessa discussão. A nova correlação de forças internacionais que almejamos, para além de um mundo unipolar, passa também por parcerias estratégicas alternativas e pelo reforço do diálogo Sul-Sul.

Ainda no primeiro ano de meu governo formamos o Ibas, com Índia e África do Sul. Ao juntarmos as três grandes democracias do mundo em desenvolvimento criamos novo mecanismo de articulação entre países com grande potencial de cooperação econômica, cultural e científica.

A realização em Brasília, em maio de 2005, da Cúpula América do Sul/Países Árabes, reforçou nossa convicção de que os países em desenvolvimento, atuando de forma coordenada, têm condições de encontrar as respostas para os desafios comuns. Abrimos novas e promissoras oportunidades de negócios entre as duas regiões e inauguramos um encontro inédito de civilização sobre o signo do diálogo e da tolerância.

Senhoras e senhores,

Desde o primeiro dia de governo ressaltei que o foco prioritário de nossa diplomacia seria a criação de uma América do Sul mais unida, próspera e estável. Quero reconhecer de público o trabalho incansável do Itamaraty para tornar realidade o sonho da integração sul-americana.

Estamos provando que com paciência, dedicação e visão de futuro, é possível atingir objetivos ousados que antes não saiam do papel. Não foi pouco realizado nesses dois anos e meio.

Criamos as bases da Comunidade Sul-Americana de Nações, que se reunirá pela primeira vez após sua fundação em Cuzco, em Brasília, dentro de poucas semanas.

Estamos avançando rapidamente nas áreas de infraestrutura e integração energética, fundamentais para a consolidação de um espaço sul-americano. Ao mesmo tempo, concluímos acordos comerciais com a Comunidade Andina, que estabelecem praticamente uma área de livre comércio na região.

Estamos tornando a América do Sul uma realidade tangível para os brasileiros que, por muito tempo, viveram de costas para seus vizinhos. O fortalecimento do MERCOSUL é pedra angular desse esforço de integração. E as relações com a Argentina, seu motor essencial.

É preciso reconhecer que, muitas vezes, não temos tido agilidade para responder às expectativas criadas e para superar os entraves inerentes a qualquer processo de integração profunda.

Precisamos avançar mais levando em conta as preocupações legítimas de nossos parceiros. Temos que aumentar as nossas importações, sobretudo dos sócios menores e avançar na integração das cadeias produtivas.

O futuro do MERCOSUL depende, em última análise, de nossa capacidade de desenvolver políticas industriais e agrícolas comuns e de fortalecer o Bloco no plano institucional.

Temos razões para otimismo. O comércio intra-regional retoma com vigor sua trajetória ascendente. Em 2004, nossas exportações para os países do MERCOSUL aumentaram 60%. O poder de atração do Bloco, cada vez maior, se reflete no número crescente de países associados e no dinamismo de nossas negociações externas.

Senhoras e senhores,

A política externa brasileira alcançou um novo nível de maturidade. Não estamos mais limitados por fronteiras imaginárias ou fórmulas prontas. Estamos explorando oportunidades de diálogo, cooperação e negócios, onde quer que elas existam.

Desenvolvemos parcerias diversificadas e relações mais equilibradas com todas as regiões do mundo. Na melhor tradição de nossa diplomacia, temos feito isso sem confrontações estéreis e valorizando sempre as relações indispensáveis com parceiros tradicionais do mundo industrializado.

Para aqueles que acreditam nas estatísticas, basta olhar os resultados excepcionais do nosso comércio exterior. Desde 2003, nossas vendas para os Estados Unidos e para a União Europeia crescem em ritmo acelerado. As exportações para os Estados Unidos, somente neste

ano, aumentaram quase 24%. Esses números espelham o excelente nível de entendimento político bilateral.

Nossas vendas para os países em desenvolvimento aumentaram exponencialmente e já representam mais de 50% de nossas exportações, concentrando-se em produtos de maior valor agregado. O comércio exterior brasileiro, que já ultrapassou a marca histórica de 110 bilhões de dólares, é tão somente expressão de uma realidade maior.

O Brasil está assumindo um papel de crescente relevo no cenário internacional, articulando seus interesses com base no diálogo e em nome de valores universais, democráticos e humanistas.

Estamos projetando lá fora os êxitos econômicos e sociais que temos tido aqui dentro. Depois de tantos anos de recessão e crescimento medíocre, entramos na rota de crescimento sustentado. Isso permitiu criar mais de 3 milhões e 250 mil novos empregos com carteira profissional assinada.

Oito milhões de famílias – e serão 8 milhões e 700 mil famílias em dezembro – já se beneficiam dos programas de transferência de renda do governo. Domamos a inflação e nossa vulnerabilidade internacional teve uma redução sem precedentes nas últimas décadas. O Brasil se constitui em um ponto de atração para investimentos produtivos de todo o mundo.

Em suma, o Brasil se afirma como nação que toma as rédeas de seu destino. Um país que ouve e é ouvido.

É por isso que hoje, um dia especial na vida dos novos diplomatas, quero deixar-lhes uma mensagem ao mesmo tempo singela e poderosa. Inspirem-se no exemplo de Celso Furtado. Acreditem sempre no Brasil, em seu imenso potencial como nação e na capacidade transformadora do nosso povo.

Por isso, eu quero desejar a todos boa sorte e dizer a vocês que nós saímos da teoria para a prática com coisas consideradas extraordinárias para o nosso país. Eu vou ler alguns números, sobretudo para vocês que estão assumindo essa tarefa importante de representar o Brasil no mundo.

No mês agosto, a balança comercial bateu o seu quarto recorde consecutivo. As exportações, em maio, fecharam com 9,8 bilhões. No mês de junho, as exportações ultrapassaram pela primeira vez a marca dos 10 bilhões, foram 10 bilhões e 200. Em junho, as exportações chegaram a 11 bilhões. Em agosto, os números confirmaram a sustentabilidade e as exportações chegaram a 11 bilhões e 300 milhões, com um saldo positivo de 3,7 bilhões de dólares.

Mais importante, no mês de agosto outros recordes também foram batidos. As importações atingiram a cifra recorde de 7 bilhões e 700, quebrando a barreira dos 7 bilhões. A corrente de comércio também alcançou cifra recorde de 19 bilhões. Em comparação com agosto no ano passado, os números ficaram assim: as exportações cresceram 20% e as importações, 31%. No acumulado de 12 meses, novos recordes: exportações de 111 bilhões e 200 milhões e importações de 71 bilhões e 100 milhões, somando 182 bilhões na corrente de comércio, um recorde histórico do nosso país. O saldo disso tudo foram 40 bilhões de dólares favoráveis ao Brasil.

Eu quero aproveitar a emoção dos jovens que estão se formando hoje, depois dos discursos brilhantes de todos que me antecederam, para fazer alguns reconhecimentos. Primeiro, a felicidade de ter escolhido o Celso Amorim para ser ministro das Relações Exteriores do meu governo. Não apenas porque o Celso Amorim é um diplomata calejado, experimentado, e não basta isso para exercer o papel de chefe das nossas Relações Exteriores. É preciso, além de toda essa graduação, de toda essa formação intelectual, a pessoa ter vontade e acreditar naquilo que faz. Eu não sei se em algum momento histórico, mesmo ele, quando foi Ministro do outro governo, se teve a disposição que ele tem hoje para trabalhar, porque uma coisa é você cumprir uma função, outra coisa é você fazer uma coisa que você acredita que a tua consciência e que o teu coração dizem: vai nessa, que nós vamos vencer.

Eu me lembro que quando eu chamei o Celso Amorim e, logo depois, convidei o Marco Aurélio para trabalhar como meu assessor, não faltaram pessoas que tentaram criar disputas de que eu tinha um chefe das relações internacionais e um assessor especial e que, portanto, ia ter um confronto entre os dois. Saíram matérias, no começo precisou-se explicar, e eu acho que é importante dizer: a relação entre Celso Amorim, que cumpre a função institucional de ser ministro das Relações Exteriores, e a relação com Marco Aurélio, que cumpre uma outra função tão nobre quanto se tivesse o título de ministro ou de embaixador, que faz um trabalho que possivelmente qualquer um outro e até eu, teria dificuldade de fazer, porque o Marco Aurélio vem de uma relação com a esquerda da América Latina e a esquerda europeia, que eu acredito que poucas pessoas tiveram o prazer de dizer isso em todo o tempo em que ele foi secretário de Relações Internacionais do PT. E, para nossa felicidade, muitos companheiros que eram militantes de esquerda na década de 80 estão se transformando em governo.

Então, nós passamos a ter uma relação privilegiada com presidentes e com ministros que eram militantes, junto conosco, do Foro de São Paulo, tentando encontrar uma saída democrática para a esquerda na América Latina.

Essa função de assessor especial é uma função que permite, ao mesmo tempo, a gente ter uma relação de alto nível com o presidente de um país e, ao mesmo tempo, ter uma relação de alto nível e de confiança com a oposição daquele país, com os sindicatos daquele país, com os grupos indígenas, com o movimento social, porque é uma relação construída ao longo de 15 ou 20 anos. Não é uma coisa que aconteceu porque alguém tem um cargo, é uma coisa que aconteceu porque nós temos uma relação.

Então, eu quero, Celso Amorim, falar isso porque já estamos com 32 meses de governo e eu acho que você e o Marco Aurélio deram uma dimensão extraordinária de que é possível a gente construir não apenas a grande diplomacia brasileira, mas é capaz de fazer mais do que isso, a gente é capaz de ir à Bolívia conversar com os presidentes, conversar com os senadores e depois chamar o Evo Morales e conversar com ele com a mesma respeitabilidade, com o mesmo grau de reconhecimento, e assim vale. Foi isso que permitiu que a gente conseguisse criar o Grupo de Amigos para ajudar a Venezuela, porque ao mesmo tempo que a gente conversava com o Chávez, ao mesmo tempo que a gente conversava com a direita na Venezuela, a gente conversava com os setores de esquerda da Venezuela, para que houvesse essa compreensão.

O mesmo aconteceu com o Equador, o mesmo aconteceu com o Uruguai, é uma coisa que eu acho extraordinária, essa relação entre vocês dois e a possibilidade de ver a América do Sul numa ascensão de consolidação da democracia, tal como estamos vivendo hoje.

A segunda coisa, Celso, que eu acho extremamente importante é – obviamente que os números comerciais não dependem apenas da questão de comércio exterior – eu não acredito em política que a gente não olhe no olho das pessoas, o tocar de mão, o abraço. Eu não acredito que as pessoas comprem o que não veem, que as pessoas comprem o que não conhecem. E o desafio que eu impus a mim, antes da campanha, durante a campanha e depois de eleito, era de que o Brasil precisava parar de pensar pequeno, o Brasil precisava parar de se achar um país de Terceiro Mundo, coitadinho, que dependia muito da sua relação com os Estados Unidos, que dependia muito da sua relação com a Europa, que dependia muito se podia ou não podia fazer, porque os ricos não gostariam. Nós partimos do pressuposto de que respeito é bom, nós gostamos de dar e gostamos de receber e, para além da nossa relação com os países mais importantes do mundo, tem a nossa relação com o nosso povo, a nossa relação com o tipo de nação que nós queremos construir, e a nossa relação com os objetivos que nós construímos para o futuro deste país. E nós provamos que o Brasil pode ser tão respeitado na sua relação internacional quanto qualquer país do mundo.

Para isso, basta que você se respeite e vocês, que vão agora adentrar na diplomacia brasileira, que vão viajar o mundo representando o Brasil, um conselho de um presidente da República, de um sindicalista que passou a vida inteira negociando: vocês só serão respeitados se vocês se respeitarem, portanto, nunca abaixem a cabeça numa negociação.

Toda vez que vocês estiverem vacilando, lembrem-se que vocês representam um país de 186 milhões de habitantes, que têm aspirações, que têm desejos e que estão depositando confiança nos nossos jovens diplomatas, que estão com entusiasmo, que estão com esperança, que estão com o objetivo de fazer este país ser cada vez maior.

Eu me lembro, porque Celso, o Itamaraty sempre me recebeu. A diplomacia brasileira sempre me recebeu bem no mundo inteiro, quando eu não era presidente, quando eu era oposição. Você mesmo me recebeu. Nossos embaixadores no mundo inteiro me receberam com muita fidalguia, com muita diplomacia. Eu nunca tive nenhum problema nas nossas relações, onde quer que seja, fosse eu como dirigente sindical ou eu como candidato da oposição. Hoje como presidente eu sei que sou melhor cuidado, pelo menos igual.

Mas de qualquer forma, nós temos que estar convencidos que mudou a diplomacia brasileira. Ela mudou com os mesmos diplomatas, ela mudou com os mesmos profissionais que nós tínhamos antes. E por que ela mudou? Ela mudou exatamente porque ela tem uma orientação, ela definiu preferências, ela definiu objetivos. Nós não poderíamos ficar de costas para a América do Sul vendo os países com fronteira conosco comprando produtos de outros continentes porque nós não temos estradas, porque não temos pontes, porque não temos aviões, não temos aeroportos, não temos portos.

Ou nós nos convencemos de que temos que participar desse processo de integração, e no dia 9, Celso, estaremos lá no Peru para lançar a pedra fundamental da Rodovia Bioceânica, ou seja, que vai ligar definitivamente... sabe, discurso teórico de mais de um século e meio que motivou Bolívar, que motivou Martín, que motivou tantos heróis da América Latina, nós vamos concretizar no dia 9, com o lançamento da pedra fundamental de uma estrada que, a começar do Acre, vai ligar o Brasil ao Oceano Pacífico.

Nós estamos fazendo, Celso, acho que foi você que me falou, nós estamos tentando conduzir, através de uma política de financiamento do BNDES, aquilo que Bolívar tentou fazer com a espada, que outros tentaram fazer com a luta, nós estamos fazendo com política de financiamento, muitas vezes criticada dentro do Brasil de que nós estamos financiando. Nós não estamos financiando, nós estamos exportando serviços brasileiros e o Brasil só tem a ganhar com isso, sem que a gente, em algum momento, numa palavra, num gesto, a gente transmita qualquer ideia de que queremos ter hegemonia.

Eu tenho dito a todos os presidentes: nós queremos ter parceria, nós não queremos ter hegemonia, porque ninguém é líder porque pede para ser líder, ninguém é líder porque tem mais dinheiro, ninguém é líder porque fala mais grosso ou mais fino. Os líderes surgem quando os liderados o escolhem como líder e o Brasil quer construir uma parceria forte com a América do Sul sim, porque é um mercado extraordinário, não apenas para o Brasil, mas para o desenvolvimento de cada país da América do Sul, porque não seremos ricos se tivermos nas nossas costas países miseráveis onde persiste a fome, o desemprego e a miséria.

Depois, a política para a África, eu sei que tem muita gente que não gosta, ou pelo menos não gostou: "o Brasil deixar... o presidente Lula deixar de ir para os Estados Unidos mais uma vez, deixar de ir para Paris mais uma vez, deixar de ir para Londres mais uma vez, para ir para a África? Quatorze vezes já foi para a África." Já fui 14 e, se Deus quiser, no ano que vem visitarei mais quatro ou cinco países. Não apenas porque nós temos razões de sobra para visitar a África porque temos dívidas históricas com os africanos, devemos parte do que somos aos africanos, mas porque nós sabemos que aquela região do mundo não se desenvolveu porque durante mais de 300 anos nós tiramos de lá a parte mais sadia da população, a parte mais jovem que poderia ter contribuído para o desenvolvimento. Ela veio ser escrava no Brasil, nos Estados Unidos, no Haiti, em Cuba e em tantos outros países.

Portanto, nós temos que visitar a África quantas vezes for necessário. E não apenas pensando em comércio, porque não se faz relação apenas pensando em comércio, se faz relação pensando em política, se faz relação pesando em cultura, se faz relação, sobretudo, não pensando em vender nada, mas pensando em fazer políticas de colaboração e de cooperação com países africanos e com outros países.

Vai ser assim para a América Latina. Eu me lembro que muita gente não gostou da nossa relação com o Oriente Médio, mas onde é que estava escrito que a relação preferencial com o Oriente Médio tinha que ser dos Estados Unidos, tinha que ser da Inglaterra, da França ou da Rússia? Não estava escrito em lugar nenhum, não tem manual na ONU, não está na Bíblia, não está em lugar nenhum, porque só eles é que podem ter relações e nós não temos relações.

Assumimos o desafio de fazer uma Cúpula, aqui. Não pensem, alguns diplomata sabem, aqui, do Itamaraty, porque sofreram muita pressão para que ela não existisse. E ela, depois de tudo, depois da má vontade de alguns, a Cúpula se realizou, e o sucesso eu acho que não poderia ser melhor.

Estamos pensando maior, estamos pensando em fazer uma Cúpula, a Nigéria já se ofereceu como território, o Obasanjo, está vindo aí, no dia 6, e vamos ver se ele está disposto a bancar uma Cúpula na Nigéria entre América do Sul e países africanos. E vamos fazer, se Deus

quiser, sem que isso diminua a nossa relação com os Estados Unidos, porque não precisa ser diplomata, formado no Rio Branco, para saber que a nossa relação com os Estados Unidos tem que ser cuidada com carinho especial pela importância que os Estados Unidos têm no mundo, pela importância do Brasil e pelo potencial dos dois países.

Da mesma forma com a União Europeia. Jamais queremos brigar com a União Europeia. Nós só queremos dizer para eles: temos o mesmo direito que vocês. Não somos menores, não queremos ser maiores, mas nós queremos que vocês tornem o comércio mundial mais justo, favorecendo os países mais pobres. Fazemos assim com a China. Nós não tivemos nenhum problema de reconhecer a China como economia de mercado. Mas não teremos nenhum problema em colocar salvaguardas para evitar que os produtos chineses possam, de forma descontrolada, causar qualquer problema na economia brasileira.

É com essa altivez, é de cabeça erguida que vocês irão vencer na vida. É de cabeça erguida e com altivez que vocês serão os diplomatas que vocês sonharam ser e conquistarão o respeito que vocês precisam e merecem ter, não apenas de nós, brasileiros, do governo brasileiro, mas também dos povos estrangeiros e dos governos estrangeiros.

Quando vocês estiverem numa Embaixada, como São Tomé e Príncipe, pequena, humilde, e o Brasil tem que ter porque tem muita gente que fala: "não, mas está gastando muito dinheiro com a diplomacia, o governo está querendo montar Embaixada em país africano pequenininho." Puro preconceito, porque quando você visita esses países, a maior Embaixada é dos Estados Unidos, ocupa quarteirões e quarteirões. Sabem por quê? Porque tem noção de Nação, tem noção de respeito e sabe que é importante o fincar de uma bandeira num pequeno território de alguns metros quadrados para estabelecer relação política. E nós ficamos com dó de gastar 5 mil dólares, 6 mil dólares, 10 mil dólares. Nós vamos ter que avançar e avançar muito para que o Brasil, definitivamente, a partir da mentalidade da nossa imprensa, a partir da mentalidade do nosso povo, a partir da mentalidade dos nossos diplomatas, que a gente faça diplomacia sem preconceito, como muitas vezes nós temos em relação a países da América do Sul; sem preconceito como às vezes temos com relação a países da África. Até porque nós jamais seremos uma grande Nação, se deixarmos de prevalecer dentro de nós duas coisas que torna a alma humana menor, que torna a consciência medíocre, que é a subordinação e o preconceito.

Tirem essas duas coisas da cabeça de vocês que certamente vocês serão vencedores, mais do que já foram até agora.

Meus parabéns, e muito obrigado a vocês.

ANEXO I – ÍNTEGRA DO DISCURSO DE ABERTURA DA 60ª SESSÃO DA ASSEMBLEIA GERAL DA ONU, PRONUNCIADO PELO MINISTRO CELSO AMORIM EM NOVA IORQUE (EUA), NO DIA 17 DE SETEMBRO DE 2005

Senhor Presidente,

Senhor Secretário-Geral,

Excelências,

Congratulo calorosamente o Embaixador Ian Eliasson, da Suécia, por sua assunção à Presidência da 60ª Assembleia Geral. Saúdo fraternalmente o Secretário-Geral Kofi Annan, cuja sabedoria e compromisso com o multilateralismo têm contribuído imensamente para o avanço das Nações Unidas. O Chanceler Jean Ping, do Gabão, merece um reconhecimento especial pela forma competente e dedicada como presidiu a 59ª sessão da Assembleia Geral.

A história nos oferece uma rara oportunidade de mudança. Não a desperdicemos. Paz, Desenvolvimento, Democracia, Respeito aos Direitos Humanos são os objetivos que nos unem. Reforma deve ser a nossa palavra de ordem.

O documento final da Cúpula certamente ficou aquém de nossas ambições. Mas fornece as diretrizes para levar a termo nossa tarefa.

A Assembleia Geral precisa ser fortalecida. Mais do que nunca, precisamos de um foro de representação universal onde as questões cruciais da atualidade internacional possam ser democraticamente debatidas. A Assembleia Geral deve prover liderança e direção política à Organização como um todo. Ao defendermos a autoridade da Assembleia Geral, mediante mudanças que a tornem mais ágil e produtiva, estamos defendendo a essência mesma das Nações Unidas.

O Conselho Econômico e Social deve voltar a ser um órgão vivo e influente. Deve servir para que encontremos convergências para questões relacionadas a comércio, finanças e desenvolvimento, em um ambiente livre de preconceitos e dogmatismos. O ECOSOC deve ser a instância deliberativa privilegiada na busca da conciliação entre os objetivos do crescimento econômico e da redução das iniquidades de uma globalização assimétrica. O Presidente Lula sugeriu neste ano, na Cúpula do G-8 em Gleneagles, que poderíamos começar a elevar a estatura do ECOSOC, organizando um segmento de alto nível com a participação, por exemplo, do Ministro da Economia da presidência rotativa do G-8. O ECOSOC deve também prestar sua contribuição na promoção da estabilidade e da paz, em parceria com o Conselho de Segurança, como estabelece o artigo 65 da Carta.

O estabelecimento de uma Comissão para a Construção da Paz preencherá uma lacuna institucional importante. Será o elo, hoje inexistente, entre segurança e desenvolvimento.

As estruturas e mecanismos da Organização na esfera dos direitos humanos devem ser reforçados e aperfeiçoados. Apoiamos a criação de um Conselho de Direitos Humanos que se baseie nos princípios da universalidade, do diálogo e da não seletividade. A elaboração de um relatório global sobre direitos humanos, a cargo do Alto Comissariado, que cubra todos os países e situações, contribuirá para aumentar a credibilidade do sistema de proteção dos Direitos Humanos das Nações Unidas.

O Secretário-Geral instou-nos a trabalhar de forma mais coordenada com vistas à proteção das vítimas de violações graves e sistemáticas dos direitos humanos. A cooperação internacional na esfera dos direitos humanos e da assistência humanitária deve orientar-se pelo princípio da responsabilidade coletiva. Temos sustentado - em nossa região e fora dela - que o princípio da não-intervenção em assuntos internos dos Estados deve ser acompanhado pela ideia da "não-indiferença".

Lidamos, hoje, com conceitos novos como "segurança humana" e "responsabilidade de proteger". Concordamos que devem ter um lugar adequado em nosso sistema. Mas é ilusório pensar que podemos combater os desvios políticos que estão na origem de violações graves de direitos humanos por meios exclusivamente militares, ou mesmo por sanções econômicas, em prejuízo da diplomacia e da persuasão.

A segurança humana resulta, principalmente, de sociedades justas e equitativas, que promovem e protegem os direitos humanos, fortalecem a democracia e respeitam o estado de direito, ao mesmo tempo em que criam oportunidades de desenvolvimento econômico com justiça social. As Nações Unidas não foram criadas para disseminar a filosofia de que a ordem deve ser imposta pela força. Esse recurso extremo deve ser reservado a situações em que todos os demais esforços tenham sido esgotados e as soluções pacíficas sejam realmente inviáveis. E o julgamento sobre a existência dessas condições excepcionais há que ser sempre um julgamento multilateral. A Carta contempla dois tipos de situação para o uso da força: a necessidade de manter ou restaurar a paz e a segurança internacionais, e o direito de legítima defesa. Esses dois conceitos não podem ser confundidos, sob pena de embaralharmos as bases doutrinárias da Organização.

Senhor Presidente,

A reforma do Conselho de Segurança destaca-se como peça central do processo em que estamos envolvidos. A necessidade de fazer com que o Conselho se torne mais representativo e democrático é reconhecida pela imensa maioria dos Estados-membros.

No horizonte histórico em que vivemos, nenhuma reforma do Conselho de Segurança será significativa se não contemplar uma expansão dos assentos permanentes e não-permanentes, com países em desenvolvimento da África, da Ásia e da América Latina em ambas as categorias. Não podemos aceitar a perpetuação de desequilíbrios contrários ao espírito do multilateralismo.

Um Conselho mais eficaz deve ser capaz, acima de tudo, de assegurar o cumprimento de suas decisões. Não parece razoável imaginar que o Conselho poderá continuar ampliando sua agenda e suas funções sem que se resolva seu déficit democrático.

Há dois anos, o Presidente Lula declarou, perante esta Assembleia, que toda nação comprometida com a democracia, internamente, deve lutar - em suas relações exteriores - por processos decisórios transparentes, legítimos e representativos. No mesmo espírito, o Secretário-Geral Kofi Annan apontou para as contradições a serem superadas, e cito: "Somos nós que vamos ao redor do mundo pregando a democracia. Acredito ter chegado a hora de aplicarmos isso a nós mesmos e assim mostrarmos que existe representação efetiva".

Senhor Presidente,

Estamos ainda distantes dos objetivos da Declaração do Milênio. A Sessão de Alto Nível destacou a importância de compromissos renovados com a Assistência ao Desenvolvimento e contribuiu para promover uma aceitação mais ampla da destinação de 0,7 por cento do produto nacional bruto como ajuda ao desenvolvimento. Ao mesmo tempo, devemos continuar a trabalhar com fontes inovadoras e adicionais de financiamento. Noto com satisfação que, desde o Encontro de Líderes Mundiais para a Ação Contra a Fome e a Pobreza, convocada pelo Presidente Lula há um ano, obtivemos progressos significativos. Um número crescente de Governos e de grupos não-governamentais se está juntando ao esforço para pôr fim à fome e à pobreza. Esta é a única guerra em que estamos empenhados. A única em que todos poderemos, um dia, declarar vitória.

No último ano, testemunhamos novamente atos brutais de terrorismo. Civis, mulheres e crianças inocentes são hoje vítimas de grupos adversários dos valores que compartilhamos. Como país cuja identidade não pode ser dissociada das noções de tolerância e diversidade, o Brasil rejeita de maneira veemente esses atos abomináveis, que atentam contra a própria noção de humanidade. Continuaremos a prestar nosso apoio a uma maior cooperação

internacional para o combate ao terrorismo e para a eliminação de suas causas profundas. Esses esforços devem respeitar o direito internacional e os direitos humanos. A luta contra o terrorismo não pode ser vista estritamente em termos de repressão por instituições policiais. Não podem tampouco tais ações resultar em mortes tão absurdas e indiscriminadas como as provocadas pelo próprio terrorismo. Apesar de não haver vínculo automático entre pobreza e terrorismo, problemas socioeconômicos severos - em particular, quando combinados com a ausência de liberdades civis e políticas - são fatores que podem expor as comunidades a atitudes extremas de grupos fanatizados. Expresso, desde já, a disposição brasileira de trabalhar intensamente com vistas à pronta conclusão de uma convenção abrangente sobre terrorismo.

Reconhecemos os riscos da proliferação de armas de destruição em massa. Não podemos, entretanto, deixar de lembrar a importância de reduzir e desmantelar os arsenais existentes de todas essas armas. Lamentamos profundamente que a VII Conferência de Revisão do Tratado de Não-Proliferação Nuclear não tenha produzido resultados tangíveis. Ao lado dos esforços para a não-proliferação, devemos continuar a trabalhar incansavelmente para o desarmamento nuclear.

Enfrentamos, além dos desafios a que já me referi, duas crises com impacto global: a explosão pandêmica do HIV/AIDS; e as trágicas ameaças derivadas das mudanças climáticas. O Brasil continuará mobilizado para promover a implementação dos instrumentos multilaterais para combater esses flagelos.

Senhor Presidente,

O Brasil está comprometido em reforçar a aliança estratégica com o principal parceiro em nossa região - a Argentina - e em construir uma América do Sul próspera, integrada e politicamente estável, a partir de nossa experiência no MERCOSUL, cujo aperfeiçoamento, nos planos econômico e político, continuaremos a buscar incessantemente. A Comunidade Sul-Americana de Nações, fundada em Cuzco, Peru, no ano passado, será um fator de fortalecimento da integração de toda a América Latina e do Caribe.

Nosso esforço de estabelecer alianças com outros países e regiões estende-se além do horizonte regional.

A criação do IBAS - grupo que compreende a Índia, o Brasil e a África do Sul - aliou três democracias da África, Ásia e América Latina, desejosas de estreitar os vínculos econômicos, políticos e culturais entre si e suas regiões.

Empenhamo-nos, junto com outros países, a formar o G-20, que colocou os países em desenvolvimento no centro das negociações agrícolas da Rodada de Doha. A ação do G-20 permitiu, pela primeira vez, no quadro do GATT ou da OMC, associar liberalização comercial com justiça social.

Fortalecer os laços com a África tem sido uma antiga aspiração brasileira. Nenhum outro governo no Brasil perseguiu esse objetivo com a determinação do Presidente Lula. O comércio e a cooperação entre o Brasil e a África cresceram de forma significativa. O diálogo intensificou-se. Temos contribuído para a consolidação da paz e da democracia em países como Guiné-Bissau e São Tomé e Príncipe. Ajudamos a combater a fome, a desenvolver a agricultura e, com grande empenho, a lutar contra o flagelo do HIV-AIDS em vários países irmãos do continente africano.

Tivemos a honra de, pela primeira vez, ter o Presidente da Nigéria e da União Africana nas comemorações da nossa data nacional.

A mesma solidariedade inspira a participação do Brasil nos esforços de paz das Nações Unidas no Haiti. O envolvimento do Brasil, bem como de outros países latino-americanos, no Haiti não tem precedentes tanto em termos de presença de efetivos militares quanto de articulação política. Animam-nos três objetivos principais: 1) a criação de um ambiente de segurança; 2) a promoção do diálogo entre as forças políticas, com vistas a uma verdadeira transição democrática; e 3) o efetivo apoio internacional para a reconstrução social e econômica do Haiti. O Haiti será, possivelmente, o primeiro caso-teste para a Comissão de Construção da Paz.

No Brasil, há um renovado interesse pelo mundo árabe, inspirado por fortes laços históricos e culturais. Além de iniciativas de cunho bilateral, temos procurado fortalecer laços com entidades regionais, como a Liga dos Estados Árabes e o Conselho de Cooperação do Golfo. Em maio de 2005, uma inédita Cúpula de países da América do Sul e dos países árabes foi realizada em Brasília. A Cúpula constitui um evento pioneiro que reuniu duas grandes regiões do mundo em desenvolvimento, em uma demonstração concreta e efetiva de harmonia entre civilizações.

Durante diversas viagens ao Oriente Médio, tive a oportunidade de conversar com uma variedade de interlocutores, incluindo as lideranças israelenses e palestinas. Essas lideranças estão cientes da disposição brasileira de apoiar o trabalho do Quarteto, como parceiro para a paz. A prática efetiva da tolerância e do respeito ao outro, e a convivência harmoniosa das diversas comunidades constituem, talvez, a nossa vantagem comparativa. Percebi que esta

convicção é compartilhada por importantes personalidades e líderes políticos tanto em Israel quanto na Palestina.

Senhor Presidente,
No limiar de um novo capítulo na vida das Nações Unidas, o Brasil estará comprometido com os ideais que levaram à criação da única Organização de vocação universal, a única que poderá garantir um futuro de paz e prosperidade, não para uns poucos, mas para todos.
Muito obrigado.

ANEXO J – ÍNTEGRA DO DISCURSO NA FORMATURA DO CURSO DE FORMAÇÃO DO INSTITUTO RIO BRANCO, PRONUNCIADO PELO MINISTRO CELSO AMORIM NO PALÁCIO DO ITAMARATY, EM BRASÍLIA, NO DIA 20 DE ABRIL DE 2006

Excelentíssimo Senhor Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva,
Dona Marisa,
Ana, minha mulher,
Embaixador Samuel Pinheiro Guimarães,
Embaixador Fernando Reis, Diretor do Instituto Rio Branco,
Embaixador Everton Vargas, Paraninfo da "Turma Wladimir Murtinho",
Senhor Antônio Augusto Cançado Trindade, Paraninfo da "Turma Afonso Arinos de Melo Franco",
Secretário Lauro Beltrão, Orador da "Turma Wladimir Murtinho",
Secretária Patrícia Chiarello, Oradora da "Turma Afonso Arinos de Melo Franco",
Caro amigo Marco Aurélio Garcia,
Demais Embaixadores, companheiros,
Formandos e formandas,
Familiares,
Membros da imprensa,

Presidente Lula, hoje é um dia muito especial para todos nós. É um dia consagrado ao Barão do Rio Branco e, portanto, Dia do Diplomata. É, também, um dia que tem duas significações especiais: primeiro, é a sua vinda ao Itamaraty, sua presença no Itamaraty, não por estar recebendo alguma autoridade estrangeira, mas sim para prestigiar a Casa de Rio Branco; e a segunda significação deste dia é a de ser o dia da formatura, do recebimento formal dos nossos novos colegas, alguns dos quais já estão provavelmente trabalhando, senão todos eles - porque hoje em dia, quando eles entram para o Rio Branco, já se tornam diplomatas. É o dia de recebê-los, formalmente, como membros da nossa instituição.

Presidente, eu não quero me alongar, primeiro porque hoje o dia é para escutar o Senhor e escutar os oradores que falarão em nome dos formandos e os paraninfos. É um dia deles e é um dia seu dentro desta casa. Mas não posso me furtar a umas duas ou três palavras, que espero não sejam muito mais do que isso mesmo, para fazer duas mensagens, basicamente. A primeira, de agradecimento a Vossa Excelência. Esse agradecimento se desdobra em dois aspectos: o aspecto político e o aspecto do seu apoio a nossa instituição. Os dois estão,

naturalmente, combinados. O aspecto político é o do agradecimento pessoal, mas creio que o faço também em nome de todo os colegas, como o Embaixador Samuel, o Embaixador Fernando Reis, Diretor do Rio Branco, e demais colegas, jovens, que entram agora, que é o orgulho de podermos participar de uma política externa verdadeiramente criadora.

A política externa, Presidente, se o Senhor me permite, vai muito além das ações específicas, dos acordos firmados, de atitudes de cooperação - todas elas importantes. Acho que a política externa, mais do que qualquer outra política, eu me atreveria a dizer - não é que ela seja mais importante do que as outras políticas -, ajuda a compor o ideário nacional. Ela ajuda a nação brasileira, o povo brasileiro a fazer uma imagem de si mesmo e uma imagem do seu lugar no mundo. E o que o Senhor nos ofereceu, Presidente, e nos tem oferecido nestes três anos e meio em que tenho trabalhado junto com Vossa Excelência - aliás, como todos sabem, eu o conheci apenas um mês antes da posse -, é algo que é difícil exprimir em palavras. É algo de um valor inestimável, porque justamente é uma capacidade que o povo brasileiro resgatou de encarar o seu País com orgulho, com a certeza de que as nossas atitudes internacionais são moderadas, prudentes, mas com uma prudência que não se confunde com ser timorato, com ser assustadiço. Acho que isso foi algo muito importante.

Inspirado já em nosso primeiro encontro, Senhor Presidente, eu tive ocasião de dizer, quando falei com a imprensa pela primeira vez, que a nossa política externa seria altiva e ativa. Não vai nisso nenhuma megalomania, porque a verdadeira prudência é uma prudência corajosa. Esta é uma mensagem que eu quero passar para os nossos novos colegas: a prudência não é sinônimo de covardia; a prudência não é sinônimo de sentir a necessidade de pedir licença a potências maiores para cada ação que temos de tomar; a prudência é, sim, avaliar cada situação, olhar para todos os fatores, não tomar atitudes precipitadas, negociar. Mas a verdadeira prudência também encerra coragem. Não sei se as duas virtudes são "teologais", mas as duas - talvez o Gilberto Carvalho, se estivesse aqui, pudesse nos explicar - são certamente duas virtudes diplomáticas: a coragem e a prudência. Acho que devemos saber combinar essas duas virtudes, que estiveram presentes em tantos homens públicos, estadistas que dirigiram esta casa, a começar pelo Barão do Rio Branco, e naqueles que não a dirigiram, mas que também se destacaram no cenário internacional, como Rui Barbosa e, mais recentemente, Afonso Arinos de Melo Franco, patrono de uma das turmas, Santiago Dantas e outros que poderíamos citar. Creio que todos eles revelaram essa dupla qualidade.

Quando se vai apenas para um lado, só a coragem, sem a prudência, ela pode nos levar a atitudes impensadas, a não obter os objetivos que perseguimos, digamos, a uma atitude de bravata, que tem poucas consequências práticas. Mas quando também esquecemos a coragem

e buscamos apenas uma prudência excessiva, que procura medir cada passo em relação ao que os outros podem pensar, ou como agradar a parcelas da opinião pública ou da opinião pública estrangeira, aí a prudência se confunde com medo, com covardia, com atitudes que não devem ser as atitudes dos diplomatas brasileiros.

Por isso, Presidente, o meu primeiro agradecimento é - se me permite chamá-lo de Senhor, e não de Vossa Excelência, por estarmos em uma certa intimidade - porque o Senhor nos deu o rumo para trabalharmos, nos inspirou permanentemente, nos deu o impulso e a orientação certa para que todos nós agíssemos dessa forma. Creio que isso é motivo de muito orgulho. Quero lhe contar um pequeno episódio, Presidente, e não quero fazer disto aqui um anedotário, pois seria muito longo. Já fui Ministro antes - portanto não estou me comparando a ninguém - e lembro-me de que raramente era reconhecido; quando o era, era por um presidente de federação, da FIESP ou da Federação do Comércio. Hoje em dia, minha mulher o sabe, frequentemente - e isto deve acontecer com outros, como o Marco Aurélio - sou parado na rua. Alguns vêm me dizer que têm um prato de comida cheio, e isso também é importante porque faz parte não só do combate a fome, mas da autoestima. Mas outro dia foi um rapaz, negro, que devia ter uns dezoito anos, que me disse que, por causa da sua política externa, Presidente, ele, que queria ser arquiteto, estava pensando em ser diplomata. Acho que isso são as coisas que comovem, são as coisas que fazem parte verdadeiramente de uma política que é voltada para o País, para o povo brasileiro.

O povo brasileiro se compõe, naturalmente, de empresários, de banqueiros, mas se compõe também de operários, de pessoas que lutam para ganhar a sua vida, de pessoas maduras de jovens também que têm sonhos. A sua política externa nos permite pensar em um Brasil melhor. Digo sempre que a política externa não pode ser baseada no Brasil de hoje; ela tem de ser baseada no Brasil de amanhã e é isso que nós temos procurado fazer.

Presidente, o Senhor me permita também agradecer o apoio que tem dado a esta casa, o apoio material. Com todas as dificuldades que sabemos que o Governo enfrenta, não nos tem faltado o essencial. Essa é a verdade; houve tempo em que se passava vergonha nas Embaixadas brasileiras que tinham que funcionar meio-expediente porque não tinham dinheiro para pagar a conta de luz se funcionassem o dia inteiro. Esses dias, felizmente, estão passados; espero que jamais voltem a ocorrer, porque eram um fator de vergonha para aqueles que prestavam serviço ao País. Também não nos têm faltado recursos para as necessidades básicas do nosso funcionamento e para o pagamento dos organismos internacionais. Podemos andar com orgulho, sem perder a humildade, pelos corredores das Nações Unidas, pelos corredores de outras organizações internacionais, sem termos que ouvir, de maneira direta ou indireta,

alusões ao fato: "Mas como vocês querem ser Membros Permanentes? Mas como querem ser eleitos para tantos órgãos? Por que vocês não começam pagando a conta que devem?" Hoje não há mais isso. O Brasil, pela primeira vez em muitos anos, mais de uma década, quinze anos, está em dia com as Nações Unidas, e isto é formidável.

Não entrarei nos aspectos da política externa, Presidente, tenho certeza que o Senhor abordará muito melhor do que eu. Mas gostaria, com a sua permissão, de fazer uma referência aos meus jovens colegas que entram para esta carreira num momento tão importante da vida nacional, da vida internacional e da vida sul-americana, essa América do Sul querida nossa, que as vezes é conturbada e difícil e, quanto mais cresce o nosso relacionamento com os nossos vizinhos, mais difíceis são os problemas. São os problemas da nossa intimidade, da nossa casa, sem trocadilho com a instituição que nós criamos. Mas o fato de termos esses problemas - o Presidente sabe disso melhor do que ninguém e por isso não estou procurando ser professoral, talvez apenas um pouquinho, com os meus colegas -, a existência desses problemas, que são difíceis, justamente porque os problemas de família são os mais difíceis, pois temos uma ponte com um, hidrelétrica com outro, comércio intenso com um terceiro, ou um gasoduto com um quarto, um potencial gasoduto com um quinto, é por termos esse problemas que poderemos, no mundo do século XXI, que vai ser dominado por países que são blocos, ou blocos que são países, que nós poderemos ter uma integração soberana, competitiva, altiva e ao mesmo tempo criativa. É muito importante ter presente esses fatos. O apoio material que Vossa Excelência nos deu foi muito importante.

Quero fazer rapidamente uma referência aos dois patronos escolhidos, já que os oradores eu não conheço pessoalmente. Espero que alguns familiares estejam aqui. Vejo a filha do Embaixador Murtinho entre nós, não sei se o Embaixador Arinos, filho do nosso saudoso Afonso Arinos, também está. São dois símbolos da nossa diplomacia, dois símbolos diferentes, mas expoentes, cada um a seu modo. O Embaixador Murtinho, diplomata por excelência, homem de convívio, homem de cultura, homem que soube dar a esse Distrito Federal, numa época em que não ocorria, uma riqueza de cultura que ainda não existia, soube ter uma energia adolescente para o que a nossa querida e saudosa Tuni também sempre ajudou tanto. Parabéns a vocês que escolheram o Embaixador Murtinho como patrono, sem o qual não teríamos este Palácio. Houve um momento, Presidente, em que ele teve que escolher - sem o saber, o Senhor está seguindo o exemplo dele e o fez com o Palácio da Alvorada. Quando este Palácio estava sendo construído, ele era o responsável pela construção e teve que optar pela decoração ou pelas comunicações. Ele pensou e fez a opção: para as comunicações, alguém vai encontrar dinheiro; se eu não cuidar bem da decoração, ninguém vai cuidar

depois. E hoje nós temos um Palácio que é um orgulho, como atesta cada visitante estrangeiro, sem nenhum luxo exagerado, mas com aquilo que é adequado ter. Parabéns aos meus colegas jovens que escolheram o Embaixador Murtinho como patrono da turma.

Quero mencionar, também, Afonso Arinos de Melo Franco, jurista, constitucionalista, democrata, homem que soube reciclar a si próprio e reciclar o Brasil às mudanças do tempo. Podemos dizer de Afonso Arinos aquilo que McMillan, então Primeiro-Ministro britânico, disse em determinado momento: "perceber os ventos de mudança". Ele foi uma das pessoas que, juntamente com San Tiago Dantas e outros, construíram a política externa independente, a política externa de um Brasil que se via industrializado, que se via produtor de uma cultura importante, uma cultura com a Bossa Nova, com o Cinema Novo, com a democracia de Juscelino Kubitschek. Tudo isso, de certa maneira, refletiu-se nessa política externa independente, desassombrada, Presidente, como a que o Senhor tem conduzido durante este Governo. Cada uma adaptada ao seu momento histórico, aquela era a época da Guerra Fria; hoje, felizmente, não temos a Guerra Fria, estamos tratando de construir a multipolaridade. Essa é uma palavra que eu não poderia deixar de dar, a escolha desses dois nomes para patronos das duas turmas já é, em si mesma, emblemática da visão que esses novos diplomatas têm.

Presidente, eu poderia me estender muito sobre o apoio, o aumento de quadros, apoios outros que temos recebido do Senhor em todos os momentos, mas creio, como disse, que o dia hoje é seu, o dia é dos formandos, dos familiares dos formandos e quero apenas dizer, mais uma vez, do meu grande orgulho, de ter servido e, espero, de continuar a servir ao seu Governo e à política externa brasileira.

Muito obrigado.

ANEXO K – ÍNTEGRA DO DISCURSO NA FORMATURA DO CURSO DE FORMAÇÃO DO INSTITUTO RIO BRANCO, PRONUNCIADO PELO PRESIDENTE LULA NO PALÁCIO DO ITAMARATY, EM BRASÍLIA, NO DIA 20 DE ABRIL DE 2006

Meu caro embaixador Celso Amorim, ministro de Estado das Relações Exteriores,
Senhores embaixadores estrangeiros acreditados junto ao meu governo,
Senhores ministros de Estado,
Embaixador Samuel Pinheiro Guimarães, secretário-geral das Relações Exteriores,
Embaixador Fernando Reis, diretor do Instituto Rio Branco,
Embaixador Ewerton Vieira Vargas, paraninfo da turma Wladimir Murtinho,
Professor Antonio Cançado Trindade, paraninfo da turma Afonso Arinos,
Meus caros oradores, secretário Lauro Beltrão, secretária Patrícia Vargas Chianello,
Senhores diplomatas,
Formandos,
Familiares,
Minha esposa,
Esposa do Celso, do Samuel,

Vocês estão percebendo o volume do discurso aqui. Se eu estivesse numa solenidade no Itamaraty, certamente a diplomacia me obrigaria a tomar a decisão de não ler isto aqui. Eu vou deixar para os anais do Itamaraty, mas eu sinto a necessidade de dizer umas palavras para vocês.

Primeiro, meus parabéns. Ao escolherem a carreira de diplomata, vocês escolheram uma carreira para defender o nosso país num mundo cada vez mais disputado, onde cada milímetro das coisas discutidas no Planeta, hoje, exige perseverança, exige competência e, sobretudo, exige que nós acreditemos em nós mesmos antes de partirmos para os embates.

Quero agradecer aos familiares de vocês. Vocês devem saber do orgulho da mãe, do pai, quando vocês anunciaram que iam prestar concurso e se transformar em diplomatas brasileiros.

Nesses quatro anos, eu aprendi a conhecer um pouco a diplomacia brasileira. Não foram poucas as mesas de negociações, não foram poucos os momentos em que a gente pensava: não vai dar certo, o jogo acabou. E depois a gente descobria que o jogo não tinha acabado, era apenas um intervalo que não estava previsto pelo juiz.

E hoje nós estamos aqui, pelo menos na última data dos diplomatas brasileiros, no meu mandato presidencial. Eu queria dizer para vocês algumas coisas sobre o que foi feito nesses quatro anos.

Eu penso que vocês já perceberam que o primeiro grande gesto – está tão grosso que a pasta não fecha. Não seria diplomático, mais correto, ler tudo isso, quando os familiares de vocês estão ali atrás, esperando o almoço que vocês prometeram – a primeira decisão que eu tomei, quando ganhei as eleições, foi tentar fortalecer o Itamaraty, colocando como ministro das Relações Exteriores alguém do quadro de carreira do Itamaraty. Tomei a decisão de ouvir três embaixadores, cada um por mais de uma hora, às vezes até um hora e meia, muitas vezes o Marco Aurélio presente comigo. Tomei a decisão de escolher o companheiro Celso Amorim para ser ministro das Relações Exteriores. Possivelmente fosse o que eu conhecesse menos, mas foi o que bateu uma química melhor. Eu falei: para fazer o que nós temos que fazer, acho que o Celso é o homem certo, porque para fazer política internacional com uma certa independência é preciso ousadia, é preciso coragem para não ceder diante do primeiro editorial, da primeira matéria de jornal ou da primeira crítica. Era preciso acreditar que o que nós íamos fazer poderia melhorar o patamar de participação do Brasil na chamada política internacional.

Eu me lembro de quando nós fomos, no dia 10 de dezembro de 2002 – já eleito presidente e não empossado – conversar com o presidente Bush. Nós chegamos na Casa Branca e encontramos um homem que, a cada duas palavras que ele falava, uma e três quartos era sobre a questão do Iraque, a questão do terrorismo, era quase uma obsessão, e nós sabíamos o que significava o 11 de Setembro na cabeça do povo americano e o que aquilo implicava na decisão do governo. Depois que o presidente Bush falou, tentando enfaticamente nos convencer da importância da guerra, eu disse: “Presidente, olhe, eu queria dizer a Vossa Excelência que a minha guerra no Brasil é outra, eu estou muito distante do Iraque e a minha guerra é contra a miséria e a pobreza no Brasil. Então, nós vamos privilegiar essa guerra nossa, tentando criar as condições para o mundo acreditar que é possível acabar com a fome”. E eu senti uma certa frustração, porque havia uma necessidade de se estabelecer a luta contra o Iraque.

E dali surgiu a segunda coisa na minha cabeça: a necessidade de fazer a mudança nas Nações Unidas, de criar um fórum internacional com a respeitabilidade das Nações Unidas, com mais poder de decidir coisas que os países precisam acatar, porque senão nós ficaremos órfãos e tudo será muito pior na política internacional. Não havia consenso para aquela guerra, não

tinha uma decisão das Nações Unidas e, assim, ela aconteceu porque provou que o multilateralismo estava moribundo, não estava saudavelmente representado.

Começamos a discutir com outros países, e nem sei se vamos conseguir, mas o dado concreto é que não é pouca força a junção Brasil, Alemanha, Índia, Estados Unidos, mais África do Sul, mais Argélia, mais Nigéria. Não são poucos os compromissos assumidos pelos países de tentar forçar a abertura das Nações Unidas.

Um outro momento importante que me ensinou muito na diplomacia, Celso, foi a primeira reunião que eu tive com a FAO. O Celso falou de dever, aqui, vocês não levaram muito em conta, mas eu recebi o diretor geral da FAO, ele falou "bom-dia" e começou cobrando o dinheiro que o Brasil devia para a FAO. Quer dizer, eu fui me dar conta de que há muito tempo o Brasil não pagava nenhum dos fóruns de que ele participava, sobretudo às Nações Unidas. Em 23 de setembro de 2003, quando eu fui falar grosso na ONU – vocês sabem que o presidente Bush fala depois de mim, o Brasil fala depois do secretário-geral – eu estava falando grosso com medo do secretário-geral pegar o microfone e falar: "oh, baixinho, paga primeiro, para você falar grosso, para ficar propondo mudança, para ficar propondo novos países, para mudar o Conselho de Segurança, paga primeiro o que você deve".

Então, nós vamos terminar o mandato sem dever absolutamente nada. Vocês, que estão iniciando a carreira profissional, vão poder transitar nos corredores de qualquer instituição multilateral de cabeça erguida, sem nariz empinado, mas muito orgulhosos e orgulhosas, de dizer: somos diplomatas brasileiros, cumprimos as nossas obrigações, gostamos de respeitar os outros, mas também exigimos que nos respeitem.

Outra coisa extremamente importante foram as críticas que recebemos quando resolvemos fortalecer a nossa relação com a América do Sul, depois com a América Latina, depois com a África, depois com o Oriente Médio, porque havia um certo vício de se pensar o mundo apenas olhando a potência americana ou a potência da União Europeia, se esquecendo que o mundo é muito mais que isso. Ou seja, você tem a potência econômica, você tem a potência tecnológica, você tem a potência militar, mas você tem a potência política, o valor de cada nação, o valor cultural que precisa ser colocado na mesa toda vez que estamos discutindo qualquer assunto com qualquer país do mundo.

E aí eu me dei conta da pobreza do Itamaraty, eu me dei conta que este prédio maravilhoso, bonito... eu entrei pela primeira vez aqui em 1975, quando eu fui eleito presidente do Sindicato do Metalúrgicos e vim num congresso de Previdência Social, e abriram para uma visitação. Eu nem sabia como entrar, de tão bonito que era isso aqui. Pois bem, mas havia um contraste entre a pujança do nosso Itamaraty, motivo de orgulho e elogios de todos os

visitantes que vêm aqui, e a pobreza das nossas embaixadas em muitos países do mundo, sobretudo nos países mais pobres. A gente nunca tinha a quantidade de funcionários necessários, a gente nunca recebia a quantidade de informações necessárias, nunca tinha dinheiro, às vezes não tinha o dinheiro para pagar a mensalidade da escola, às vezes não tinha dinheiro para pagar aluguel.

Ninguém consegue fazer as coisas corretas se não tiver, pelo menos, a tranquilidade de exercer a sua função, ninguém consegue, por mais herói que seja. E era preciso criar as condições para o Itamaraty voltar a ser o grande Itamaraty. O Itamaraty não poderia mais ser tratado como o Ministério em que o presidente da República eleito quer agradar um companheiro e convida um companheiro para ser ministro das Relações Exteriores, tentando chegar aqui e impor a um dos melhores conjuntos de pessoas do Estado brasileiro orientações que, às vezes, nem se coadunam com aquilo que é a formação e o acúmulo da história deste Ministério e do nosso Itamaraty.

Nós precisamos aprender a valorizar as coisas que nós criamos. Eu acho que poucos lugares do mundo... e olha que eu conheço muitos diplomatas hoje. Eu, que não sou diplomata, já conheço mais do que vocês, muitos diplomatas. E posso dizer para vocês, sem medo de errar: tem poucos países do mundo que têm uma diplomacia igual à nossa, com a competência da nossa.

Quando nós entramos aqui, vocês estão lembrados, vocês eram todos quatro anos mais jovens, havia uma guerra de que o mundo ia acabar se não fosse implantada a Alca. Nós perpassamos vários anos, antes de ganhar as eleições, quem ia contra a Alca era antiamericano, quem era favorável à Alca era comunista, e vai daí para fora. O que nós fizemos? Não precisamos comprar nenhuma briga com os Estados Unidos. Nós apenas tivemos a ousadia de apresentar propostas diferentes para este país. E, hoje, nem os Estados Unidos falam mais em Alca. E nem alguns setores conservadores da imprensa brasileira publicam mais editoriais defendendo a Alca, como publicavam naquele tempo. “Ou faz como os Estados Unidos, ou acabou o mundo”. Não é verdade. Nós jamais deixaremos de reconhecer o papel que tem a relação dos Estados Unidos com o Brasil, do ponto de vista político, do ponto de vista militar, do ponto de vista tecnológico e científico, e do ponto de vista comercial. Mas nós sabemos que o mundo tem muitas outras oportunidades e nós não podemos ficar chorando o leite derramado. Perdemos uma coisa aqui, vamos buscar outra em outro lugar. E quanto mais plural for a nossa relação, mais independentes nós seremos.

Vocês estão acompanhando pela imprensa essa história da TV digital. Há três meses, parecia que estava resolvido. “Ah, já está resolvido, vai estar tudo isso aqui, vai ser assim que vai

acontecer". E nós descobrimos que através da TV digital nós poderemos abrir uma discussão mais importante no mundo, com os Estados Unidos, com a Europa e com o Japão. Era a hora de o Brasil dizer o que ele queria para fazer parceria, para fazer negócios, para discutir modelos, era a hora de a gente dizer quem está disposto a jogar mais sério com o Brasil. Nós não queremos apenas ser compradores de produtos fabricados lá fora. Nós queremos ter, neste país, a capacidade de termos um parque de semicondutores para que a gente possa, através da microeletrônica, se transformar numa nação tão importante quanto eles já são. E nós só iremos fazer isso se tivermos sabedoria de aproveitar o momento político para negociar, e estamos conversando. O Brasil está sendo procurado, todo dia alguém quer que o Brasil visite um país, uma fábrica, e com muita humildade, com muita tranquilidade, sem bravata, nós vamos ter que medir cada passo para que o que a gente faça traga resultado benéfico para o Brasil daqui a cinco anos, dez anos, 15 anos ou 20 anos. Isso você só faz quando tem força política, e a força política você só constrói se tiver autoridade moral, se você se respeitar e, sem desrespeitar os outros, respeitar a si mesmo em primeiro lugar.

Eu acho que o momento que estamos vivendo, de política externa, é glorioso. Alguns saudosistas não gostam. "Ah, porque tem gente que acha que nós precisamos pedir licença aos outros todo dia, nós não podemos fazer nada sozinhos, porque a nossa balança comercial está crescendo, porque a economia mundial está crescendo". Todo o resultado da nossa balança comercial, pega o mapa das nossas viagens e veja que a balança comercial brasileira cresce muito acima da média da balança comercial mundial, cresce junto aos países pobres, cresce para os Estados Unidos, e cresce com a União Europeia, mas ela cresce para o Oriente Médio. Como nós fomos ao Oriente Médio e fizemos uma Feira que custou 500 mil dólares, não faltaram críticas, neste país, de que estávamos gastando 500 mil dólares para fazer uma Feira. Ninguém perguntou quanto nós ganhamos depois daquela feira, porque não interessam os bons acontecimentos.

A dificuldade de fazer relação com a Argentina, a descrença na América do Sul, algumas pessoas diziam: "ah, é tudo pobre, pobre com pobre só dá miséria, pobre com pobre não dá nada". E as pessoas se esquecem de que cada país tem um potencial, cada país tem alguma coisa para vender ou para comprar, por melhor que seja um país. E um país que quer ter liderança tem que exercer esse papel, sem hegemonismo, mas esse papel de construir parcerias.

Daí porque era necessário melhorar as pessoas, a situação do Itamaraty, era preciso contratar mais gente, era preciso abrir mais embaixadas, era preciso colocar mais funcionários. Ah, isso custa caro. Custa, é verdade que custa. Mas no Brasil, de vez em quando, nós temos que

perguntar não o quanto custa fazer, o quanto custa não fazer as coisas neste país; quanto custou a este país não fazer a reforma agrária na década de 50; quanto custou a este país não acabar com o analfabetismo na década de 50. Tem gente que fala: "nossa, mas esse pessoal vai investir na embaixada, isso é gastar dinheiro; vai mandar um diplomata para tal lugar, vai gastar dinheiro". É sempre assim que funcionam as coisas no Brasil. Nós estamos sempre nivelando por baixo, estamos sempre apostando na desgraça, estamos sempre apostando na miséria. É como se você preparasse toda a família para sair no domingo, ir para um lugar bonito, passar um domingo numa cachoeira, e chegasse um vizinho: "o carro vai quebrar". No Brasil é assim, o cara não te dá o direito de ser feliz.

Então, eu quero dizer para vocês, que estão entrando hoje, eu estou gratificado com a política externa do nosso país. Nós nunca desrespeitamos nenhum chefe de Estado. Ás vezes, eu fico cansado e brigo muito com o Celso, com o Marco Aurélio e com o Samuel, porque todo ministro que vem aqui, eles querem que eu tome um cafezinho. Às vezes, eu falo: eu vou virar diplomata, eu vou ficar só atendendo as pessoas. Aí eles não me querem, querem o Presidente, mas eu estou orgulhoso. Eu estou orgulhoso porque eu sinto na cara das pessoas, eu sinto na conversa com as pessoas o quanto o Brasil consolidou de respeitabilidade lá fora. E eles sabem que nós vamos lá para dizer o que é preciso dizer.

Eu não ia fazer mais nenhuma viagem internacional até o final do ano. Não ia, eu ia ficar por aqui, porque tem coisa que vai acontecer por aqui, eu queria ficar por aqui. Mas, de qualquer forma, eu não vou resistir a duas viagens que eu tenho que fazer. Uma delas é a Viena, porque eu estou convencido de que esgotou o limite técnico para fazer a grande Rodada de Doha. Acabou, não tem mais debate técnico, agora tem que ser decisão política, e decisão política tem que ser tomada pelos presidentes dos países e pelos primeiros-ministros. Tenho provocado desde dezembro – tenho telefonado para o presidente Bush, para o Tony Blair, para a Alemanha, para a França – tenho provocado eles. Não vamos nos esconder atrás dos nossos ministros de Relações Exteriores. Não vamos nos esconder atrás dos negociadores da União Europeia. Vamos colocar a nossa cara, para saber quem é que quer fazer um mundo mais justo, sem terrorismo, o que não acontecerá se não diminuirmos a miséria que está estabelecida na maioria da Humanidade.

E vou a Viena para cobrar isso. E já fui convidado para o G-8, em julho. Também vou lá para o G-8 para cobrar isso. Eles têm que saber que a decisão agora é política, não é mais técnica. A França não abre mão do subsídio, não é por uma questão econômica, que não representa muito para a França, é por uma questão eminentemente política e política eleitoral interna,

ainda. Então, eu vou fazer mais essas duas viagens para que a gente possa ver se consegue mudar.

Quero dizer para vocês que esse orgulho será muito maior se, depois que formos embora, tiver valido a pena fazer o que fizemos, porque eu fui muito a embaixadas antes de ser Presidente. Como eu perdi muitas eleições e eu viajava muito o mundo... O Marco Aurélio era o viajante comigo, e o Itamaraty sempre nos tratou muito bem, viu, Celso? Sempre. Não tenho queixa de nenhum... de ninguém. A gente via a desmotivação das embaixadas. Uma vez, eu fui perguntar a um embaixador porque o Brasil tinha aceitado a caída do Bustani. Ele representava o órgão lá, que o Brasil não dava dinheiro, não sei. Bom, mas ele tinha sido eleito. Eu fui perguntar para um colega dele porque o Brasil não tinha reagido. Ele falou assim para mim: "os Estados Unidos queriam, Presidente". Ora, os Estados Unidos queriam, mas nós não queríamos. Ora, se um presidente da República ou ministro das Relações Exteriores cede para um país tirar um cidadão nosso, eleito democraticamente pelo fórum, porque isso interessa àquele país... E o Bustani estava certo: não tinha arma química no Iraque. Ele estava certo.

Eu quero dizer para vocês apenas o seguinte, o único conselho que eu posso dar a vocês, e eu vou dar: ninguém na face da Terra, nem a mãe de vocês, nem o pai de vocês respeitarão vocês se vocês não se respeitarem. Toda vez que vocês estiverem em uma mesa de negociação, lembrem-se de que o interlocutor do outro lado só irá respeitá-los se ele perceber que vocês estão de cabeça erguida, que vocês não estão dispostos a ceder por ameaça, por grito ou por truculência. Se eles perceberem que vocês estão de cabeça erguida, se eles perceberem que vocês estão cheios de razão, que conhecem o que estão discutindo, que estão defendendo a Nação de vocês e que preferem não fazer acordo a ceder, como já cederam muitas vezes neste país, podem ficar certos de que o futuro de vocês será tão brilhante quanto o futuro dos diplomatas que vocês aqui homenagearam.

Muito obrigado, boa sorte a todos vocês.

ANEXO L – ÍNTEGRA DO DISCURSO DE ABERTURA DA 61ª SESSÃO DA ASSEMBLEIA GERAL DA ONU, PRONUNCIADO PELO PRESIDENTE LULA EM NOVA IORQUE (EUA), NO DIA 19 DE SETEMBRO DE 2006

Senhora Presidente,

Senhoras e Senhores,

Ao falar pela primeira vez desta tribuna, em 2003, afirmei a necessidade de agirmos, com urgência, para combater o flagelo da fome e da pobreza no mundo.

É o que estamos fazendo no Brasil.

Aliamos crescimento e estabilidade econômica a políticas de inclusão social.

O nível de vida dos brasileiros melhorou.

Cresceram o emprego e a renda.

Aumentou o poder de compra do salário mínimo.

Nossos recursos são escassos; mesmo assim conseguimos resultados surpreendentes.

O programa Bolsa Família, o carro-chefe do Fome Zero, garante uma renda mínima a mais de 11 milhões de famílias brasileiras.

Com boa alimentação as pessoas recuperam sua dignidade, têm mais saúde e aprendem melhor.

Destinar recursos para a área social não é gasto.

É investimento.

Se fizemos tanto no Brasil, imaginem o que não poderia ser feito em escala global se o combate à fome e à pobreza fosse de fato uma prioridade da comunidade internacional.

Onde existe a fome não há esperança. Há desolação e dor.

A fome alimenta a violência e o fanatismo.

Um mundo de famintos nunca será um lugar seguro.

O gigantismo da tarefa não deve nos assustar, especialmente se não estamos sozinhos.

Todos aqui sabem que cerca de 840 milhões de seres humanos – quase um em cada sete habitantes do planeta – não têm o suficiente para comer.

São necessários 50 bilhões de dólares adicionais por ano para atingir as Metas de Desenvolvimento do Milênio no prazo estipulado.

A comunidade internacional pode fazer isso.

Pensem, por exemplo, nas centenas de bilhões de dólares que foram investidos para levar adiante a plena integração dos países do Leste à União Europeia.

Pensem, também, nos custos das guerras e de outros conflitos.

Todos aqui também sabem que a segunda Guerra do Golfo custou várias centenas de bilhões de dólares.

Com muito menos poderíamos mudar a triste realidade de uma grande parcela da população mundial. Poderíamos aliviar o sofrimento dessas pessoas e retirá-las da indigência. Poderíamos salvar milhões de vidas. Que não se iludam os países ricos, por mais fortes que hoje sejam: ninguém está seguro num mundo de injustiças.

A guerra jamais trará a segurança. A guerra só gera monstros: o rancor, a intolerância, o fundamentalismo, a negação destrutiva das atuais hegemonias.

É preciso dar aos pobres razões para viver, não para matar ou morrer.

A grandeza dos povos não está no belicismo, mas no humanismo. E não há verdadeiro humanismo sem o respeito ao outro.

Ao que é, sim, diferente de nós, mas nem por isso menos digno, menos precioso, nem por isso com menor direito à felicidade, criaturas que somos do mesmo criador. Só haverá segurança no mundo se todos tiverem direito ao desenvolvimento econômico e social.

O caminho da paz é o desenvolvimento compartilhado.

Se não quisermos globalizar a guerra, é preciso globalizar a justiça. Por isso digo com a serena convicção de um homem que dedicou a sua vida a lutar pacificamente pelos direitos do povo trabalhador: a busca de uma nova ordem mundial, mais democrática e justa, não interessa apenas aos países pobres ou às nações emergentes.

Interessa tanto ou mais aos países ricos, se tiverem olhos para ver e ouvidos para ouvir, se não cometerem o desatino de ignorar o terrível clamor dos excluídos.

Senhora Presidente,

Avançamos nos últimos anos.

No Encontro de Líderes Mundiais, em 2004, demos impulso à Ação contra a Fome e a Pobreza.

Juntos conseguimos uma forte mobilização internacional em torno do tema.

Nosso esforço coletivo começou a dar frutos. Estamos colocando em prática mecanismos inovadores como a contribuição solidária sobre passagens aéreas internacionais.

A fome e a doença são irmãs gêmeas. Por isso nos engajamos, junto com outros Governos, na criação de uma Central Internacional de Compra de Medicamentos contra a AIDS, a tuberculose e a malária.

Essa iniciativa irá criar novas fontes de recursos e facilitar o acesso aos medicamentos a custos mais baixos. Não podemos fugir de nossas obrigações.

Saúdo os líderes de visão que estão engajados nessa guerra.

A guerra contra a degradação do ser humano e a falta de esperança.

A única guerra na qual a vitória final será de toda a humanidade.

Senhora Presidente,

A luta contra a fome e a pobreza passa também pela instauração de uma ordem mundial que coloque o desenvolvimento econômico e social em primeiro plano.

Soluções permanentes para a miséria só vão existir se os países mais pobres tiverem a oportunidade de progredir pelo seu próprio esforço.

Desde que livre e justo, o Comércio Internacional será um valioso instrumento para gerar riqueza, distribuir renda e criar empregos.

É essencial nos libertarmos das amarras do protecionismo.

Os subsídios dos países ricos, sobretudo na área agrícola, são pesados grilhões que imobilizam o progresso e relegam os países pobres ao atraso.

Não me canso de repetir que, enquanto o apoio distorcivo nos países desenvolvidos alcança a indecorosa soma de 1 bilhão de dólares por dia, 900 milhões de pessoas sobrevivem com menos de 1 dólar por dia nos países pobres e em desenvolvimento.

Essa é uma situação política e moralmente insustentável.

Pior do que a inação pela ignorância é a omissão pela conveniência.

A velha geografia do comércio internacional precisa ser reformada em profundidade.

O Brasil, juntamente com seus parceiros do G-20, está empenhado nessa tarefa.

A criação do G-20 na prática mudou os padrões de negociação na Organização Mundial de Comércio.

Até recentemente os países em desenvolvimento tinham participação marginal nas negociações mais importantes.

Eliminar as barreiras que travam o desenvolvimento dos países pobres é um dever ético para a comunidade internacional.

É também a melhor maneira de garantir prosperidade e segurança para todos.

Pela primeira vez na história do sistema GATT/OMC a palavra “Desenvolvimento” aparece no título de uma Rodada de negociações comerciais.

Mas a Agenda de Desenvolvimento de Doha, que decidirá o futuro do sistema mundial de comércio, está em crise.

Se bem-sucedidas, as negociações na OMC ajudarão a tirar milhões de pessoas da pobreza extrema.

Agricultores que não podem competir com os subsídios milionários finalmente terão oportunidades de prosperar.

Países pobres da África, que atualmente não exportam produtos agrícolas, poderão começar a fazê-lo.

Se a Rodada fracassar, as consequências serão sentidas muito além da esfera comercial.

A própria credibilidade do sistema da OMC ficará ameaçada, com repercussões negativas nos campos político e social.

Males como o crime organizado, o narcotráfico e o terrorismo encontrarão terreno fértil para proliferar.

Tenho conclamado os líderes mundiais a assumir a responsabilidade que lhes cabe.

A importância dada a este tema na última Cúpula do G-8 ainda não produziu resultado prático.

Esta geração tem uma oportunidade única de mostrar ao mundo que os interesses egoístas não prevalecerão sobre o bem comum.

A História não perdoará nossa omissão.

Senhora Presidente,

O comércio justo, assentado em sólidas bases consensuais, e uma OMC transparente, sensível às necessidades dos países em desenvolvimento, constituem um dos pilares da nova ordem mundial que defendemos.

Outro pilar, no campo da paz e da segurança internacionais, é constituído pelas Nações Unidas.

O Brasil é um firme defensor das organizações multilaterais como espaços de cooperação e diálogo.

Não há modo mais efetivo de aproximar os Estados, manter a paz, proteger os direitos humanos, promover o desenvolvimento sustentável e construir soluções negociadas para problemas comuns.

Conflitos como o do Oriente Médio vêm desafiando a autoridade das Nações Unidas.

A recente crise no Líbano expôs a Organização a uma perigosa erosão de credibilidade.

A eficácia das Nações Unidas tem sido seriamente questionada.

O Conselho de Segurança é acusado de morosidade, incapacitado de agir com a rapidez requerida.

A opinião pública mundial se mostra impaciente diante de dificuldades que custa a entender.

A morte de civis inocentes, incluindo mulheres e crianças, choca a nossa sensibilidade.

No Brasil, milhões de árabes e israelitas convivem de maneira harmônica e integrada.

O interesse do Brasil no Oriente Médio reflete, assim, uma realidade social objetiva e profunda do nosso país.

O tema do Oriente Médio sempre foi tratado com exclusividade – além dos diretamente envolvidos – pelas grandes potências.

Até hoje não chegaram a uma solução.

Cabe, então, perguntar: não seria o momento de convocar uma ampla Conferência, sob a égide das Nações Unidas, com a participação de países da região e outros que poderiam contribuir, pela capacidade e experiência em conviver pacificamente com as diferenças?

O Brasil acredita no diálogo.

Por isso realizamos a Cúpula América do Sul-Países Árabes em 2005.

Também mantemos boas relações com Israel, cujo nascimento como Estado ocorreu quando um brasileiro, Osvaldo Aranha, presidia a Assembleia Geral.

Conflitos entre nações não se resolvem apenas com dinheiro e armas.

Ideias, valores e sentimentos também têm seu lugar, sobretudo quando se fundam em experiências vividas.

Senhora Presidente,

Mais do que nunca, as Nações Unidas precisam ver sua autoridade reforçada.

Já tivemos avanços significativos com o processo de reforma administrativa e a criação do Conselho de Direitos Humanos e da Comissão de Construção da Paz.

Mas a obra ficará incompleta sem mudanças no Conselho de Segurança, órgão encarregado de zelar pelos temas da paz.

O Brasil, juntamente com os países do G-4, sustenta que a ampliação do Conselho de Segurança deve contemplar o ingresso de países em desenvolvimento no seu quadro permanente.

Isso tornaria o órgão mais democrático, legítimo e representativo.

A grande maioria dos Estados-membros também concorda com essa visão e reconhece a urgência da matéria.

Não podemos lidar com problemas novos usando estruturas anacrônicas.

Cedo ou tarde, Senhora Presidente, deveremos todos abrir caminho à democratização das instâncias decisórias internacionais.

Como disse o Secretário-Geral, nós andamos pelo mundo ensinando a democracia aos outros.

Chegou a hora de aplicá-la a nós mesmos e mostrar que existe representação efetiva nos foros políticos das Nações Unidas.

Senhora Presidente,

A América do Sul é uma prioridade da política externa brasileira.

Nossa região é a nossa casa.

Estamos expandindo o MERCOSUL e fortalecendo a Comunidade Sul-Americana de Nações.

O futuro do Brasil está vinculado ao de seus vizinhos.

Uma América do Sul forte e unida contribuirá para a integração da América Latina e do Caribe.

Sentimo-nos também ligados por laços históricos e culturais ao continente africano.

Por sermos a segunda maior população negra do mundo, estamos comprometidos a partilhar os desafios e os destinos da África.

Mas as questões regionais são parte da problemática global que enfrentamos. O combate à fome e à pobreza, a paralisia da Rodada Doha e o impasse no Oriente Médio são temas interligados. Seu bom encaminhamento exige confiança nas soluções negociadas.

Neste momento, essa confiança está abalada.

Isso é extremamente grave.

A ordem mundial que nos cabe construir deve basear-se em critérios de justiça e respeito ao direito internacional.

Só assim poderá haver paz, desenvolvimento e uma genuína convivência democrática na comunidade de nações.

Não nos faltam os recursos.

Falta determinação política para aplicá-los nas áreas que podem ter um incalculável efeito transformador.

Transformar o desespero em alegria e razão de viver.

Muito obrigado.

ANEXO M – ÍNTEGRA DO DISCURSO NA FORMATURA DO CURSO DE FORMAÇÃO DO INSTITUTO RIO BRANCO, PRONUNCIADO PELO MINISTRO CELSO AMORIM NO PALÁCIO DO ITAMARATY, EM BRASÍLIA, NO DIA 02 DE MAIO DE 2007

Excelentíssimo Senhor Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva,
Dona Marisa, Ministra Nilcéa Freire,
Minha mulher Ana,
Embaixador Samuel Pinheiro Guimarães,
Embaixador Fernando Guimarães Reis,
Professora Sarah Walker, paraninfa da turma,
Ministro Waldir Pires, que nos honra também com a sua presença,
Embaixador Guy Mendes Pinheiro de Vasconcelos,
Senhores e Senhoras Embaixadores e Senhores Diplomatas,
Meus queridos formandos.

Eu queria dizer umas poucas palavras na abertura desta cerimônia, que é importante não só para os que se formam, mas para o próprio Itamaraty, para a instituição, porque é um momento de renovação da própria casa. Queria manifestar a alegria de receber os jovens colegas, alegria de ver também entre os novos colegas – uma turma, creio, de vinte e nove alunos – cerca de um terço de mulheres, o que é também um símbolo de renovação da nossa casa. Uma alegria que, naturalmente, é simbolizada pelo fato de termos a diplomata Maria José Mendes Pinheiro de Vasconcelos reconhecida como a primeira mulher a ingressar no Itamaraty. Uma história em si mesma interessante, pela luta, pela dedicação, pelo debate que despertou na época. O Jornal do Brasil, que é um dos jornais daquele período que ainda sobrevive, defendeu o caso (Carlos de Laët, que era um grande jornalista daquela época, defendeu a entrada, também com o apoio de Rui Barbosa, que deu parecer jurídico favorável), mas também um jornal que infelizmente não existe mais, o jornal A Rua – cujo nome é significativo, por um lado, mas que não espelhava a visão do povo, provavelmente apenas de uma parte da elite –, chegou a dizer que o Itamaraty estava sofrendo de uma perigosa tendência feminista. Não sei se essa mesma crítica se faria nos dias de hoje, mas é sem dúvida alguma um sinal dos tempos, não só porque temos uma turma com tantas mulheres, mas também uma turma que tomou a decisão de homenagear as mulheres.

Presidente Lula, o seu Governo tem sido, nesse aspecto, muito inovador. Pela primeira vez temos uma situação em que cerca de 10% das chefes de missão são mulheres. Pela primeira

vez tivemos duas subsecretárias mulheres ("sub" pode parecer pouco, mas subsecretários podem algumas vezes assumir o Ministério como Ministros Interinos, embora por pouco tempo, mas, de qualquer maneira, isso já ocorreu). Pela primeira vez, temos também uma chefe de gabinete que é mulher. Temos, igualmente, uma Embaixadora nas Nações Unidas. Todos os que visitarem nossa missão – não agora, mas daqui a cinco, seis anos – poderão ver, naquela galeria de retratos, o retrato da Maria Luiza, que é a primeira mulher nomeada Embaixadora nas Nações Unidas.

Refiro-me a esses temas, Nilcéa, porque creio que nisso não vai nenhum favor, nem a rigor nenhum esforço especial da administração. Basta que nós não permitamos que preconceitos se manifestem, porque o preconceito é algo que, por natureza, ninguém reconhece. Preconceito é algo latente, inconsciente, que nos exige esforço e policiamento para não se manifestar. Bastou, portanto, afastar o preconceito para que as mulheres emergissem sem nenhuma necessidade de favor ou de alguma ação especial. Há outro aspecto, porém, das discriminações na nossa carreira sobre o qual temos que fazer algo mais. Apenas começamos. E eu até lamento que não esteja hoje aqui a minha querida amiga Matilde Ribeiro porque, como mulher e negra, ela sofre de dupla discriminação. Ou seja, ela simboliza uma parte da população que sofre de dupla discriminação.

Temos procurado também avançar na questão racial. Temos tido programas de ação afirmativa desenhados de maneira muito especial, porque eles visam, ao mesmo tempo, assegurar o mérito mediante programas – cujos detalhes não vou descrever, mas que muitos conhecem – de bolsas de estudo. Temos conseguido aumentar o número de negros, de afrodescendentes na nossa instituição. Eu queria dizer que isso também não é nenhum favor aos indivíduos que são afrodescendentes. Trata-se de uma necessidade do País, de uma necessidade do Itamaraty, de uma necessidade da instituição, que deve não só reconhecer-se como uma entidade dotada de alta capacidade técnica e intelectual, mas também ver-se como instituição que reflita o que realmente somos, que reflita qual é o Brasil que nós representamos.

Preciso dizer, em reconhecimento também ao trabalho feito por muitos antecessores, que bastante já foi feito. Eu me lembro ainda – bem como alguns colegas que estão aqui devem lembrar-se – de quando eu entrei para o Itamaraty, época em que 90% ou eram cariocas ou tinham ido para o Rio de Janeiro antes e estudaram lá. Mas não eram bem do Rio de Janeiro, eram de um pedaço do Rio de Janeiro que ia do Flamengo ao Leblon. Fora disso, era uma ou outra exceção que entrava para o Itamaraty. Muitos progressos foram feitos durante esses anos. Nós temos hoje uma grande representação regional do Brasil, pelos perfis de todos os

Estados, mas temos sentido que ainda, em alguns aspectos, há caminho a percorrer. E para concretizar um desejo seu, Presidente, de termos uma sociedade igualitária em todos os aspectos, inclusive no aspecto étnico-racial, ainda há um caminho a percorrer. Fica o desafio para o nosso Embaixador Fernando Reis, que tem participado ativamente desse processo. E eu, Presidente, creio que, em um dia como hoje, não devo expandir nas palavras, pois as pessoas querem ouvir depois as dos formandos, paraninfos e homenageados. São as suas palavras que interessam, que contam. Mas eu queria também fazer dois outros comentários: um, sem procurar criar nenhuma sigla nova, mas, de uma maneira quase que espontânea, ao ver as notas para esses meus comentários, ocorreram-me três ”R’s”. Lembro-me aqui dos três “D’s”, do famoso e saudoso Embaixador Araújo Castro: desenvolvimento, desarmamento e descolonização. Eu me lembrei de três “R’s” hoje: reforma, rejuvenescimento e renovação. Isto é o que o seu Governo, por meu intermédio, por intermédio do Secretário-Geral, do Diretor do Instituto Rio Branco, de todos os Embaixadores, tem procurado fazer.

É muito importante que os jovens sintam não apenas que entraram para uma carreira na qual, desde o primeiro momento, poderão ter funções importantes (porque na vida do diplomata é assim: o mais jovem Terceiro Secretário já é chefe. Como dizia o Embaixador Silveira, onde quer que haja a plaquinha do Brasil e alguém diante dela esteja falando em um foro internacional, essa pessoa já tem uma grande responsabilidade), mas é importante que também percebam que podem ascender aos postos mais altos da casa.

Eu, Presidente, enquanto merecer a sua confiança, continuarei empenhado nesse trabalho de renovação da carreira. Um exemplo incidentalmente mencionado é o da Embaixadora Maria Luiza, mas há muitos outros. Isso sem prejuízo de podermos contar, de alguma forma, com a sabedoria daqueles que são experientes. Mas é preciso complementá-la com a energia e a criatividade dos jovens.

Presidente, eu queria simplesmente, para finalizar, dizer que todo esse grande esforço que nós temos feito em relação à carreira (esta turma é de 29 alunos, mas a próxima já será de 100, porque nós estamos, num período de quatro anos, aumentando os quadros em 400 vagas) está sendo imitado, inclusive, por outros países. Esse esforço todo não teria sentido se não fosse para executar uma política externa que realmente nos inspira. A política externa, Presidente, eu não diria apenas que é o combustível, mas que é o biocombustível da nossa ação, da dedicação dos diplomatas a essa função tão importante. Sem entrar em grandes detalhes, eu diria que caberá a Vossa Excelência, se assim o desejar, fazer algum balanço ou alguma projeção para o futuro. Mas eu queria dizer que a nossa política externa, sob sua condução direta (eu digo direta porque sei do interesse que Vossa Excelência dedica ao tema) quebrou

tabus, rompeu desafios, aprofundou posições que eram processadas, mas que não eram levadas adiante com tanta intensidade – como a integração da América do Sul. A atual política externa também desvendou novos horizontes, com países ricos e com países pobres: criamos o G-20 e contamos com o G-4 (aliás, há dois livros novos sobre o G-20 e sobre o G-4 que serão distribuídos, espero que ainda hoje).

Portanto, Presidente, é uma política externa que realmente causa orgulho por ser também o complemento indispensável de uma política interna, de uma ação interna do Governo voltada para uma reforma social e democrática. O seu Governo, Presidente Lula, busca igualdade sem suprimir a liberdade. Ele busca o diálogo sem ter medo da crítica. Eu diria que isso para nós todos – e para mim, pessoalmente, como o diplomata mais velho, já aposentado – é motivo de grande honra. Sinto que todos podem sentir-se muito honrados de estar servindo a este país neste momento histórico. No mais, eu queria também dar a minha palavra de felicitações aos jovens que entram para a carreira, aos pais, que tanto se esforçaram, aos demais parentes que estão aqui e agradecer, mais uma vez, Presidente, o apoio que Vossa Excelência tem dado à casa de Rio Branco.

ANEXO N – ÍNTEGRA DO DISCURSO NA FORMATURA DO CURSO DE FORMAÇÃO DO INSTITUTO RIO BRANCO, PRONUNCIADO PELO PRESIDENTE LULA NO PALÁCIO DO ITAMARATY, EM BRASÍLIA, NO DIA 02 DE MAIO DE 2007

Meu querido companheiro Celso Amorim, ministro das Relações Exteriores,
Meu querido companheiro Waldir Pires, ministro da Defesa,
Minha querida Nilcéa Freire, secretária especial das Mulheres,
Minha querida companheira Marisa,
Nossa querida Ana Amorim,
Embaixador Samuel Pinheiro Guimarães, secretário-geral das Relações Exteriores,
Embaixador Fernando Reis, diretor do Instituto Rio Branco,
Senhora Sarah Walker, paraninfo da turma 2004/2006,
Minha cara oradora, secretária Daniela Matos de Araújo,
Meus queridos embaixadores,
Meus caros formandos do Instituto Rio Branco,
Meus amigos e minhas amigas,

Minhas primeiras palavras são de saudação aos jovens que hoje iniciam uma nova etapa de suas vidas no serviço exterior brasileiro.

Recebam igualmente minhas felicitações, os pais, parentes e amigos que aqui se encontram para esta celebração.

Em pronunciamento que fiz logo após as eleições, no ano passado, afirmei que havíamos lançado, nos quatro anos anteriores, as fundações para que o Brasil avançasse na superação das vulnerabilidades que retardaram o nosso desenvolvimento econômico e emancipação social.

Queremos uma política externa que seja a cara deste Brasil. O Brasil democrático que estamos construindo, que seja mais do que uma forma de projeção nossa no mundo, que seja, também, um elemento consubstancial de nosso projeto nacional de desenvolvimento. Para tanto, estamos sempre dispostos a ouvir, mas também queremos ser escutados. Temos que ocupar o lugar que nos cabe no mundo, na defesa dos interesses nacionais.

É preciso engajamento e altivez, mas também respeito pelos outros países, sejam eles pequenos ou grandes, ricos ou pobres. Humildade não é fraqueza, solidariedade não é sinônimo de ingenuidade. Para ser solidário é preciso ter firmeza e acreditar no que defendemos.

Hoje, o Brasil transita em qualquer fórum sem buscar confrontos, mas sem medo de discordar. Conversamos com todos de igual para igual, afinal, recuperamos a nossa autoestima. Vocês, que hoje formalizam a entrada no Ministério das Relações Exteriores, herdarão a responsabilidade de fazer, da nossa função diplomática, a projeção no plano internacional dessas profundas transformações e aspirações em curso na sociedade brasileira.

Caros formandos,

O Dia do Diplomata deste ano é uma boa ocasião para avaliar os resultados de nossa política externa. Conseguimos realizar muitas coisas, a começar pela América do Sul, nossa maior prioridade. E o resultado: o comércio aumentou enormemente. Nossa região absorve hoje mais exportações brasileiras do que os Estados Unidos. As obras de infraestrutura física se multiplicam criando uma malha de conexões energéticas, viárias e de comunicações. Lançamos a Comunidade Sul-Americana de Nações, que será consolidada com um acordo constitutivo da União Sul-Americana. Caminhamos para a formação de uma cidadania sul-americana diplomática e pluralista.

O MERCOSUL se expandiu com o ingresso da Venezuela. Criamos o Focem, cujos primeiros projetos já estão em andamento e vão beneficiar os sócios menores do bloco. Instalamos um parlamento que tornará o MERCOSUL mais próximo do cidadão e mais atento às necessidades e expectativas de nossas populações.

Fortalecemos nossa aliança com a Argentina. As relações que mantemos com os nossos vizinhos nunca foram tão densas e intensas. Não foi fácil superar décadas de distanciamento entre nós. O processo de integração pode ser às vezes turbulento, mas é indispensável.

Não há outro caminho para a América do Sul que não seja o da construção de um espaço econômico, político e social integrado. Estamos construindo um projeto de longo prazo, que dependerá do empenho desta e das futuras gerações. Não podemos nos render aos interesses imediatistas ou às dificuldades conjunturais, mas a integração não pode ser assimétrica. Ela só será efetiva se tivermos a ousaria de buscar soluções que atendam aos objetivos de todos, especialmente para os menos favorecidos, afinal de contas, isso é o que estamos fazendo no nosso próprio País.

Estamos alargando a nossa ação diplomática na América Latina e no Caribe, na África e nos países árabes. Assumimos um papel de liderança na missão de paz da ONU no Haiti e, juntamente com os nossos parceiros da região, queremos oferecer um novo paradigma de solidariedade na reconstrução de um país irmão. Com a África do Sul e a Índia criamos um

foro inovador de diálogo político e cooperação trilateral, o Ibas. Somos três grandes democracias, três sociedades multiétnicas e multiculturais de três continentes diferentes.

Estou empenhado na retomada das relações com a África, continente no qual visitei 17 países. Era inconcebível que o Brasil, por sua história e por sua cultura, tivesse virado as costas para nossos irmãos africanos. Fui o primeiro presidente da República a visitar oficialmente o Oriente Médio. Esses movimentos de reencontro estão sendo feitos em parceria com toda a América do Sul.

Em 2005, o Brasil sediou a Cúpula América do Sul - Países Árabes, enquanto a Nigéria realizou, em 2006, a primeira Cúpula África - América do Sul. Estamos criando canais de diálogo direto com nações distantes para identificar oportunidades de comércio e de investimento que permitam aos nossos países explorar as possibilidades da economia global. Pouco a pouco vamos criando uma identidade para o continente sul-americano, que favorece a projeção de uma nova imagem para a nossa região em todo o mundo.

A cooperação Sul/Sul ajuda a construir uma nova geografia econômica mundial, não excludente, genuinamente global, que se funda em parcerias para promover a paz, a justiça e o desenvolvimento integral de todos os povos. Essa orientação não nos afastou dos países desenvolvidos. Pelo contrário, fortaleceu nossa capacidade de interlocução com eles. Cada vez mais somos procurados para expressar nossas opiniões e para trabalhar em iniciativas conjuntas.

É esse o sentido do convite para que o Brasil volte, pela quarta vez, a participar este ano, na Alemanha, da Cúpula Ampliada do G-8, com as principais economias emergentes. Os países ricos sabem que não se pode falar em governança global sem a participação de países em desenvolvimento nas instâncias decisórias mundiais. Não tenho dúvidas de que a nossa ação internacional contribuiu para reforçar a consciência de que a inclusão das grandes nações do Sul nesse diálogo não é apenas saudável, mas indispensável.

Nosso diálogo com os Estados Unidos vai muito além dos biocombustíveis. Em São Paulo e em Camp David, discuti com o presidente Bush projetos para revigorar as relações bilaterais e iniciativas de cooperação com terceiros países, além dos grandes temas multilaterais. Com a Europa temos uma relação diversificada que desejamos aprofundar, com o estabelecimento de um mecanismo de diálogo de alto nível, estratégico, por ocasião de minha próxima visita a Bruxelas.

Pretendo relançar as negociações para um acordo de Associação MERCOSUL - União Europeia, tão logo seja concluída a rodada de Doha. No ano que vem, vamos comemorar 100

anos da integração japonesa no Brasil. Estamos amadurecendo diversos projetos que vão do etanol à TV Digital, que espelham o quanto os nossos dois povos podem alcançar juntos.

Minhas senhoras e meus senhores,

O Brasil justo e solidário que estamos construindo dificilmente prosperará num ambiente internacional marcado por uma globalização desigual e arbitrária. Na ONU, entendemos que a expansão do Conselho de Segurança deve acontecer logo para torná-lo mais representativo e legítimo. Graças, em parte, ao G4, a reforma do Conselho já não parece tão distante.

Na OMC, por meio do G20, fomos capazes de articular aspirações diferentes de países em desenvolvimento em torno de uma agenda comum. Apesar do ceticismo inicial, a atuação construtiva do grupo é agora amplamente reconhecida. O G20 está no centro das negociações da Rodada de Doha, que esperamos concluir com êxito o quanto antes. Isso ajudará a reduzir a fome e a pobreza no mundo, uma bandeira que desde 2003 tenho levado comigo e que hoje se incorporou definitivamente à agenda internacional. Foi essa a razão que nos levou a lançar, com outros países, a Ação Internacional Contra a Fome e a Pobreza, que desenvolve hoje iniciativas concretas.

Meus caros formandos,

O projeto que traçamos é de longo prazo, dependerá do empenho desta e de futuras gerações. Não há outro caminho para o Brasil e para a América do Sul, fora a construção de um espaço economicamente integrado e socialmente solidário. Por esta razão, o MERCOSUL continua sendo o principal eixo de nossa estratégia de inserção regional. Mas a realidade internacional está sempre mudando. Precisamos, por isso, estar preparados para o novo.

Devemos ter uma cooperação mais ativa entre os chamados Brics. O Brasil precisa, também, se aproximar da Ásia, a região do mundo que mais cresce. Com a China, a Índia e o Japão já temos parcerias adiantadas. O Sudeste asiático é uma fronteira que temos que desbravar melhor.

Em agosto sediaremos a terceira reunião ministerial do Fórum de Cooperação América Latina x Ásia do Leste, conhecido como Focalal. Aproveitaremos para promover contatos do MERCOSUL com a Ásia. No campo das mudanças climáticas, é inadmissível que as populações dos países pobres sejam as principais vítimas do aquecimento global causado pelos países industrializados.

A aposta brasileira nos biocombustíveis faz parte de nossa atuação diplomática. Oferece ao mundo alternativas para a dependência em relação aos combustíveis fósseis não-renováveis e

não disponíveis que aflige a maioria dos países do mundo. É uma fonte de energia que queremos difundir de maneira solidária, em benefício de todos mas, sobretudo, das regiões mais carentes do nosso Planeta.

Além de reduzir as emissões de gases poluentes, os biocombustíveis têm grande potencial para a geração de renda e de riqueza na agricultura dos países em desenvolvimento, sem comprometer sua segurança alimentar. Favorecem a cooperação ao projetar, no campo internacional, uma experiência nacional bem-sucedida. Refletem, por fim, um compromisso central do meu governo, do crescimento com equidade para todos.

Queridos formandos,

Somente poderemos concretizar nossas ambições como indivíduos e como nação se tivermos a coragem de romper, sem preconceitos, com padrões ultrapassados. Essa é a boa tradição do Itamaraty. Faz parte, também, da boa tradição desta Casa, o respeito a valores universais como a paz, a defesa do direito internacional, dos direitos humanos e do multilateralismo. A tarefa diplomática está cheia de desafios, de incertezas, de momentos de solidão. Em quaisquer circunstâncias, o trabalho de vocês sempre será facilitado pela fidelidade aos princípios universais de que é feita a nossa diplomacia e pelo compromisso maior de todos vocês com o país que representam no mundo, o nosso querido Brasil.

Tenho certeza de que vocês estarão à altura desse grande desafio. Vocês já deram uma demonstração de que estão afinados com essa visão renovadora ao escolher, como patrono da turma, a primeira mulher a ingressar no Itamaraty, Maria José de Castro Rabelo Mendes. Os formandos dessa turma, assim como todos os diplomatas desta Casa, têm a elevada missão de dar sentido concreto às aspirações nacionais no plano internacional. Assumiram o compromisso com o Brasil, e a nação conta com vocês.

Meus amigos e minhas amigas,

Eu agora queria falar um pouco do que aprendi nesses quatro anos como presidente, nas viagens que fiz, e o que espero dos nossos diplomatas. Eu penso que, durante muito tempo, nós mesmos aprendemos que deveríamos ter relações privilegiadas com determinados países e não tão privilegiadas com outros países.

Quando o Brasil cresce economicamente, enquanto o Brasil se fortalece politicamente, é importante que cada companheiro ou companheira, diplomata brasileiro, tenha consciência de que quanto maior for a inserção do País no mundo, mais aumenta a responsabilidade de vocês. Quando vocês chegarem em um país qualquer como embaixadores e o Brasil estiver

politicamente reconhecido no mundo, estejam certos de que a embaixada brasileira se tornará ponto de encontro para discussões de políticas globais, o que durante muito tempo não foi feito porque o Brasil tinha assumido a responsabilidade de agir como se fosse um país pequeno. E quanto mais um país for representativo, mais solidariedade e mais humildade. Solidariedade, sabendo que nós temos que ter política para ajudar os países menores, e humildade para tratar os pequenos com a mesma grandeza com que tratamos os países grandes. A mim não importa que tenhamos um embaixador em São Tomé e Príncipe e um embaixador em Nova Iorque, a mim importa que, independentemente do continente em que estejam, independentemente da sua população ou do seu PIB, a diplomacia brasileira precisa tratá-los em igualdade de condições, levando em conta, obviamente, as diferenças do que está sendo negociado.

Eu disse, na última vez em que estive aqui no ano passado, e vou repetir agora: talvez Celso, não sei se você, o Samuel ou outro embaixador mais experiente, têm a dimensão de como o Brasil é visto no mundo hoje. Eu levo como imagem a construção do G-20, eu levo como imagem o resultado da reunião de Cancun, em que não faltaram ao Brasil aqueles que tentaram passar a ideia do fracasso da diplomacia brasileira quando se construiu o G-20. Num primeiro momento, alguns países que entraram no G-20 em Cancun se afastaram logo, porque receberam pressão para se afastar. Num segundo momento, não só esses países que tinham se afastado voltaram, como o G-20 hoje é condição fundamental para qualquer grande acordo internacional, não apenas por mérito brasileiro, mas porque o Brasil participa do G-20 com ações que representam mais da metade da população mundial. São países que têm importância econômica no mundo, têm importância militar, têm importância tecnológica e têm, sobretudo, importância política no mundo.

Vocês, assumindo a diplomacia brasileira, irão perceber e precisarão fazer mais sacrifícios do que outros embaixadores fizeram em outra época, porque certamente terão muito mais trabalho do que já tiveram outros embaixadores. Mas, de qualquer forma, vocês também irão perceber logo no início que serão levados em conta muito mais rapidamente do que outros foram em outra época. Sabem por quê? Eu dei um conselho da outra vez e vou dar outro: nunca aceitem a submissão, nunca aceitem que alguém fale mais grosso que vocês. Pode-se falar mais grosso por falta de educação, aí a gente não tem que se igualar, mas em se tratando de política, em se tratando de diplomacia, nós não somos nem maiores, nem menores que ninguém, nem mais, nem menos importantes. Nós somos, antes de tudo, brasileiros e brasileiras a serviço do nosso País. Queremos respeitar todo mundo, mas queremos ser

respeitados e queremos, ao mesmo tempo, fazer com que a voz desta nação seja ouvida em todos os quadrantes do mundo.

Por isso, meus parabéns mais uma vez. Vocês, agora, vão colocar a mão no fogo para valer. Eu lembro que quando discuti com o Celso Amorim a necessidade de ampliar o quadro de funcionários do Itamaraty, de levar embaixadas brasileiras para os países, se pudermos levar para todos, porque essa é uma forma de você aumentar a sua inserção nesse mundo globalizado. Não é você ter 30 embaixadores disputando para ver quem vai para Washington, quem vai para Paris, e não ter nenhum querendo ir para São Tomé e Príncipe ou para outro país menor economicamente e do ponto de vista populacional. Nós temos que ir para todos os países.

E eu ainda sonho mais, Celso, eu acho que nós vamos ter que retomar a política que este País já teve, de comprar as nossas embaixadas, porque no passado... quando a gente viaja hoje para a Argentina ou viaja para outro país qualquer e encontra a embaixada brasileira, é motivo de orgulho, porque há algum tempo atrás alguém teve a coragem de comprar aquilo, porque significava o Brasil fincando o pé ali definitivamente. Ninguém vai reconhecer uma embaixada que muda a cada dois anos, a cada três anos, a cada quatro anos, ou seja, as pessoas desabituam a ver a bandeira nacional. É importante que a embaixada brasileira seja uma marca na cidade e no país em que nós estamos. Eu digo isso porque Getúlio Vargas teve coragem de comprar quase todas as embaixadas que nós temos. De uns tempos para cá, nós passamos a alugar. E a gente vai perceber que depois de dez anos pagando aluguel, a gente pagou o preço da embaixada que poderia ser nossa. Eu não sei qual é o falso moralismo ou qual é a implicância de que um país como o Brasil não pode comprar embaixada lá fora.

Eu acho que nós precisamos voltar a discutir. Eu, por exemplo, tomei conhecimento do caso da Alemanha, um prédio que a gente já poderia ter pago, se tivéssemos comprado, mas por conta não sei do quê, estamos até hoje pagando aluguel. E vamos pagar aluguel, porque não é propriedade nossa. Comprar os nossos próprios, nos países estrangeiros, é uma demonstração de que a gente está naquele país definitivamente, com marca registrada: a cara do Brasil, a bandeira do Brasil, a casa do Brasil.

Boa sorte.

ANEXO O – ÍNTEGRA DO DISCURSO DE ABERTURA DA 62ª SESSÃO DA ASSEMBLEIA GERAL DA ONU, PRONUNCIADO PELO PRESIDENTE LULA EM NOVA IORQUE (EUA), NO DIA 25 DE SETEMBRO DE 2007

Senhoras e Senhores chefes de Estado e de Governo,

Senhor Serjam Kerim, presidente da Assembleia-Geral das Nações Unidas,

Senhor Ban Ki-moon, secretário-geral das Nações Unidas,

Senhoras e senhores delegados,

Cumprimento-o, senhor secretário-geral, por ter sido escolhido para ocupar posição tão relevante no sistema internacional.

Saúdo sua decisão de promover debates de alto nível sobre o gravíssimo problema das mudanças climáticas. É salutar que essa reflexão ocorra no âmbito das Nações Unidas.

Não nos iludamos: se o modelo de desenvolvimento global não for repensado, crescem os riscos de uma catástrofe ambiental e humana sem precedentes.

É preciso reverter essa lógica aparentemente realista e sofisticada, mas na verdade anacrônica, predatória e insensata, da multiplicação do lucro e da riqueza a qualquer preço.

Há preços que a humanidade não pode pagar, sob pena de destruir as fontes materiais e espirituais da existência coletiva, sob pena de destruir-se a si mesma. A perenidade da vida não pode estar à mercê da cobiça irrefletida.

O mundo, porém, não modificará a sua relação irresponsável com a natureza sem modificar a natureza das relações entre o desenvolvimento e a justiça social.

Se queremos salvar o patrimônio comum, impõe-se uma nova e mais equilibrada repartição das riquezas, tanto no interior de cada país como na esfera internacional.

A equidade social é a melhor arma contra a degradação do Planeta. Cada um de nós deve assumir sua parte nessa tarefa. Mas não é admissível que o ônus maior da imprevidência dos privilegiados recaia sobre os despossuídos da Terra. Os países mais industrializados devem dar o exemplo. É imprescindível que cumpram os compromissos estabelecidos pelo Protocolo de Quioto.

Isso contudo não basta. Necessitamos de metas mais ambiciosas a partir de 2012. E devemos agir com vigor para que se universalize a adesão ao Protocolo. Também os países em desenvolvimento devem participar do combate à mudança do clima. São essenciais estratégicas nacionais claras que impliquem responsabilidade dos governos diante de suas próprias populações.

O Brasil lançará em breve o seu Plano Nacional de Enfrentamento às Mudanças Climáticas. A Floresta Amazônica é uma das áreas que mais poderão sofrer com o aquecimento do Planeta, mas há ameaças em todos os continentes: elas vão do agravamento da desertificação até o desaparecimento de territórios ou mesmo de países inteiros pela elevação do nível do mar.

O Brasil tem feito esforços notáveis para diminuir os efeitos da mudança do clima. Basta dizer que, nos últimos anos, reduzimos a menos da metade o desmatamento da Amazônia. Um resultado como este não é obra do acaso. Até porque o Brasil não abdica, em nenhuma hipótese, de sua soberania e nem de suas responsabilidades sobre a Amazônia.

Os êxitos recentes são fruto da presença cada vez maior e mais efetiva do Estado Brasileiro na região, promovendo o desenvolvimento sustentável – econômico, social, educacional e cultural – de seus mais de 20 milhões de habitantes.

Estou seguro de que nossa experiência no tema pode ser útil a outros países. O Brasil propôs em Nairobi a adoção de incentivos econômico-financeiros que estimulem a redução do desmatamento em escala global.

Devemos aumentar igualmente a cooperação Sul-Sul, sem prejuízo de adotar modalidades inovadoras de ação conjunta com países desenvolvidos. Assim, daremos sentido concreto ao princípio das responsabilidades comuns, mas diferenciadas.

É muito importante o tratamento político integrado de toda a agenda ambiental. O Brasil sediou a Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento, a Rio-92. Precisamos avaliar o caminho percorrido e estabelecer novas linhas de atuação. Por isso, proponho a realização, em 2012, de uma nova Conferência, que o Brasil se oferece para sediar, a Rio + 20.

Senhoras e Senhores,

Não haverá solução para os terríveis efeitos das mudanças climáticas se a humanidade não for capaz também de mudar seus padrões de produção e consumo. O mundo precisa, urgentemente, de uma nova matriz energética. Os biocombustíveis são vitais para construí-la. Eles reduzem significativamente as emissões de gases de efeito estufa. No Brasil, com a utilização crescente e cada vez mais eficaz do etanol, evitou-se, nesses 30 últimos anos, a emissão de 644 milhões de toneladas de CO2 na atmosfera.

Os biocombustíveis podem ser muito mais do que uma alternativa de energia limpa. O etanol e o biodiesel podem abrir excelentes oportunidades para mais de uma centena de países pobres e em desenvolvimento na América Latina, na Ásia e, sobretudo, na África. Podem propiciar autonomia energética, sem necessidade de grandes investimentos. Podem gerar

emprego e renda e favorecer a agricultura familiar. E podem equilibrar a balança comercial, diminuindo as importações e gerando excedentes exportáveis.

A experiência brasileira de três décadas mostra que a produção de biocombustíveis não afeta a segurança alimentar. A cana de açúcar ocupa apenas 1% de nossas terras agricultáveis, com crescentes índices de produtividade. O problema da fome no Planeta não decorre da falta de alimentos, mas da falta de renda que golpeia quase um bilhão de homens, mulheres e crianças. É plenamente possível combinar biocombustíveis, preservação ambiental e produção de alimentos.

No Brasil, daremos à produção de biocombustíveis todas as garantias sociais e ambientais.

Decidimos estabelecer um completo zoneamento agroecológico do País para definir quais áreas agricultáveis podem ser destinadas à produção de biocombustíveis. Os biocombustíveis brasileiros estarão presentes no mercado internacional com um selo que garanta suas qualidades sócio laborais e ambientais.

O Brasil pretende organizar em 2008 uma conferência internacional sobre biocombustíveis, lançando as bases de uma ampla cooperação mundial no setor. Faço aqui um convite a todos os países para que participem do evento.

A sustentabilidade do desenvolvimento não é apenas uma questão ambiental, é também um desafio social. Estamos construindo um Brasil cada vez menos desigual e mais dinâmico. Nosso país voltou a crescer, gerando empregos e distribuindo renda. As oportunidades agora são para todos.

Ao mesmo tempo em que resgatamos uma dívida social secular, investimos fortemente em educação de qualidade, ciência e tecnologia. Honramos o compromisso do Programa Fome Zero ao erradicar esse tormento da vida de mais de 45 milhões de pessoas. Com dez anos de antecedência, superamos a primeira das Metas do Milênio, reduzindo em mais da metade a pobreza extrema no nosso País.

O combate à fome e à pobreza deve ser preocupação de todos os povos. É inviável uma sociedade global marcada pela crescente disparidade de renda. Não haverá paz duradoura sem a progressiva redução das desigualdades.

Em 2004, lançamos a Ação Global contra a Fome e a Pobreza. Os primeiros resultados são animadores, principalmente a criação da Central Internacional de Compra de Medicamentos.

Meus amigos e minhas amigas,

A Unitaid já conseguiu reduções de até 45% nos preços dos medicamentos contra a Aids, a malária e a tuberculose destinados aos países mais pobres da África. É hora de dar-lhe um

novo impulso. Ideias que tanto mobilizaram nossos povos não podem perder-se na inércia burocrática.

Mas a superação definitiva da pobreza exige mais do que solidariedade internacional. Ela passa, necessariamente, por novas relações econômicas que não penalizem os países pobres.

A Rodada de Doha da OMC deve promover um verdadeiro pacto pelo desenvolvimento, aprovando regras justas e equilibradas para o comércio internacional.

São inaceitáveis os exorbitantes subsídios agrícolas, que enriquecem os ricos e empobrecem os mais pobres. É inadmissível um protecionismo que perpetua a dependência e o subdesenvolvimento. O Brasil não poupará esforços para o êxito das negociações, que devem beneficiar sobretudo os países mais pobres.

Senhor Presidente, senhor Secretário-Geral,

A construção de uma nova ordem internacional não é uma figura de retórica, mas um requisito de sensatez. O Brasil orgulha-se da contribuição que tem dado para a integração Sul-Americana, sobretudo no MERCOSUL.

Temos atuado para aproximar povos e regiões, impulsionando o diálogo político e o intercâmbio econômico com os países árabes, africanos e asiáticos, sem abdicar de nossos parceiros tradicionais.

Criamos – Brasil, África do Sul e Índia – um foro inovador de diálogo e ação conjunta, o IBAS. Temos realizado inclusive projetos concretos de cooperação em diversos países, a exemplo do que fizemos no Haiti e em Guiné-Bissau.

Todos concordamos ser necessária uma maior participação dos países em desenvolvimento nos grandes foros de decisão internacional, em particular o Conselho de Segurança das Nações Unidas. É hora de passar das intenções à ação.

Notamos, com muito agrado, as recentes propostas do presidente Sarkozy, de reformar o Conselho de Segurança, com a inclusão de países em desenvolvimento. Igualmente necessária é a reestruturação do processo decisório dos organismos financeiros internacionais.

Senhor Presidente,

As Nações Unidas são o melhor instrumento para enfrentar os desafios do mundo de hoje. É no exercício da diplomacia multilateral que encontramos os meios de promover a paz e o desenvolvimento.

A participação do Brasil, em conjunto com outros países da América Latina e do Caribe, na Missão de Estabilização no Haiti simboliza nosso empenho de fortalecer o multilateralismo.

No Haiti, estamos mostrando que a paz e a estabilidade se constroem com a democracia e o desenvolvimento social.

Senhoras e Senhores,

Ao entrar neste prédio, os delegados podem ver uma obra de arte presenteada pelo Brasil às Nações Unidas há 50 anos. Trata-se dos murais “Guerra” e “Paz”, pintados pelo grande artista brasileiro Cândido Portinari. O sofrimento expresso no mural, que retrata a guerra, nos remete à alta responsabilidade das Nações Unidas de afastar o risco de conflitos armados.

O segundo mural revela que a paz vai muito além da ausência da guerra. Pressupõe bem-estar, saúde e um convívio harmonioso com a natureza. Pressupõe justiça social, liberdade e superação dos flagelos da fome e da pobreza.

Não é por acaso que o mural "Guerra" está colocado de frente para quem chega, e o mural “Paz”, para quem sai. A mensagem do artista é singela, mas poderosa: transformar aflições em esperança, guerra em paz, é a essência da missão das Nações Unidas.

O Brasil continuará a trabalhar para que essa expectativa tão elevada se torne definitivamente realidade.

Muito obrigado.

ANEXO P – ÍNTEGRA DO DISCURSO NA FORMATURA DO CURSO DE FORMAÇÃO DO INSTITUTO RIO BRANCO, PRONUNCIADO PELO MINISTRO CELSO AMORIM NO PALÁCIO DO ITAMARATY, EM BRASÍLIA, NO DIA 29 DE ABRIL DE 2008

Excelentíssimo Senhor Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva,

Excelentíssimo Senhor Embaixador Fernando Reis, Diretor do Instituto Rio Branco e paraninfo da turma,

Pais e familiares dos jovens formandos,

Meus colegas, novos colegas e antigos colegas,

Ana, minha mulher, a quem cumprimento, assim como a todos os cônjuges dos diplomatas, que também têm de passar por muitos sacrifícios na vida.

Presidente, recentemente eu fiz uma palestra na COPPE, que comemorava seus 45 anos, sobre criação e inovação na política externa brasileira. E foi até uma ocasião interessante - e como eu não tive ocasião de mencionar ao Senhor em privado, menciono-o publicamente - porque na realidade o homenageado daquela sessão era o Oscar Niemeyer, e o Oscar Niemeyer disse que já recebeu muitas homenagens na vida e não estava querendo outra homenagem centrada absolutamente nele. Então pediu que fosse feita uma palestra sobre política externa brasileira, uma vez que ele, grande admirador seu e do seu Governo, via na política externa brasileira também um dos pontos altos, na opinião dele, do momento atual que nós estamos vivendo. Eu acho que um cumprimento desses, de um brasileiro, talvez um dos mais ilustres brasileiros vivos, é a melhor gratificação que podemos receber.

Mas por que eu escolhi o tema de criação e inovação na política externa para aquela ocasião? Será que eu acho que isso é apropriado para os jovens que ingressam - já ingressaram, na realidade, mas seu ingresso hoje se formaliza - no curso do Rio Branco? É porque a criação e a inovação são absolutamente necessárias na nossa profissão. O mundo muda constantemente. Desde minha época, da época do Embaixador Fernando Reis, até hoje, o mundo mudou de maneira extraordinária. E o Brasil também mudou. São mudanças - algumas palpáveis, algumas muito visíveis, como, por exemplo, a queda do muro de Berlim. Mudanças a que o Brasil, os brasileiros, em sua grande maioria, assistimos de maneira passiva, porque era um evento que extravasava a nossa capacidade de ação.

Mas há também outras mudanças e outros muros que estão sendo derrubados nos quais nossa ação é fundamental. O muro de Berlim, a queda do muro de Berlim marcou o fim do conflito Leste-Oeste. Mas existe também uma antiga separação, que é a separação Norte-Sul, um

muro, como eu disse na ocasião daquela palestra, talvez mais espesso, porque a derrubada será mais difícil, mais lenta e mais complexa, que não vai atrair a atenção da mídia, mas nem por isso um muro menos importante que o muro Norte-Sul. Na derrubada desse muro, nós não somos apenas espectadores, olhando as nossas câmeras de televisão. Nós somos atores e o Governo do Presidente Lula tem sido um ator particularmente participante desse processo.

Então, eu acho que isso é um símbolo, entre muitos outros, desse novo mundo que os nossos novos colegas vão encontrar.

Acho que um dos piores defeitos que pode haver em alguém que esteja voltado para a ação, para a ação prática e a ação política, em especial, é ver as coisas novas com olhos velhos. Olhar, por exemplo, as questões da integração da América do Sul como se elas fossem ainda as questões das rivalidades em torno da Bacia do Prata.

Hoje a nossa realidade é outra. O que antes era competição, rivalidade; hoje, o nome do jogo é solidariedade. Solidariedade sem nunca perder de vista, naturalmente, o interesse nacional. Mas dentro da convicção de que o interesse nacional é melhor servido se nós pudermos entender que vivemos em um conjunto, que não haverá um Brasil próspero e desenvolvido se não houver uma América do Sul próspera e desenvolvida. Essa tem sido a política do Presidente Lula que nós temos executado.

Agora, essa política suscita muito mais desafios, porque o Brasil é chamado a atuar de maneira muito mais frequente. E eu penso que o mundo mudou e o Brasil também mudou.

O Embaixador Fernando Reis - que me deu o privilégio de ler o seu discurso - vai mencionar também um outro Dantas, além do Souza Dantas, que é o patrono, muito bem escolhido, de vocês. Ele vai mencionar o San Tiago Dantas. E eu lembro que gesto de ousadia enorme, que símbolo de independência admirável foi a abstenção praticada por San Tiago Dantas na votação das sanções contra Cuba, na Reunião de Punta del Este!

Hoje, a abstenção pareceria pouco. Hoje, o Brasil certamente votaria contra uma decisão desse tipo. Não porque o Brasil concorde ou discorde de tudo que se passa nesse ou naquele país, mas porque hoje a nossa convicção é de que o engajamento construtivo é muito mais importante e muito mais eficaz - inclusive para a própria democracia no continente - do que o isolamento ou a mera indiferença.

A esse respeito, eu gostaria de comentar algo que nós temos mencionado nos últimos anos: que a nossa política - que continua a ser, como sempre foi, uma política de não-intervenção -, com o passar do tempo, dado o próprio crescimento da influência do Brasil, teve de ver nessa não-intervenção um tempero novo. E o tempero novo, que não altera o princípio, é a não-indiferença. Nós agimos de maneira não-indiferente quando criamos o Grupo de Amigos da

Venezuela. Nós agimos de maneira não-indiferente quando participamos, da maneira que temos participado, na tentativa de reconstituição não só da ordem pública, mas do desenvolvimento e da prosperidade no Haiti. E nós agimos de maneira não-indiferente quando atendemos a um apelo da Bolívia - e vamos participar juntos, nesse caso, com a Argentina e a Colômbia - do Grupo de Amigos que procura uma solução, pelo diálogo, para esse nosso país vizinho.

Eu queria também dizer a vocês que isso é uma inovação. Não é uma inovação decorrente do tempo, mas há muitas outras inovações e seria muito longo eu me estender sobre todas elas nesse momento em que todos querem escutar, naturalmente, o nosso Presidente, o paraninfo e o orador. Mas eu gostaria de deixar claro que dentro desse processo de inovação a nossa aproximação com a África é um fato novo. Não que seja inédito, porque nunca tenha havido antes, mas, como diziam alguns filósofos do século XIX, a quantidade altera a qualidade, a quantidade, frequentemente, se transforma em qualidade, e a determinação, a insistência mesmo com que o Brasil, sob a orientação do Presidente Lula, tem procurado se reaproximar da África é um dos pontos mais notáveis da nossa política externa. Eu estou mencionando dois pontos, mas poderia me estender aqui e falar da Ásia, falar da nossa parceria estratégica com a União Europeia, falar das nossas excelentes relações com os Estados Unidos - mas iríamos muito longe.

Eu quero só deixar a vocês a seguinte noção: o Brasil é, hoje, um ator de grande relevo na política internacional. Até havia uma frase, que tiramos aqui de um discurso escrito: que o Brasil precisa ir "além de suas sandálias", além daquilo que as pessoas consideram ser as suas sandálias. O Brasil precisa realmente se afirmar. Não deve ter vergonha de se afirmar.

Entre muitos outros estudos que eu poderia mencionar, eu me referirei a um, porque está hoje na imprensa. É um artigo do Wall Street Journal, reproduzido em um jornal brasileiro. Ele se refere claramente ao fato de que o Brasil se transformou em um mediador, inclusive no jogo das grandes potências, pelo menos na área comercial. É algo que nós não poderíamos prever. Quem acompanhou a Rodada Tóquio - e vejo aqui o Embaixador João Gualberto -, quem acompanhou a Rodada Uruguai, como eu mesmo lá estive, nós sabemos que a nossa capacidade de reação era limitada. Entre os países em desenvolvimento, nós éramos até um dos países ouvidos. Mas ouvidos no finalzinho, para transformar um til em um acento circunflexo, transformar uma vírgula em um ponto-e-vírgula, não mais do que isso. Hoje, todos sabem que aquilo que o Brasil disser vai ter uma influência muito grande no próprio processo das negociações.

Isso não ocorreu de graça. Isso ocorreu porque o Brasil mudou, porque o Brasil hoje é uma democracia pujante, porque o Brasil é visto em todo mundo como parte da solução dos problemas, inclusive nas questões tão importantes como do biocombustível e dos alimentos, e não como parte do problema, porque o Brasil atendeu e está atendendo as necessidades sociais de seu povo e porque o Brasil tem também uma política externa que é, ao mesmo tempo, desassombrada e pragmática. Desassombrada, porque ela não tem medo; pragmática, porque ela busca resultados concretos. Ela não está apenas querendo fazer volteios ou malabarismos, sem objetivos específicos.

Eu queria dizer, portanto, que isso é verdade para todos os temas. Eu me referi à OMC, mas isso é verdade para o clima, é verdade para a energia, é verdade para a questão de alimentos, para os grandes temas globais - está aqui também o Ministro Figueiredo, que preside o grupo negociador sobre clima. É um orgulho para todos nós que o Brasil seja sempre trazido a essas posições.

Então eu queria, com sua permissão, Presidente, mais uma vez, ter o prazer de receber oficialmente mais uma turma de colegas, formados pelo Instituto Rio Branco, essa instituição de excelência. E, falando de excelência, eu queria apenas fazer um último comentário: essas mudanças que têm ocorrido no País e no mundo exigem mudanças também no Ministério. O Itamaraty tem que se renovar, o Itamaraty tem que se rejuvenescer, o Itamaraty tem que ser um reflexo do que é a sociedade brasileira - seja na maior participação das mulheres, seja na maior participação das minorias, em todos os postos. E tem que fazer isso sem perder a excelência. Esse é o grande desafio que nós temos. Esse é o desafio que vocês enfrentarão. Essa é a grande história da diplomacia brasileira. E nessa história vocês não serão apenas espectadores, mas serão atores e autores. Bem-vindos!

ANEXO Q – ÍNTEGRA DO DISCURSO NA FORMATURA DO CURSO DE FORMAÇÃO DO INSTITUTO RIO BRANCO, PRONUNCIADO PELO PRESIDENTE LULA NO PALÁCIO DO ITAMARATY, EM BRASÍLIA, NO DIA 29 DE ABRIL DE 2008

Embaixador Celso Amorim, ministro das Relações Exteriores,

Senhoras e senhores embaixadores estrangeiros acreditados junto ao meu governo,

Embaixador Fernando Guimarães Reis, diretor do Instituto Rio Branco e paraninfo da turma 2005/2007,

Meu caro orador, Thomaz Diniz Guedes,

Senhoras e senhores embaixadores,

Meus caros formandos do Instituto Rio Branco,

Senhoras e senhores,

Pela 6ª vez desde o meu primeiro mandato, venho ao Itamaraty para celebrar a formatura de mais uma turma de diplomatas. Quero compartilhar com vocês, com seus familiares e amigos a alegria deste momento, mas quero também lhes transmitir um sentimento que acompanha a minha trajetória de homem público.

A política externa, como toda atividade política, como quase tudo na vida, é feita de razão e de emoção. Há poucos dias, retornei a Gana, em minha 8ª viagem à África, para participar da reunião da Unctad. Lá discutimos temas importantes para o futuro do mundo, mas lá também vivi a emoção de visitar a "Casa Brasil", uma homenagem à comunidade dos Tabons, descendentes de escravos retornados, que preservam em solo africano um pouco do Brasil que seus antepassados conheceram. Foi um encontro que serviu para relembrar a força dos vínculos que unem o Brasil ao continente africano e que devem fazer da diplomacia essa mistura de razão e emoção que acabo de mencionar.

Inaugurei em Acra, o escritório regional da Embrapa na África. Em breve, a Fiocruz deverá abrir uma representação em Moçambique, onde também vamos instalar uma fábrica de antirretrovirais.

Nos últimos anos, o comércio do Brasil com a África quadruplicou. Aumentaram os projetos, a recuperação e o investimento. Nosso relacionamento com a África é parte da renovação de nossa política externa. Buscamos aliar a solidariedade aos benefícios de uma relação densa nos campos político e econômico. Nessa interação, brasileiros e africanos saem ganhando.

É assim que vemos a cooperação Sul-Sul. O interesse é recíproco e as vantagens também. Estamos reforçando nosso relacionamento com os países árabes e com os parceiros da Ásia.

Iniciativas como a Cúpula América do Sul/Países Árabes, a Cúpula África/América do Sul ou IBAS, que nos une à Índia e à África do Sul, são fatos novos na política internacional.

É evidente, que tudo começa aqui na nossa querida América do Sul, na nossa casa. Começa no trabalho que estamos fazendo no MERCOSUL e na Unasul. É o que buscamos ao intensificar as parcerias na América Central e no Caribe. Em todas essas iniciativas, temos sempre procurado favorecer, sem abrir mão dos nossos princípios, o diálogo e o entendimento.

Na recente crise entre o Equador e a Colômbia, o Brasil agiu com serenidade e firmeza para que prevalecesse a justiça e a moderação. São posturas equilibradas que, sem perder de vista o que é certo ou errado, permitem apaziguar as tensões e encontrar o caminho justo para resolver as controvérsias.

A paz e o entendimento devem guiar o projeto comum que nós, sul-americanos, queremos para a região. Para isso, temos que demonstrar maturidade política.

O Brasil sediará uma cúpula extraordinária da União de Nações Sul-Americanas. Vamos consolidar a Unasul, concluir seu acordo constitutivo e dar passos seguros na criação de um conselho de defesa sul-americano. Com vontade política, desejo de cooperação e respeito às nossas diferenças, poderemos avançar em nossa integração.

Todos os líderes da América do Sul estão determinados a cumprir a vocação regional de viver em paz e alcançar níveis mais altos de desenvolvimento econômico e social. Só assim, teremos presença forte no mundo multipolar que está se desenhando. Nada conseguiremos sozinhos.

O mundo em que vivemos nos oferece um espetáculo paradoxal. Vemos mudança por toda parte. Novas descobertas da ciência, maravilhas da tecnologia, invenções que transformam nossas vidas e abrem perspectivas para milhões e milhões de pessoas. Mas, ao mesmo tempo, persiste a fome, a miséria, a exclusão e a desesperança. Aí está a maior ameaça à paz. Esse é o terreno propício para o surgimento dos fundamentalistas. Não basta combater as consequências da iniquidade, é preciso atacar as causas das desigualdades. Os frutos da globalização não podem ser privilégio de alguns. Homens e mulheres precisam, em todas as partes, perceber no seu dia-a-dia que o progresso conquistado tem reflexo na qualidade de suas vidas. Os países em desenvolvimento precisam colocar os seus problemas no centro do debate, devem participar da elaboração da agenda internacional. O Brasil está disposto a atuar sem arrogância, sem megalomania, sem pretensões hegemônicas, mas com o sentimento de que somos um grande país e que temos o que dizer ao mundo. Por essa razão, estamos

presentes na estabilização do Haiti. Por essa razão, aspiramos reformar a ONU e seus mecanismos de segurança coletiva.

Tomemos um caso particular, o da crise mundial de alimentos. Alguns querem atribuí-la aos biocombustíveis. Essa é, no mínimo, uma distorção absurda. A experiência brasileira demonstrou que os biocombustíveis, além de não ameaçar a segurança alimentar, geram emprego e renda no campo e ajudam a combater o aquecimento global. Há duas semanas, tratei desse tema neste mesmo auditório, durante a conferência regional da FAO. Falei, de novo, sobre isso na África e continuarei falando onde for preciso, porque o Brasil não pode e não deve ter medo deste debate.

Se hoje mais pessoas estão comendo, deveríamos estar comemorando. Quando lancei a ação contra a fome e a pobreza, jamais pensei que o consumo de alimentos pudesse ser utilizado como argumento contra nós. Se os países ricos desejam realmente aumentar a oferta de alimentos, por que não eliminam os subsídios que dão à sua agricultura? Isso estimulará a produção nos países mais pobres que têm mais terras, mais mão-de-obra e, agora, como ficou provado no caso do Brasil, tecnologia avançada. Espero que essa discussão tenha impacto positivo na Organização Mundial do Comércio.

Continuamos empenhados em garantir que a Rodada de Doha seja concluída o quanto antes. Tenho conversado com os líderes das principais potências mundiais sobre a OMC e outros temas globais. Com os Estados Unidos, com os países da União Europeia, com qualquer outro país desenvolvido, nossa atitude é a mesma: acreditamos na negociação em base de igualdade e respeito mútuo. Temos muito a ganhar expandindo nossas relações com esses países, parceiros tradicionais no processo de desenvolvimento brasileiro.

Meus caros formandos,

Na execução da política externa, tenho a satisfação de contar sempre com a competência, o conhecimento e a dedicação dos quadros do Itamaraty. Vocês pertencem a uma carreira de Estado, portanto, são os garantes do interesse nacional. O Ministério das Relações Exteriores é uma instituição estratégica para o governo, são crescentes as demandas na frente externa, a presença e os interesses do Brasil no mundo se ampliaram enormemente. Nossa presença no mundo é parte essencial de nosso projeto nacional de desenvolvimento. Para isso, a diplomacia brasileira precisa estar à altura dos desafios, precisa dispor dos meios administrativos e orçamentários para cumprir suas funções de modo adequado. O aperfeiçoamento das atividades do Ministério requer investimentos nas áreas de cooperação técnica, de fusão cultural, promoção comercial e proteção às comunidades brasileiras no

exterior. Exige, também, como já disse aqui, no ano passado, condições dignas de representação, incluindo a construção ou a compra de imóveis próprios para nossas missões no exterior. Em meu governo, não tenho medido esforços para dotar o Itamaraty dos recursos necessários para cumprir a contento a sua missão.

Vocês, caros formandos, são privilegiados por servirem a Casa de Rio Branco. Terão a chance de trabalhar pelo Brasil. Ao engrandecer o país, vocês estarão engrandecendo a si mesmos. Mas é muito importante que a indispensável maturidade que a carreira exige não arrefeça os ideais da juventude. Todos sabem que tenho lutado por uma política de solidariedade, isso nada tem de incompatível com a defesa do interesse nacional, ao contrário. Muitas vezes, o nosso interesse de longo prazo é melhor defendido com a postura de cooperação e compreensão, assim obtemos mais resultados que pela confrontação. Não importa se nosso interlocutor é de um país grande ou pequeno, o respeito tem que ser recíproco. O Brasil procura tratar cada parceiro com a mesma atitude de concórdia, abertura ao diálogo e desejo de chegar a um denominador comum. A política externa que praticamos é sem preconceito, baseia-se em valores como a democracia, a justiça e a igualdade, é pautada por um sentimento de genuína fraternidade. Essa é a herança que nos deixou o embaixador Luiz Martins de Souza Dantas, diplomata que vocês escolheram como patrono da turma.

Quando a Europa vivia a longa noite do Nazifascismo, Souza Dantas ousou agir segundo sua consciência. Enquanto muitos se omitiram, ajudou refugiados judeus que tentavam escapar à barbárie. Mostrou coragem e dignidade, colocou o ser humano em primeiro lugar. Isso é exatamente o que o mundo de hoje precisa: mais humanidade.

Os pais, parentes e amigos dos formandos que aqui estão podem ficar orgulhosos. Tenho certeza de que vocês, jovens diplomatas, saberão honrar esses ideais.

Meus amigos,

Minhas amigas,

Duas coisas importantes que eu queria falar para vocês no meu tradicional improviso, que tanto preocupa o meu Ministro das Relações Exteriores: eu penso que os diplomatas brasileiros sabem que o que está acontecendo no mundo de hoje e, nesse mundo, a relação do Brasil de forma prioritária para a América do Sul, América Latina e Caribe e para o continente africano tem uma razão de ser. É como se nós tivéssemos uma artéria em que a Europa e os Estados Unidos pertencessem a uma grande parte do coração e que, durante quase que um século, o sangue dessa artéria fosse irrigado apenas por essa parte do coração que tinha União Europeia e os Estados Unidos. Nós agora queremos irrigar o coração todo. E por

isso, estamos olhando um pouco o que vai acontecer com o continente africano nos próximos 20 ou 30 anos, ou o que vai acontecer no Caribe, na América Latina e na América do Sul nos próximos 20 ou 30 anos. Não estamos pensando apenas no agora, apenas no hoje ou apenas no amanhã, estamos pensando em duas décadas para a frente, quando certamente a África não será tão pobre como é hoje, quando certamente a América Latina não será tão pobre quanto é hoje e, certamente, quando a nossa relação com esses continentes e, sobretudo, com os países irá permitir que a gente não esteja vulnerável na nossa balança comercial, nos acordos ou nas atividades econômicas que fazemos.

Por que isso é importante? Isso é importante pelo que está acontecendo neste momento agora. Imaginem vocês se a crise imobiliária americana que está acontecendo neste momento tivesse acontecido no Brasil há 15 anos? Certamente essa crise teria resvalado no Brasil e certamente nós teríamos tido uma crise possivelmente como tivemos quando aconteceu a crise asiática. Por que dessa vez nós estamos não tão tranquilos, mas maduramente tranquilos e assentados com o pé no chão? É exatamente por causa da política externa brasileira, é exatamente pela diversificação que nós fizemos, é exatamente pelo equilíbrio na balança comercial que conseguimos criar com a América Latina, com a África, com o Oriente Médio e com o continente asiático. Já não dependemos mais de uma potência ou de duas potências, temos produtos para vender em vários lugares do mundo e temos dinheiro para comprar em vários lugares do mundo. Isso nos dá um pouco a sensação de liberdade, isso nos dá um pouco a sensação de poder escolher os parceiros sem relegar a um segundo plano os parceiros antigos. Não. Nós sabemos a importância que têm os Estados Unidos na vida deste País. Nós sabemos a importância que tem a União Europeia na vida deste País. Mas precisamos procurar novos parceiros para que a nossa relação seja mais forte ainda com os Estados Unidos e com a União Europeia. Afinal de contas, quantos mais amigos nós tivermos, mais os velhos amigos vão trabalhar para não perderem a nossa amizade, para não serem tratados como se fossem secundários.

E isso nos obriga a fazer duas coisas, que eu não sei se em algum momento o Celso já comunicou a vocês. Nós, até o final do meu mandato, vamos fazer dois gestos para provar que a nossa relação com a América Latina e com a África não é apenas comercial. Estamos construindo uma universidade para a América Latina, com currículo latino-americano, com professores latino-americanos, não apenas brasileiros, e com estudantes de todo o continente.

E agora, também, vamos fazer uma universidade para os países africanos. Já tem a cidade, que é a cidade de Redenção, no Ceará, onde foi primeiro abolida a escravidão, e lá nós queremos fazer uma universidade para trazer para cá, em um primeiro momento, estudantes que

pertençam aos países de língua portuguesa da África para que, junto com brasileiros, a gente possa formar os engenheiros, os agrônomos, os médicos, os gestores públicos que tanto o continente africano precisa para dar o salto de qualidade no século XXI, que ele não teve condições de dar no século XX.

E eu acho que isso significa mais uma vitória, não do nosso governo, Celso, mas da nossa diplomacia. Eu conheço um pouco da diplomacia, porque mesmo quando era oposição, eu era recebido no mundo inteiro pelos nossos diplomatas. Mas, como ser humano, eu sei a diferença de quando a gente trabalha motivado a ideais e quando a gente trabalha apenas para cumprir uma jornada de trabalho. É como um jogador de futebol. Uma coisa é aquele que corre, se mata para não deixar a bola sair fora ou para tomar a bola do adversário. O outro é aquele que bota a mão na cintura e fica esperando os 90 minutos acabarem. Eu posso dizer para vocês que eu nunca vi tanta vontade de trabalhar e tanta dedicação como eu vejo, hoje, na diplomacia brasileira, em todos os cantos do mundo.

A renovação é necessária. De tempos em tempos, nós precisamos trocar a corda do nosso cavaquinho, quanto mais trocar os nossos diplomatas que têm postos importantes pelo mundo. O Brasil certamente nunca teve a respeitabilidade que tem hoje. Mais do que respeitabilidade, o Brasil gera expectativa. Muita gente espera que o Brasil dê a última palavra em algum assunto polêmico, em qualquer lugar do mundo.

Portanto, meus caros formandos, daqui a pouco eu me vou. Daqui a pouco, o Celso Amorim se vai. E a bola está com vocês.

Boa sorte. Que Deus abençoe cada um de vocês.

ANEXO R – ÍNTEGRA DO DISCURSO DE ABERTURA DA 63ª SESSÃO DA ASSEMBLEIA GERAL DA ONU, PRONUNCIADO PELO PRESIDENTE LULA EM NOVA IORQUE (EUA), NO DIA 23 DE SETEMBRO DE 2008

Senhores e senhoras chefes de Estado e de Governo,

Senhor Miguel d'Escoto, presidente da Assembleia Geral das Nações Unidas,

Senhor Ban Ki-moon, secretário-geral das Nações Unidas,

Senhoras e senhores chefes de Delegação,

Saúdo, com alegria, o presidente da Assembleia Geral, meu ilustre amigo Miguel d'Escoto. Desejo-lhe pleno êxito em sua missão.

Esta Assembleia realiza-se em um momento particularmente grave. A crise financeira, cujos presságios vinham se avolumando, é hoje uma dura realidade. A euforia dos especuladores transformou-se em angústia dos povos após a sucessão de naufrágios financeiros que ameaçam a economia mundial.

As indispensáveis intervenções do Estado, contrariando os fundamentalistas do mercado, mostram que é chegada a hora da política. Somente a ação determinada dos governantes, em especial naqueles países que estão no centro da crise, será capaz de combater a desordem que se instalou nas finanças internacionais, com efeitos perversos na vida cotidiana de milhões de pessoas.

A ausência de regras favorece os aventureiros e oportunistas, em prejuízo das verdadeiras empresas e dos trabalhadores. É inadmissível, dizia o grande economista brasileiro Celso Furtado, que os lucros dos especuladores sejam sempre privatizados e suas perdas, invariavelmente socializadas.

O ônus da cobiça desenfreada de alguns não pode recair impunemente sobre os ombros de todos. A economia é séria demais para ficar nas mãos dos especuladores. A ética deve valer também na economia. Uma crise de tais proporções não será superada com medidas paliativas. São necessários mecanismos de prevenção e controle, e total transparência das atividades financeiras.

Os organismos econômicos supranacionais carecem de autoridade e de instrumentos práticos para coibir a anarquia especulativa. Devemos reconstruí-los em bases completamente novas. Dado o caráter global da crise, as soluções que venham a ser adotadas deverão ser também globais, tomadas em espaços multilaterais legítimos e confiáveis, sem imposições. Das Nações Unidas, máximo cenário multilateral, deve partir a convocação para uma resposta vigorosa às ameaças que pesam sobre nós.

Há outras questões igualmente graves no mundo de hoje. É o caso da crise alimentar, que ameaça mais de um bilhão de seres humanos; da crise energética, que se aprofunda a cada dia; dos riscos para o comércio mundial, se não chegarmos a um acordo na Rodada de Doha; e da avassaladora degradação ambiental, que está na origem de tantas calamidades naturais, golpeando sobretudo os mais pobres.

Senhor Presidente,

Senhoras e senhores,

O Muro de Berlim caiu. Sua queda foi entendida como a possibilidade de construir um mundo de paz, livre dos estigmas da Guerra Fria. Mas é triste constatar que outros muros foram se construindo, e com enorme velocidade. Muitos dos que pregam a livre circulação de mercadorias e capitais são os mesmos que impedem a livre circulação de homens e mulheres, com argumentos nacionalistas, e até fascistas, que nos fazem evocar, temerosos, tempos que pensávamos superados.

Um suposto "nacionalismo populista", que alguns pretendem identificar e criticar no Sul do mundo, é praticado sem constrangimento em países ricos. As crises financeira, alimentar, energética, ambiental e migratória, para não falar das ameaças à paz em tantas regiões, demonstram que o sistema multilateral deve se adequar aos desafios do século XXI. Aos poucos vai sendo descartado o velho alinhamento conformista dos países do Sul aos centros tradicionais.

Essa nova atitude não conduz, no entanto, a uma postura de confrontação. Simplesmente pelo diálogo direto, sem intermediação das grandes potências, os países em desenvolvimento têm-se credenciado a cumprir um novo papel no desenho de um mundo multipolar. Basta citar iniciativas como o IBAS, o G-20, as cúpulas América do Sul-África ou América do Sul-Países Árabes e a articulação dos BRICs.

Está em curso a construção de uma nova geografia política, econômica e comercial no mundo. No passado, os navegantes miravam a estrela polar para "encontrar o Norte", como se dizia. Hoje estamos procurando as soluções de nossos problemas contemplando as múltiplas dimensões de nosso Planeta. Nosso "norte" às vezes está no Sul.

Em meu continente, a Unasul, criada em maio deste ano, é o primeiro tratado – em 200 anos de vida independente – que congrega todos os países sul-americanos. Com essa nova união política vamos articular os países da região em termos de infraestrutura, energia, políticas sociais, complementaridade produtiva, finanças e defesa.

Reunidos em Santiago do Chile há pouco mais de uma semana os presidentes da América do Sul, comprovamos a capacidade de resposta rápida e eficaz da Unasul frente a situações complexas, como a que vive a nação-irmã boliviana. Respaldamos seu governo legitimamente eleito, suas instituições democráticas e sua integridade territorial e fizemos um apelo ao diálogo como caminho para a paz e a prosperidade do povo boliviano.

Em dezembro, o Brasil irá sediar, na Bahia, uma inédita cúpula de toda a América Latina e do Caribe sobre integração e desenvolvimento. Será uma reunião de alto nível, sem qualquer tutela, assentada em uma perspectiva própria latino-americana e caribenha.

Todos esses esforços no plano multilateral são complementados por meio de ações de solidariedade de meu país para com nações mais pobres, especialmente na África. Quero também enfatizar nosso compromisso com o Haiti, país em que exercemos o comando das tropas da Minustah e ajudamos a restabelecer a paz. Renovo meu chamamento à solidariedade dos países desenvolvidos com o Haiti, muito prometida e pouco cumprida.

Senhor Presidente,

A força dos valores deve prevalecer sobre o valor da força. É preciso que haja instrumentos legítimos e eficazes de garantia da segurança coletiva.

As Nações Unidas discutem há quinze anos a reforma do Conselho de Segurança. A estrutura vigente, congelada há seis décadas, responde cada vez menos aos desafios do mundo contemporâneo. Sua representação distorcida é um obstáculo ao mundo multilateral que todos nós almejamos. Considero, nesse sentido, muito auspiciosa a decisão da Assembleia Geral de iniciar prontamente negociações relativas à reforma do Conselho de Segurança.

O multilateralismo deve guiar-nos também na solução dos complexos problemas ligados ao aquecimento global, com base no princípio de responsabilidades comuns, porém diferenciadas. O Brasil não tem fugido a suas responsabilidades. Nossa matriz energética é crescentemente limpa.

As crises alimentar e energética estão profundamente entrelaçadas. Na inflação dos alimentos estão presentes – ao lado de fatores climáticos e da especulação com as commodities agrícolas – os aumentos consideráveis do petróleo, que incidem pesadamente sobre o custo de fertilizantes e transporte.

A tentativa de associar a alta dos alimentos à difusão dos biocombustíveis não resiste à análise objetiva da realidade. A experiência brasileira comprova – o que poderá valer também para outros países com características semelhantes – que o etanol de cana-de-açúcar e a produção de biodiesel diminuem a dependência de combustíveis fósseis, criam empregos, regeneram

terras deterioradas e são plenamente compatíveis com a expansão da produção de alimentos. Queremos aprofundar esse debate, em todos os seus aspectos, na Conferência Mundial sobre biocombustíveis que convocamos para novembro, na cidade de São Paulo.

Minha obsessão com o problema da fome explica o empenho que tenho tido, junto a outros líderes mundiais, para chegar a uma conclusão positiva da Rodada de Doha. Continuamos insistindo em um acordo que reduza os escandalosos subsídios agrícolas dos países ricos. O êxito da Rodada de Doha terá impacto muito positivo na produção de alimentos, sobretudo nos países pobres e em desenvolvimento.

Senhor Presidente,

Há quatro anos, junto com vários líderes mundiais, lancei aqui em Nova Iorque a Ação contra a Fome e a Pobreza. Nossa proposta era, e continua sendo, a de adotar mecanismos inovadores de financiamento. A Unitaid, Central de Compra de Medicamentos, é um primeiro resultado dessa iniciativa, ajudando a combater Aids, tuberculose e malária em vários países da África. Mas não basta. Precisamos avançar, e muito, se queremos que a Humanidade cumpra efetivamente as Metas do Milênio.

Em dezembro serão comemorados os 60 anos da Declaração Universal dos Direitos Humanos, que não pode ser objeto de uma homenagem meramente protocolar. Ela traduz compromissos inalienáveis, que nos interpelam a todos. Como governantes, mais do que a defesa retórica da Declaração, somos chamados a lutar para que os valores proclamados há seis décadas se transformem em realidade em cada país e em todo o mundo.

Senhor Presidente,

O Brasil de hoje é muito distinto daquele de 2003, ano em que assumi a Presidência do meu país e em que, pela primeira vez, compareci a esta Assembleia Geral. Governo e sociedade deram passos decisivos para transformar a vida dos brasileiros. Criamos quase 10 milhões de empregos formais. Distribuímos renda e riqueza. Melhoramos os serviços públicos. Tiramos 9 milhões de pessoas da miséria e outras 20 milhões ascenderam à classe média. Tudo isso em um ambiente de forte crescimento, estabilidade econômica, redução da vulnerabilidade externa e, o que é mais importante, fortalecimento da democracia, com intensa participação popular.

No ano em que celebramos o centenário do grande brasileiro Josué de Castro, o primeiro diretor-geral da FAO e um dos pioneiros da reflexão sobre o problema da fome no mundo, vale a pena recordar sua advertência: “Não é mais possível deixar-se impunemente uma

região sofrendo de fome, sem que o mundo inteiro venha a sofrer as suas consequências." Tenho orgulho de dizer que o Brasil está vencendo a fome e a pobreza.

Senhor Presidente,

Reitero o otimismo que expressei aqui há cinco anos. Somos muito maiores do que as crises que nos ameaçam. Dispomos de sentimento, razão e vontade para vencer qualquer adversidade. Esse, mais do que nunca, é o espírito dos brasileiros.

Muito obrigado.

ANEXO S – ÍNTEGRA DO DISCURSO NA FORMATURA DO CURSO DE FORMAÇÃO DO INSTITUTO RIO BRANCO, PRONUNCIADO PELO MINISTRO CELSO AMORIM NO PALÁCIO DO ITAMARATY, EM BRASÍLIA, NO DIA 07 DE MAIO DE 2009

Excelentíssimo Senhor Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva

Nossa querida Primeira-Dama, Marisa Letícia,

Ana, minha mulher,

Senhor Secretário-Geral das Relações Exteriores e Paraninfo, Embaixador Samuel Pinheiro Guimarães,

Senhor Diretor-Geral do Instituto Rio Branco, Embaixador Fernando Guimarães Reis,

Embaixadoras,

Embaixadores,

Jovens colegas,

Familiares dos formandos da Turma Villa-Lobos,

Senhoras e senhores,

Quero iniciar minhas palavras juntando-me à homenagem dos formandos ao Secretário-Geral do Itamaraty, escolhido como Paraninfo desta turma. O Embaixador Samuel Pinheiro Guimarães é um dedicado diplomata – dos mais talentosos e criativos, e também um grande professor, como demonstrou hoje de maneira sintética e objetiva. É um amigo com quem trabalhei em muitas ocasiões. Enfrentamos algumas lutas juntos desde a tentativa pioneira de planejamento político no Itamaraty, então sob a batuta de um grande diplomata, Paulo Nogueira Batista, até a batalha pela dignidade cultural do País e pela liberdade de expressão na Embrafilme, em pleno governo militar. Como Secretário-Geral, tem sido protagonista de inúmeras das mudanças na Casa. A indicação de Samuel, meu querido amigo, como paraninfo da Turma 2006-2008 do Instituto Rio Branco – uma turma histórica – não poderia ser mais feliz.

A escolha do imortal Maestro Heitor Villa-Lobos como patrono faz jus a um dos nomes mais importantes da nossa cultura. O gênio de Villa-Lobos sintetiza muito do que aspiramos: a valorização da brasilidade aliada à universalidade do ser humano.

Não pretendo me estender, mas gostaria de fazer uma breve referência ao excepcional momento por que passa a inserção internacional do Brasil. Não me recordo nesses meus 46 anos de atividade diplomática - na realidade não eram 44, como disse outro dia um jornal ao dizer falsamente que eu iria pra a Agência Internacional de Energia Atômica-, não me recordo

de outro momento em que o Brasil desfrutasse de tanto prestígio e estivesse tão presente nas grandes decisões internacionais.

Essa nova realidade tem muitas causas. Uma delas tem origem nas próprias mudanças por que passa o sistema internacional. Outra, e mais importante, tem a ver com a intensa atividade diplomática colocada em marcha pelo Governo do Presidente Lula. Tem a ver também, e muito, com o carisma pessoal do Presidente.

Este não é o momento de fazer balanços e avaliações. O seu Governo, Presidente Lula, o nosso governo, ainda está destinado a importantes realizações no ano e meio, ou pouco mais, que ainda tem pela frente.

Mas é impossível olhar para trás e não ver o muito que foi feito: a integração sul-americana que culminou no Tratado da UNASUL; sua expansão para toda América Latina e Caribe, com a Cúpula de Sauipe e a criação da CALC; a aproximação com o continente africano, com os países árabes, com a Ásia, com todo o mundo em desenvolvimento; a liderança na operação de paz da ONU no Haiti; a formação do Fórum IBAS (Índia-Brasil-África do Sul); a criação e coordenação do G-20 na OMC; o aproveitamento de oportunidades como a dos BRICS.

Todas são iniciativas diplomáticas que contribuíram para elevar o Brasil à condição de país de influência reconhecida – e mesmo buscada – no concerto das nações. Algumas destas iniciativas foram tomadas depois de detalhada e minuciosa reflexão, outras o foram necessariamente no calor dos embates e das negociações (como o do G-20 da OMC), mas sempre com a mesma inspiração de busca de um mundo mais justo e de afirmação do nosso país. Ao debruçar-me sobre elas, recordo-me do verso de uma canção que se tornou um hino de liberdade: “quem sabe faz a hora não espera acontecer”. O seu Governo, Presidente Lula, em matéria de política externa, com em outras tantas, não espera acontecer.

O mundo está mudando. O mundo quer mudar. E o Brasil é partícipe e agente dessa mudança.

A redistribuição do poder nas relações internacionais já está em curso. Países em desenvolvimento querem construir uma ordem mais justa, democrática e conducente ao progresso econômico-social.

Com a crise financeira internacional, muito bem lembrada aqui pelo Embaixador Samuel, dogmas caíram, falsas certezas desmoronaram. O oligopólio de países ricos e/ou nuclearmente armados já não é sustentável. Hoje, o Presidente Lula é “o cara” e o Brasil é “o país”.

As instituições globais precisam refletir a realidade contemporânea. No campo financeiro, o G-20 já está consolidado como fórum privilegiado de discussões sobre a regulamentação do sistema financeiro internacional. No plano político, a reforma das Nações Unidas com o

objetivo de tornar as tomadas de decisão, principalmente no Conselho de Segurança, mais legítimas e eficazes, é um processo longo, difícil, mas inexorável.

Senhoras e Senhores,

O Dia do Diplomata deste ano coincide com a formatura da primeira turma decorrente da ampliação dos quadros do serviço exterior. No dia de sua posse, esta era a maior turma que o Instituto Rio Branco jamais formara. Trouxe para a Casa exatamente cem novos diplomatas.

Com a orientação do Presidente Lula de criar 400 novas vagas, ampliamos nosso serviço diplomático em 40%. Eram cerca de 1.000 diplomatas brasileiros em 2005. Neste ano, seremos 1.400. O acréscimo foi mais que oportuno: foi necessário. Na realidade, foi pouco.

Se nós formos olhar em volta de nós e pensarmos o que fazem outros países, não para termos como modelo, mas como referência, o que às vezes é útil, o Governo do Presidente Obama acaba de tomar uma decisão semelhante, em termos proporcionais idêntica, de aumentar em 40% o quadro de diplomatas. Só que no caso deles, eles passam de 10.000 para 14.000.

A ampliação da malha diplomática, com novas Embaixadas na África e no Caribe e Consulados para atender as comunidades brasileiras tem que ser acompanhada, nos próximos anos, por um aumento expressivo e contínuo nos quadros diplomáticos. Temos que ter um serviço exterior equipado em qualidade e quantidade para lidar com os desafios da realidade internacional contemporânea. Não basta que nossos argumentos sejam justos. É preciso termos porta-vozes de nossa mensagem, com qualidade e em número suficiente. Por isso, a reforma e a ampliação dos quadros do Itamaraty devem continuar.

No Dia do Diplomata, a Chefia da Casa recebe oficialmente, com a presença honrosa do Sr. Presidente da República, a geração de jovens que se ocupará da lide diária da política externa.

A cerimônia de formatura é um rito de passagem. Representa simbolicamente a incorporação plena dos funcionários ao serviço público federal e à Casa de Rio Branco.

Quando a minha geração – que é também a geração do Embaixador Samuel e do Embaixador Fernando Reis – ingressou no Itamaraty, vivíamos dias de esperança. O Brasil ensaiava os primeiros passos no sentido de romper uma inserção internacional tímida, atrelada a uma visão do mundo e de nós próprios, que nos deixava em posição de consentida subordinação. A Política Externa Independente de Afonso Arinos e San Tiago Dantas, impulsionada por Jânio Quadros e por João Goulart, buscava superar um complexo de inferioridade, proveniente do passado colonial, institucionalmente já distante, mas que se fazia sentir nos planos econômico, cultural e político.

O Brasil de hoje que vocês estão herdando é muito diferente. A geração de vocês deixou para trás as sombras da ditadura militar e as cadeias da desigualdade. É uma geração que pode orgulhar-se do país. Um país que enfrenta com determinação e sem pruridos ou falsas vergonhas suas mazelas e dificuldades internas e age com desassombro nos fóruns internacionais.

O Itamaraty, a Casa de Rio Branco, a nossa Casa, a sua Casa, está muito feliz em poder acolher cem novos colegas aptos e dispostos a defender os interesses e valores brasileiros no mundo.

Muito obrigado.

ANEXO T – ÍNTEGRA DO DISCURSO NA FORMATURA DO CURSO DE FORMAÇÃO DO INSTITUTO RIO BRANCO, PRONUNCIADO PELO PRESIDENTE LULA NO PALÁCIO DO ITAMARATY, EM BRASÍLIA, NO DIA 07 DE MAIO DE 2009

Minha querida companheira Marisa,

Meu querido companheiro Celso Amorim, ministro das Relações Exteriores,

Embaixatriz Ana Maria Amorim,

Embaixador Samuel Pinheiro Guimarães, nosso querido secretário-geral das Relações Exteriores e paraninfo da turma Villa-Lobos,

Embaixador Fernando Reis, diretor-geral do Instituto Rio Branco,

Secretário Marcos Vinícius Moreira Marinho, na pessoa de quem cumprimento os formandos da turma Heitor Villa-Lobos,

Senhoras e senhores familiares dos formandos,

Senhoras e senhores diplomatas,

Amigos e amigas,

Antes de ler o meu discurso, uma resposta ao Celso. É o seguinte: ele nem acabou de preencher as 400 vagas e já reivindicou mais. O dado concreto, Celso, é que eu penso que depois dos anos que o nosso país passou sem crescer economicamente, sem crescer socialmente, depois que o nosso país durante tanto tempo cedeu ao discurso do Estado mínimo e do mercado máximo, e que as coisas foram se deteriorando neste país, e depois que a gente começou a recuperar o papel do Estado - de o país voltar a crescer, de fazer políticas sociais, de ter mais altivez nas nossas relações internacionais -, eu não tenho dúvida de que duas coisas vão acontecer.

Primeiro, eu mesmo tive uma lição importante, que foi a lição de garantir – pelo menos no meu governo nós não mandamos nenhum projeto de lei – que não é possível que a gente não leve em conta o tempo de carreira do embaixador. Às vezes, para chegar ao cargo máximo leva 40 anos, 38 anos, as pessoas passam esperando a vida inteira para ter um cargo importante e, quando entra um novo governo, coloca um político derrotado no lugar do embaixador. Isso parece fácil, mas eu acho que não tem nada mais importante para valorizar e motivar a carreira do que a gente garantir a fluidez do tempo que as pessoas têm que ocupar os seus cargos. Essa foi uma lição que eu tive, do primeiro para o segundo mandato.

A outra coisa é que eu não tenho dúvida nenhuma de que quem vier, a partir de 2010, com a dinâmica da política internacional brasileira, as pessoas saberão que é preciso contratar mais

gente. Não precisamos chegar aos 14 mil dos Estados Unidos, até porque nós não queremos ter tanta ingerência, nós queremos apenas fazer diplomacia.

Como já está muito adiantado o horário e eu criei o projeto Fome Zero, não vou ficar aqui fazendo discurso porque... público é que nem passarinho novo, a primeira imagem que fica é daquele que deu a primeira comida para ele. Se eu fico aqui falando muito tempo, a imagem que vocês vão ter do governo não [será] a melhor possível.

Eu queria dizer para vocês algumas coisas. Eu não vou ler o meu discurso porque ele está um pouco... o Celso já falou. Acho que a mesma pessoa que escreveu o teu, escreveu o meu. Outras coisas o Samuel já falou de improviso. Eu queria dizer, sobretudo, a vocês jovens que estão se formando hoje. Certamente, vocês terão no futuro muito mais trabalho do que os nossos diplomatas têm no presente e do que muitos tiveram no passado, eu diria, mais recente também.

Em política tem uma coisa que o Brasil fez [durante] muito tempo, depois o Brasil desaprendeu, e o Brasil está aprendendo: é que não é possível nenhum interlocutor ser respeitado, se ele não se respeita. O tempo em que um diplomata brasileiro achava que o Brasil não poderia participar de nada, porque o Brasil era pequeno, porque o Brasil não tinha inserção na economia, isso acabou. A gente não tem importância pela quantidade de dinheiro que a gente tem, a gente não tem importância pela quantidade de bombas atômicas que a gente tem, a gente não tem importância apenas pela quantidade de conhecimento tecnológico que nós temos. A gente tem importância pelo nosso comportamento e, sobretudo, pelos nossos objetivos.

Se nós traçamos um objetivo, na nossa vida e na vida de um país, de conquistar espaços políticos, nós sabemos que é preciso trabalhar, abrir espaços, porque em política ninguém dá espaço de graça para ninguém. Não esperem benevolência, não esperem que alguém vá ter reconhecimento sobre vocês, se vocês não fizerem por merecer.

E eu acho que é esse o momento que o Brasil vive. Eu posso dizer a vocês que quanto mais o Brasil tiver importância no cenário político mundial, mais humildade vocês precisam ter. A arrogância estará falida na diplomacia de um país como o Brasil, até porque não faz parte da nossa índole, não faz parte das características do povo brasileiro a arrogância - se bem que temos – nós também não somos imunes.

Mas o grande trabalho que vocês terão pela frente é o trabalho de consolidar o que nós começamos a fazer. Não pensem que foi fácil recuperar o MERCOSUL, não pensem que foi fácil a gente derrotar a ideia da Área de Livre Comércio, a Alca, que os Estados Unidos

queriam impor ao Brasil na década de 90. Não pensem que foi fácil construir a Unasul, não pensem que foi fácil a gente fazer muitas das coisas que nós queríamos fazer.

Eu vou contar um dado para vocês, sem nenhuma arrogância, [sobre] o G-8 do ano passado. Eu fui a Berlim no ano retrasado. Quando nós tivemos uma reunião do G-5 (China, Índia, Brasil, [México] e África do Sul) nós aprovamos um documento. Chegamos em Berlim, nós fomos para a mesa e eu fui o orador do G-5. Entreguei o documento para a Angela Merkel e ela concordou com o meu documento: "Não, o G-8 aceita o seu documento". Eu disse: minha querida, o teu documento é antagônico ao meu, como é que você aceita o meu assim? Ou seja, eles não falam a mesma língua. [Eu disse]: vocês estão dizendo uma coisa e nós estamos dizendo outra. Aí eu comuniquei que eu não iria mais ao G-8. É um cafezinho muito caro. Pegar um avião daqui para Berlim para fazer aquela reunião que a gente fazia... Sempre é importante, porque tem uma relação de conhecimento, você sempre conversa com alguém. Mas o dado importante é que eu disse que não ia mais, comuniquei ao Celso que não ia mais, que não dava para fazer uma reunião, digo, uma viagem de 12 horas para chegar lá, ficar 10 minutos em uma reunião [em que] eles já tinham decidido tudo, já tinham elaborado tudo. Eles podem continuar fazendo a reunião deles, mas eu não sou obrigado a ir.

Bem, a partir desse momento - tínhamos combinado isso com a Índia, que também disse que não iria mais; com a China, que também disse que não iria mais - a partir daí, o G-8 começou a mudar, e já começou a se fazer o discurso de que não tinha mais nenhuma razão de ter G-8, era preciso ter G-13 ou G-14. De vez em quando eles arrumam um país a mais para colocar, e como nós somos como coração de mãe, quanto mais arrumar, mais a gente aceita, vai colocando... Nós não temos preconceito de entrarem mais países. O dado concreto é que o G-8 já não é mais G-8, o G-13 não é mais G-13, o G-14 não é mais G-14.

O dado concreto, depois da reunião de Londres, do G-20, é que o que ficou configurado de articulação política mundial que pode decidir, em momentos de crise, é exatamente o G-20. Vejam que nós demos um passo extremamente importante. Eu ouvi um discurso do Obama, Celso, que me chamou a atenção, lá, em uma das reuniões. Ele disse o seguinte: "antigamente era fácil tomar decisões em políticas internacionais. Por exemplo, Roosevelt e Churchill se sentavam em torno de uma mesa, tomando uma bebida quente, e tomavam decisões para o mundo inteiro". Hoje, não é mais assim. Hoje nós temos que saber a diversidade de países importantes que tem, a diversidade de países que têm importância econômica, tecnológica, militar, diplomática. O mundo está muito mais complicado do que naquele tempo. Portanto, é preciso mais paciência, mais perseverança e mais vontade de fazer as coisas para que elas aconteçam.

Eu me lembro que quando nós entramos aqui, nós tínhamos muito mais animosidade histórica com a Argentina, do que animosidade na prática. Era muito preconceito contra algumas coisas. Contra a América do Sul, contra a América Latina, contra países pequenos, muito preconceito contra a África. A nossa cabeça raciocina onde os nossos pés pisam. Se um de vocês, recém-formado, for trabalhar em Moçambique, daqui a oito meses quando vocês vierem fazer a primeira visita ao Itamaraty, vocês estarão falando exatamente a linguagem do povo de Moçambique, aquilo que eles pensam. Vocês estarão vendo o mundo, mais ou menos, de onde eles veem o mundo. Mas se vocês forem para Paris vocês estarão vendo também, de lá, o restante do mundo. Essa compreensão de que a cabeça pensa onde os nossos pés pisam não pode valer para a diplomacia brasileira. A nossa cabeça tem que ser mais ampla, mais arejada, e saber que poucos países do mundo têm a inserção que nós poderemos ter, pela simpatia que tem. E vamos reconhecer aqui: uma coisa é pela competência do Itamaraty, uma coisa é pelo centro de excelência que é o Itamaraty. Mas as pessoas já veem o Brasil com simpatia pelo futebol. Cada jogador desses, famoso no mundo, virou um representante do Brasil em parte do mundo. Nós somos conhecidos pelo samba, os nossos mulatos e as nossas mulatas já são um pouco da cara da gente. As pessoas veem a gente com essa leveza que não veem um americano, que não veem um russo, que não veem um chinês. Essa é uma vantagem comparativa do Brasil, no meu modo de ver. Juntando tudo isso à competência do [Instituto] Rio Branco, nós então viramos esse centro de excelência que nós somos hoje no mundo.

Eu, como leigo, posso dizer para vocês que poucas vezes eu vi diplomacia tão respeitada e admirada quanto a brasileira, elogiada em qualquer país do mundo. E não falo isso agora porque sou presidente, não. Eu e o Marco Aurélio viajamos muito, e essa é a vantagem de quem perde muitas eleições para presidente, e eu perdi três. Eu viajava muito o mundo e em cada lugar que nós chegávamos o Brasil era elogiado pela excelência da nossa diplomacia. Se a gente juntar essa excelência de conhecimento teórico da nossa diplomacia com o forte conteúdo político - eu não vou contar aqui a pergunta que se fazia para alguns alunos, não. Eu vou... se tem pistolão? Não vou contar isso aqui porque tem jornalista aí.

Eu acho que nós vivemos um momento de ouro. Obviamente que todos nós ficamos lisonjeados com a quantidade de elogios. Eu acho que o Brasil, nesses últimos 45 dias, teve mais artigos escritos favoravelmente ao Brasil no mundo inteiro, do que nos últimos 100 anos. Como eu não leio em inglês... mas eu já não aguento mais receber a Newsweek, já não aguento mais... Agora, prestem atenção: se algum diplomata brasileiro achar que porque o El País, o Le Monde, o New York Times e tantas outras “times” por aí estão falando bem da

gente, [isso] é motivo de a gente ficar presunçoso, tome cuidado porque a gente quebra a cara. A gente também não pode trabalhar com a ilusão dos elogios. Por conta de elogios, um homem levou um império à decadência total, que foi o nosso amigo Gorbachev, que saía todo dia na imprensa brasileira, na primeira página. Eu já conhecia mais a mancha da testa dele do que o Marco Aurélio Garcia, porque era Folha, era Estadão, era Globo, era em todo jornal do mundo. [Quando] você começa a acreditar muito nisso e para de olhar o teu chão, você começa a fazer política a partir dos elogios e esquece a realidade. Aí é o caminho do fracasso.

Então, eu queria dizer para vocês, para terminar, que vocês estão começando, possivelmente, uma das carreiras mais brilhantes que um ser humano quer trilhar. Ou seja, a carreira de um homem, de uma mulher, que aceita a responsabilidade de morar nem sempre em lugar confortável, nem sempre em países que têm todas as condições do mundo. Eu conheço o nosso pessoal de países africanos, e eu sei que a situação é muito delicada, sei. Mas esse é um aprendizado também, e uma coisa extraordinária que ajuda na formação do caráter e da qualidade do diplomata brasileiro. Se todo mundo quiser ir só para Paris, só para Londres, só para... aí, não tem espaço para todo mundo.

É preciso que haja essa compreensão de que nós vamos abrir mais embaixadas, de que nós vamos ter mais funcionários, de que nós vamos ter mais inserção no mundo, e muito disso vai depender do trabalho de vocês. Eu não tenho dúvida nenhuma de que eu tenho hoje, depois de conhecer esta Casa um pouco mais, depois de conviver com tanta gente extraordinária, eu não tenho dúvida de dizer para vocês que vocês entraram em uma das carreiras mais brilhantes que este país tem, e entraram em uma Casa que é um centro de excelência, não apenas de competência profissional mas, sobretudo, de responsabilidade em defesa da soberania do nosso país.

Por isso, eu quero desejar a todos vocês toda a sorte do mundo. Aos familiares, que tenham paciência, porque muitas vezes vão ficar meses sem ver o filho, meses sem ver a filha. Eles vão logo, logo, se engajar, porque agora acabou aquela moleza do cidadão se formar e ficar aqui o tempo inteiro porque não tinha para onde ir. Porque se não tinha embaixada, você ia mandar para onde? A nossa ideia é de abrir mais embaixadas para que a carreira de vocês possa fluir com muito mais rapidez e para que a gente possa ganhar, enquanto nação, cada vez mais respeitabilidade no mundo.

Que Deus abençoe todos vocês.

Um abraço.

ANEXO U – ÍNTEGRA DO DISCURSO DE ABERTURA DA 64ª SESSÃO DA ASSEMBLEIA GERAL DA ONU, PRONUNCIADO PELO PRESIDENTE LULA EM NOVA IORQUE (EUA), NO DIA 23 DE SETEMBRO DE 2009

Meus cumprimentos ao presidente da Assembleia Geral, Ali Treki, ao secretário-geral, Ban Ki-moon, e a todos chefes de Estado e delegados presentes.

Senhoras e senhores,

A Assembleia Geral das Nações Unidas tem sido e deve ser cada vez mais o grande foro de debate sobre os principais problemas que afligem a humanidade.

Quero abordar aqui três questões cruciais, que me parecem interligadas, três ameaças que pairam sobre nosso planeta: a persistência da crise econômica, a ausência de uma governança mundial estável e democrática e os riscos que a mudança climática traz para todos nós.

Senhor Presidente,

Há exatamente um ano, no limiar da crise que se abateu sobre a economia mundial, afirmei, desta tribuna, que seria um grave erro, uma omissão histórica imperdoável, cuidarmos apenas das consequências da crise sem enfrentarmos as suas causas.

Mais do que a crise dos grandes bancos, essa é a crise dos grandes dogmas. O que caiu por terra foi toda uma concepção econômica, política e social tida como inquestionável. O que faliu foi um insensato modelo de pensamento e de ação que subjugou o mundo nas últimas décadas. Foi a doutrina absurda de que os mercados podiam autorregular-se, dispensando qualquer intervenção do Estado, considerado por muitos um mero estorvo. Foi a tese da liberdade absoluta para o capital financeiro, sem regras nem transparência, acima dos povos e das instituições. Foi a apologia perversa do Estado mínimo, atrofiado, fragilizado, incapaz de promover o desenvolvimento e de combater a pobreza e as desigualdades; a demonização das políticas sociais, a obsessão de precarizar o trabalho, a mercantilização irresponsável dos serviços públicos. A verdadeira raiz da crise foi o confisco de grande parte da soberania popular e nacional – dos Estados e dos governos democráticos – por circuitos autônomos de riqueza e de poder.

Afirmei que era chegada a hora da política. Disse que governantes – e não tecnocratas arrogantes – deveriam assumir a responsabilidade de enfrentar a desordem mundial. O enfrentamento da crise e a correção de rumo da economia mundial não poderiam ficar apenas a cargo dos de sempre. Os países desenvolvidos – e os organismos multilaterais onde eles

eram hegemônicos – foram incapazes de prever a catástrofe que se iniciava e, menos ainda, de preveni-la.

Os efeitos da crise se espalharam por todo o mundo, golpeando inclusive e sobretudo àqueles que há anos vinham reconstruindo suas economias com enormes sacrifícios. Não é justo que o custo da aventura especulativa seja assumido pelos que nada tem a ver com ela: os trabalhadores e as nações pobres ou em desenvolvimento.

Passados doze meses, constatamos que houve alguns progressos mas que persistem muitas indefinições. Ainda não há uma clara disposição para enfrentar, no âmbito multilateral, as graves distorções da economia global. O fato de ter sido evitado o colapso total do sistema parece ter provocado em alguns um perigoso conformismo.

A maioria dos problemas de fundo não foi enfrentada. Há enormes resistências em adotar mecanismos efetivos de regulação dos mercados financeiros. Países ricos resistem em realizar reformas nos organismos multilaterais, como o FMI e o Banco Mundial. É incompreensível a paralisia da Rodada de Doha, cujo acordo beneficiará sobretudo as nações mais pobres do mundo. Há sinais inquietantes de recaídas protecionistas. Pouco se avançou no combate aos paraísos fiscais.

Mas muitos países não ficaram de braços cruzados. O Brasil – um dos últimos, felizmente, a sentir os efeitos da crise – é hoje um dos primeiros a sair dela. Não fizemos nenhuma mágica. Simplesmente havíamos preservado nosso sistema financeiro do vírus da especulação. Havíamos reduzido nossa vulnerabilidade externa, passando da condição de devedores à de credores internacionais.

Decidimos, junto com outros países, aportar recursos para que o FMI empreste dinheiro aos países mais pobres sem os condicionamentos inaceitáveis do passado. Mas, sobretudo, desenvolvemos antes da crise, e depois que ela eclodiu, políticas anticíclicas.

Aprofundamos nossos programas sociais, especialmente os de transferência de renda. Aumentamos os salários acima da inflação. Estimulamos, por meio de medidas fiscais, o consumo para impedir que se detivesse a roda da economia.

Já saímos da breve recessão. Nossa economia retomou seu ímpeto e anuncia um 2010 promissor. As exportações recuperam seu vigor. O emprego se recompõe de forma extraordinária. O equilíbrio macroeconômico foi preservado sem afetar as conquistas populares. O que o Brasil e outros países demonstraram é que também nos momentos de crise precisamos realizar audaciosos programas sociais e de desenvolvimento.

Mas não tenho a ilusão de que poderemos resolver nossos problemas sozinhos, apenas no espaço nacional. A economia mundial é interdependente. Estamos todos obrigados a atuar além de nossas fronteiras. Por isso, é imprescindível refundar a ordem econômica mundial.

Nas reuniões do G-20 e nos muitos encontros que mantive com líderes mundiais tenho insistido sobre a necessidade de irrigar a economia mundial com importantes créditos. Tenho defendido a regulação financeira, a generalização de política anticíclicas, o fim do protecionismo, o combate aos paraísos fiscais. Com a mesma determinação, meu país propõe uma autêntica reforma dos organismos financeiros multilaterais.

Os países pobres e em desenvolvimento têm de aumentar sua participação na direção do FMI e do Banco Mundial. Sem isso não haverá efetiva mudança e os riscos de novas e maiores crises serão inevitáveis. Somente organismos mais representativos e democráticos terão condições de enfrentar complexos problemas como os do reordenamento do sistema monetário internacional.

Não é possível que, passados 65 anos, o mundo continue a ser regido pelas mesmas normas e valores dominantes quando da conferência de Bretton Woods. Não é possível que as Nações Unidas e seu Conselho de Segurança sejam regidos pelos mesmos parâmetros que se seguiram à Segunda Guerra Mundial.

Vivemos um período de transição no âmbito internacional. Caminhamos em direção ao mundo multilateral. Mas também multipolar, seguindo as experiências de integração regional, como ocorre na América do Sul com a constituição da UNASUL. Esse mundo multipolar não será conflitante com as Nações Unidas. Ao contrário. Poderá ser um fator de revitalização da ONU. De uma ONU com a autoridade política e moral para solucionar os conflitos do Oriente Médio, garantindo a coexistência de um Estado Palestino com o Estado de Israel; de uma ONU que enfrente o terrorismo sem estigmatizar etnias e religiões, mas atacando suas causas profundas e promovendo o diálogo de civilizações; de uma ONU que assuma a ajuda efetiva a países – como o Haiti – que buscam reconstruir sua economia e seu tecido social depois de haver recuperado a estabilidade política; de uma ONU que se comprometa com o Renascimento africano que hoje assistimos; de uma ONU capaz de adotar políticas eficientes de preservação e ampliação dos Direitos Humanos; de uma ONU que possa avançar no caminho do desarmamento estabelecendo um real equilíbrio entre este e a não-proliferação; de uma ONU que lidere cada vez mais as iniciativas para preservar o ambiente; de uma ONU que, por meio do ECOSOC, incida nas definições sobre o enfrentamento da crise econômica; de uma ONU suficientemente representativa para enfrentar as ameaças à paz mundial, por meio de um Conselho de Segurança renovado, aberto a novos membros permanentes.

Senhor Presidente,

Não somos voluntaristas. Mas sem vontade política não se pode enfrentar e corrigir situações que conspiram contra a paz, o desenvolvimento e a democracia. Sem vontade política persistirão anacronismos como o embargo contra Cuba. Sem vontade política continuarão a proliferar golpes de Estado como o que derrocou o Presidente constitucional de Honduras, Manuel Zelaya, que se encontra, desde segunda-feira, refugiado na embaixada do Brasil em Tegucigalpa. A comunidade internacional exige que Zelaya reassuma imediatamente a Presidência de seu país e deve estar atenta à inviolabilidade da missão diplomática brasileira na capital hondurenha.

Sem vontade política, por fim, crescerão as ameaças hoje representadas pela mudança climática no mundo. Todos os países devem empenhar-se em realizar ações para reverter o aquecimento global.

Preocupa-nos a resistência dos países desenvolvidos em assumir sua parte na resolução das questões referentes à mudança do clima. Eles não podem lançar sobre os ombros dos países pobres em desenvolvimento responsabilidades que lhes são exclusivas.

O Brasil está cumprindo a sua parte. Vamos chegar a Copenhague com alternativas e compromissos precisos. Aprovamos um Plano de Mudanças Climáticas que prevê a redução de 80% do desmatamento da Amazônia até 2020. Diminuiremos em 4,8 bilhões de toneladas a emissão de CO2, o que representa mais do que a soma dos compromissos de todos os países desenvolvidos juntos.

Em 2009, já podemos apresentar o menor desmatamento dos últimos 20 anos. A matriz energética brasileira é das mais limpas do planeta: Quarenta e cinco por cento da energia consumida no país é renovável. No resto do mundo apenas 12% é renovável, enquanto que nos países da OCDE essa proporção não supera 5%. Oitenta por cento de nossa eletricidade provém igualmente de fontes renováveis. Vinte e cinco por cento de etanol está misturado à gasolina que consomem nossos veículos. Mais de 80% dos carros produzidos no país têm motor flex, o que permite a utilização indiscriminada de gasolina ou álcool.

O etanol brasileiro e os demais biocombustíveis são produzidos em condições cada vez mais adequadas, sobretudo a partir do zoneamento agroecológico que acabamos de implantar, mandando para o Congresso Nacional.

Proibimos a cana-de-açúcar e as usinas de álcool em áreas de vegetação nativa. A decisão vale para toda Amazônia e nossos principais biomas.

O plantio da cana-de-açúcar não ocupa mais do que 2% de nossas terras agricultáveis. Distinto de outros biocombustíveis, ele não afeta nossa segurança alimentar nem compromete o equilíbrio ambiental. Empresários, trabalhadores e governo firmaram um importante compromisso para assegurar o trabalho decente nos canaviais brasileiros.

Todas essas preocupações fazem parte da política energética de um país autossuficiente em petróleo e que acaba de descobrir grandes reservas que nos colocarão na vanguarda da produção de combustíveis fósseis. Mas o Brasil não renunciará à agenda ambiental para ser apenas um gigante do petróleo. Queremos consolidar nossa condição de potência mundial da energia verde.

Por outro lado, deve-se exigir dos países desenvolvidos metas de redução de emissões muito mais expressivas do que as atuais, que representam mera fração do que é recomendado pelo Painel Intergovernamental para a Mudança do Clima.

Causa-nos também profunda preocupação a insuficiência dos recursos até agora anunciados para as necessárias inovações tecnológicas que preservarão o ambiente nos países em desenvolvimento.

A resolução desses e outros impasses só ocorre se as ameaças ligadas às mudanças climáticas forem enfrentadas a partir da compreensão de que temos responsabilidades comuns, mas diferenciadas.

Senhor Presidente,

Os temas que estão no centro de nossas preocupações – a crise financeira, a nova governança mundial e a mudança do clima – têm um forte denominador comum. Ele aponta para a necessidade de construir uma nova ordem internacional, sustentável, multilateral, menos assimétrica, livre de hegemonismos e dotada de instituições democráticas. Esse mundo novo é um imperativo político e moral.

Não basta remover os escombros do modelo que fracassou, é preciso completar o parto do futuro. É a única forma de reparar tantas injustiças e de prevenir novas tragédias coletivas.

Obrigado.

ANEXO V – ÍNTEGRA DO DISCURSO NA FORMATURA DO CURSO DE FORMAÇÃO DO INSTITUTO RIO BRANCO, PRONUNCIADO PELO MINISTRO CELSO AMORIM NO PALÁCIO DO ITAMARATY, EM BRASÍLIA, NO DIA 20 DE ABRIL DE 2010

Excelentíssimo Senhor Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva,
Dona Marisa Letícia,
Ana, minha mulher,
Senhor Secretário Geral do Itamaraty, Embaixador Antonio Patriota,
Embaixador Ruy Nogueira, na pessoa de quem cumprimento os demais chefes da Casa,
Senhor Diretor-Geral do Instituto Rio Branco, Embaixador Georges Lamazière,
Secretário Leandro Vieira Silva, orador da Turma Joaquim Nabuco, por intermédio de quem saúdo todos os formandos e formandas, seus pais e demais familiares,
Diplomatas de países amigos que se formaram aqui na nossa Academia Diplomática,
Embaixadores estrangeiros acreditados em Brasília,
Colegas,
Amigos e amigas,

Recebi com enorme alegria o convite para ser paraninfo da Turma 2007-2009 do Instituto Rio Branco. Aceitei a homenagem de todo o coração, mas também com humildade, pois sei que devo atribuí-la, em primeiro lugar, ao reconhecimento do papel que o Brasil atingiu no mundo ao longo deste Governo. Esta é, portanto, uma honraria que deve ser repartida entre todos os colegas que me auxiliaram - direta ou indiretamente - a executar a política externa formulada pelo Presidente Lula.

A escolha de Joaquim Nabuco como patrono da Turma, no centenário de seu falecimento, é um justo tributo a um pioneiro do pensamento social no Brasil e um dos fundadores da nossa moderna diplomacia. Inclusão social e política externa são dois pilares das transformações que o Governo do Presidente Lula vem promovendo no País.

Há alguns meses, tive a felicidade de proferir conferência que inaugurou ciclo de homenagens a Joaquim Nabuco na Academia Brasileira de Letras. Conhecer melhor seu pensamento foi uma experiência gratificante.

A personalidade de Nabuco não se presta a simplificações. Bon vivant na juventude, intelectual engajado na maturidade, Nabuco colocou-se contra sua classe, contra sua "raça" (para usar um conceito superado, mas então vigente), contra sua própria carreira política, em nome de seus ideais humanistas. Até mesmo o Governo do Império Nabuco desafiou, ao

apresentar ao Papa o memorial em que pedia a intervenção da Igreja para acelerar a abolição. Embora tenha mantido suas convicções monarquistas, Nabuco não declinou do chamado patriótico para servir à jovem República, cuja proclamação ele amargara: primeiro como advogado no litígio contra os ingleses sobre a região do Pirara e, logo depois, como o primeiro Embaixador brasileiro nos Estados Unidos.

É possível rastrear no pensamento de Nabuco raízes de aspectos relevantes da diplomacia brasileira. Junto com o Barão do Rio Branco, o nosso primeiro Embaixador em Washington ajudou a forjar uma forte relação com os Estados Unidos - naquela época ainda uma potência em ascensão. Aos olhos atuais, esta atitude pode parecer um exercício de submissão. Na verdade, tratava-se de liberar o Brasil dos excessos da influência europeia. Não seria de todo descabido dizer que, mutatis mutandis, trabalhar junto com os Estados Unidos da virada do século passado equivalia, de certo modo, a buscar fortalecer o que hoje chamaríamos de multipolaridade.

Nabuco foi também um precursor na valorização da América do Sul. Abolido o Império, que forçosamente nos distinguia na região, Nabuco foi um pioneiro, ao ver que os destinos das repúblicas sul-americanas estavam intimamente entrelaçados. Compreendeu que, na mesma medida em que turbulências em um país podiam contaminar toda a região, a promoção da paz e da democracia, tal como entendida à época, em qualquer de nossos países, também seria benéfica para os demais. O estudo de Nabuco sobre o Presidente chileno Juan Manoel Balmaceda e sua trágica trajetória política é um exemplo, possivelmente único em nosso país no século XIX, de uma pesquisa sobre um estadista contemporâneo da América do Sul.

Mas a genuína causa da vida de Nabuco foi a abolição da escravidão. É de sua autoria a frase: "não basta acabar com a escravidão, é preciso acabar com a obra da escravidão". É ele quem identifica o legado perverso que a escravidão deixaria. É ele também quem constata a importância de atacar a questão agrária. Intui, se não explicita, que escravidão e latifúndio eram faces da mesma moeda; que a primeira somente seria verdadeiramente enterrada quando se eliminasse o segundo.

No processo de preparação da fala na ABL, cheguei à conclusão de que a personalidade instigante, complexa e não-linear de Joaquim Nabuco faz do patrono da Turma um verdadeiro enigma, ou simplesmente, um homem moderno. Nabuco viveu e encarnou as contradições de seu tempo. Foi um contestador das ideias hegemônicas da época, sem jamais ter sido um revolucionário. Aquele "brasileiro de Pernambuco" teria seguramente se identificado com o verso de Raul Seixas: "Eu prefiro ser essa metamorfose ambulante do que ter aquela velha opinião formada sobre tudo".

Presidente,

A política externa do seu Governo também escolheu, desde a primeira hora, rebater, com atos, "aquela velha opinião formada sobre tudo": opinião de que a integração sul-americana e latino-americana era um ideal inatingível; de que o comércio Sul-Sul era um objetivo puramente ideológico; de que uma nova geografia comercial e política era uma quimera. Sobretudo contrapôs-se ao conceito, ou melhor dizendo "pré-conceito", de que as questões globais só podem ser decididas entre os países ricos.

Há 20 anos, o mundo festejava a derrubada do Muro de Berlim, que representava a divisão entre Leste e Oeste nas relações internacionais. Proclamou-se mesmo o fim da História, como se a eliminação da pobreza, o combate à injustiça e a superação de toda sorte de assimetrias fossem objetivos de somenos. Sua política externa, Presidente, ajudou a reconhecer que a História é um fluxo contínuo; que não cessa nem cessará nunca. Ouso mesmo dizer que contribuiu para acelerar esse movimento e direcioná-lo no sentido das transformações necessárias.

A constituição do G-20 da OMC na reunião ministerial de Cancun em 2003, em torno da liberalização dos mercados agrícolas dos países ricos, mudou para sempre o padrão das negociações comerciais multilaterais. Isso não poderia ter ocorrido sem o ativo empenho da diplomacia brasileira. Em Cancun, não somente tivemos o desassombro de enfrentar os poderosos e desafiar os paradigmas estabelecidos. Procuramos e logramos fazer convergirem as posições dos países em desenvolvimento, em favor de um desenlace que não violentasse os interesses dos mais pobres.

A extensão da luta contra a fome e a pobreza ao plano internacional, que Vossa Excelência liderou com outros dirigentes, serviu e continua a servir de inspiração a muitas iniciativas, que, mesmo antes da crise, procuravam tornar menos longínquas as metas de desenvolvimento do milênio.

Novos mecanismos substituíram o G-7 como palco das decisões globais de grande relevo. A elevação do G-20 Financeiro ao nível de Chefes de Estado e de Governo, movimento do qual Vossa Excelência foi um dos protagonistas, significou um passo nessa direção. O Grupo BRIC; o Fórum IBAS; o grupo BASIC nas negociações referentes à mudança do clima; o G-20 da OMC têm contribuído para a construção de uma ordem internacional mais justa, democrática e inclusiva. E o que esses agrupamentos têm em comum? É que o Brasil está presente - e é atuante - em todos eles.

Nossa política externa enfrentou "aquela velha opinião" de que exercer, na cena internacional, o protagonismo compatível com a nossa grandeza - não só econômica, mas também política e cultural - seria inútil ou, mesmo perigoso. O Brasil soube desafiar o falso paradigma de que nossa política externa deveria pautar-se pela noção da "limitação de poder". Esta, por sua vez, se baseava numa contabilidade falsa, que deixava de lado o exemplo das nossas transformações sociais, a natureza vibrante da nossa democracia e - por que não? - a nossa capacidade de buscar soluções inovadoras e criativas para velhos problemas. Ao contrário, exploramos ao máximo os nossos trunfos, entre os quais está a nossa convivência amistosa e fraternal com os povos da América Latina e do Caribe, a começar pela América do Sul. Parlamento do MERCOSUL, Focem, Casa/Unasul e CALC (agora CELAC), além de inúmeras ações bilaterais despojadas de egoísmo imediatista, impulsionaram a integração, em benefício de nossos povos, reparando injustiças do passado e corrigindo assimetrias do presente. Deram-nos fôlego, também, para uma atuação mais desenvolta e afirmativa no plano global.

Nossa política externa foi de encontro "àquela velha opinião" de que buscar uma aproximação com a África, com o Oriente Médio e com os países em desenvolvimento da Ásia implicava desperdício de tempo e de energia. Para além dos laços humanos que compartilhamos com esses países - afinal, a sociedade brasileira é formada por migrantes de muitas partes do mundo e 50% da nossa população é de origem africana - a nossa política de cooperação Sul-Sul produziu resultados muito concretos, que nem os críticos mais apegados a uma visão puramente mercantilista da política externa podem negar.

O comércio do Brasil com os países árabes quadruplicou desde a realização da primeira Cúpula América do Sul-Países Árabes, em abril de 2005, em Brasília. O intercâmbio comercial com a África quintuplicou nos últimos sete anos. O continente africano, se tomado em conjunto, já seria nosso quarto maior parceiro comercial, à frente, de sócios tradicionais, como Japão e a Alemanha.

Nossa política externa questionou "aquela velha opinião" de que é preciso ser rico para ser solidário. Desde 2004, o Brasil comanda a operação de paz da ONU no Haiti. Ajudamos na busca da paz e da segurança e contribuímos decisivamente para a sua reconstituição institucional. Depois do terremoto de 12 de janeiro, nosso compromisso com o Haiti se tornou ainda mais profundo. Levamos aos haitianos alimentos, medicamento e esperança. Há três semanas, na Conferência de Doadores para o Haiti, em Nova York, embasamos nosso gesto com recursos. Demos substância real à nossa solidariedade e apoiamos, de forma concreta e prática, a legítima aspiração do Haiti de ser dono do seu destino.

São incontáveis as ações que, sozinhos ou em conjunto com outros países, como os do IBAS, temos desenvolvido em benefício de nações mais pobres na África, na América Latina e Caribe e, até mesmo em lugares distantes na Ásia e na Oceania. Da fazenda modelo de algodão no Mali aos professores no Timor, passando pelo Centro de Treinamento Profissional do Senai em Guiné Bissau, o Brasil tem feito da cooperação com os mais necessitados uma vertente importante de sua ação diplomática.

Finalmente, nossa política externa derrubou "aquela velha opinião" de que o Brasil precisa pedir licença para agir nas relações internacionais. Mantemos intransigentemente nossa tradição diplomática pacifista e de respeito ao direito internacional. Combinamos o princípio básico da não-intervenção nos assuntos de outros Estados com uma atitude de "não-indiferença", que nos permitiu ser instrumentais na criação do Grupo de Amigos da Venezuela e nas gestões da Unasul em prol da paz e reconciliação na Bolívia.

Há quem pense, por comodismo ou precaução excessiva, que devemos nos silenciar diante das grandes questões globais que não nos digam respeito de forma direta e imediata. O que essas pessoas muitas vezes esquecem é que a omissão também tem um custo. E, cedo ou tarde, teremos de pagá-lo. O Oriente Médio, o Irã, as situações de conflito ou pós-conflito na África estão muito mais próximas de nós do que por vezes se imagina. Não só por laços familiares e afetivos, como constatamos nos bombardeios do Líbano, em 2006, mas porque a paz e o desenvolvimento cada vez mais terão de ser globais - ou simplesmente não serão.

Este Governo tem um inabalável compromisso com os direitos humanos, sejam estes sociais e econômicos ou civis e políticos. Isto é verdade no plano interno como no internacional. Repudiamos a tortura e apoiamos a democracia, como tivemos a oportunidade de demonstrar nos recentes episódios em Honduras. Mas como influir de maneira justa e, sobretudo, eficaz é um julgamento que tem que ser feito em cada caso individual, à luz das particularidades nacionais, regionais e globais do momento. Por isso o Brasil é um dos mais ativos promotores da Revisão Periódica Universal no Conselho de Direitos Humanos na ONU, cuja criação defendemos com afinco. Mas o que não podemos é abdicar de nossa capacidade de julgar por nós mesmos ou delegar nossas decisões aos mais poderosos, por temor de um suposto isolamento.

O mesmo ocorre em questões complexas da atualidade como a do programa nuclear iraniano. Neste caso, o Brasil não é nem pró-EUA nem pró-Irã, como frequentemente se diz. O Brasil é pró-Paz. É contra as armas nucleares e a favor do desenvolvimento nuclear pacífico. E, mais concretamente, o Brasil vê que é possível chegar a uma solução negociada para o problema iraniano, que atenda àqueles dois quesitos, com base em propostas existentes. Por isso

continuaremos a tentar, sem bravatas ou tiradas quixotescas, mas também sem a covardia dos que podem mas não fazem, por conveniência, medo ou inapetência política. O que queremos evitar, neste caso, é uma tragédia similar à que ocorreu no Iraque, onde o ciclo de sanções impostas a Bagdá e as atitudes desafiantes de Saddam Hussein terminaram da forma que todos conhecemos.

Falo hoje como Paraninfo, mas falo também como Ministro das Relações Exteriores, que acompanha o Presidente Lula ao longo destes quase sete anos e meio. Apesar disso, resistirei à tentação de listar aqui as medidas administrativas que buscaram dar meios humanos e materiais a nossa ação diplomática, a ampliar a presença do Brasil no mundo e a tornar o nosso Itamaraty, de tantas e tão nobres tradições - entre as quais, como dizia o Ministro Silveira, a melhor de todas é a de saber renovar-se - mais parecido com o povo brasileiro, que tanto amamos e que queremos representar bem.

Seja por que razão for - timidez, pudor de não elogiar o chefe ou simples discordância - não é comum que o Ministro das Relações Exteriores seja escolhido como paraninfo das turmas do Instituto Rio Branco. Esta homenagem geralmente é reservada para algum professor ou diplomata que teve contato mais próximo com os alunos.

Procurei aqui alinhar, sem excesso de detalhes, as ideias e os sentimentos que têm impulsionado a política externa do Presidente Lula, cuja execução me coube assistir. O que mais me emociona na homenagem que me é prestada, talvez imerecidamente, é imaginar que boa parte dessas ideias e desses sentimentos é comungada pelos jovens que ingressam na carreira diplomática. Pois nada pode ser mais gratificante para alguém que se aproxima do ocaso de suas atividades político-profissionais do que ver que seus ideais - ou alguns deles - são compartilhados pelas novas gerações.

Joaquim Nabuco, à sua época, classificou o Brasil como um país "quase de futuro". Outros, depois dele, constataram que o Brasil era - em uma imagem que virou lugar comum - o "país do futuro". Graças ao nosso Governo, Presidente, podemos assumir que essas imagens ficaram, de uma vez por todas, no passado. Agradeço-lhe, comovido, por me ter permitido participar desta grande empreitada.

São as novas gerações de diplomatas, entre os quais esta turma de formandos, que terão a tarefa de enfrentar os desafios sempre inéditos que a nossa inserção no mundo continuará a suscitar. Posso dar testemunho de que muitos desses jovens colegas, inclusive o nosso orador de hoje, o Leandro, têm-se voluntariado a servir em países que antes poderiam ser considerados como "difíceis".

Parabenizo os formandos, seus pais, cônjuges, companheiros e companheiras pela vitória nas árduas batalhas que tiveram até aqui. Estou seguro de que as lutas que estão diante de vocês serão enfrentadas com o mesmo entusiasmo e patriotismo, sem os quais tudo o que fazemos se torna um ritual inútil.

Hoje é meu último Dia do Diplomata como Ministro das Relações Exteriores do Governo do Presidente Lula. Devo confessar que a carreira da qual já me aposentei, mas a que me mantenho fortemente ligado - a mesma que vocês abraçaram -, recompensou-me para além das minhas expectativas. Não se tratou somente de conhecer líderes mundiais e testemunhar a História de um ângulo privilegiado ou, mesmo, viver em lugares interessantes. Mas sim de saber que tudo isso foi feito por uma causa que vale a pena: servir ao Brasil.

Meus queridos formandos, se me permitirem, dou-lhes um último conselho. É fundamental que um diplomata entenda o seu país. Essa compreensão, entretanto, pode se dar de duas formas. Uma delas é por meio de um olhar puramente retrospectivo, que se concentra em mazelas, limitações e defeitos situados no passado. A outra é prospectiva: a projeção do lugar do País no mundo adiante do horizonte. Isso não significa ignorar a História, mas ter a compreensão de que o Brasil será melhor e maior amanhã do que é hoje. Assim como hoje ele é melhor e maior do que foi ontem.

"Eu vi o mundo, ele começa no Recife", diz a frase eternizada no painel do muralista pernambucano Cícero Dias. A ideia por trás da máxima deste conterrâneo de Nabuco é que a nossa visão de mundo é ditada pelas nossas circunstâncias. Depois de tantas andanças pelo mundo afora - fosse como diplomata em início de carreira, Embaixador ou Ministro das Relações Exteriores - posso também dizer: "eu vi o mundo, ele começa no Brasil".

E este Brasil que vocês, queridas formandas e formandos, estão recebendo como ofício e missão de vida é muito diferente daquele que eu recebi quando me formei no Instituto Rio Branco. É democrático, socialmente mais justo e internacionalmente respeitado. E a boa notícia é: o melhor de nossa História ainda está por vir.

Muito obrigado!

ANEXO W – ÍNTEGRA DO DISCURSO NA FORMATURA DO CURSO DE FORMAÇÃO DO INSTITUTO RIO BRANCO, PRONUNCIADO PELO PRESIDENTE LULA NO PALÁCIO DO ITAMARATY, EM BRASÍLIA, NO DIA 20 DE ABRIL DE 2010

Companheira Marisa Letícia,
Meu caro companheiro Celso Amorim, ministro das Relações Exteriores,
Senhores embaixadores estrangeiros,
Embaixatriz Ana Maria,
Embaixador Patriota,
Meus caros formandos,
Amigos e amigas,
Meu caro orador dos formandos,
Meu caro diretor do Instituto Rio Branco,
Bom, como eu não sou diplomata e nem estou me formando hoje, eu vou quebrar um protocolo aqui, que é o seguinte: eu estou com um discurso muito bem feito, bonito, mas vai demorar meia hora. E eu penso que o Celso, um dia, o Itamaraty publicará isso aqui, ou quem sabe, a [o] Rio Branco mesmo publicará, como peça de estudo dos alunos. Vale a pena.
Mas eu queria dizer duas palavras, porque já é uma e meia, a emoção que os familiares estão aqui, dos seus formandos, daqui a pouco começa a virar raiva, porque a fome não permite que ninguém... a fome não permite que ninguém seja carinhoso com ninguém.
E eu queria dizer, Celso, duas palavras. Primeiro, eu acho que os nossos meninos e meninas que estão se formando hoje, eles vão entrar no mundo da diplomacia brasileira certamente vendo o mundo um pouco diferente daquilo que a tua geração estava habituada a ver. Aliás, a gente, quando olhar o Mapa Mundi, a gente vai perceber que o Norte não é tão grande como eles pensam que seja e o Sul não é tão pequeno como eles pensam que seja, ou seja, vamos começar a olhar o mundo mais igual, para que a gente comece a se entender e a ser respeitado no mundo.
Eu gostaria de dizer para vocês uma coisa que marcou a minha passagem pela Presidência da República. Nós estamos chegando a um momento difícil porque, daqui para frente, todo ato que eu participar será o último, tudo vai ser o último: foi o último Bric, o último Unasul, o último Nações Unidas, ou seja, daqui a pouco eu tenho nove meses de despedida constante e essa é a minha última participação aqui, como Presidente, na formação dos nossos diplomatas.

E dizer para vocês que eu disse um dia para o Celso: “Ô Celso, você precisa tomar muito cuidado, porque o Brasil começou a ficar importante. E quando um país começa a ficar importante, começa a gerar ciúmes. E quando começa a gerar ciúmes, nós começamos a arrumar inimigos. Porque aqueles que não foram capazes de fazer o que você está fazendo, vão começar a ser contra. Até porque, durante muito tempo, nós fomos induzidos a ter complexo de vira-latas neste país. O importante era a gente não ser ninguém, ser alguém era um privilégio de outros e não nosso”.

O Celso poderia contar para vocês a primeira reunião que nós fizemos com o G-8. Eu lembro, lembro em Evian, eu com seis meses de mandato, com muito orgulho, porque eu sabia quem eu estava representando lá, eu sabia de onde eu tinha vindo, e nós chegamos em uma reunião, já estavam lá quase todos os presidentes da República, faltava chegar apenas o Presidente dos Estados Unidos. E nós estávamos sentados em umas mesinhas, no hotel em que ia ser a reunião, aí, quando o Bush entra, todo mundo levanta. Eu falei para o Celso: Celso, eu vou ficar sentado, ninguém levantou quando eu cheguei. Qual é a subserviência de a gente levantar porque chegou o Presidente dos Estados Unidos? E não era arrogância não, era apenas respeito. O Kofi Annan estava conosco, ficou muito incomodado, não sabia se sentava ou se levantava, mas... E, humildemente, o Bush foi lá na nossa mesa, nos cumprimentou e sentou conosco. Não aconteceu nada de anormal. O anormal seria se nós tivéssemos levantado como, habitualmente, as pessoas faziam. Essa é uma coisa que me marcou muito.

Outra coisa que marcou a diplomacia brasileira era a quantidade de críticas que a gente recebia quando a gente ia para a África. Eu vi, aqui, que a nossa premiada aqui está no Gabão. Você não sabe quantas críticas nós recebemos porque fomos ao Gabão, porque as pessoas estavam acostumadas que, diplomacia, a gente tinha que ir para Nova York, para Washington, para Paris, para Londres, para Roma, para Madri, para Buenos Aires, que era muito importante, ou para o Paraguai, que tinha conflitos políticos conosco. Mas para a África? Era descabido. “O que um presidente vai fazer indo para a África?”. Pois bem, eu vou terminar o meu mandato visitando 25 países africanos e ainda vou sair devendo mais 20 que eu deveria visitar e que eu espero visitar quando eu não for mais presidente da República.

A mesma coisa era para a Ásia. Eu lembro da crítica – e vocês são muito jovens. Eu lembro da crítica que nós recebemos quando nós fizemos uma feira em Dubai. Gastamos US$ 500 mil para fazer uma feira. Ninguém nunca perguntou quanto a gente vendeu, só queriam saber quanto que nós tínhamos gastos. Gastamos 500 mil e vendemos US$ 50 milhões.

Eu lembro de quanto nós fomos vítimas aqui quando compramos um avião. Pergunte para o Celso se não melhorou substancialmente ele agora poder fazer uma viagem em um avião da

FAB, chegar, com muito orgulho, com um avião fabricado pela Embraer em qualquer país do mundo e não ter que ir para São Paulo, para pegar uma ponte aérea, para ir não sei para onde, para chegar em Nova York, tirar o sapato para poder entrar lá. Pergunta se não é muito mais orgulhoso. Quando inventaram a história de tirar o sapato, eu disse para o Celso: ministro que tirar o sapato deixará de ser ministro. Se tiver que tirar o sapato, volta para o Brasil, porque nós não exigimos que ninguém tire o sapato aqui, por que tem que exigir da gente? Nós temos que... e ainda o cidadão com um passaporte vermelho. Diplomata. Antigamente era chique, hoje não é mais tão chique ter passaporte... Hoje tem muita gente, hoje tem muita gente que desconfia mais dos vermelhos do que dos azuis. Mas de qualquer forma eu tenho um vermelho e vou dá-lo para o...

Bem, eu queria dizer para vocês que o Brasil vive um outro momento. Há uma... há uma coisa... o Celso estava falando de um artigo. Há uma coisa que vocês vão perceber: que o Brasil poderia ter feito as coisas diferente. Por exemplo, o Brasil não precisaria ter intercedido para fazer um acordo na Venezuela. E graças ao Brasil aquele acordo saiu e as coisas voltaram a normalidade da forma mais democrática possível. Todos vocês acompanharam como alguns queriam que eu partisse para a garganta do Evo Morales, que esganasse ele quando ele disse que o gás era dele. E eu não fiz porque achei que o gás era dele mesmo, e que nós tínhamos que pagar o preço justo pelo gás. Todo mundo queria que eu pulasse na garganta do Lugo e esganasse ele quando ele queria um pouco mais de dinheiro de Itaipu. E eu acho que eles precisam. E por que eu acho que eles precisam? Porque um país como o Brasil, que é a maior economia desse continente, o Brasil tem que ser o lado generoso. O Brasil tem que ser aquele que estende a mão, aquele que ajuda, aquele que permite que haja um avanço dos outros. O Brasil não pode ser o grande país e os outros os pequenos países. Até porque não haveria espaço para felicidade, para tranquilidade se a gente não fizer uma outra maneira de tratar os nossos vizinhos e fazer com que o crescimento do Brasil sirva para eles crescerem.

Vocês certamente terão muito mais orgulho, muito mais orgulho. E quando a gente começa a ganhar muito, Celso, a gente começa a incomodar. Talvez nem tanto os presidentes, mas talvez a burocracia intermediária que negocia. Eu tenho orgulho do que o nosso país fez, com a coordenação do Celso, na Organização Mundial de Comércio. Eu tenho orgulho quando países como os Estados Unidos, quando países como a União Europeia toda me procuravam: “Lula, está nas suas mãos, você é que decide”. Quer dizer, se eu decidisse do jeito que eles quisessem. Mas, como nós tínhamos o nosso próprio jeito, terminamos por não ter um acordo, depois de um trabalho imenso. E não fizemos o acordo porque paralisou na divergência entre

Estados Unidos e Índia. Divergência eleitoral, porque tinha eleição nos Estados Unidos em 2008 e tinha eleições em maio na Índia. E o Kamal, que era o negociador da Índia, era candidato na sua região, no mês de maio. E o governo americano, pensando em ganhar as eleições, não queria mexer [em] nada de comércio. O que é triste é que já faz dois anos, e nunca mais ninguém tocou no assunto. Como se não tivesse uma necessidade de resolver a crise econômica negociando a rodada de Doha.

Tem muita gente que não gostaria que o nosso querido Brasil fizesse retaliação nos Estados Unidos por conta do algodão. Ora, se a OMC tem regras, elas valem para o Gabão e valem para os Estados Unidos. Não podem valer apenas para um, tem que valer para todos. O que o Brasil fez? Exercitou um direito universal: regras estabelecidas pelos participantes. Graças a Deus, concluímos o acordo, e o algodão vai perder o subsídio que tinha, e os pobres da África, países como o Benin, que produz 400 mil toneladas de algodão, vai poder viver mais tranquilamente, mandando o seu algodão para o mercado internacional.

Então, Celso, eu quero que você compreenda e esses meninos e meninas compreendam que o Brasil ganhou muita importância por isso. Muitas vezes, o Itamaraty é criticado pelas coisas boas que faz. Ninguém critica um embaixador porque ele só gosta de participar de coquetéis toda noite. Se convocar alguém da imprensa para ir junto, não vai ter crítica nenhuma. Criticam é quando ele tem posição política definida. Criticam é quando ele tem posições de autoestima e defender o seu país. Aí nós recebemos críticas, como recebemos quando colocamos a China como parceiro comercial nosso, como parceiro estratégico; quando decidimos fortalecer o MERCOSUL; quando decidimos criar a Unasul; quando decidimos criar a Comunidade da América Latina e Caribe. Então, tudo que une os iguais, nós temos críticas. Porque na verdade, viu Celso, eu acho que o Itamaraty, por todo trabalho prestado ao Brasil... algumas pessoas ainda pensam que o Itamaraty foi criado para ser uma coisa de relações de G-10, G-15, G-20, só coisa dos mais ricos, e não como um país que criou 34 embaixadas no nosso governo. E eu quero dizer que é com muito orgulho, muito orgulho, quando eu vejo um menino ou uma menina, e passou por São Tomé e Príncipe e por Gabão. E hoje é muito importante, porque muitos diplomatas brasileiros pedem para ir para esses lugares, numa demonstração de que a gente começa a ter mais orgulho, não apenas da nossa profissão, mas do nosso país. E a gente sabe que ninguém vai respeitar a gente se a gente não se respeitar.

Está aqui um companheiro que estava na Venezuela, e é com muito orgulho que, quando a gente quando cria uma comunidade de nações do Caribe e da América Latina, que um companheiro presidente da República de outro país vem pedir: “Lula, pelo amor de Deus,

manda o seu embaixador para me ajudar a redigir o documento, que nós não temos condições de fazer". Além da relação de confiança, é a relação da competência, e é isso que faz com que o Itamaraty seja essa casa de excelência que nós somos...sempre fomos, historicamente fomos. Mas é importante combinar essa excelência com autoestima do nosso corpo de diplomatas, com o orgulho de saber que nós poderemos discutir em igualdade, sabe, de igual para igual, com o Sarkozy, com o Obama, com o Hu Jintao, com o Medvedev, com o primeiro-ministro Singh, se não existe grau de país de primeira e país de segunda. Um pode ser mais rico do que o outro, mas a nossa terra é tão importante quanto a deles e a nossa ação tem que ser tão importante quanto a deles. É isso que vai nortear a carreira de vocês: é vocês dormirem tranquilos sabendo que vocês fizeram aquilo que tinha que ser feito, e é por isso que é importante a importância que a gente deu à diversificação da relação do Brasil. Recebemos muitas críticas.

Eu fico vendo, Celso, o mundo... Eu, muitas vezes, acho que as pessoas me tratam bem porque, como eu sou um operário de fábrica, então, todo mundo: "Lulinha" daqui, "Lulinha" de lá, sabe? E eu também trato todo mundo muito bem. O Celso sabe que eu respeito todo mundo. Eu acredito na relação humana como ninguém acredita. A Marisa até não gosta muito que eu fique passando a mão nas pessoas, abraçando, ela até não gosta muito, mas é assim que eu me relaciono. E eu acho que eu estabeleci uma relação de amizade com os presidentes, uma relação de companheiros. Mas sempre com a antena ligada de que o Brasil estava colocando o pé em espaços que outrora não colocava o pé.

Então, de repente, acontece Copenhague. Nós já tínhamos perdido três vezes as Olimpíadas. As pessoas acham que nós ganhamos o direito de fazer as Olimpíadas por sorte. Por sorte, não, foi dedicação exclusiva do Itamaraty durante dois anos; foi dedicação dos nossos embaixadores em cada país em que tinha delegado; foi dedicação minha de conversar com todos os presidentes e pedir voto, mandar carta para todos os delegados, mandar carta para todos os primeiros-ministros, mandar carta para todos os presidentes durante dois anos; do governador do Rio de Janeiro; do prefeito do Rio de Janeiro; do presidente do COI. Foi a dedicação de um país para ganhar Copenhague, não foi a sorte.

Eu lembro da última conversa que eu tive, em Copenhague. Eu fui lá dois dias antes para conversar com um delegado votante. E eu lembro que eu fui conversar com um companheiro da imprensa... não, companheiro da Itália, não vou dizer o nome dele aqui, mas eu fui conversar. Aí, o cara nem me cumprimentou, já começou a botar defeito no Brasil: "Eu acho que o Brasil não vai ganhar por causa disso, eu acho que o Brasil não vai ganhar por causa daquilo, eu acho que o Brasil não vai ganhar por causa da violência no Rio, eu acho que o

Brasil não vai ganhar por causa disso". Ou seja, o cara não me conhecia, sentou na minha frente e ditou regras para mim durante meia hora.

Aí, quando ele terminou de falar, o nosso querido João Havelange queria se retirar da reunião, o Prata estava com mais uns 50 caras no escritório que eu estava, cada um com uma má vontade maior do que a outra, falando alto. Eu levantei e dei um berro, pedi para quem não quisesse ouvir, caísse fora da reunião. Aí, o italiano se assustou, e eu falei: olha, companheiro, vou dizer uma coisa para você. "Qualquer delegado, qualquer delegado do COI, qualquer pessoa que tiver voto no Comitê Olímpico, pode votar contra o Brasil. Você não pode, você não pode. Você tem obrigação moral e política de votar no Brasil, porque é lá que tem a maior comunidade italiana fora da Itália. Então, se você não pode fazer a Olimpíada de Roma, faça no Brasil, para os italianos verem". Bem, eu não sei se eu ganhei o voto dele, mas eu sei que quando terminou a votação, ele foi o primeiro a vir me abraçar. Ele foi o primeiro.

Porque é assim. As pessoas chegam em um lugar, as pessoas querem dizer. Ô Celso, sabe aqueles negociadores europeus? Agora nos tratam com deferência. Mas, no começo, quando você é novato no pedaço, chega lá um cara de quarto escalão, que você nem sabe, e vai ditando regras, e vai impondo condições: "A Europa pensa isso, a Europa quer que faça isso". Ora, quer, não! Quer saber se nós queremos? Vamos baixar o facho e vamos sentar em igualdade de condições. É assim que deve ser a diplomacia brasileira: sermos, todo mundo, generosos, bondosos, humildes, mas orgulhosos de sermos brasileiros e defender os nossos interesses. Agora, em Copenhague, no COP 15... A Marisa já está reclamando ali, dizendo para a Ana Amorim: "Se ele tivesse lido o discurso, já tinha acabado". Isso é a experiência de 36 anos de casado, é isso que...

Mas eu vou contar, a última, essa da COP 15. Na COP 15, estava desenhada uma coisa extraordinária. Outros países ricos queriam acabar com o Protocolo de Quioto, porque ninguém queria compromisso com metas, e ninguém queria compromisso com financiamento. E estavam os países, todos, combinados para jogar todo o peso da responsabilidade em cima dos países em desenvolvimento, sobretudo da China. Nós mandamos uma boa delegação para lá, o Brasil, sabiamente, tomou uma decisão de que a gente iria diminuir a emissão de gases de efeito estufa de 36 a 39% até 2020; que nós iríamos reduzir o desmatamento da Amazônia em 80% até 2020, então o Brasil chegou lá com autoridade moral – que está esse menino dos Santos, agora, que todo mundo quer que convoque ele para a Seleção, esse menino Neymar –, o Brasil chegou com essa autoridade moral. Todo mundo queria ver qual era a "paradinha" que o Brasil ia dar e para que lado que o goleiro ia cair. Vamos lá. Cheguei lá, tivemos bilaterais com todos os países europeus, todo mundo queria saber o que o Brasil estava

pensando, o que o Brasil ia fazer, o que o Brasil... Bom, foi ficando claro para eles que nós não íamos prejudicar a China; e foi ficando claro para eles que nós não queríamos acabar com o Protocolo de Quioto; e foi ficando claro para eles que nós queríamos que todos tivessem responsabilidade, porém, diferenciada, e que cada um pagasse pelo estrago que cometeu ao planeta. Isso posto, pediram para que eu... Imagina, pediram para eu convocar uma reunião depois das 10 horas da noite. E fomos para um jantar com a Rainha, estou eu convidando todo mundo: vamos para a reunião, vamos para a reunião. Eu não fazia isso nem no tempo em que eu era dirigente sindical. Mas às 3 horas da manhã, a gente estava apinhado em uma sala apertada, que não tinha cadeira para todo mundo sentar, discutindo palavras e artigos. Chegou uma hora que eu levantei e falei: "Olha, companheiros, quero dizer uma coisa para vocês: nós, no meu país, já fizemos a lição de casa". O embaixador Figueiredo estava conosco, não é? Aliás, um craque, viu Celso, um craque. Um craque na arte de negociar, na arte de flexibilizar e na arte de endurecer quando é necessário endurecer.

Então, estávamos lá, aí, 3h da manhã, eu falei: "Sabe de uma, gente, olha: nem no tempo em que eu era dirigente sindical eu ficava discutindo artigos e palavras. Eu vou embora". Levantei e fui embora. Dia seguinte, às 9h, começamos outra vez. Quando foi meio-dia: "Não vai dar acordo". Levantamos. Aí, ninguém conversava com ninguém mais. Ficou aquele "samba do crioulo doido". Ficou aquele negócio assim...

Quando foi 5h da tarde, nós pedimos uma reunião: Brasil, China, Índia e África do Sul. Basic. Porque, também, o Itamaraty é que nem o governo: sempre que tem só uma palavra, já faz uma sigla. Então... É verdade. Começamos a reunião, não tinha sigla, já saímos com um tal de "Basic". Aí, qual não é a nossa surpresa, que Brasil, China e Índia estavam bem afinados. E África do Sul. Brasil, China, Índia e África do Sul. Bem afinados, o G-77, os países africanos todos conosco. O nosso companheiro Chávez, o Evo Morales, mais radicalizando.

E aí, lá pelas tantas, entra o presidente Obama. Primeiro, chegou a Hillary Clinton, os chineses não quiseram deixar ela entrar. E ela dizia: "Eu sou Secretária de Estado". Acho que os chineses não entendiam, mas ela terminou... Ela entrou na reunião do Basic, e daqui a pouco estava a Europa reunida em um canto, chega o Obama e fala: "Olha, eu vim aqui para conversar, se precisava fazer um acordo". Então, sentou o Obama lá, depois de uma hora, uma hora e pouco, fizemos um acordo, ele fez algumas propostas, algumas nós aceitamos, outras nós recusamos, fizemos um acordo. E depois acabou a reunião sem ter o sucesso que tinha, nós vamos ter que trabalhar para o COP 16.

Por que eu estou dizendo isso? Na história política da Humanidade, toda vez que aqueles que têm similaridades se juntarem, eles ganham muita força. O problema sério é quando os iguais

se juntam aos diferentes – e sobretudo aos ricos, nunca se juntam aos pobres – para formular políticas de unidade, políticas que permitam a coesão entre os países.

Então, quando a gente começa a ganhar esses espaços, nós vamos arrumando adversários. Então, o Brasil na OMC teve um problema, o Brasil em Copenhague teve outro problema, o Brasil nas Olimpíadas teve outro problema. E assim a gente vai arrumando, ou seja, a gente vai chegando em um baile que tinha três caras bonitos, 50 mulheres, de repente, chega mais 50 bonitos e as mulheres vão rareando, as pessoas não querem. E vale de mulher para homem também.

Ou seja, o dado concreto é que o Brasil não é mais coadjuvante. O dado concreto é que o Brasil cresceu, o dado concreto é que o Brasil virou importante. E não virou importante apenas porque temos 200 milhões de habitantes, oito milhões e meio de quilômetros quadrados. Viramos importantes porque temos políticas importantes. E eu falo sem medo de errar, porque temos na figura do Celso, liderando a diplomacia brasileira, talvez, o melhor diplomata em ação hoje de todos os que eu conheço, de todos. Isso vai criando ciúmes para quem está fora e eu acho que deve criar orgulho para vocês. Muito orgulho, porque vocês estão entrando na carreira diplomática em um momento auspicioso da história deste país. E não pode ter retorno, não pode ter retorno. Ou seja, a gente não pode voltar aos tempos em que o Brasil... E eu defendo mais embaixada, defendo mais dinheiro para o Itamaraty, ou seja, acho que a gente não tem... Eu, quando chego em um lugar qualquer eu vejo a Embaixada da França, a Embaixada da China, a Embaixada Americana, é do tamanho da Esplanada dos Ministérios. Tem mais gente do que todo o Itamaraty. Às vezes, a gente chega na nossa e tem dois funcionários. Não se queixam do salário por respeito ao Presidente, mas a gente sabe que a gente precisa melhorar muito. E eu sei que nós já melhoramos, eu sei. Nós já duplicamos quase o número de funcionários, já melhorou salário, mas eu sei que é pouco. Pela excelência que é a nossa diplomacia, nós precisamos estar em todos os países, com embaixadas preparadas com muitos especialistas para fazer intervenção em todos os assuntos, Celso.

Eu não tenho dúvida nenhuma de que dentro de quatro, oito anos, nós iremos ter muito mais orgulho do Itamaraty. Itamaraty deixou de ser aquela coisa bonita, inteligente, para poucos. Nós queremos continuar bonitos, inteligentes para todos e para muitos. É esse o nosso papel. Por isso, meninos e meninas, que Deus dê força para vocês, se depender do discurso, do que se falou em nome de vocês, eu acho que essa turma tem tudo para ser uma turma vencedora. Um abraço, que Deus abençoe todos vocês e parabéns aos familiares.

ANEXO X – ÍNTEGRA DO DISCURSO DE ABERTURA DA 65ª SESSÃO DA ASSEMBLEIA GERAL DA ONU, PRONUNCIADO PELO MINISTRO CELSO AMORIM EM NOVA IORQUE (EUA), NO DIA 23 DE SETEMBRO DE 2010

Senhor Presidente da Assembleia Geral, Joseph Deiss,

Senhor Secretário-Geral das Nações Unidas, Ban Ki-moon,

Senhoras e Senhores Chefes de Estado e de Governo,

Senhoras e Senhores,

É grande a honra de subir a esta tribuna e falar em nome do povo e do Governo brasileiros. Trago a saudação do Presidente Lula. Dentro de poucos dias, mais de 130 milhões de brasileiros comparecerão às urnas e escreverão mais um importante capítulo da nossa democracia.

Ao longo dos dois mandatos do Presidente Lula, o Brasil mudou. Crescimento econômico sustentado, estabilidade financeira, inclusão social e a plena vigência da democracia conviveram e se reforçaram mutuamente.

Mais de vinte milhões de brasileiros saíram da pobreza e outros tantos da pobreza extrema. Quase trinta milhões de pessoas ingressaram na classe média.

Políticas públicas firmes e transparentes reduziram as desigualdades de renda, de acesso e de oportunidades. Milhões de brasileiros conquistaram dignidade e cidadania. O mercado interno fortalecido nos preservou dos piores efeitos da crise mundial desencadeada pela ciranda financeira nos países mais ricos do Planeta.

O Brasil orgulha-se de já ter cumprido quase todas as metas e de estar a caminho de alcançar, em 2015, todos os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio.

A incapacidade de um país, de qualquer país, de alcançar essas metas deve ser encarada como um fracasso de toda a comunidade internacional. A promoção do desenvolvimento é uma responsabilidade coletiva.

O Brasil vem se empenhando em ajudar outros países a replicar experiências bem sucedidas.

Nesses últimos anos, o Brasil moveu-se na cena internacional impulsionado pelo sentido de solidariedade. Temos a convicção de que é possível fazer política externa com humanismo, sem perder de vista o interesse nacional.

Essa política é amparada por iniciativas de cooperação Sul-Sul. O Fundo de Alívio à Pobreza do IBAS, foro que congrega Índia, Brasil e África do Sul, financia projetos no Haiti, Guiné Bissau, Cabo Verde, Palestina, Camboja, Burundi, Laos e Serra Leoa.

O Brasil aumentou substancialmente sua ajuda humanitária e multiplicou os projetos de cooperação com países mais pobres.

A África ocupa um lugar muito especial na diplomacia brasileira. Desde a sua posse, o Presidente Lula foi à África onze vezes. Visitou mais de duas dezenas de países.

Implantamos um escritório de pesquisas agrícolas em Gana; uma fazenda-modelo de algodão no Mali; uma fábrica de medicamentos antirretrovirais em Moçambique; e centros de formação profissional em cinco países africanos.

Com comércio e investimento, estamos ajudando o continente africano a desenvolver sua enorme potencialidade e a diminuir sua dependência de uns poucos centros de poder político e econômico.

O Brasil tem uma preocupação especial com a Guiné Bissau. Não é por meio do isolamento ou do abandono que a comunidade internacional logrará resolver os problemas que ainda persistem naquele país irmão. Precisamos de modalidades mais inteligentes de cooperação, que promovam o desenvolvimento e a estabilidade e incentivem as indispensáveis reformas, sobretudo no que tange às forças armadas.

Neste ano, em que um número significativo de países africanos comemora cinquenta anos de descolonização, o Brasil renova seu compromisso com uma África independente, próspera, justa e democrática.

Em poucas situações a solidariedade internacional é tão necessária quanto no Haiti.

Juntamo-nos à ONU no luto pela tragédia que ceifou centenas de milhares de vidas haitianas. Nós mesmos perdemos brasileiros de grande valor, como a Dra. Zilda Arns – uma mulher que dedicou sua vida aos pobres, especialmente às crianças –, Luiz Carlos da Costa, Chefe-Adjunto da MINUSTAH, além de dezoito de nossos militares.

Queremos expressar nossa compaixão pelo sofrimento do povo haitiano e, acima de tudo, nossa admiração pelo estoicismo e coragem com que tem sabido enfrentar a adversidade.

Os haitianos sabem que podem contar com o Brasil, não só para a manutenção da ordem e a defesa da democracia, mas também para o seu desenvolvimento. Estamos realizando o que prometemos e estamos vigilantes para que os compromissos da comunidade internacional não se esgotem em manifestações retóricas.

Nos últimos anos, o Governo brasileiro investiu muito na integração e na paz da América do Sul. Fortalecemos nossa parceria estratégica com a Argentina. Aprofundamos o MERCOSUL, inclusive com mecanismos financeiros únicos entre países em desenvolvimento.

A fundação da UNASUL - União de Nações Sul-americanas – teve como objetivo consolidar uma genuína zona de paz e de prosperidade. A UNASUL já demonstrou seu valor na promoção do entendimento e da solução pacífica de conflitos entre países sul-americanos e no interior desses países. A UNASUL tornou ainda menos justificável qualquer tipo de ingerência externa.

Com a criação da Comunidade de Estados Latino-Americanos e Caribenhos, lançada na Bahia e confirmada em Cancún, reafirmamos a vontade regional de ampliar para a América Central e Caribe o espírito integracionista que anima os sul-americanos.

O Brasil reitera seu repúdio – que é de todos os latino-americanos e caribenhos – ao ilegítimo bloqueio a Cuba, cujo único resultado tem sido o de prejudicar milhões de cubanos em sua luta pelo desenvolvimento.

Condenamos retrocessos antidemocráticos, como o golpe de Estado em Honduras. O regresso do ex-Presidente Zelaya sem ameaças à sua liberdade é indispensável para a normalização plena das relações de Honduras com o conjunto da região.

Quando o Presidente Lula subiu a esta tribuna pela primeira vez, em 2003, o mundo vivia sob a sombra da invasão do Iraque.

Esperamos que tenhamos aprendido as lições daquele episódio. É preciso rejeitar a fé cega em relatórios de inteligência feitos sob medida para justificar objetivos políticos. É preciso banir, de uma vez por todas, o uso da força sem amparo no Direito Internacional. Mais do que isso: é fundamental valorizar o diálogo e as soluções pacíficas para as controvérsias.

Para alcançarmos um mundo verdadeiramente seguro, é preciso que seja cumprida a promessa da eliminação total das armas nucleares. Cortes unilaterais são bem-vindos, mas insuficientes, sobretudo quando ocorrem em paralelo à modernização dos arsenais atômicos.

Como o Presidente Lula costuma dizer, o multilateralismo é a face internacional da democracia. E a ONU deve ser o principal centro de decisões para a política internacional.

As mudanças que se têm operado no mundo ao longo das últimas décadas e a sucessão de crises que temos vivido no que toca à segurança alimentar, à mudança do clima, ao campo econômico e financeiro, e às áreas de paz e segurança tornam urgente redefinir as regras que organizam o convívio internacional.

A crise financeira de 2008 precipitou mudanças na governança econômica global. O G-20 tomou o lugar do G-8 como principal foro de deliberação sobre temas econômicos.

O G-20 significou uma evolução. Mas o Grupo deve sofrer ajustes, por exemplo, para garantir maior presença africana. O G-20 só preservará sua relevância e legitimidade se souber manter

diálogo franco e permanente com o conjunto das nações representadas nesta Assembleia Geral.

No auge da crise, conseguimos evitar o pior: um surto protecionista descontrolado, que teria lançado o mundo em uma depressão profunda. Mas os países desenvolvidos não têm demonstrado o necessário compromisso com a estabilidade econômica global. Continuam privilegiando uma lógica baseada em interesses paroquiais.

Em nenhuma outra área isso é tão evidente quanto na Rodada Doha da OMC. Uma solução equilibrada desse processo, que se estende por quase dez anos, favoreceria, com o fim dos subsídios distorcivos e das barreiras protecionistas, a expansão econômica e o desenvolvimento nos países mais pobres. Afinal, são estes as principais vítimas da visão estreita e mesquinha que ainda prevalece em relação ao comércio internacional.

Na área financeira, as reformas tampouco foram suficientes. Resistências injustificadas impedem que mudanças já acordadas sejam concretizadas. A obstinação em manter privilégios anacrônicos perpetua e aprofunda a falta de legitimidade das instituições.

Outro grande desafio é o de alcançar um acordo global, abrangente e ambicioso sobre a mudança do clima.

Para avançar nessa matéria, é preciso que os países deixem de se esconder uns atrás dos outros. O Brasil, como outros países em desenvolvimento, fez a sua parte. Mas, em Copenhague, várias delegações, sobretudo do mundo rico, procuraram justificativas para se esquivarem de suas obrigações morais e políticas. Esqueceram-se de que com a natureza não se negocia.

Um resultado positivo na COP-16, com progressos reais em florestas, financiamento para adaptação e mitigação e a reafirmação dos compromissos de Quioto, é imprescindível. A presidência mexicana pode contar com o engajamento do Brasil.

Em 2012, organizaremos no Rio de Janeiro a Rio+20. Em nome do Governo brasileiro, renovo o convite a todos, para realizarmos a promessa de um desenvolvimento verdadeiramente sustentável.

Senhor Presidente,

A reforma da governança global ainda não alcançou o campo da paz e da segurança internacionais. Nas esferas econômica e ambiental as nações mais ricas já compreenderam que não podem prescindir da cooperação dos países pobres e dos emergentes. Mas, quando se trata de assuntos da guerra e da paz, as potências tradicionais relutam em compartilhar o poder.

O Conselho de Segurança deve ser reformado, de modo a incluir maior participação dos países em desenvolvimento, inclusive entre seus membros permanentes.

Não é possível continuar com métodos de trabalho pouco transparentes, que permitem aos membros permanentes discutirem, a portas fechadas e pelo tempo que desejarem, assuntos que interessam a toda a Humanidade.

O Brasil tem procurado corresponder ao que se espera de um membro do Conselho de Segurança, mesmo não-permanente, que é contribuir para a paz. Por essa razão, nos empenhamos em encontrar um instrumento que pudesse representar avanço para a solução do dossiê nuclear iraniano.

Ao fazê-lo, nos baseamos em propostas apresentadas como "oportunidade ímpar" para criar confiança entre as partes. A Declaração de Teerã de 17 de maio, firmada por Brasil, Turquia e Irã, removeu obstáculos que, segundo os próprios autores daquelas propostas, impediam que se chegasse a um acordo.

A Declaração de Teerã não esgota a matéria. Nem foi essa a intenção. Estamos convictos de que, uma vez de volta à mesa de negociações, as partes encontrarão formas de resolver outros problemas, como o enriquecimento a 20% e o estoque de urânio enriquecido acumulado desde outubro de 2009.

A despeito das sanções, ainda temos esperança de que a lógica do diálogo e do entendimento prevaleça.

O mundo não pode se permitir o risco de um novo conflito como o do Iraque. Por isso temos insistido com o Governo do Irã que mantenha uma atitude flexível e de abertura às negociações. É preciso que todos os envolvidos revelem essa disposição.

Seguimos com atenção os desdobramentos no processo de paz no Oriente Médio. Esperamos que o diálogo direto entre palestinos e israelenses, lançado no início deste mês, leve a avanços concretos, que resultem na criação de um Estado Palestino nas fronteiras anteriores a 1967. Um Estado que assegure ao povo palestino uma vida digna, coexistindo, lado a lado e pacificamente, com o Estado de Israel.

Mas não é a forma do diálogo que determinará se haverá resultados. O que importa é o ânimo das partes de chegar a uma paz justa e duradoura. Isto será mais fácil com o envolvimento de todos os interessados.

O congelamento de construções em assentamentos nos territórios ocupados, o levantamento do bloqueio à Faixa de Gaza e o fim de ataques a populações civis são elementos fundamentais neste processo.

Na visita que fez a Israel, à Palestina e à Jordânia, em março, o Presidente Lula discutiu esses temas com governantes e com representantes da sociedade civil. Recebemos em Brasília, com frequência, dirigentes de diversos países da região, que buscam apoio para a solução dos problemas que os afligem há tantas décadas e que não têm sido resolvidos pelos meios e atores tradicionais.

O Brasil, que tem cerca de dez milhões de descendentes de árabes e uma comunidade judaica convivendo em harmonia, não se furtará a dar sua contribuição para a Paz a que todos anseiam.

Temos um compromisso inabalável com a promoção dos Direitos Humanos.

Favorecemos um tratamento não-seletivo, objetivo e multilateral dos direitos humanos. Um tratamento sem politização ou parcialidade, em que todos – ricos ou pobres, poderosos ou fracos – estejam sujeitos ao mesmo escrutínio.

Na nossa visão, o diálogo e a cooperação são mais efetivos para assegurar o exercício dos Direitos Humanos do que a arrogância baseada em uma suposta superioridade moral autoconferida.

Senhor Presidente,

Nos oito anos do Governo Lula, o Brasil desenvolveu uma diplomacia independente, sem subserviências e respeitosa de seus vizinhos e parceiros. Uma diplomacia inovadora, mas que não se afasta dos valores fundamentais da nação brasileira – a paz, o pluralismo, a tolerância e a solidariedade.

Assim como o Brasil mudou, e continuará a mudar, o mundo se está transformando. É preciso aprofundar e acelerar essas mudanças.

Com os avanços tecnológicos e a riqueza acumulada, não há mais lugar para a fome, a pobreza e as epidemias que podem ser evitadas. Não podemos mais conviver com a discriminação, a injustiça e o autoritarismo. Temos que enfrentar os desafios do desarmamento nuclear, do desenvolvimento sustentável e de um comércio mais livre e mais justo.

Estejam certos: o Brasil continuará lutando para fazer desses ideais uma realidade.

Muito obrigado.